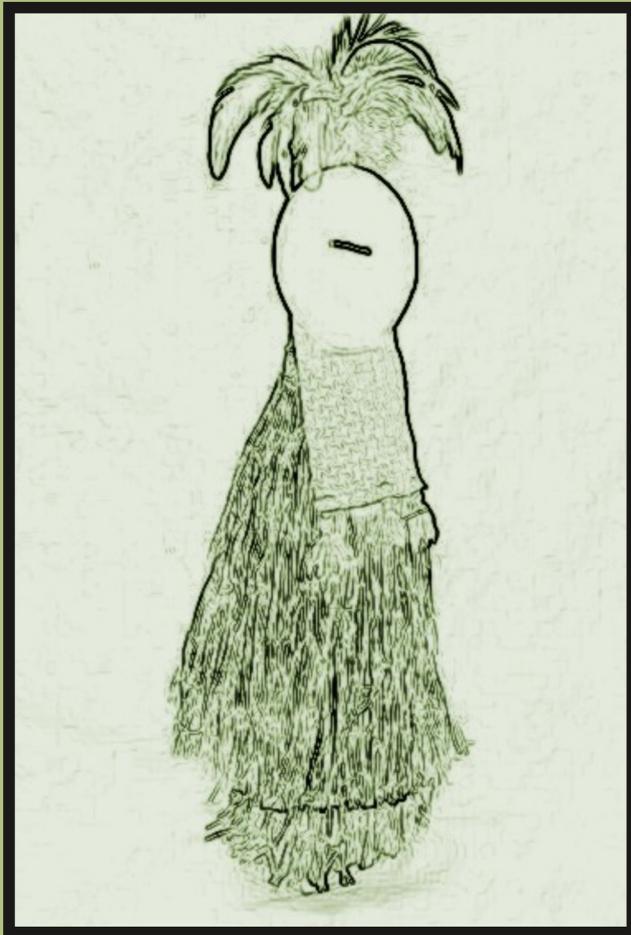


Ano 24 volume 30(2), 2020
ISSN Impresso 1516-7372
ISSN Online 2525-5223

revista
ANTHROPOLÓGICAS



Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal de Pernambuco
periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas

revista
ANTHROPOLÓGICAS

A revista **ANTHROPOLÓGICAS** é publicada em dois números por ano, em sessões temáticas, podendo haver sessão de artigos avulsos, e destina-se ao desenvolvimento das discussões contemporâneas na Antropologia, em suas diversas áreas. Publica trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês.

Editor

Renato Athias

Comissão Editorial

Alex Vailati
Antonio Motta
Edwin Reesink
Judith Hoffnagell
Mísia Lins Reesink
Renato Athias

Revisão Técnica

Renato Athias
Mísia Lins Reesink

Diagramação

Mísia Lins Reesink

Apoio Técnico

Wenderson Luan Lima

Indexação

Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal)

DOAJ (<https://doaj.org/>)

Dialnet (<http://dialnet.unirioja.es>)

SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)

Sumários.Org

Conselho Editorial

Cecília Mariz (UERJ)
Cláudia Fonseca (UFRGS)
Edgard de Assis Carvalho (PUC-SP)
Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)
João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/ UFRJ)
Josildesth Consorte (PUC-SP)
Louis Forline (University of Nevada, EUA)
Marja de Theije (Vrije Universiteit Amsterdam, Países Baixos)
Mark Münzel (Philipps-Universität Marburg, Alemanha)
Mundicarmo Ferretti (UFMA)
Otávio Velho (UFRJ)
Paul Elliott Little (UnB)
Philippe Erikson (Université de Paris X — Nanterre)
Rodrigo de Azeredo Grünewald (UFMG)
Stephen Nugent (Goldsmith University of London, Reino Unido)
Wolfgang Gabbert (Leipzig-Universität Hannover, Alemanha)

revista ANTHROPOLÓGICAS

Universidade Federal de Pernambuco — UFPE
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Av. Prof. Moraes Rêgo, 1.235 (CFCH, 13º andar)

50.670-901 Cidade Universitária, Recife — PE

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>

Ano 24, Volume 31 (2), 2020

ISSN 1516-7372

ISSN Online 2525-5223

revista
ANTHROPOLÓGICAS

**Visões Críticas e Cosmopolíticas
para uma Antropologia da
Infraestrutura Latino-Americana**

Organização:

Alex Vailati

Anthony D'Andrea

Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal de Pernambuco
periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas

Ilustração da capa:
Máscara Pankararu digitalmente trabalhada

revista ANTHROPOLÓGICAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE.
Ano 24, v. 31 (2) : 2020.

Publicada com abstracts em Inglês

Semestral

Editor: Renato Athias. Editores Convidados: Alex Vailati e Anthony D'Andrea.

Inclui bibliografia.

ISSN 2525-5223 (online)

ISSN 1516-7372 (impresso)

1. Antropologia — Periódicos. I. Athias, Renato. II. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

2 CDU

(1ed.)

UFPE

revista ANTHROPOLÓGICAS na Internet:
<http://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>

Sumário

Dossiê

Apresentação	1
Antropologia da Infraestrutura no Brasil: desafios teóricos e metodológicos em contextos emergentes Alex Vailati & Anthony D'Andrea	3
Políticas e Poética da Infraestrutura Brian Larkin	28
A Etnografia da Infraestrutura Susan Leigh Star	61
(Toxi)Cidade do Aço: infraestrutura siderúrgica e contestação social em um caso de contaminação por resíduos industriais Maria Raquel Passos Lima	86
O Aurora e a prática do Sem Preço - Reflexões sobre política, infraestrutura e dinheiro na vida ordinária Yuri Rosa Neves	122
Construindo Infraestrutura para as Elites: os grandes condomínios da Barra e um novo modelo de se morar na cidade Rodrigo Cerqueira Agueda	153
Infraestruturas Migratórias Transnacionais: o Centro Islâmico de Recife na mediação e mobilidades 'Sul'-'Sul' Anna Kurowicka	180
Aplicativo de Corrida Compartilhada como Infraestrutura: por uma nova forma de compreender a circulação de pessoas Álvaro Prado Aguiar Tavares	200
Infraestrutura, Temporalidades e Vigilância: um estudo sobre as tornezeiras eletrônicas no Paraná. Helena Patini Lancellotti	228
Artigos	
A Inconstância do Mundo. Brevíssimos apontamentos sobre identificações socioculturais e seus eixos Edwin B. Reesink	255
Identidades Negociadas, Autenticidades Redefinidas: políticas do patrimônio e turismo cultural entre os <i>Rabelados</i> de Cabo Verde Rodrigo Marques Leistner	289
Resenhas	318

Contents

Dossier

Presentation	1
Anthropology of Infrastructure in Brazil: theoretical and methodological challenges in emerging contexts Alex Vailati & Anthony D'Andrea	3
The Politics and Poetics of Infrastructure Brian Larkin	28
The Ethnography of Infrastructure Susan Leigh Star	61
(Toxi)City of Steel: steelmaking infrastructure and social contestation in a case of contamination by industrial waste Maria Raquel Passos Lima	86
Beyond Price at Aurora. Reflection on politics, infrastructure and money in ordinary life Yuri Rosa Neves	122
Constructing Infrastructure for the Elite: Barra's grand condominiums and the new way of living in the city Rodrigo Cerqueira Agueda	153
Transnational Migratory Infrastructures: the Islamic Center of Recife in mediation of south/ south mobilities Anna Kurowicka	180
Shared Ride App as Infrastructure: for a new way of comprehending the circulation of people Álvaro Prado Aguiar Tavares	200
Infrastructure, Temporalities and Surveillance: a study of ankle bracelets in State of Paraná. Helena Patini Lancellotti	228
Articles	
The Inconstancy of the World. Brief notes on socio-cultural identifications and their axes Edwin B. Reesink	255
Negotiated Identities, Redefined Authenticities: heritage policies and cultural tourism among the <i>Rabelados</i> of Cape Verde Rodrigo Marques Leistner	289
Reviews	318

Apresentação ao Dossiê:
Visões Críticas e Cosmopolíticas para uma
Antropologia da Infraestrutura Latino-Americana

Alex Vailati^a
Anthony D'Andrea^b

As contribuições originais colocadas neste Dossiê apresentam uma antropologia da infraestrutura emergente no Brasil, assim como a tradução para o português, de dois artigos clássicos. As obras inéditas tratam de tópicos de relevância contemporânea e já aqui aplicam, repensam e avançam elementos teóricos discutidos nesta introdução e nos artigos de Star e Larkin que aqui publicamos. Esta amostragem inclui análises etnográficas sobre efeitos temporais, excludentes e dominadores de infraestruturas industriais, digitais e neoliberais, assim como experiências e práticas de resistência e criatividade em relação às mesmas, como brevemente sumarizados a seguir.

Este dossiê pretende contribuir para um debate crítico e informado pelas possibilidades empíricas e teóricas cotejadas nesta coleção, pondo em diálogo referências nacionais com estrangeiras. Este diálogo

a Professor do Departamento de Antropologia e da Pós-graduação em Antropologia (UFPE). Email: alexvailati@gmail.com.

b Centro de Estudos Latino-Americanos, University of Chicago. Email: a-dandrea@uchicago.edu.

é considerado aqui como fundamental para o nosso fortalecimento, tendo em vista que as principais fontes de produção teórica e de pesquisa se localizam no Norte Global. Nesse sentido, o dossiê proporciona uma primeira parada para refletir desafios no uso desta epistemologia, situando-a em campos empíricos e meios acadêmicos nacionais. Ademais, o conjunto dos artigos aqui apresentados visa a propor um mapeamento inicial das ricas possibilidades de pesquisa, apresentando um conjunto pequeno, porém diverso e representativo do espaço promissor de uma antropologia da infraestrutura no Brasil. Partindo dos artigos aqui apresentados, propomos a seguir reflexões indicando algumas possibilidades de pesquisa.

Os artigos deste dossiê examinam a viabilização dos atores públicos local, regional e mesmo nacionalmente, focando empírica e conceitualmente nos loci onde se materializam. Estes olhares buscam destacar distintas associações onde a dimensão estética da presença do Estado, entendida aqui como algo percebido por meio de um conjunto sensorial, é contemporaneamente o resultado do seu impacto nas populações envolvidas e também o ponto de partida de sua ação. Portanto, este dossiê permite, assim, abrir novos caminhos para exploração etnográfica destes espaços, deslindando a dimensão associativa que se desenvolve entre os atores humanos e não humanos envolvidos nesta trama.

Antropologia da Infraestrutura no Brasil: Desafios teóricos e metodológicos em contextos emergentes

Alex Vailati^a
Anthony D'Andrea^b

Este artigo discute a infraestrutura como tema emergente na antropologia brasileira. Embora já explícita em arenas públicas e midiáticas, a categoria esteve ausente da literatura antropológica nacional até recentemente. Inicialmente marginalizada enquanto um fenômeno estático e socialmente desinteressante, a infraestrutura foi redescoberta como formações simbólico-materiais dinâmicas interligadas em redes de fluxos diversos e epistêmicos de corte translocal. Este artigo, portanto, introduz uma coletânea de estudos etnográficos originais produzidos por pesquisadores baseados no Brasil, incluindo análises sobre infraestruturas de natureza industrial, residencial, cívica, digital, policial e contra-hegemônica. Em contextos interdisciplinares, este artigo sugere que infraestruturas podem ser examinadas através da tensão produtiva entre legados pós-coloniais e possibilidades cosmopolíticas, e, mais especificamente, considera que teorizações tópicas devem informar pesquisas etnográficas que, por sua vez, gerem conhecimentos de relevância nacional e intelectual.

Infraestrutura, Antropologia, Cosmopolítica, Colonialidade, Brasil.

O paradoxo da infraestrutura

Sob distintos pontos de vista, o uso contemporâneo da categoria infraestrutura tem conotações paradoxais. Juntamente com outras pa-

a Professor do Departamento de Antropologia e da Pós-graduação em Antropologia (UFPE). Email: alexvailati@gmail.com.

b Centro de Estudos Latino-Americanos, University of Chicago. Email: a-dandrea@uchicago.edu.

lavras-chave que populam debates acadêmicos, políticos e populares, o termo tem definição vaga e relativa. O paradoxo advém do fato desta categoria ter sido inicialmente teorizada em contextos analíticos que priorizavam a questão da desigualdade social, enquanto a infraestrutura é representada, notadamente dentro de contextos práticos, como solução ótima, universal e imparcial para diversos problemas, sejam técnicos, sociais ou ambientais. Contudo, trata-se de uma visão ideologicamente constituída devido aos efeitos de dominação e exploração, como evidenciados em movimentos sociais, indicadores econométricos e, mesmo, desastres ambientais imediatos.

Indicando um domínio material e analítico concernente a meios de produção articulados a esferas autorreprodutivas, a infraestrutura pode ser posicionada no entrecruzamento entre “três séries de condições sociais e materiais que permitem aos membros da sociedade produzir e reproduzir os requisitos materiais da sua existência social” (Godelier 1978:763). Estas incluem as condições ecológicas em que se encontra a sociedade; as forças produtivas que abarcam os meios materiais e intelectuais e as relações que permitem a produção e a redistribuição da mesma. Essa base contrapõe-se a esferas situadas além da infraestrutura, envolvendo sistemas políticos, culturais e ideológicos essenciais para a manutenção desses sistemas de produção. Não é nosso objetivo aqui o de percorrer em sentido genealógico todos os meandros intelectuais informando o tópico. Todavia, é importante trazer à tona alguns antecedentes que nos ajudam a entender os fundamentos epistêmicos do reconhecimento da infraestrutura enquanto categoria empírica e analítica.

Estes antecedentes iluminam o paradoxo das ideologias de infraestrutura no plano empírico e buscam repensar o que era até então percebido como uma dicotomia insuperável entre estruturalismos antropológicos e marxistas. Os esforços de Godelier, Sahlins e Clastres merecem menção como ponto de partida para uma antropologia da infraestrutura. Como inaugurador deste tipo de empreitada, Godelier traz o pensamento marxista para dentro da antropologia por meio

do estruturalismo levistraussiano. Ele resgata o ‘poder’ das coisas (no sentido maussiano) para a análise de relações sociais em sociedades pré-capitalistas e capitalistas. Segundo ele, relações econômicas e políticas são tão importantes quanto a religião, a ideologia e o parentesco ao propulsionar processos de mudança em sociedades não capitalistas. Por outro lado, ele também percebe que as diferenças entre objetos modificados e presentes sociais tendem a desaparecer dentro de sociedades capitalistas (Godelier 1994), um processo a ser criticado conscientemente. Outra proposta crítica da divisão entre o material e o simbólico é objeto na reflexão de Marshall Sahlins, que problematiza essa fratura como resultado de um “gênero intelectual dicotômico” (Sahlins 1986:18). Falando de infraestruturalismo (Sahlins 2010) como um novo momento epistêmico, Sahlins questiona a falsa equivalência entre estruturalismo antropológico e superestrutura marxista. O campo da antropologia teria se voltado prevalentemente para a afirmação do estruturalismo que, na teoria marxista, é chamado de superestrutura (Sahlins 2010:372). Este posicionamento também é encontrado em Clastres, que integra categorias marxistas para demonstrar como as condições materiais podem ser estruturadas pela dimensão política. No caso extremo, a materialidade, entendida como esfera prevalentemente econômica, é a superestrutura que se torna possível somente através da preexistência de uma infraestrutura política (Clastres 1975). Não obstante posicionamentos substantivamente diferentes, estes autores questionam um tema fundamental da teoria antropológica: a guinada material ou infraestrutural. Se o prefixo ‘infra’ implicitamente indica algo que está abaixo e ‘super’ algo que ocupa uma posição superior, o nosso questionamento é como a dimensão material da vida social rearticula-se com outras esferas.

Não obstante estas contribuições embrionárias, reflexões sobre o estatuto antropológico da infraestrutura ficaram ausentes até recentemente, quando o tópico se desponta face à sua crescente popularização. A pesquisa de Susan Leigh Star é fundamental para entender o surgimento desse novo campo. Seu artigo foi aqui traduzido e dispo-

nibilizado em função de seu pioneirismo no estudo de novas redes de comunicação relacionadas às tecnologias de informática. Para Star, a infraestrutura é um artefato cujo manuseio, ainda que formalmente documentado, raramente é problematizado em suas formas e informações, servindo assim de um espelho do mundo (Star 1999:388-389). Ela nota que as infraestruturas da informática são quase totalmente invisíveis, mas moldam a imaginação por meio de promessas otimistas sobre o futuro (Anand, Gupta & Appel 2018). Em uma época dominada por entidades corporativas que alavancam capital por meio de macroestruturas transnacionais, a categoria vem crescentemente expressando-se a partir de meios de dominação, requerendo assim abordagens antropológicas sobre práticas, imaginários e efeitos de desigualdade que geram e pelos quais estão envolvidas.

Como representam mais uma ‘guinada’ nas ciências sociais, vale considerar a diferença entre a emergente antropologia da infraestrutura a que nos referimos, em contraste a estudos antropológicos passados e mesmo recentes que envolvem infraestruturas de alguma forma, já há décadas. Até recentemente, antropólogos consideravam o estudo destas formações como inertes e desinteressantes, em geral servindo de pano de fundo para análises socioculturais localizadas e definidas prioritariamente (Di Nunzio 2018; Star 1999). Tal postura, entretanto, reflete representações modernistas que, inconscientemente afetando largos setores da academia, percebem infraestruturas dentro de visões funcionalistas técnicas não problematizadas. São representadas assim como soluções de eficácia prática e baixo significado simbólico, cujos efeitos são assumidos como largamente independentes das esferas de experiências vividas e políticas (Schmitt 2007).

Contudo, condições reflexivas e líquidas que emergem contemporaneamente contribuem para expor fraturas neste campo sociotecnológico, levando a uma revisão desses pressupostos modernistas e impulsionando uma conscientização mais problematizante do mesmo (Giddens 1989; Bauman 2000). Representações acadêmicas passam a vislumbrar e recortar um novo objeto, gradualmente reconhecendo a

infraestrutura como vetor primário de organização da sociedade contemporânea (Scott 1998). Isso particularmente se reflete no caso brasileiro, onde infraestruturas destacam-se como marcas opulentas da ação governamental. Proporcionam assim um site analítico das práticas estatais e organizacionais convergentes com ideologias e processos de ‘desenvolvimento’ e globalização problemática. Evidentemente, esta nova antropologia expõe e examina consequências não previstas pelos próprios agentes produtores, resultando em efeitos acidentais por vezes contraditórios e deletérios (Rodgers & O’Neill 2012). Infraestruturas possibilitam assim teorizar como processos amplos e abstratos – como Estado, cidadania, criminalidade, etnicidade e classe – manifestam-se concretamente em termos de práticas cotidianas.

Localizando infraestruturas

Uma das vertentes empiricamente mais ilustrativas e contemporâneas da antropologia da infraestrutura é o campo da tecnociência, como comumente explorado em estudos da ciência e tecnologia (STS). Segundo Larkin, no artigo traduzido e disponibilizado nesta coleção, essa linha analisa como infraestruturas mediam fluxos translocais, colocando pessoas, objetos e práticas em espaços de contato sob os quais modernos sistemas econômicos e sociais operam (Larkin 2013: 330). Além disso, infraestruturas permitem a criação de artefatos com formas específicas, os quais a análise antropológica pode explorar não só como representações do mundo, mas também como uma costura material e representacional (Larkin 2018).

A estética das infraestruturas é, nesse sentido, algo que antecede projetos políticos mais específicos. No Brasil, atores estatais e privados vêm articulando a formação de infraestruturas tecnocientíficas voltadas para a transferência de recursos e conhecimentos tecnológicos entre as ciências e a indústria. Em muitos casos, ilustram a emergência de “mercados tecnocientíficos”, caracterizados pela “introdução de capital de risco e de novas relações entre governo, universida-

de e indústria” (Fischer 2007:564, 2013; Rajan 2006). Em contextos nos quais discursos sobre a ‘economia do conhecimento’ tornam-se hegemônicos, ‘inovação’ e ‘desenvolvimento’ interligam-se como categorias chave de efeitos econômicos e ideológicos (Ferguson 1994; Olivier de Sardan 1995).

Estes novos cenários podem ser examinados a partir de duas questões fundamentais. Primeiramente, ainda que fixas, infraestruturas fundam-se em formas de mobilidade seletiva de artefatos, pessoas, práticas e capitais por meio de redes locais e globais de especialização. Tais fluxos inserem-se em regimes capitalistas neoliberais e desenvolvimentistas que se dão em contexto de globalização acelerada e desequilibrante. Infraestruturas assim promovem a concentração e a distribuição de recursos, ao mesmo tempo em que reinserem esses fluxos em arenas de aterrissagem organizadas em hierarquias múltiplas e frequentemente dispersas.

Além da questão das mobilidades, infraestruturas estão comumente envoltas em promessas tecnocráticas de ‘neutralidade’ e de ‘desenvolvimento’. São formações que requerem investimentos pesados como condição possibilitadora da transferência de recursos e atividades geradoras de valor. Contudo, trata-se frequentemente de uma apropriação dupla, pois, em especial no caso brasileiro, investimentos infraestruturais são antecidos por outra ordem de investimentos governamentais no campo da produção científica e educacional. Tais fluxos são então alavancados e mesmo apropriados pelo setor privado, frequentemente exacerbando situações de desigualdade e conflito. Aqui se manifesta, assim, o paradoxo da infraestrutura que abre este artigo.

Esses dilemas sociopolíticos e ideológicos atrelam infraestruturas emergentes a uma cacofonia de visões sobre o desenvolvimento, associadas a projetos de concentração neoliberal (frequentemente excludente) ou de participação democrática (supostamente inclusiva). Devido às inúmeras intervenções estatais em regiões menos desenvolvidas, infraestruturas configuram-se como tema estratégico do ponto

de vista social e analítico. Ao relacionar ambos os predicamentos, o projeto antropológico é o de compreender a dinâmica sociopolítica e ideológica que confere (ou questiona) legitimidade a tais infraestruturas. Os objetos que as compõem em suas relações com humanos moldam a imaginação e a estética que se impõem a projetos políticos. Por outro lado, é possível observar o surgimento de reflexões contra processos políticos que visam a naturalizar a necessidade de tais entidades, de forma a destacar alternativamente outros projetos de teor contestatório (Bispo dos Santos 2015; Graeber 2004). O foco deve, assim, centrar-se nos esforços, motivações e representações que dão sentidos diversos de legitimidade ou questionamento a tais processos interativos.

O exame destes predicamentos requer um tipo de engajamento analítico que integra uma sensibilidade cultural nuançada com uma abordagem etnográfica imersiva. O acesso físico a tais formações é frequentemente limitado, se não mesmo contencioso, pois o etnógrafo é geralmente alienígena a áreas de grande valor, risco ou contestação material (Mitchell 2013; Gusterson 1998). Por outro lado, espelhando a natureza dispersiva de infraestruturas modernas, deve-se considerar estratégias etnográficas multissituadas. Etnografias em instalações de alto risco ou segurança frequentemente só são possíveis às margens das mesmas (cafeterias de instalações, bares públicos, ou residências de atores especiais etc.). Como recomendação geral, o pesquisador de entidades complexas deve desenvolver metodologias multiescalares que incluem espaços interativos e decisórios, trajetórias e rivalidades individuais e coletivas, além de considerar como recursos materiais (financeiros e tecnológicos) são planejados, manuseados e aplicados em arenas de competição nacional e global. (Fischer 2013:382).

Os desafios da colonialidade

Ainda que adotando um enfoque empírico ‘micro’ de ator-rede, estudos antropológicos sobre formações infraestruturais frequente-

mente remetem a debates entre perspectivas ‘pós-coloniais’ e ‘cosmopolíticas’ de desenvolvimento. Vale lembrar que esta dicotomia é típico-ideal, pois trata-se de perspectivas que contemplam uma variedade de nuances e recombinações. E, fundamentalmente a partir do Sul Global, a reflexão ‘decolonial’ também deve ser considerada dentro de uma antropologia da infraestrutura na região. Ao estabelecer estas pontes, busca-se explorar tensões produtivas entre um nativismo essencialista entrelaçado com inequidades estruturais e um internacionalismo otimista que emerge através de redes colaborativas transnacionais.

Dois obstáculos colocam-se à antropologia brasileira da infraestrutura. Inicialmente, a literatura tópica é dominada por enfoques instrumentais provenientes de ciências e profissões aplicadas (engenharia, administração e políticas públicas), priorizando processos de ‘input-output’ em níveis microeconômico, regional e nacional (Ades *et al* 2013; Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico-MCTI 2013; Figlioli 2013; Gouveia 2013; Gouveia *et al* 2012; Querette *et al* 2010; Pereira & Plonski 2009; Farias *et al* 2008; Ferreira 2008; Silva 2008; Rego 2006). Há alguma presença de estudos sociológicos sobre políticas de ciência e tecnologia, incluindo subtópicos como instituições de conhecimento, empreendedorismo e parcerias estatais (Arbix 2010; Balbachevsky & Botelho 2011; Felizardo 2013; Guimarães 2011; Guimaraes & Azambuja 2009; Monteiro, Campos, & Dias 2014; Schwartzman 2008). Na antropologia da ciência e tecnologia brasileira, encontram-se estudos robustos sobre ontologias da natureza e do corpo (Monteiro 2012b, 2012c; Sautchuk 2007), assim como exames sobre a formação de epistemologias nativas forjadas em redes profissionais técnicas ou burocráticas (Lahsen 2004; Monteiro 2012a; Taddei 2013; D’Andrea 2010; Costa 2005). Há também alguns estudos etnográficos interessantes sobre a plataforma de lançamento astronáutico de Alcântara como objeto de debates desenvolvimentistas (Mitchell 2013); empresas de informática no Rio de Janeiro como site etnográfico para o estudo de práticas globalizadas (Takhteyev 2012);

o Centro de Estudos do Petróleo de Campinas como foco de entendimento da interação entre universidade e empresa (Gielfi & Pereira 2011); e o programa de caças da Força Aérea Brasileira como caso para o entendimento de obstáculos à transferência tecnológica na indústria militar (Peron 2011).

Muitos destes estudos alavancam abordagens fortemente influenciadas por teorias de ator-rede e linguagens do conhecimento (Callon 1980; Knorr-Cetina, Krohn & Whitley 1980; Latour 1987, 2005). O foco geralmente reside em transposições de comandos, artefatos e recursos por meio de redes profissionais sustentadas por grandes instituições estatais, privadas e semipúblicas. Ainda que geralmente negligenciando o papel das infraestruturas como mobilizadoras e configuradoras de tais transposições, esta literatura explora como as normas cognitivas são compartilhadas através de relações interinstitucionais. Trata-se de terreno fértil para a análise da dinâmica de constituição de ‘mundos de prática global’ através dos quais ‘objetos-conhecimento’ gradualmente se normalizam em ‘móveis imutáveis’, que, assim, essencializam tais formações (Knorr-Cetina 1999, 2009; Latour 1987; Strathern 2014). Entretanto, tendo em vista os contextos de dependência econômica e tecnológica nos quais tais objetos de análise se inserem, pesquisadores frequentemente percebem ‘a necessidade de integrar estas abordagens interacionistas com visões problematizantes das economias políticas que as condicionam’ (Anderson 2009; Fischer 2007; Latour 1996).

Assim sendo, perspectivas pós-coloniais da infraestrutura buscam expor e examinar como os legados coloniais de dominação são amplificados por tais projetos desenvolvimentistas. A implantação de artefatos que afetam atores, local ou remotamente, permitem observar transposições assimétricas entre capital, conhecimento e propriedade, tanto histórica quanto geograficamente (Larkin 2013; Gunel 2011; Anand 2017; Anderson 2009; Biao 2006; Hetherington 2019; Lahsen 2004; Loomba, Kaul & Bunzl 2005; Sassen 2006). Como classes dirigentes no Sul Global buscam transplantar tais modelos originados

no Norte, é necessário considerar em que medida sociedades receptoras têm condições de absorvê-los reflexivamente, integrando componentes técnico-produtivos a tradições nativas, no sentido de gerar benefícios socialmente representativos (Fischer 2007:562; Jasanoff 2005; Pribilsky 2013).

Ademais, torna-se relevante decolonizar a infraestrutura, investigando como os atores conscientemente desafiam, reconfiguram ou se apropriam de seus elementos útil e significativamente (Anand 2017; Larkin 2004). Pirataria de produtos industriais e digitais, ‘gatos’ de água e eletricidade, adulterações em instrumentos de trabalho ou controle são alguns exemplos de mudanças inusitadas conduzidas nos propósitos e usos da infraestrutura, frequentemente consideradas ilícitas pelos poderes que as controlam. Decolonizar a infraestrutura é uma proposta que envolve também destacar concepções e práticas que se posicionam como epistemologias desafiadoras de um conhecimento técnico, que normalmente demanda legitimidade exclusiva (Bispo dos Santos 2015; Graeber 2004; Kopenawa & Albert 2015; Krenak 2019).

Promessas cosmopolíticas

Por outro lado, apesar de seus efeitos imprevistos e negativos, infraestruturas também contribuem para uma visão cosmopolítica entendida como “terreno ou plateau ético que transforma o pensamento tradicional sobre o centro-periferia e as relações imperiais de poder” (Fischer 2007:576). Este modelo nos obriga a expor legados de dominação perpetuados através de sistemas de dependência, mas também a reconhecer casos de sucesso derivados de processos de colaboração transcultural (Baiardi & Ribeiro 2011; Schwartzman 2008). Tais divergências se acentuam em contextos marcados pela “extensão de sistemas mundiais do capitalismo moderno e do colonialismo, assim como de novas redes que complicam o quadro de agentes nacionais e transnacionais, capital e trabalho” (Loomba *et al* 2005:17; Sassen 2007). Categorias geopolíticas são desestabilizadas, transformando e reinserindo formações locais dentro de hierarquias transnacionais.

Neste processo, observa-se a reconfiguração de redes locais, nas quais conexões ‘translocais’ (nacionais e internacionais) tornam-se tão ou mais relevantes que as relações locais. Ambos os vetores cosmopolíticos e pós-coloniais alteram os fundamentos de governança e estruturação econômica e social, questionando assim a tese do nivelamento (flattening) global (Friedman 2007).

Os fluxos possibilitados por infraestruturas podem ser assim investigados a partir de duas considerações gerais. Primeiramente, processos de mobilidade constituem um espaço analítico interessante para explorar processos, efeitos e consequências relacionados às infraestruturas (Von Schnitzler 2013; D'Andrea *et al* 2011; Anderson 2009; de Laet & Mol 2000; Urry 2007; Xiang & Lindquist 2014). No caso de infraestruturas tecnocientíficas, como “práticas científicas são sempre multissituadas” (Anderson & Adams 2007:184), o estudo da mobilidade – e da imobilidade – permite identificar, descrever e compreender câmbios, narrativas e redes que constituem zonas de contato que são possibilitadas pela infraestrutura. Esta abordagem revela como tais formações funcionam não somente como ferramenta ou símbolo de poder, mas também como arena de conflitos, desejos e intervenções (Larkin 2004; Larkin 2013; de Laet & Mol 2000; Vailati & Zamorano *no prelo*; Von Schnitzler 2013). Apropriado ao entendimento destas formações emergentes no Brasil, o tema da mobilidade nos permite ver “como o conhecimento e prática formais se movem, e o que acontece aos mesmos nos pontos de chegada, e como se articulam dentro e através das culturas” (Anderson 2009:389).

Em segundo lugar, relacionado aos efeitos da mobilidade, a dimensão sociopolítica da infraestrutura é objeto de destaque nesta nova antropologia. Partindo do foco inicial em redes de prática profissional, pesquisadores estão mais recentemente voltando-se a questões de responsabilidade pública, governança e participação democrática (Larkin 2013; Von Schnitzler 2013; Hess 2007:464). Trata-se de um campo de análise interessante, tendo em vista que ideologias tecnocráticas tendem a ocultar efeitos de dominação, concentração e desi-

gualdade sob um véu de ‘neutralidade política’ (Schmitt 2007 [1926]). Conflitos são assim delegados a um espaço administrativo que é representado como meritocrático, justo e imparcial, mas que frequentemente reproduz e amplifica formas de dominação e desigualdade crescentes (Fonte *et al* 2020; Amir 2012; Arendt 1998 [1958]; Masco 2006; Roszak 1995; Schmitt 2007 [1926]; Scott 1998). Assim sendo, antropólogos precisam “prestar atenção detalhada a epistemologias cívicas e culturas políticas, tornando-as mais reflexivas e inclusivas.” (Fischer 2007:541; ver também Jasanoff 2005; Mathews 2008).

Apresentando o dossiê

As contribuições originais colocadas nesse número apresentam uma antropologia da infraestrutura emergente no Brasil, assim como a tradução para o português, de dois artigos clássicos. As obras inéditas tratam de tópicos de relevância contemporânea e já aqui aplicam, repensam e avançam elementos teóricos discutidos nesta introdução e nos artigos de Star e Larkin que aqui publicamos. Esta amostragem inclui análises etnográficas sobre efeitos temporais, excludentes e dominadores de infraestruturas industriais, digitais e neoliberais, assim como experiências e práticas de resistência e criatividade em relação às mesmas, como brevemente sumarizados a seguir.

Com foco na indústria siderúrgica no interior do estado do Rio de Janeiro, Maria Raquel Passos Lima examina a dimensão política e material da temporalidade. Infraestruturas geram promessas e constroem horizontes temporais repletos de possibilidades. A produção de resíduos tóxicos e a poluição ambiental são descritas não como consequências imprevistas da implantação industrial, mas como promessas que ganham visibilidade política ao longo de um horizonte temporal que se constitui a partir do seu estabelecimento. O artigo nos permite ver como a infraestrutura impõe aos sujeitos explorados, econômica e ambientalmente, um tempo fundado sobre a espera de realização de tais promessas. Se a mesma pode ser lida como resultante de uma política de governabilidade, a autora também destaca como

sujeitos desenvolvem estratégias de resistência fundamentadas em sua resiliência. Esta contribuição permite repensar projetos exploratórios e coloniais de longo prazo, partindo da vitalidade de grupos sociais 'resistentes' na sociedade atual.

A dinâmica problemática da permanência é examinada por Yuri Rosa Neves, em sua análise etnográfica de um restaurante alternativo em Porto Alegre cuja fixação de preços é determinada pelos seus frequentadores. O dinheiro é aqui questionado como chave da infraestrutura comoditizada neoliberal. Não obstante ser elemento básico de grande parcela das interações urbanas, sua cotidianidade pode ser desvelada em momentos de crise. O ato de pagar, cuja banalidade não é percebida como parte de uma infraestrutura de matiz neoliberal, entra em colapso no caso analisado, mobilizando subjetividades a reagirem de forma reveladora. A ordinariade da infraestrutura interiorizada é assim exposta por espaços imaginativos proponentes de uma agenda decolonial. Enquanto infraestruturas urbanas tornam-se visíveis quando se quebram (e.g., blackout, falta d'água, greve de lixo etc.), a proposta de um restaurante sem preço evidencia um ato micropolítico que visa a educar, conscientizar e criar uma experiência específica consequente a práticas que implicitamente subvertem a infraestrutura econômica.

Efeitos sociais excludentes de infraestruturas residenciais de classe alta é o tema abordado no estudo de Rodrigo Agueda. Em uma etnografia conduzida no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, o autor observa como essas moradias se desenvolvem como empreendimentos modelados como condomínios-cidades enclausuradas ('gated communities'), social e espacialmente isolados do entorno urbano. Essa separação não somente constrange e controla a mobilidade de camadas populares, mas também bloqueia certos esforços do campo do analista. O artigo recorre à antropologia da infraestrutura para abordar o mundo das elites e da materialidade que as definem. A infraestrutura de condomínios, repleta de promessas de tranquilidade e de segurança, torna-se, segundo o autor, um indicador de desigual-

dade urbana, demonstrando como falhas sistêmicas são fundantes do mesmo conceito de infraestrutura: neste sentido as insuficiências no sistema de segurança pública levam a rearticulação do espaço urbano a favor de elites sociais, em detrimento das necessidades de recursos pelas camadas populares.

Outras infraestruturas tendem a gerar mobilidades de forma mais dinâmica, como examinadas em duas contribuições focadas em casos de migração transnacional e transporte urbano. Anna Kurowicka examina o Centro Islâmico como espaço de alta circulação de migrantes oriundos do Sul Global na cidade do Recife. A infraestrutura constitui-se a partir de redes de relações articuladas por espaços físicos e por regimes legais que regulamentam a permanência de estrangeiros no país. A autora aborda as tensões entre agências cosmopolíticas que contestam racionalidades tecnoburocráticas estatais enquanto projetos de acolhimento despolitizantes. Assim, infraestruturas de migração duplamente possibilitam mobilidades e imobilidades, permitindo a seus sujeitos recriarem provisoriamente a mesma, repolitizando o espaço no qual circulam.

No estudo com motoristas do aplicativo Uber na cidade do Recife, Álvaro Tavares examina como esta plataforma modela a experiência urbana de motoristas e usuários por meio de algoritmos que remapeiam a mobilidade com finalidade de uso e lucro. Segundo o autor, enquanto o algoritmo tende a alienar os motoristas de sua relação experiencial com a cidade, pequenas falhas no aplicativo possibilitam práticas criativas resilientes. Ao demonstrar como humanos e não humanos interagem no substrato dessa infraestrutura digital de transporte, o artigo evidencia novas formas de agência que desafiam o controle e a soberania do mercado neoliberal de mobilidade na cidade.

A visibilidade de infraestruturas precárias é tópico de Helena Lancellotti, que examina sistemas, práticas e falhas do sistema eletrônico de vigilância penal no estado do Paraná. A tornoeleira eletrônica é o elemento portátil mais visível e mediatizado de uma complexa infraestrutura composta de artefatos físicos e sinais eletrônicos gerenciados

por agentes e sujeitos de vigilância. Contudo, falhas frequentes levam essa infraestrutura a ser readaptada continuamente, revelando um paradoxo Kafkaesco: o sujeito portador da tornozeleira deve se assegurar do bom funcionamento da mesma para evitar o prolongamento da pena. As falhas sistêmicas e as estratégias dos atores colocam assim em xeque um sistema estatal apresentado como moderno e confiável.

Finalmente, visando a estimular o debate sobre a antropologia da infraestrutura no Brasil, esta coleção traz dois artigos clássicos traduzidos para o português. O artigo de Susan Leigh Star, originalmente publicado em 1990, pode ser considerado uma pedra angular desta literatura, propondo uma sistematização inicial que coloca a infraestrutura como categoria epistemológica autônoma. O contexto deste artigo se dá com a emergência de sistemas de informática virtuais e discretos, porém tão impactantes quanto infraestruturas massivas como classicamente imaginadas. O outro artigo traduzido é de autoria de Brian Larkin. Publicado em 2017, lança novos desafios para o estudo da infraestrutura, em função de um contexto em que redes digitais tornam-se indissolúvelmente ligadas à fábrica de cotidianidade local. Atualiza assim a proposta da Star, ao incorporar a literatura produzida nos últimos vinte anos. A materialidade, formas e promessas da infraestrutura são elementos centrais para a investigação de cunho político e poético da sociedade contemporânea.

Notas para uma agenda de pesquisa

Este dossiê visa contribuir para um debate crítico e informado pelas possibilidades empíricas e teóricas cotejadas nesta coleção, pondo em diálogo referências nacionais com estrangeiras. Este diálogo é considerado aqui como fundamental para o nosso fortalecimento, tendo em vista que as principais fontes de produção teórica e de pesquisa localizam-se no Norte Global. Nesse sentido, o dossiê proporciona uma primeira parada para refletir desafios no uso desta epistemologia, situando-a em campos empíricos e meios acadêmicos nacionais. Ademais, o conjunto dos artigos aqui apresentados visa a

propor um mapeamento inicial das ricas possibilidades de pesquisa, apresentando um conjunto pequeno, porém diverso e representativo do espaço promissor de uma antropologia da infraestrutura no Brasil. Partindo dos artigos aqui apresentados, propomos a seguir reflexões indicando algumas possibilidades de pesquisa.

A heterogeneidade dos campos apresentados é uma primeira consideração que destacamos nesta coletânea, refletindo assim aspectos significativos de uma literatura tópica mais ampla. A infraestrutura confirma-se, então, como categoria transversal, cuja sofisticação epistemológica permite abordar objetos diferentes, como indústrias, recursos, migrações, assim como mobilidades espaciais, relações de classe e formas de controle e vigilância. Comum aos artigos desta coleção é a tensão implícita entre os projetos infraestruturais criados e impostos a diferentes sujeitos e as agendas conduzidas por estes em termos de intencionalidade e consequências não previstas, possibilitando assim vários caminhos de interpretação teórica por parte do analista.

O Estado, com forte papel desenvolvimentista e contraditório no espaço brasileiro, é claramente refletido nas análises aqui apresentadas. Como entidade complexa, permite e requer a análise matizada de seus vários aspectos, como a máquina burocrática, as ideologias desenvolvimentistas, as políticas de promoção ou regulamentação de mercados neoliberais e, em particular, um conjunto de práticas, agentes e consequências sociotécnicas que permite materializar. E este parece ser um ponto de grande originalidade em relação à produção antropológica brasileira, abordando o Estado como um problemático sistema de governabilidade e governança. Os artigos deste dossiê examinam a viabilização dos atores públicos local, regional e mesmo nacionalmente, focando empírica e conceitualmente nos loci onde se materializam. Estes olhares buscam destacar distintas associações onde a dimensão estética da presença do Estado, entendida aqui como algo percebido por meio de um conjunto sensorial, é contemporaneamente o resultado do seu impacto nas populações envolvidas e também o ponto de partida de sua ação. O dossiê permite, assim, abrir novos caminhos

para exploração etnográfica destes espaços, deslindando a dimensão associativa que se desenvolve entre os atores humanos e não humanos envolvidos nesta trama.

A questão do espaço geográfico (social e físico), já saliente nesta coletânea, deve refletir aplicações relevantes da antropologia da infraestrutura no Brasil. Se esta consideração dá continuidade a literatura em geral, também evidencia futuras possibilidades de pesquisa. Isso tem a ver com a dimensão geográfica e histórica da infraestrutura. Em relação ao espaço, é possível afirmar que ainda há muitos contextos que poderiam ser analisados a partir da materialidade das infraestruturas que os permeiam. Pensamos aqui em contextos rurais ou semirurais, que se distanciam implicitamente da modernidade urbana, na qual as diferenças étnicas e raciais são, na recente literatura, objeto de reflexão decolonial. Ademais, estruturas de grande porte, historicamente implantadas em espaços remotos, em função de processos de digitalização e miniaturização, vem gradualmente se localizando no entorno urbano (por exemplo, redes de inovação e energias alternativas que hoje frequentemente sobrepõem-se à cidade). São assim tipos de infraestrutura que se movem do rural ao urbano, e vice-versa. Uma antropologia da infraestrutura voltada à dimensão material e, conseqüentemente, estética, pode contribuir significativamente para este debate, destacando uma alteridade que se apresenta junto a específicas infraestruturas, diferenciadas daquela em decorrência da difusão global.

A dimensão política do tempo é outro tópico de reflexão empírica e epistemológica interessantemente abordada na antropologia da infraestrutura. Como as contribuições nesta coleção examinam, as temporalidades envolvidas em entidades infraestruturais moldam subjetividades e condicionam agências específicas, complementadas por metodologias de enfoque sincrônico, voltadas para o mapeamento de transformações em infraestruturas e suas conjunturas específicas. Neste sentido, como lacuna presente e necessidade para o enfrentamento em pesquisas futuras, a antropologia da infraestrutura

deve ser mobilizada para analisar outros tempos, assim como outros espaços. Referimo-nos aqui a infraestruturas do Brasil pré-moderno: o desenvolvimento de sistemas produtivos extrativistas e mercantilistas, por exemplo, em canaviais e engenhos ligados a regimes coloniais e escravocratas, assim como o desenvolvimento precário de instituições imperiais transplantadas da Europa ao Brasil durante o século XIX, e esforços desenvolvimentistas por regimes democráticos e militares no século passado. Uma visão infraestrutural sobre esta história provavelmente poderia abrir novos caminhos com pontos de vistas inéditos.

Inevitavelmente, estudos da infraestrutura devem considerar qual o estatuto dos processos de globalização, seja como horizonte de influência ou como tópico imediato de análise. Tendo em vista o caráter abstrato da globalização enquanto conceito, esse campo se desdobrou em duas grandes vertentes de fecundidade empírica e teórica: por um lado, processos de transnacionalidade e transnacionalismo, como predominantemente abordados na antropologia cultural, classicamente representada pelas reflexões de Arjun Appadurai; e, por outro, em processos de mobilidade, como referenciados na sociologia de sistemas complexos de John Urry. Em ambas as perspectivas, estudos sobre migração, transporte e turismo, assim como sobre distribuições fluidicas (vide os 'scapes' de Appadurai) têm provado uma rica base empírica sobre a qual a literatura relativa à globalização produtivamente se desenvolve. Como o olhar antropológico aproxima-se rapidamente do espaço tecnocientífico (e dos STS no plano analítico), tais formações são conformadas por processos transnacionais. No caso brasileiro, a investigação de infraestruturas emergentes de alta complexidade deve considerar fluxos e redes transnacionais que se dão no sentido Sul-Sul, Norte-Sul e Sul-Norte, incluindo o Mercosul e outros agentes ligados a nações desenvolvidas ou emergentes (China, Índia). Esses fluxos e redes frequentemente são partes essenciais conformadoras de infraestruturas que operam dentro de lógicas de acumulação neoliberal ou híbrida, materializando-se em espaços sociais urbanos e, cada vez mais, nos rurais.

Finalmente, cabe mencionar a dificuldade metodológica para analisar entidades complexas e globalizadas, como é o caso de infraestruturas examinadas antropologicamente. A natureza dispersiva e, frequentemente, desterritorializada das mesmas e as dificuldades em cortar a rede em sentido stratherniano, forçam o pesquisador a considerar novas estratégias metodológicas que articulem adequadamente o plano de investigação empírica com o plano de validação conceitual e teórico. Metodologias multiescalares vêm sendo recomendadas já há algum tempo dentro da antropologia da globalização, mas se colocam ainda mais urgentes no caso de infraestruturas atreladas a cadeias translocais de fluxos de recursos de complexidade espacial, longitudinal e genealógica (Fischer 2013:382). Em outras palavras, a etnografia tem que cuidar em modo particular da dimensão escrita, para convincentemente justificar as descrições etnográficas em relação à teoria mobilizada ou pelas abordagens multimodais, que implicitamente priorizam a dimensão sensorial da etnografia, adotando eventualmente linguagens não escritas. De forma mais prática, essas metodologias devem considerar a possibilidade de focar a análise das infraestruturas por meio de um olhar aos espaços experienciais, considerando as interações e associações entre os atores, as redes envolvidas e as matérias e formas que tornam visível as infraestruturas, dentro de contextos regionais, nacionais e transnacionais.

Referências:

- AMIR, S. 2012. *The Technological State in Indonesia: The Co-constitution of High Technology and Authoritarian Politics*. London: Routledge
- ANAND, N. 2017. *Hydraulic city: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham: Duke University Press.
- ANAND, N., GUPTA, A., & APPEL, H. (eds.). 2018. *The promise of infrastructure*. Durham: Duke University Press.
- ANDERSON, W. 2009. "From subjugated knowledge to conjugated subjects: science and globalisation, or postcolonial studies of science?". *Postcolonial Studies*, 124:389-400.

- APPADURAI, A. 1996. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ARBIX, G. 2010. "Innovation and the Development Agenda". *Economic Sociology*, 112:16-23.
- ARENDT, H. 1998. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- BAIARDI, A., & RIBEIRO, M. C. 2011. "A cooperação internacional norte-sul na ciência e tecnologia: gênese e evolução". *Caderno CRCH*, 24(63):593-608.
- BALBACHEVSKY, E., & BOTELHO, A. 2011. Science and Innovation policies in Brazil: a framework for the analysis of change and continuity. Trabalho apresentado no "IPSA-ECPR: Whatever Happened to North-South?", USP, São Paulo-SP.
- BAUMAN, Z. 2000. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BIAO, X. 2006. *Global 'Body Shopping': An Indian Labor System in the Information Technology Industry*. Princeton: Princeton University Press.
- BISPO DOS SANTOS, A. 2015. *Colonização, Quilombos modos e significados*. Brasília: Universidade de Brasília.
- CALLON, M. 1980. "Struggles and Negotiations to Define What is Problematic and What is Not: The Socio-logic of Translation". In KNORR-CETINA, K. (ed.): *The Social Process of Scientific Investigation*, pp. 197-221. Dordrecht/Boston: Reidel.
- CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - MCTI. 2013. Estudos de Projeto de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos.
- CLASTRES, P. 2017. *A sociedade contra o estado*. São Paulo: Editora Ubu.
- COSTA Jr, L. C. 2005. *Reflexividade e Aceleração: Estratégias Racionais de Sobrevivência - o caso dos profissionais do pólo de informática do Recife*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- CRUZ, R. 2004. *O Que as Empresas Podem Fazer pela Inclusão Digital*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- D'ANDREA, A. 2010. 'You Shouldn't Take the BlackBerry to your Bedroom': Mobility and Flexibility among High-Tech Workers of the National Technology Park Ireland. Field Report: University of Limerick.
- D'ANDREA, A., GRAY, B., & CIOLFI, L. (eds.). 2011. "Methodological Challenges and Innovations for Mobilities Research". *Mobilities Journal*, 6(2): 149-160 .
- DE BOECK, F., & BALOJI, S. 2016. *Suturing the city: living together in Congo's urban worlds*. London: Autograph ABP.
- DE LAET, M., & Mol, A. 2000. "The Zimbabwe Bush Pump: Mechanics of a Fluid Technology". *Social Studies of Science*, 30(2):225-263.
- DI NUNZIO, Marco 2018. 'Anthropology of Infrastructure'. *Governing Infrastructures Interfaces - Research Note*. London: London School of Economics and Political Science.

- FARIAS JR, I. *et al.* 2008. "Porto Digital: Um Exemplo de Responsabilidade Social". *Novas Tecnologias na Educação*, 6(2):1-10.
- FELIZARDO, R. 2013. *Em Busca de Novos Padrões de Desenvolvimento: Os Parques Tecnológicos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FERGUSON, J. 1994. *The Anti-Politics Machine: 'Development', Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- FERREIRA, L. 2008. *Estudo Comparativo de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais de Software no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FIGLIOLI, A. 2013. *Em Busca da Sustentabilidade Econômico-Financeira de Organizações Gestoras de Parques Tecnológicos: Proposta de Modelo de Negócio no Contexto Brasileiro*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP.
- FISCHER, M. 2007. "Four Genealogies for a Recombinant Anthropology of Science and Technology". *Cultural Anthropology*, 224(*):539-615.
- FISCHER, M. 2013. "Biopolis: Asian Science in the Global Circuitry". *Science Technology & Society*, 18(3):379-404.
- FONTE, C., PORTELA, L. & JESUS, M. 2020. *Território Suape*. Video Documentário.
- FRIEDMAN, T. 2007. *The World is Flat 3.0: A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Picador.
- GIDDENS, Anthony 1989. *The Consequences of Modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- GIELFI, G., & PEREIRA, N. 2011. "A Unicamp e a indústria de petróleo: uma análise da produção científica do Centro de Estudos do Petróleo". In MONTEIRO, M., CAMPOS, C. & DIAS, R. (eds.): *Novos Horizontes em Política Científica e Tecnológica*, pp. 15-36. Santo André: UFABC.
- GODELIER, M. *et al.* 1978. "Infrastructures, Societies, and History". *Current Anthropology*, 19(4):763-771.
- GODELIER, M. 1994. "Deconstruct to Reconstruct: An Interview with Maurice Godelier, by Paul Eiss and Thomas Wolfe". *The Journal of the International Institute*. (<https://quod.lib.umich.edu/j/jii/4750978.0001.207/-deconstruct-to-reconstruct-an-interview-with-maurice?rgn=main;view=fulltext>; acesso em 30/11/2020).
- GOUVEIA, C. 2013. Porto Leve – A Mobility and Safety Intelligent Infrastructure Urban Solution for Porto Digital. Trabalho apresentado no "30th IASP World Conference on Science and Technology". Recife-PE.
- GOUVEIA, C., TARGINO, P., & SABOYA, F. 2012. Porto Digital's Support System for Economic Development and Innovation Promotion. Trabalho apresentado no "29th IASP World Conference". Tallin, Estonia.
- GRAHAM, S., & MCFARLANE, C. Eds.. 2015. *Infrastructural lives: urban infrastructure in context*. London: Routledge, Taylor & Francis Group.

- GRAEBER, D. 2004. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- GUIMARÃES, S. 2011. "Produção do Conhecimento Científico e Inovação: desafios do novo padrão de desenvolvimento". *Caderno CRCH*, 24(63):461-466.
- GUIMARÃES, S., & AZAMBUJA, L. 2009. "Empreendedorismo high-tech no Brasil: Condicionantes econômicos, políticos e culturais". *Revista Sociedade e Estado*, 25(1):93-121.
- GUNEL, G. 2011. "Spaceship in the Desert: Conceptions of Abu Dhabi's Masdar City". *Anthropology News*, Out.:3-4.
- GUSTERSON, H. 1998. *Nuclear Rites: a Weapons Laboratory at the End of the Cold War*. Berkeley: University of California Press.
- HESS, D. J. 2007. "Crosscurrents: Social Movements and the Anthropology of Science and Technology". *American Anthropologist*, 109(3):463-472.
- HETHERINGTON, K. (ed.). 2019. *Infrastructure, environment, and life in the Anthropocene*. Durham: Duke University Press.
- JASANOFF, S. 2005. *Designs on Nature: Science and Democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University.
- KNORR-CETINA, K. 1999. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge: H. U. Press.
- _____. 2009. "The Synthetic Situation: Interactionism for a Global World". *Symbolic Interactionism*, 32(1):61-87.
- KNORR-CETINA, K., KROHN, R. & WHITLEY, R. (eds.). 1980. *The Social Process of Scientific Investigation*. Dordrecht/Boston: Reidel.
- KOPENAWA, D. & ALBERT, B. 2015. *Queda Do Céu: Palavras de Um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias Para Adiar o Fim Do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAHSEN, M. 2004. "Transnational Locals: Brazilian Experiences of the Climate Regime". In JASANOFF, S. & MARTELLO, M. (eds.): *Earthly Politics: Local and Global in Environmental Governance*, pp. 151-172. Boston: MIT.
- LARKIN, B. 2004. "Degraded Images, Distorted Sounds: Nigerian Video and the Infrastructure of Piracy". *Public Culture*, 16(2):289-314.
- _____. 2013. "The Politics and Poetics of Infrastructure". *Annual Review of Anthropology*, 42:327-343.
- _____. 2018. "Promising Forms: The Political Aesthetics of Infrastructure". In ANAND, N., GUPTA, A., & APPEL, H. (eds.): *The promise of infrastructure*, pp.175-202 Durham: Duke University Press.
- LATOUR, B. 1987. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Milton Keynes: Open University Press.
- _____. 1996. "The Trouble with Actor Network Theory". *Soziale Welt*, 47:369-381.
- _____. 2005. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.

- LOOMBA, A., KAUL, S., & BUNZL, M. 2005. *Postcolonial Studies and Beyond*. Durham: Duke University Press.
- MASCO, J. 2006. *The Nuclear Borderlands: The Manhattan Project in Post-Cold War New Mexico*. Princeton: Princeton University Press.
- MATHEWS, A. S. 2008. "State Making, Knowledge, and Ignorance: Translation and Concealment in Mexican Forestry Institutions". *American Anthropologist*, 110(4):484-494.
- MITCHELL, S. T. 2013. "Space, Sovereignty, Inequality: Interpreting the Explosion of Brazil's VLS Rocket". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 18(3):395-412.
- MONTEIRO, M. 2012a. "Imagens de Satélite como Sítio Etnográfico? Interpretando práticas de sensoriamento remoto no Brasil". In KERBAUY, T., ANDRADE, T. & HAYASHI, C. (eds.): *Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil*, pp. 251-278. Campinas: Alinea.
- _____. 2012b. *Os Dilemas do Humano: reinventando o corpo numa era biotecnológica*. São Paulo: Annablume.
- _____. 2012c. "Reconsiderando a Etnografia da Ciência e da Tecnologia: Tecnociência na prática". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(9):139-232.
- MONTEIRO, M., CAMPOS, C., & DIAS, R. (eds.) 2014. *Novos Horizontes em Política Científica e Tecnológica*. Santo André: Universidade Federal do ABC.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 2005 *Anthropology and Development: Understanding Contemporary Social Change*. London: Zed Books.
- PEREIRA, L., & PLONSKI, G. 2009. "Shedding light on technological development in Brazil". *Technovation*, 29:451-464.
- PERON, A. 2011. A factibilidade da transferência de tecnologia e o spinoff no Programa FX-2 da FAB 59. In MONTEIRO, M., CAMPOS, C., & DIAS, R. (eds.): *Novos Horizontes em Política Científica e Tecnológica*, pp. 59-74. Santo André: UFABC.
- PLONSKI, G. 2005. "Bases para um Movimento pela Inovação Tecnológica no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, 19(1):25-33.
- PRIBILSKY, J. 2013. "Technoscience in Las Américas: STS Engagements in Latin American Anthropology". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 18(3):371-375.
- QUERETTE, E., SABOYA, F., & MOLINA, A. 2010. Porto Digital: a model of implementing a Technology Park as a driver for economic development. Trabalho apresentado no "XXVII IASP World Conference on Science and Technology". Daejeon, Coreia do Sul.
- RAJAN, K. 2006. *Biocapital: The Constitution of Postgenomic Life*. Durham: Duke University Press.
- REGO, I. M. 2006. "A Cidade Virtual: O Porto Digital como representação do Recife". *Iniciacom*, 1(1):1-10.
- RODGERS, D. & O'NEILL, B. 2012. "Infrastructural violence: Introduction to the special issue". *Ethnography*, 13(4):401-412

- ROSZAK, T. 1995. *The Making of a Counterculture: Reflections on the Technocratic Society and its Youthful Opposition*. Berkeley: Univ. of California.
- SAHLINS, M. 2010. "Infrastructuralism". *Critical Inquiry*, 363(*):371-385.
- SASSEN, S. 2006. *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks: Pine Forge.
- _____ (ed.). 2007. *Deciphering the Global: Its Scales, Spaces and Subjects*. New York: Routledge.
- SAUTCHUK, C. 2007. "A medida da gordura: o interno e o íntimo na academia de ginástica". *Mana*, 13(1):153-179.
- SCHMITT, C. 2007 [1926]. "The Age of Neutralizations and Depoliticizations". In SCHMITT, C. et al. (eds.): *The Concept of the Political, Expanded Edition*, pp. 80-96. Chicago: Chicago University Press.
- SCHWARTZMAN, S. (ed.) 2008. *Universidad y Desarrollo en Latinoamérica: experiencias exitosas de centros de investigación*. Bogotá: UNESCO-IESALC.
- SCOTT, J. C. 1998. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale Univ. Press.
- SILVA, F. Q. B. 2008. A City and its Science Park: building a local innovation system for urban and economic development. Trabalho apresentado no "XXV IASP World Conference on Science and Technology". Johannesburg, Africa do Sul.
- STAR, S. L. 1999a. "The Ethnography of Infrastructure". *American Behavioral Scientist*, 43(3):377-391.
- STEWART, K. 2007. *Ordinary Affects*. Durham: Duke University Press.
- STRATHERN, M. 2014. *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify.
- TADDEI, R. 2013. "Anthropologies of the Future: On the Social Performativity of Climate Forecasts". In KOPNINA, H. & SHOREMAN-OUIMET, E. (eds.): *Environmental Anthropology: Future Directions*, pp.244-263. London: Routledge.
- TAKHTEYEV, Y. 2012. *Coding Places: Software Practice in a South American City*. Massachusetts: MIT Press.
- URRY, J. 2007. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.
- VAILATI, A. & ZAMORANO, G. (eds.). (no prelo). *Ethnographies of 'On Demand' Films: Anthropological Explorations of Commissioned Audiovisual Productions*. New York: Palgrave.
- VON SCHNITZLER, A. 2013. "Traveling Technologies: Infrastructure, Ethical Regimes, and the Materiality of Politics in South Africa". *Cultural Anthropology*, 28(4):670-693.
- XIANG, B., & LINDQUIST, J. 2014. "Migration Infrastructure". *International Migration Review*, 48(1):122-148.

Abstract: This article discusses infrastructure as an emerging topic in Brazilian anthropology. While prominent in public and media spaces, the category has been largely absent from national anthropology until recently. Ini-

tially sidelined as static and socially uninteresting composites, the notion of infrastructure has been rediscovered in relation to dynamic symbolic-material formations entwined with various flows and epistemic networks at local and translocal levels. This article therefore introduces a number of original ethnographic studies authored by researchers in Brazil, including studies on industrial, residential, social, digital, surveillance, and counter-hegemonic infrastructures. Moreover, this dossier includes translations of two classic texts in the international anthropology of infrastructure. Within broader interdisciplinary contexts, this article suggests that infrastructures can be examined across the productive tension between postcolonial legacies and cosmopolitical possibilities, and, more specifically, considers that topical theorizations should inform local ethnographic research which, in turn, can generate new knowledge that is nationally and intellectually relevant.

Keywords: Infrastructure, Anthropology, Cosmopolitics, Colonialism, Brazil.

Recebido em novembro de 2020.

Aprovado em dezembro de 2020.

Políticas e Poéticas da Infraestrutura

Brian Larkin^a

Infraestruturas são formas materiais que permitem trocas por meio do espaço. Elas são redes físicas através das quais mercadorias, ideias, lixo, energia, pessoas e capitais financeiros circulam. Neste artigo, mapeio a literatura antropológica que busca teorizar a infraestrutura a partir da biopolítica, dos estudos de ciência e tecnologia e das teorias de tecnopolítica. Também examino outros aspectos das infraestruturas que proporcionam diferentes significados e estruturas políticas por meio das dimensões estética, sensorial, do desejo e da promessa.

Infraestrutura, Tecnopolítica, Biopolítica, Estética e Tecnologia.

Infraestruturas¹ são redes construídas para facilitar o fluxo de bens, pessoas e ideias, permitindo o intercâmbio dos mesmos no espaço. Enquanto formas físicas, moldam a natureza de uma rede, a velocidade e a direção de seus movimentos, assim como sua temporalidade e sua vulnerabilidade às falhas². Elas constituem a arquitetura de circulação que, literalmente, sustenta as sociedades modernas e, conseqüentemente, cria o ambiente das interações da vida cotidiana. A antropologia, até recentemente, teve pouco a dizer sobre as infraestruturas, porém, na última década, novas direções intelectuais na disciplina começaram a dar centralidade à questão das infraestruturas.

^a Departamento de Antropologia, Columbia University. Email: bl190@columbia.edu.

Neste artigo, avalio o que uma análise das infraestruturas oferece à análise antropológica e o que a antropologia acrescenta no estudo das infraestruturas.

Ainda que a antropologia tenha lidado por anos com a metáfora da infraestrutura para se referir a qualquer sistema que pareça sustentar ou incitar o mundo dos fenômenos (cultura, episteme, estrutura social), desde uma análise marxista das relações entre a base e a superestrutura até a distinção saussuriana entre *langue* e *parole*, pode-se argumentar que a antropologia encontra dificuldades – etnograficamente – para analisar sistemas tecnológicos em si. A inclinação da nossa disciplina é analisar a influência de uma estrada em uma região do Peru (Harvey 2012) ou da Nigéria (Masquelier 2002) em vez de analisar a construção de estradas enquanto uma rede³. Nesse sentido, uma análise desses sistemas requer uma reorganização metodológica na qual a etnografia pode ser conduzida em centros governamentais normalmente distantes de onde a estrada está sendo construída e, portanto, podendo levar em conta políticos, tecnocratas, economistas, engenheiros e construtores de estradas, assim como os próprios usuários das estradas. Porém, como notou Latour (1993) já há algum tempo, essa abordagem é tanto uma força quanto uma fraqueza para a disciplina, por colocar em destaque outras áreas nas quais as infraestruturas se espalham. Isso possibilita compreender o papel dos colapsos e das formas de vida que daí se originam (Kockelman 2010; Larkin 2008). A antropologia certamente precisa compreender a racionalidade para propor uma etnografia de infraestruturas, e aqui me refiro a alguns dos melhores trabalhos que seguem nessa direção (Appel 2012b; Anand 2011; Bear 2007; Collier 2011; Von Schnitzler 2008). Contudo, é necessário que a antropologia mantenha o foco nas suas possibilidades, ou seja, nas maneiras em que formas de infraestruturas podem oferecer intuições sobre outros domínios, tais como práticas de governo, de religião ou de socialidade.

Talvez a abordagem mais dinâmica na antropologia contemporânea para estudar infraestruturas tenha vindo com o conceito de tecno-

política. Como muitos estudiosos têm apontado, o liberalismo é uma forma de governo que renega a si mesma a possibilidade de adotar lógicas para pensar populações e territórios, embasadas em domínios tecnológicos que geralmente não parecem se relacionar às instituições políticas formais (Barry 2001; Joyce 2003; Mitchell 2002, 2011). Mesmo o livre fluxo de mercadorias que constitui a economia liberal apoia-se em uma base infraestrutural que organiza mercado e sociedade. Vários pesquisadores têm procurado recorrer a estudos científicos e tecnológicos para rastrear as operações materiais dessas tecnologias e para entender as suas consequências nos processos políticos (Bennet 2010; Callon 1998; Latour 2007; Mitchell, 2011). Nesses trabalhos, as infraestruturas são relevantes por revelarem as formas de racionalidade política que fundamentam os projetos tecnológicos e que dão origem a um “aparato de governamentalidade” (Foucault 2010:70).

Contudo, as infraestruturas existem para além do funcionamento puramente técnico, elas precisam ser analisadas enquanto veículos semióticos e estéticos orientados para os seus destinatários. Elas fazem emergir e simultaneamente armazenam em si formas de desejos e fantasias, podendo então assumir aspectos fetichistas que, ocasionalmente, podem ser completamente independentes das suas funções técnicas. Focar na questão da forma ou da poética das infraestruturas permite-nos compreender como o político pode ser constituído por meio de diferentes significados. Isso aponta para sentidos de desejo e de possibilidade, o que Benjamin (1999) chamaria de fantasia coletiva da sociedade (De Boeck 2011; Humphery 2005; Khan 2006; Larkin 2008; Mzárék 2002; Sneath *et al* 2009). Significa também estar consciente das dimensões formais das infraestruturas, compreendendo qual tipo de objetos semióticos elas são, as suas operações técnicas, e determinando como elas endereçam e constituem sujeitos.

A ontologia da infraestrutura

Infraestruturas são matérias que possibilitam o movimento de outras matérias. Sua peculiar ontologia situa-se no fato de que elas são

coisas e, ao mesmo tempo, são relações entre coisas. Enquanto coisas, oferecem-se aos sentidos, porém, ainda assim, deslocam o foco para os assuntos que movimentam. Nós geralmente vemos computadores, não cabos; vemos luz, não eletricidade; vemos torneiras e água, mas não canos e esgotos. Enquanto objetos técnicos, eles precisam ser examinados por meio da extensa tradição teórica sobre tecnologia (Giedion 1969; Heidgger 1977; Marx 1990; Mumford 2010; Simondon 1980 [1958]; Stiegler 1998). Contudo, a dualidade das infraestruturas indica que, na medida em que esses objetos técnicos operam sistematicamente, elas não podem ser teorizadas como um objeto isolado. O que distingue as infraestruturas das tecnologias é o fato de serem constituídas por objetos que suportam a operatividade de outros objetos e, ao fazê-lo, operam como sistemas⁴.

Talvez, devido a essa dualidade, as infraestruturas dificilmente são governáveis por conceitos. Elas são pensadas normalmente como “sistemas de substratos” (Star 1990:380) que subjazem um mundo fenomenológico construído com canos, cabos esgotos e fios. Essa visão presume uma relação clara e linear entre um sistema de substratos e um mundo fenomenológico ao qual dá origem, enquanto a definição da relação entre os dois torna-se mais e mais difícil. Tomemos como exemplo o computador que usei para escrever este artigo. Qual a sua infraestrutura? Eletricidade é provavelmente o mais óbvio substrato que permite o funcionamento do computador. Porém, como notou Edwards (1998), mesmo que a eletricidade seja a infraestrutura do computador, o computador é a infraestrutura para o fornecimento de energia, já que toda transmissão é regulada por computadores. A eletricidade, por sua vez, está associada a outras infraestruturas, entre as quais podemos incluir a imprescindível produção de petróleo (Appel 2012a e 2012b; Gelber 2015) para o funcionamento das usinas elétricas; os mecanismos financeiros consequentes à descentralização que permitem a venda de eletricidade no livre mercado; ou ainda as redes de trabalho que permitem a sua produção e distribuição.

Nosso estudo de infraestrutura poderia então focar nas coisas construídas e nas coisas relacionadas ao conhecimento e às pessoas. A partir da teoria ator-rede, é possível analisar todos esses elementos distintos como um só sistema, porém a questão de quais elementos estão inclusos e quais estão excluídos do sistema é mantida. Afinal, a eletricidade é somente uma das várias infraestruturas que dão suporte ao funcionamento dos computadores: há ainda o sistema telemático que permite transmitir e receber informação (Graham & Marvin 1996), os protocolos dos *softwares* que delimitam as possibilidades de uso das máquinas (Chun 2008; Galloway 2006), e as competências educacionais e culturais necessárias ao entendimento das funcionalidades do sistema e de como operá-lo. Todos esses substratos são indispensáveis para o computador funcionar. A relação linear e simples, fundamentada nos objetos visíveis, acaba sendo recursiva e dispersa. Dada a constante proliferação das redes que podem ser mobilizadas para a compreensão das infraestruturas, somos lembrados que debater sobre uma infraestrutura é um ato categórico. É um momento de expor essas redes heterogêneas para definir quais elementos delas devem ser discutidos e quais devem ser ignorados. Reconhece-se que as infraestruturas operam em diferentes níveis simultaneamente, produzindo múltiplos direcionamentos e levando a pensar que qualquer arranjo específico de questões intelectuais irá determinar quais desses níveis serão examinados. As infraestruturas não são algo que, em um sentido positivista, simplesmente estão 'lá'. O ato de definir uma infraestrutura é um momento categórico. Tomada de modo refletido, elas comportam uma analítica cultural que enfatiza os comprometimentos epistemológicos e políticos envolvidos na seleção do que é visto como infraestrutural (e, portanto, causal) e daquilo que é deixado de fora.

Pensamentos sistemáticos e tecnopolítica

Já faz algum tempo que intelectuais ligados aos estudos de ciência e tecnologia e à geografia têm analisado como as infraestruturas mediam trocas à distância, colocando diferentes pessoas, objetos e espa-

ços em interação e conformando, assim, a base de funcionamento dos sistemas econômicos e sociais modernos (Graham & Marvin 1996; 2001; Lefebvre 1991). Graham & Marvin (1996) têm escrito uma série de influentes trabalhos examinando como os novos sistemas de telecomunicações estão reconfigurando os espaços urbanos e como as infraestruturas agregam água, energia, pessoas e ruas em um conjunto de infraestruturas interconectadas que definem a vida moderna (2001). A ênfase aqui recai sobre a formação daquilo que Hughes (1987; 1993) tem chamado de sistemas técnicos de larga escala, as gigantescas redes de infraestruturas que organizam a vida cotidiana. Hughes (1987; 1993) e outros autores seguindo sua direção (Bijker 1997; Bijker *et al* 1987; Bowker & Star 2000; Edwards 1997, 2003; Edwards *et al* 2009; Hecht 2011; Jackson *et al* 2007; Star & Ruhleder 1996; Yates 1993) argumentam que as infraestruturas tipicamente começam com uma série de tecnologias pequenas e independentes com uma ampla variedade de padrões técnicos. Elas tornam-se infraestruturas seja na medida em que um sistema tecnológico se torna dominante sobre os outros, seja quando os sistemas independentes convergem em uma rede. Enquanto um teórico dos sistemas, Hughes considera que a ontologia da tecnologia é composta de elementos internos aos próprios objetos, mas que, ao mesmo tempo, são partes de um único sistema. Desse modo, a invenção de Edison da lâmpada envolve simultaneamente outras de suas invenções, como o gerador e o alimentador⁵. Tais invenções permitiram uma inovação nos instrumentos financeiros e nas estruturas administrativas necessárias para acomodar o rápido crescimento corporativo. Nessa concepção, a lâmpada não se desenvolve a partir dos elementos internos à própria tecnologia (uma associação de vidro, filamentos e vácuo), como algumas teorias da técnica apontariam. Em vez disso, enquanto infraestrutura, ela é um amálgama de expertises técnicos, administrativos e financeiros.

Duas grandes diretrizes de fundamental importância para a antropologia emergem desses trabalhos. Colocar o sistema no centro da análise descentra o foco da tecnologia e oferece uma perspectiva mais

sintética, que inclui na nossa concepção de máquinas todo tipo de elemento não tecnológico. Para Hughes, uma empresa ou uma prática de contabilidade são invenções técnicas tanto quanto o são um dínamo ou um telefone, e todos esses elementos são essenciais para produzir um sistema infraestrutural. Em segundo lugar, podemos considerar o foco sobre a construção dos sistemas. Um sistema técnico origina-se em um lugar e cresce em resposta a técnicas específicas comuns na área em que o sistema é desenvolvido, que podem ser ecológicas, legais, políticas e industriais. Porém, na medida em que cresce dentro de uma infraestrutura em rede, o sistema deve se mover para outros lugares com diferentes condições, padrões tecnológicos e regulamentações legais, adotando então técnicas de adaptação e tradução. Colocando o foco sobre as práticas de rotinização e expansão, torna-se nítida a exigência da tradução (podendo ser técnica, mas também administrativa e financeira) enquanto um processo inerente à construção do sistema. Não surpreende que os intelectuais que vieram depois de Hughes (Bowker & Star 2000; Edwards *et al* 2009) valeram-se fortemente da teoria ator-rede e de suas ênfases na descrição das associações entre redes heterogêneas (Latour, 1996; 2007) e na necessidade de levar em conta como a tradução ocorre (Callon 1986; 1998; Latour 1993). Esse esforço tem sido extremamente produtivo para a pesquisa antropológica recente (Appel 2012a e 2012b; Anand 2011, 2012; Carse 2012; Collier 2011; Collier & Lakoff 2008; Von Schnitzler 2008), como se pode notar em dois excelentes trabalhos sobre abastecimento de água em Mumbai (Anand 2011, 2012) e em Soweto (Von Schnitzler 2008).

A etnografia de Anand reúne engenheiros, articuladores políticos, moradores de comunidades pobres, políticos, ativistas e burocratas dentro de um único sistema de operações técnicas que permitem o abastecimento de água. (ver também Gandy 2008; Graham *et al* 2013). Em Mumbai, a densidade populacional faz com que o abastecimento de água seja escasso e intermitente, e os engenheiros do município tratam essa limitação em termos técnicos (falam da localização das comunidades pobres no topo dos morros e da pressão necessária

para movimentar a água por grandes distâncias). Porém, para os residentes desses lugares, essa é uma questão de mobilização política. As comunidades sem água envolvem-se com os *dadas*, poderosos patronos que usam suas conexões para pressionar políticos eleitos a fornecer conexão infraestrutural. Em troca, o *dada* recompensa-os com suporte eleitoral.

Na análise de Anand, interagem basicamente dois sistemas infraestruturais: a distribuição de água com seus canos, os engenheiros e a burocracia constituem o aspecto técnico do fornecimento (o abastecimento infraestrutural o qual constitui todo o sistema de larga escala para Hughes e outros); e, do outro lado, as redes sociais, as formas de clientelismo e o ‘trabalho fático’ (Elyachar 2010), tão importantes para a distribuição de água quanto as bombas e os canos. Nesse sentido, infraestrutura é um tipo de mentalidade e uma forma de viver no mundo (Hansen & Verkaaik 2009; Simmel 1972; Simone 2001), e Anand (2011) faz convergir essas duas concepções diferentes de infraestrutura, não para analisar o abastecimento de água, mas para revelar a produção do que o autor considera uma “cidadania hidráulica, uma forma de pertencimento à cidade que é possibilitada por reivindicações sociais e materiais voltadas à infraestrutura de água” (Anand 2011:545).

Von Schnitzler (2008), assim como Anand, vê o abastecimento de água enquanto algo revelador de uma lógica maior de cidadania na África do Sul pós-apartheid. Porém, a abordagem dela difere da análise anterior por focar em uma tecnologia específica, o hidrômetro, introduzido como um dispositivo técnico para monitorar o uso de água e acabar com o desperdício nas *townships*⁶. Von Schnitzler descreve a história técnica do hidrômetro, desde sua invenção na Grã-Bretanha até sua introdução na África do Sul, para então pensar como não se tratava somente de regular o uso da água nesse contexto, mas de produzir um novo tipo de cidadania. O cidadão era o responsável, monitorando por si suas ações e engajando-se em práticas de contabilização. Voltando-se mais para a biopolítica, Von Schnitzler argumenta

que os hidrômetros não regulam somente a água, eles revelam uma estratégia de governo e, em última instância, produzem uma ética. “[E] scondendo-se atrás de uma linguagem pedagógico-moral” (Von Schnitzler 2008:906), os funcionários públicos da cidade tinham como objetivo reformar a cultura dos residentes dos subúrbios (que desperdiçavam água) produzindo assim um ‘sujeito calculista’ que fecha a torneira enquanto escova os dentes ou reutiliza a água do banho para dar a descarga no banheiro (ver também Fennell 2011). O hidrômetro, argumenta Von Schnitzler, distribuía tanto um comportamento moral quanto a água. Ambos, Von Schnitzler e Anand, demonstram como o funcionamento das tecnologias, apesar da aparente neutralidade prática, torna-se a base ao redor da qual formas de cidadania são disputadas (Barry 2001; Joyce 2003; Mitchell 2002, 2011; Otter 2008) e, além disso, é o ponto em que os sistemas tecnológicos entrelaçam-se com outros domínios, tais como religiosos e políticos.

Collier acrescenta uma torção nessa literatura ao organizar sua análise das infraestruturas inteiramente em torno da questão da biopolítica (Foucault 2010, 2011). Para Collier, as infraestruturas são uma mistura de racionalidade política, técnicas administrativas e sistemas materiais, e o seu interesse não é a infraestrutura em si, mas o que ela pode dizer sobre práticas de governo. Através dessas lentes, a análise do fornecimento de eletricidade na União Soviética revela um sistema totalizante em uma economia planificada pelo governo, em vez de exibir os efeitos da eletricidade para os usuários. Diferente do Oeste, na União Soviética, o fornecimento de eletricidade não era regulado pela demanda do usuário. Sendo parte de um sistema totalizante de planejamento da eletricidade, esta era previamente alocada para determinadas regiões por decisão dos tecnocratas. O processo de transição para a Rússia pós-soviética exigiu um desmantelamento dessa ideia de governo por um conceito de sociedade organizada em torno do consumidor individual e de suas próprias demandas, em vez de coletivos, aos quais são designados quantidades fixas de eletricidade.

Collier (2011) redireciona a análise em uma contracorrente. Distanciando-se dos efeitos sociais da infraestrutura, o autor vai na direção das práticas conceptualizadas que surgem antes da construção dos próprios sistemas e que são projetadas neles. No fim, seu interesse na infraestrutura é pelo fato de ela permitir o rastreio da transposição e a operacionalização de teorias econômicas surgidas na América neoliberal e importadas para a Rússia no começo da transição pós-soviética. A infraestrutura torna-se a evidência material dessa transposição. Estudar infraestruturas etnograficamente, para Collier, é fazer da teoria econômica um objeto etnográfico tão material quanto os canos ou as relações sociais às quais dão origem. É uma etnografia que produz diferentes objetos infraestruturais, em que o orçamento como *locus* de racionalização formal é tão importante quanto o material bruto dos sistemas tecnológicos. Para Collier, ambos lançam luz sobre os estilos de pensamento e sobre as mudanças de racionalidade no governo biopolítico.

A intolerável modernidade da infraestrutura

A infraestrutura tem seus fundamentos conceituais na ideia iluminista de um mundo em movimento e aberto a mudanças, onde a livre circulação de bens, ideias e pessoas cria a possibilidade de progresso (Mattelart 1996, 2000). Esse pensamento é a razão pela qual o fornecimento de infraestruturas é tão intimamente conectado com o sentido da modelagem da sociedade e da realização do futuro. Eles são “mecanismos para controlar o tempo”, escrevem Graham & Marvin (1996:42; ver também Edwards 2003), de modo que a posse de eletricidade, as ferrovias e a água corrente passaram a definir o que seria a civilização. Nesse sentido, é muito difícil separar as infraestruturas dos modelos evolucionários de pensamento, principalmente por isso ser uma parte tão íntima de seu atrativo. Para Marx (1990), as tecnologias infraestruturais não eram simplesmente coisas materiais, mas decretavam o próprio curso da história, já que a indústria era um sistema de máquinas que deixava de lado os “males herdados”

e as “sobrevivências” (Marx 1990:91), na medida em que o curso da história se desdobrava. As infraestruturas eram partes vitais para a organização de uma economia de mercado e para o conceito de progresso, central para o liberalismo (Foucault 2010). Aproveitar essa força da história é um poder tão belo e tão convincente que, como Freud (1989) reconheceu, atende a um desejo básico de domínio humano.

“Com todos os seus instrumentos ele aperfeiçoa os seus órgãos – tanto motores como sensoriais – ou elimina os obstáculos para o desempenho deles. Os motores lhe colocam à disposição imensas energias, que, tal como seus músculos, ele pode empregar em qualquer direção; os navios e os aviões não deixam que a água e o ar lhe impeçam a movimentação. Com os óculos ele corrige as falhas da lente de seu olho, com o telescópio enxerga a enormes distâncias... Com o auxílio do telefone, ele ouve bem longe, de distâncias que seriam tidas por inalcançáveis até mesmo em contos de fadas ... O ser humano tornou-se, por assim dizer, uma espécie de deus protético, realmente admirável quando coloca todos os seus órgãos auxiliares” (Freud 2010 [1930]:33-34).⁷

Um resultado dessa inebriante linhagem é a dificuldade de separar as infraestruturas de sua estratificação histórica e de nossa crença nela; ao promover a circulação, as infraestruturas trazem mudanças e, por meio das mudanças, elas representam progresso, e por meio do progresso, conquistamos liberdade. Talvez esse processo explique por que, enquanto objetos, elas provoquem comprometimentos afetivos tão profundos, particularmente – mas não exclusivamente – nas sociedades em desenvolvimento. O historiador tcheco Mrázek (2002) descreve a experiência da infraestrutura como um “entusiasmo da imaginação” (Mrázek 2002:166), referindo-se aos sentimentos de promessa que as tecnologias, tal como as infraestruturas, podem estimular⁸. A função técnica de uma estrada é transportar veículos de um lugar ao outro, promovendo movimento e concretizando o objetivo iluminista para a sociedade e para a economia enquanto um espaço de circulação irrestrita. Mas também pode ser um objeto excessivamente fantástico, que gera desejo e pavor, independentemente da sua funcionalidade

técnica. Muitos projetos infraestruturais são cópias, construídas e financiadas para que as cidades ou as nações, ao repetirem os projetos infraestruturais de outros lugares, possam fazer parte da modernidade contemporânea e, assim, compartilharem um paradigma visual e conceitual ligado ao significado de ser moderno. Dalakoglou (2010) refere-se a esse processo como fetichismo infraestrutural, ao escrever sobre a Albânia, onde milhas de estradas vazias foram construídas mesmo que o estado comunista tenha, em grande medida, impedido a propriedade privada de carros. Pedersen (2011) faz um argumento similar sobre os investimentos russos em *infrastruktura* serem um pré-requisito à modernidade socialista, visando ao progresso material e, portanto, ideológico. “[I]nvestimentos em infraestrutura não era [...] racional em nenhum sentido econômico estreito; ao contrário, construir ‘metrópoles em miniatura’ era compreendido como investimentos num novo ser, numa nova humanidade, num novo cosmos” (Pedersen 2011:45). As ruínas de projetos de infraestrutura fracassados dão testemunho de uma certa estrutura de sentimento que é constitutiva do investimento imaginativo do estado pós-colonial em tecnologia.

Desse modo, estradas e ferroviárias não são somente objetos técnicos, mas também operam em um nível de fantasia e desejo. Eles codificam sonhos de indivíduos e sociedades, sendo então os veículos por meio dos quais essas fantasias são transmitidas e tornadas reais emocionalmente. De forma similar, Benjamin, ao tratar daqueles que cresceram próximos a ferrovias, argumentou que nunca se pode analisar a coisa em si, mas, em vez disso, deve-se confrontar o passado dessas pessoas, seus próprios desejos e fantasias, que funcionam como filtros pelos quais o objeto é visto. De fato, para Benjamin, mercadorias, edifícios e ruas continham em si o movimento da história: eles seriam a materialização⁹ de forças históricas objetivas, mas, ao mesmo tempo, entram no nosso inconsciente e dominam a imaginação. Eles nos conformam como sujeitos não somente em um nível tecnopolítico, mas também por meio dessa mobilização de afeto e dos sentidos

de desejo, orgulho e frustração, sentimentos que podem ser profundamente políticos.

Esse modo de operar engloba uma importante parte do direcionamento político da infraestrutura – a maneira na qual as tecnologias passam a representar a possibilidade de ser moderno e de ter um futuro ou, por outro lado, a exclusão dessa possibilidade, resultando em uma experiência de abjeção (Archambault 2012; Ferguson 1999). E isso ocorre tanto em um nível individual quanto social. Barker (2005) poderosamente transmite esse sentido em sua análise dos engenheiros indonésios envolvidos na construção do *Palapa*, um dos primeiros satélites lançados por uma nação em desenvolvimento. Baker escreve sobre uma ‘solidariedade intensa’ entre engenheiros em formação no Instituto de Tecnologia de Bandung, unidos por uma única causa. “Não havia competição entre os estudantes, pois, naquele momento, queríamos desenvolver [o *membangup*]” (Barker 2005:712). Sua descrição assemelha-se às entrevistas de Lombardi (1999) com os primeiros engenheiros de telecomunicações no Brasil, já que eles “afirmavam, num tom solene, a dedicação altruístas dos [...] colegas trabalhadores enquanto lutavam ... para manter o Brasil na vanguarda do progresso da telefonia” (Lombardi 1999:21). Minha própria pesquisa sobre a história dos sistemas mídia na Nigéria também revelou como a modernização foi uma época profundamente heterotópica para alguns. Para uma primeira geração de nacionalistas, foi um momento em que os profissionais se viam trabalhando na vanguarda de sua indústria e no auge de suas habilidades pessoais, e, assim, empurrando sua sociedade para o futuro. Seus esforços laborais produziram um senso de satisfação que tornou a memória da construção das infraestruturas de comunicação algo profundamente emocional.¹⁰

Ainda que grandes projetos infraestruturais possam ser usados para representar o poder do Estado aos seus cidadãos (Chalfin 2001, 2008, 2010; Harvey 2012; Limbert 2010; Mains 2012), os efeitos políticos desses projetos não podem ser simplesmente lidos a partir de sua superfície. Elas geram investimentos emocionais complexos que

induzem a uma gama de respostas, às vezes contraintuitivas e provenientes de sensibilidades distintas, embora efêmeras. Khan (2006) descreve a construção da primeira autoestrada multipista paga no Paquistão, que levava à capital, Islamabad, e relata como o projeto criava um sentimento disjuntivo nos paquistaneses. Havia ‘uma certa dessincronia entre a Autoestrada e o Paquistão’, argumenta a autora, pois a autoestrada era tão racional e rápida que ‘tornava o Paquistão muito ultrapassado’. Ela descreve um cenário complexo no qual a autoestrada representava, ao mesmo tempo, promessa e fracasso¹¹. De Boeck (2011) descreve uma situação diferente, ainda que igualmente complexa, em que a desconstrução de um assentamento urbano em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, ocorre para abrir caminho para um condomínio de elite. Ele argumenta que o Estado ‘travou uma guerra’ contra os moradores desses assentamentos ao brutalmente destruir suas casas, enxergando nisso um clássico exemplo de violência do Estado contra aqueles cidadãos mais vulneráveis. No entanto, ele também relata que muitas das pessoas despejadas apoiavam o novo assentamento e viam nisso um senso de orgulho, mesmo que elas representassem exatamente o tipo de desordem que o desenvolvimento foi projetado para superar. “Sim, nós seremos as vítimas”, comenta um pescador, “mas ainda assim será bonito” (De Boeck 2011:278). Vale a pena fazer uma pausa para considerar em que condições essa afirmação é possível, especialmente quando ela vai contra a narrativa aceita da modernização e suas vítimas, vivificando assim uma complexa mistura de desejo, fantasia e orgulho (ver também Humphrey 2005; Sneath *et al* 2009) para a qual a etnografia pode se abrir. E nos lembra como a profunda força da relação das pessoas com as infraestruturas – os sentidos de fascínio e pavor estimulados por elas – é uma importante parte de seu efeito político.

A duplicidade da infraestrutura e a estética do direcionamento

Houve, na antropologia africanista e nos estudos africanos, uma análise detalhada do processo de duplicidade, ou seja, de como siste-

mas e práticas operam em divergência com seus supostos objetivos. Mbembe (2001) argumenta que o estilo de governo privado indireto que se desenvolve em muitos países africanos sob controle militar, mas que se estende muito além, opera por meio da constante proliferação de tecnologias formais do Estado – orçamentos, descrição de cargos, certificados – e da tomada de consciência de que estes têm pouca relação com realidade (ver Hull 2012 sobre documentos). Estados produzem outros tipos de objetos – estradas, fábricas, pontes – que também professam uma função técnica, mas que, na realidade, operam, ao mesmo tempo, em um nível diferente. Mbembe aponta que diversas vezes a função das concessões de projetos de infraestrutura tem muito mais relação com ganhar acesso aos contratos do governo e se beneficiar das redes de clientelismo do que com as funções técnicas. É por isso que estradas desaparecem, indústrias são construídas para nunca funcionarem e pontes não levam a lugar algum.

Jakobson identificou a poética como uma das seis diferentes funções presentes em qualquer ato verbal (emotiva, referencial, fática etc.). A função poética distingue-se das outras quando um ato verbal está organizado de acordo com as qualidades materiais do próprio significante, em vez do seu significado referencial. É quando a ‘qualidade sensível dos signos’ torna-se dominante, a função determinante de um ato verbal (Jakobson 1985)¹². Assim, a poética é um rearranjo da hierarquia sobre a qual a significação é dominante em um evento discursivo. Discursos operam em muitos níveis simultaneamente, porém os atos verbais, em sua função poética, desprendem significados diferentes do que o fazem em suas funções referenciais ou emotivas.

No caso das infraestruturas, o modo poético demonstra como a forma se desprende das funções técnicas. É por meio das infraestruturas que o Estado oferece representações aos cidadãos e pede que eles as aceitem como fatos sociais, criando uma política do ‘como se’ (Weeden 1999; ver também Apter 2005). O orçamento deve funcionar como se fosse uma representação realista, e ambos aqueles que a emitem e que a recebem agem como se fosse um documento significativo.

Os orçamentos, no seu modo poético, tornam-se “atos simbólicos arbitrários” (Mbembe & Roitman 1995:337), tanto quanto as técnicas de governabilidade. Essa noção é pertinente para qualquer lugar, mas assume uma intensidade particular em muitas partes do continente africano, onde a divulgação pública de uma ordem embasada no cálculo (por exemplo, tamanho de uma população, produto interno bruto etc.) é geralmente considerada como arbitrária. Como Mbembe apontou, ali as descrições oficiais dos cargos não correspondem aos poderes reais, os cargos são atribuídos por motivos não relacionados à qualificação profissional e a execução dos orçamentos tem pouco a ver com a sua elaboração.

Nesses momentos, o Estado é simultaneamente presente e ausente. Em seu texto/ensaio *‘When a Pipe is not a Pipe’* / ‘Quando um cano não é um cano’, Lea & Pholeros (2010) descrevem exatamente esse processo na sua discussão sobre habitação entre os aborígenes, em que o que parece ser habitação não o é de fato. Há casas com canos que não se conectam com o esgoto e quartos somente parcialmente completos. Esses são “enganos compostos”, como nomeiam os autores (Lea & Pholeros 2010:191), que geram uma específica ‘ordem estética’. Nesse sentido, não se trata de um cano em si, mas de sua produção como uma forma representacional, que permite que relatórios sejam escritos, orçamentos sejam cumpridos e patrocinadores tranquilizados. Um cano pode não estar ligado a um sistema de eliminação de efluentes, mas está ligado a técnicas de regulação, auditoria e administração. Sua forma material é transposta de um cano vazio para dígitos em um orçamento e palavras em uma página, e todas essas formas – como tubo vazio, como números e como uma série de letras – são canos. Todas são diferentes formas de materialização de um cano que permitem com que ele se movimente por diferentes regimes circulatórios.

Pesquisas recentes sobre o governo soviético examinaram precisamente as maneiras como as regras funcionavam tanto como um projeto estético quanto político que constituía o cidadão a partir dos

modos de endereçamentos (Groys 2011). ‘O comunismo, em última instância, criou estruturas estéticas efetivas e estruturas econômicas defeituosas’, argumenta o estudioso de história da arte Vladimir Todorov (1994; ver também Humphery 2005). Ele se refere ao fato de que a efetividade técnica das fábricas soviéticas para produzir mercadorias era limitada, porém, seu poder político de treinar os sujeitos em uma relação particular com o poder estatal era extensivo, organizando as estruturas administrativas, preservando esse poder e o representando às pessoas por meio dos objetos da fábrica. Sob o comunismo, argumenta Todorov, “fábricas não são construídas para produzirem mercadorias, [mas] significados simbólicos [...] O resultado era um déficit de mercadorias e uma superprodução de significados simbólicos” (Todorov 1994:10).

Todorov aqui captura algo que precisa ser considerado. As infraestruturas operam em múltiplos níveis simultaneamente. Eles executam funções técnicas (movem tráfego, água ou eletricidade), mediando trocas à distância e conectando pessoas e coisas em sistemas heterogêneos e complexos. Além disso, operam como formas entextualizadas que têm relativa autonomia de suas funções técnicas. Para conceber essa operação enquanto uma forma poética nos termos de Jakobson, é preciso rearranjar a hierarquia das funções de modo que a dimensão estética (em vez da dimensão técnica) seja dominante.

Assim, muitos estudos que começam apontando como as infraestruturas são invisíveis até que falhem são imprecisos. Infraestruturas são objetos meta-pragmáticos, signos de si mesmos mobilizados em regimes circulatórios para estabelecerem um arranjo de efeitos. Em quase todos os estudos sobre infraestrutura é um lugar comum e aparentemente obrigatório repetir a afirmação da Star de que as infraestruturas são “invisíveis por definição”, tomadas por certas até que “se tornam visíveis com a quebra” (Star 1999:380). Porém essa afirmativa é parcialmente verdadeira e completamente insustentável para tratar da infraestrutura como um todo. Invisibilidade é certamente um aspecto da infraestrutura, mas não é o único dentro da extrema variedade

de de visibilidades, do não visto aos grandes espetáculos e tudo o que está no meio.

A literatura antropológica descreve uma variedade de maneiras nas quais a infraestrutura é muitas vezes qualquer coisa menos invisível. Sneath (2009) argumenta que a eletricidade na Mongólia era um símbolo de Estado tão importante que era então chamada de ‘a luz de Lenin’. Essa visão não é distante de Anand, para quem um ativista das comunidades pobres de Mumbai poderia facilmente narrar uma história do abastecimento de água revelando um conhecimento técnico impressionante; em realidade, os dois canos da comunidade (e suas dimensões) eram chamados pelos nomes dos políticos que os forneceram (i.e., cano duas polegadas de diâmetro do Partido do Congresso [*Congress Party*] e cano nove polegadas de diâmetro Shiv Sena). Para que esse sistema de clientelismo funcionasse ou para a modernidade infraestrutural da encenação de Lenin ter sucesso, a visibilidade era necessária para renovar continuamente o seu efeito político. Whinter (2008) nota como os habitantes de uma zona rural de Zanzibari tinham um conhecimento altamente sofisticado sobre o consumo de energia de cada utensílio que eles possuíam, e Von Schnitzler cita como os engenheiros municipais referiam-se aos residentes de Soweto enquanto especialistas em tecnologia por suas habilidades de desmontar, remontar e raquear os hidrômetros. O amplo reconhecimento da profundidade e a sofisticação do conhecimento técnico indicam a impossibilidade de essas tecnologias desvanecerem-se no cenário; de fato, como argumenta Carse (2012), toda visibilidade é situada, e o que é cenário para uma pessoa, é objeto de preocupação diária para outra. A questão não é afirmar isto ou aquilo como uma condição inerente das infraestruturas, mas examinar como a (in)visibilidade é mobilizada e o porquê. Afirmações genéricas sobre a invisibilidade das infraestruturas não se sustentam. Talvez o exemplo mais marcante dessa hipervisibilidade seja a descrição de Baker da cerimônia de Suharto envolvendo o lançamento do satélite Palapa. Suharto segurava uma *kris*, uma adaga cerimonial utilizada por monarcas javanese

como símbolo de seu regime. A adaga estava incrustada com 17 pedras preciosas (17 referindo-se à data de independência da Indonésia), e o botão para lançar o satélite estava incrustado como uma das pedras. Barker argumenta que Suharto usou o “satélite enquanto um tipo de *kris* moderna [...] para unificar o arquipélago sob seu regime” (Baker 2005:706). Seria difícil pensar em uma infraestrutura mais rica e vivida a nível simbólico do que essa.

Materialidade infraestrutural e a produção da experiência do ambiente

Uma segunda dimensão, relativamente oposta à estética, oferece outra profícua maneira de pensar as infraestruturas, partindo de um conceito mais antigo de Aristóteles, *aisthesis* (Buck-Morss 1992; Meyer 2009; Verrips 2006). *Aisthesis* não se refere à apreciação mental de uma obra de arte, mas à reação do corpo à realidade vivida: “É uma forma de cognição, alcançada por meio do paladar, do tato, da escuta, da visão e do olfato” argumenta Buck-Morss (1992:6). Nesse sentido, a estética não é uma representação, mas uma experiência materializada, que é governada pelas maneiras com que as infraestruturas produzem as condições do ambiente da vida cotidiana: nossos sentidos de temperatura, velocidade, florescência, assim como as ideias que associamos com essas situações. As infraestruturas criam uma sensibilidade da modernidade, um processo no qual tanto corpo quanto mente apreendem o que é ser moderno, mutável e progressivo.

Para Mrázek, discutindo sobre o domínio colonial alemão na Indonésia, a infraestrutura não é somente um objeto técnico, mas uma linguagem a ser aprendida, um meio de sintonizar-se com o desejo e o senso de possibilidade expressos na própria materialidade da infraestrutura. De certa maneira, alinha-se com o argumento de Barry (2001) de que uma sociedade tecnológica é aquela que cultiva as habilidades e os conhecimentos técnicos de seus cidadãos como uma condição de funcionamento em um mundo moderno¹³. Porém Mrázek analisa esse processo em termos profundamente estéticos, focando sobre como os

materiais da infraestrutura – a solidez da estrada, a intensidade de sua escuridão e a suavidade do acabamento – produzem experiências políticas e sensoriais. “A limpeza das estradas, nessa lógica,” argumenta, “era o momento da pureza, até mesmo da democracia” (Mrázek 2002:8). A construção da infraestrutura colonial foi a imposição de estradas sólidas – de ferro para trens, de asfalto para carros – sobre os caminhos sujos, lamacentos e suaves da Indonésia. São propriedades materiais surpreendentemente novas e diferentes, com seus próprios tipos de acidentes e maneiras de redirecionar as relações físicas e sociais. E eles são uma linguagem que os outros precisam aprender.

Os materiais da infraestrutura são chave na análise de Mrázek. A estrada, enquanto uma expressão do caráter alemão, não era somente limpa, mas era uma limpeza continuamente ameaçada pela poeira. Soprada quando as fezes dos cavalos e búfalos secavam no sol quente e marcada pelos pés sujos de lama dos pedestres nativos: essa sujeira ameaçava amolecer a dureza da estrada. Esse problema era parte de uma complicação ainda maior para os alemães: Havia demasiada suavidade nas colônias, onde até mesmo o ar parecia conter água. A chuva tropical encharcava, enfraquecia e erodia as estradas. “Aonde quer os nativos fossem, especialmente quando ousavam se aproximar de uma estrada moderna, eles eram lidos como portadores dessa suavidade consigo, nas suas línguas, em seus pés, em suas rodas” (Mrázek 2002:27).

As infraestruturas operam no nível da superfície, o que Buck-Morss (1992) se refere como o *terminae* da parte externa do corpo – pele, nariz, olho, orelha – em vez da mente, que é interna. Suavidade, dureza, o som da cidade, a sensação de calor ou frio, todas são experiências reguladas pelas infraestruturas e têm amarrações conceituais mais amplas, como argumenta Mrázek.

Mumford (2010) divide a história em períodos tecnológicos e argumenta que cada era privilegia uma tecnologia que a representa. Na era industrial, o ferro decisivamente substituiu a madeira, o primeiro material utilizado para construir – junto com todos os resíduos de um

passado orgânico rural. “Uma pessoa foi dormir numa cama de ferro e lavou o rosto numa [...] cuba de ferro [...]; senta-se no fundo de uma locomotiva de ferro e segue pela estrada com trilhos de ferro, passa sobre uma ponte de ferro e chega em uma estação de trem coberta de ferro” (Munford 2010:164). O ferro tem propriedades específicas. Enquanto as pedras resistem à compressão e são aglomeradas em pilhas, o ferro pode ser derretido e esticado para sustentar pesos enormes e criar espaços abertos elevados (Giedion 1995). Finos postes de ferro permitem a criação de vastas áreas para a exibição de mercadorias e para a circulação de grandes multidões. Esses aspectos são centrais para o surgimento de novos espaços para o capital: estações de trem, lojas de departamento e salões de exposição (Giedion 1995; Benjamin 1999). Há uma afinidade entre o processo industrial que produz o ferro, a estética dos espaços que o material pode trazer à existência e as novas formas de exibição, primordiais para a sociedade do consumo. Qualquer pessoa caminhando por uma estação de trem ou subindo em um elevador de uma loja de departamento estava se movendo em um espaço formado e capturado pelo industrialismo (Benjamin 1999; Giedion 1995; Marx 1990).

Schivelbusch (1995) observa que a mudança da chama viva para a iluminação incandescente representa a substituição de uma fonte de luz oscilante, variável e dinâmica por outra rígida e estável. Ele argumenta que essa mudança produziu uma transformação sutil na percepção do cotidiano no mundo, ainda que totalizante. Otter (2008) relembra esse sentimento em seu relato sobre a construção da primeira estrada de asfalto em Londres em 1869, e a reação que ela produziu. Para os contemporâneos, isso criou um efeito quase misterioso de silenciosidade. Era como se elas estivessem isolando a cidade do barulho das rodas das carruagens sobre o calçamento. O concreto é outro material de construção universal com qualidade táteis específicas que moldam o ambiente de vida. Harvey (2010) argumenta esse ponto em relação ao caso da construção de estradas no Peru, o concreto esfregado coloca em xeque as concepções andinas de desidratação e vitalida-

de. O concreto era algo considerado distinto por ser uma substância mutável, porém irreversivelmente dura ao secar (Taussig 2004). Essas ideias estavam operando na região andina, onde técnicas de desidratação (mumificação) foram centrais para armazenar a vitalidade do morto (Harvey 2010:38). Harvey argumenta que a dureza do concreto questionava certezas cosmológicas fundantes acerca de pedras, terra, rochas e montanhas.

Os materiais de infraestrutura – ferro, barro, cabos de fibra óptica, plástico – tanto representam uma era, no sentido de como o ferro era um material exemplar no século XIX, quanto provocam uma apreensão sensorial da existência. Essa é a sua dimensão estética. Ranciere (2006, 2009) vê a estética como uma propriedade da arte e concede a ela o potencial crítico de reconfigurar o território do comum e permitir a inserção de novas vozes no espaço político. Mas quase um século antes, Giedion (1995) dissociou esse atributo da arte e o atribuiu às infraestruturas que o sustentam. Para ele, a revolução nos materiais de construção, impulsionada pela ascensão do concreto e do ferro, significou que o ferro ‘demoliu’ a arquitetura. Os materiais infraestruturais e as forças de produção que eles materializam ultrapassaram a arquitetura, revelando sua base naturalizada, oferecendo uma revelação do estado das coisas e modelando a emergência dos sujeitos modernos. “As construções do século XIX desempenham um papel subconsciente importante. Externamente, a construção ainda ostenta a antiga força persuasiva; por baixo, oculto por trás de fachadas, a base de nossa atual existência está tomando forma” (Giedion 1995:87; ver também Benjamin 1999). Fennell (2011), examinando as especificidades dos vários sistemas de aquecimento das habitações públicas em Chicago, concebe essa infraestrutura como uma ‘política sensorial’. ‘O Projeto Aquecer’, como chamavam os residentes, referia-se ao constante alto nível de calor que os antigos moradores desfrutavam antes de suas residências serem destruídas e eles serem realocados. Como disse um senhor idoso a Fennell, “Nós tínhamos verão no inverno” (Fennell 2011:50), de modo que o ‘Projeto Aquecer’ representava um tipo de

essência platônica dos sistemas de calefação. Fennell argumenta que isso também se tornou o fundamento para avaliar os benefícios, os riscos e as consequências da destruição e da construção de habitações públicas em uma era liberal. Para Fennell, o aquecimento é uma experiência sensorial e afetiva por meio da qual a subjetividade política é encenada e as reivindicações por reconhecimento político expressas.

Conclusões

Pelo fato de os objetos básicos das infraestruturas serem tão diversos e poderem ser analisados de maneiras diferentes, a escolha metodológica é necessariamente uma questão teórica. As infraestruturas são sistemas tecnológicos e a maneira de compreendê-los seria um processo de análise de máquinas conectadas em rede? São elas os instrumentos financeiros, práticas de contabilidade e orçamentárias, estruturas administrativas ou técnicas organizacionais? São elas biológicas, incorporadas na fisicalidade dos homens que usam seus tamanhos, massa e atitude para atrair lances no pregão em Chicago (Zaloom 2003, 2006)? Ou elas são sociais, compostas de práticas de visitar, beber um chá e cumprimentar, ou seja, investimentos em socialidade que podem ser recompensados por criarem uma teia de relações necessárias para todos os tipos de atividades social, econômica e política (Elyachar 2010, 2011; Simone 1998, 2001, 2004)? Os estudos de infraestrutura tendem a privilegiar a dimensão tecnológica, mesmo que qualifiquem isso por meio de uma definição dos espaços urbanos como sistemas híbridos de humanos e máquinas amarrados pelas redes infraestruturais. Ainda assim, um dos aspectos mais dinâmicos das pesquisas antropológicas recentes sobre infraestrutura é a absoluta diversidade de modos de conceber e analisar as infraestruturas, que, cumulativamente, apontam para uma instabilidade da produção das unidades básicas da pesquisa.

Aqui mal pude discutir algumas abordagens das infraestruturas. Deleuze (1992) argumenta – não diferente de Mumford – que certos tipos de máquinas podem ser associados a certos tipos de sociedade;

e se o século XIX foi construído sobre tecnologias industriais de contenção, os séculos XX e XXI estão construídos sobre estruturas de controle mediadas por computadores. Essa é uma virada cibernética decisiva que só recentemente foi tomada seriamente na antropologia pelo estudo de Fisch (2013) sobre o sistema de metrô de Tokyo. Nessa sociedade, a produção tem sido terceirizada, o valor produzido virtualmente e as infraestruturas localizam-se em protocolos de computador e formas de captura que estão projetadas em plataformas de mídias sociais, tais como *Facebook* e *Google*. Nessa economia, a regulação da atenção é central para a produção de valor (Chun 2008; Galloway 2006). Outra pesquisa examina a infraestrutura midiática de ativismo, sua arquitetura e práticas de circulação por meio das quais ideias políticas são codificadas em formas midiáticas, materializadas em campanhas e, então, levadas ao público (Keenan & Weizman 2012; Latour & Weibel 2005; McLagan 2006, 2008; McLagan & McKee 2012). Pode-se apontar ainda outras literaturas sobre planejamento e espaço, numerosas demais para listar. Mas a mídia representa um caso particularmente convincente, haja vista sua centralidade para a produção de formas emergentes de valor.

Beller (2006) discute como a ascensão do cinema representou uma transformação na produção de valor, distanciando-a de uma economia industrial em direção ao estímulo de desejo e, com essa mudança, de consumo. “Em vez de exigir que um Estado construa as estradas que permitam a circulação de suas mercadorias, como o fez Ford, o cinema constrói seus meios de circulação diretamente nos olhos e nas sensorialidades de seus espectadores. São os telespectadores que performam o trabalho que abre caminhos para novas mercadorias” (Beller 2006:209). Se isso foi verdade para a sociedade moderna, é algo que tem se multiplicado na nossa era das mídias sociais, em que controle e valor estão indissolivelmente ligados com os conjuntos de máquinas que constituem as infraestruturas digitais contemporâneas. Para tal tarefa, novos enquadramentos teóricos e etnográficos têm ainda de serem inventados na antropologia.

Notas:

¹ Nota do autor: Agradeço a Meg McLagan e Peter Redfield pelas leituras deste artigo. Estendo a minha gratidão a duas turmas de pós-graduação sobre a poética e política de infraestrutura em que muitas destas ideias foram debatidas. Agradeço a todos estes estudantes pelas suas contribuições. O autor não tem conhecimento de qualquer filiação, filiação, financiamento, ou participações financeiras que possam afetar a objetividade deste artigo. Nota dos tradutores: agradecemos a Brian Larkin por seu entusiasmo com a proposta de tradução e seu suporte no processo de concessão dos direitos autorais do presente artigo.

² Este artigo é uma tradução da versão original em inglês, cujo título é ‘*The politics and poetics of infrastructure*’. Foi publicado pela primeira vez em *Annual Review of Anthropology*, 42:327-343, 2013, <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155522>.

³ Nota dos tradutores: O termo inglês ‘*breakdown*’ foi traduzido aqui com falhas para indicar seja pequenas quebras do sistema ou grandes colapsos. Todavia, ao longo do artigo, o termo é às vezes traduzido como colapso, quando evidentemente se refere a grandes falhas.

⁴ Apesar de a antropologia ter começado a analisar infraestrutura enquanto um conceito apenas recentemente (Anand 2011, 2012; Appel 2012a e b; Carse 2012; Chalfin 2010; Collier 2011; Collier & Lakoff 2008; Dalakoglou & Harvey 2012; Elyachar 2010, 2011; Harvey 2012; Harvey & Knox 2012; Humphrey 2005; Mains 2012; Pedersen 2011; Sneath 2009; Sneath *et al* 2009; Von Schnitzler 2008; Winther 2008), a literatura há muito tem analisado tecnologias específicas. Nisso incluem-se barragens (Campregher 2010; Ghosh 2008; Mains 2012), carros (Chalfin 2008; Sanders 2008; Verrips & Meyer 2001) e a excelente literatura sobre estrada (Dalakoglou 2010, 2012; Dalakoglou & Harvey 2012; Harvey 2010; Harvey & Knox 2012; Kernaghan 2012; Khan 2006; Knox & Harvey 2011; Mains 2012; Manning 2012; Masquelier 1992, 2002, 2008; Morris 2010; Roseman 1996). A força desse trabalho pode ser percebida nos vários estudos recentes sobre projetos de infraestrutura que foram publicados em livros (Bear 2007; Limbert 2010; Winther 2008).

⁵ A análise de Fisch (2013) do metrô de Tokyo enquanto um conjunto tecnológico pós-cibernético é um importante trabalho sobre essa discussão.

⁶ Nota dos tradutores: No texto original são reportados os nomes das patentes do Edison: Jumbo Generator e Main and Feeder.

⁷ Nota dos tradutores: O termo inglês ‘*township*’ indica subúrbios de classe baixa, que foram criados na África do Sul, na época do *apartheid*, para segregar, com base racial, os trabalhadores.

⁸ Nota dos tradutores: este trecho de ‘O Mal-Estar na Civilização’ foi retirado da edição em português da Companhia das Letras de 2010, traduzida por Paulo César Lima de Souza.

⁹ Tal abordagem está bem representada na literatura antropológica (Barker 2005; Humphrey 2005; Khan 2006; Lea & Pholerus 2010; Sneath 2009; Sneath *et al* 2009).

¹⁰ Nota dos tradutores: geralmente o termo em inglês aqui utilizado é ‘*embodiment*’. Esse termo, considerada a ampla influência das teorias de inspiração fenomenológica popularizadas pelo trabalho de Thomas Csordas, é geralmente traduzido no campo antropológico como ‘incorporação’, remetendo a uma quebra da dicotomização entre corpo e mente. Neste artigo utilizamos o termo ‘materialização’ para sublinhar a centralidade da dimensão material das infraestruturas, considerando que é um ponto central desta teoria

¹¹ Um fantástico exemplo disso pode ser visto no projeto *Lebanese Rocket Society* dos artistas Joana Hadjithomas e Khalil Joreige. A sociedade foi formada na década de 1960, concomitante ao lançamento da Apollo e à primeira missão espacial Soviética tripulada, e representou uma tentativa por parte do Líbano/esforço libanês em desenvolver seu próprio programa de foguetes (ver Hadjithomas & Joreige 2013). Hadjithomas & Joreige veem tal projeto como um esforço fantástico de uma pequena nação em desenvolvimento, mas eles também levam a sério o empenho científico envolvido (para um projeto relacionado, ver Redfield 2000). Redfield argumenta que o desejo de imitar projetos tecnológicos como um meio de reivindicar a participação de uma nação na vanguarda da modernidade é um aspecto presente em todos os projetos espaciais. A única diferença é o grau com que um grupo se sente ‘fazendo progresso’ ou ‘alcançando’ os outros (comunicação pessoal de P. Redfield).

¹² Limbert (2010) discute também os sentimentos de inquietação e disjunção que as infraestruturas modernas produzem. Ela argumenta que as infraestruturas produzidas com o dinheiro do petróleo geram uma sensação disjuntiva do tempo - o tempo do petróleo - em que a modernização deve ocorrer antes que o petróleo (e o seu tempo) acabe.

¹³ A rima na poesia é o exemplo paradigmático de Jakobson (1985). Quando uma palavra é selecionada num poema para rimar, Jakobson argumenta que sua função referencial (o que isto significa) é menos relevante do que sua relação homofônica com outra palavra (como isto soa). Assim, a poética chama atenção para a materialidade do significante. A rima na poesia é o exemplo paradigmático de Jakobson (1985). Quando uma palavra é selecionada num poema para rimar, Jakobson argumenta que sua função referencial (o que isto significa) é menos relevante do que sua relação homofônica com outra palavra (como isto soa). Assim, a poética chama atenção para a materialidade do significante.

¹⁴ A ideia de que uma infraestrutura é uma linguagem ou, mais comumente, um conjunto de competências culturais a serem aprendidas é explorada em diversos trabalhos (Harvey 2010; Khan 2006; Lea & Pholerus 2010; von Schnitzler 2008; Winther 2008). Normalmente essas noções centram-se em torno do fracasso das pessoas de ‘aprender linguagem’ do modo de vida moderno (Lea & Pholerus 2010). Essas acusações, que frequentemente são feitas por funcionários do governo e engenheiros, sugerem que as pessoas não sabem como cuidar das tecnologias que possuem. Isso sustenta o apontamento de Barry de que o tecnológico, longe da tecnologia por si, envolve modos de competência e disposição.

Referências:

- ANAND, N. 2011. "PRESSURE: The PoliTechnics of water supply in Mumbai". *Cult. Anthropol.*, 26(4):542-64.
- _____. 2012. "Municipal disconnect: on abject water and its urban infrastructures". *Ethnography*, 13(4):487-509.
- APPEL, H. 2012a. "Offshore work: oil, modularity, and the how of capitalism in Equatorial Guinea". *Am. Ethnol.*, 39(4):692-709.
- _____. 2012b. "Walls and white elephants: oil extraction, responsibility, and infrastructural violence in Equatorial Guinea". *Ethnography*, 13:439-65.
- APTER, A. 2005. *The Pan-African Nation: Oil and the Spectacle of Culture in Nigeria*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- ARCHAMBAULT, J. S. 2012. "'Travelling while sitting down': mobile phones, mobility and the communication landscape in Inhambane, Mozambique". *Africa*, 82(3):393-412.
- BARKER, J. 2005. "Engineers and political dreams: Indonesia in the satellite age". *Curr. Anthropol.*, 46(5):703-27.
- BARRY, A. 2001. *Political Machines: Governing a Technological Society*. London: Continuum.
- BEAR, L. 2007. *Lines of the Nation: Indian Railway Workers, Bureaucracy, and the Intimate Historical Self*. New York: Columbia Univ. Press.
- BELLER, J. 2006. *The Cinematic Mode of Production: Attention Economy and the Society of the Spectacle*. Lebanon, NH: Dartmouth Univ. Press.
- BENJAMIN, W. 1999. *The Arcades Project*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- BENNETT, J. 2010. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham, NC: Duke Univ. Press.
- BIJKER, W. E. 1997. *Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs: Toward a Theory of Sociotechnical Change*. Cambridge, MA: MIT Press.
- BIJKER, W. E., HUGHES, T.P. & PINCH, T. J. 1987. *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- BOWKER, G. C. & STAR S. L. 2000. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge, MA: MIT Press.
- BUCK-MORSS, S. 1992. "Aesthetics and anaesthetics: Walter Benjamin's artwork essay reconsidered". *October*, 62:3-41.
- CALLON, M. 1986. "Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen". In LAW, J. (ed.): *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*, pp. 67-83. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____. (ed). 1998. *Laws of the Markets*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- CAMPREGHER, C. 2010. "Shifting perspectives on development: an actor-network study of a dam in Costa Rica". *Anthropol. Q.*, 83(4):783-804.

- CARSE, A. 2012. "Nature as infrastructure: making and managing the Panama Canal watershed". *Soc. Stud. Sci.*, 42(4):539-63.
- CHALFIN, B. 2001. "Border zone trade and the economic boundaries of the state in north-east Ghana". *Africa*, 71(2):202-24.
- _____. 2008. "Cars, the customs service, and sumptuary rule in neoliberal Ghana". *Comp. Stud. Soc. Hist.*, 50(2):424-53.
- _____. 2010. *Neoliberal Frontiers: An Ethnography of Sovereignty in West Africa*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- CHUN, W. H. K. 2008. *Control and Freedom: Power and Paranoia in the Age of Fiber Optics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- COLLIER, S. & LAKOFF, A. 2008. "The vulnerability of vital systems: how 'critical infrastructure' became a security problem". In CAVELTY, M. D. & KRISTENSEN, K. S. (eds.): *The Politics of Securing the Homeland: Critical Infrastructure, Risk and Securitisation*, pp. 40-62. New York: Routledge.
- COLLIER, S. J. 2011. *Post-Soviet Social: Neoliberalism, Social Modernity, Biopolitics*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- DALAKOGLU, D. 2010. "The road: an ethnography of the Albanian-Greek cross-border motorway". *Am. Ethnol.*, 37(1):132-49.
- _____. 2012. "The road from capitalism to capitalism': infrastructures of (post) socialism in Albania". *Mobilities*, 7(4):571-86.
- DALAKOGLU, D. & Harvey, P. 2012. "Roads and anthropology: ethnographic perspectives on space, time and (im)mobility". *Mobilities*, 7(4):459-65.
- DE BOECK, F. 2011. "Inhabiting ocular ground: Kinshasa's future in the light of Congo's spectral urban politics". *Cult. Anthropol.*, 26(2):263-86.
- DELEUZE, G. 1992. "Postscript on the societies of control". *October*, 59:3-7.
- EDWARDS, P. N. 1997. *The Closed World: Computers and the Politics of Discourse in Cold War America*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____. 1998. "Y2K: Millennial reflections on computers as infrastructure". *Hist. Tech.*, 15(1-2):7-29.
- _____. 2003. "Infrastructure and modernity: force, time, and social organization in the history of so-ciotechnical systems". In MISA, T. J. & BREY, P. (eds.): *Modernity and Technology*, pp. 185-225. Cambridge, MA: MIT Press.
- EDWARDS, P. N. et al. 2009. "Introduction: an agenda for infrastructure studies". *J. Assoc. Inf. Syst.*, 10(5):364-74.
- ELYACHAR, J. 2010. "Phatic labor, infrastructure, and the question of empowerment in Cairo". *Am. Ethnol.*, 37(3):452-64.
- _____. 2011. "The political economy of movement and gesture in Cairo". *J. R. Anthropol. Inst.*, 17(1):82-99.
- FENNELL, C. 2011. "'Project heat' and sensory politics in redeveloping Chicago public housing". *Ethnography*, 12(1):40-64.
- FERGUSON, J. 1999. *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: Univ. Calif. Press.

- FISCH, M. 2013. "Tokyo's commuter train suicides and the society of emergence." *Cult. Anthropol.*, 28(12):320-43.
- FOUCAULT, M. 2010. *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. New York: Picador.
- _____. 2011. *The Government of Self and Others: Lectures at the Collège de France, 1982-1983*. New York: Picador.
- FREUD, S. 1989. *Civilization and Its Discontents*. New York: Norton.
- _____. 2010. "O mal-estar na civilização". In Freud, S.: *Obras completas – volume 18*, pp. 9-89. São Paulo: Companhia das Letras.
- GALLOWAY, A. 2006. *Protocol: How Control Exists After Decentralization*. Cambridge, MA: MIT Press.
- GANDY, M. 2008. "Landscapes of disaster: water, modernity and urban fragmentation in Mumbai". *Environ. Plann.*, 40:108-30.
- GELBER, E. 2015. "Black Oil Business: Rogue Pipelines, Hydrocarbon Dealers, and the 'Economics' of Oil Theft". In APPEL, H. et al (ed.): *Subterranean Estates: Life Worlds of Oil and Gas*, pp. 274-290. Ithaca/ London: Cornell University Press.
- GHOSH, K. 2008. "Between global flows and local dams: indigenoussness, locality, and the transnational sphere in Jharkhand, India". *Cult. Anthropol.*, 21(4):501-34.
- GIEDION, S. 1969. *Mechanization Takes Command: A Contribution to Anonymous History*. New York: Norton
- _____. 1995. *Building in France, building in iron, building in ferroconcrete*. Los Angeles: Getty Cent. Hist. Art Humanit.
- GRAHAM, S., DESAI, R. & MCFARLANE, C. 2013. "Water wars in Mumbai". *Public Culture*, 25(1):115-41.
- GRAHAM, S. & MARVIN, S. 1996. *Telecommunications and the City: Electronic Spaces, Urban Places*. London: Routledge.
- _____. 2001. *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. London: Routledge.
- GROYS, B. 2011. *The Total Art of Stalinism: Avant-Garde, Aesthetic Dictatorship, and Beyond*. New York: Verso
- HADJITHOMAS, J. & JOREIGE, K. 2013. On the Lebanese Rocket Society. (www.e-flux.com/journal/on-the-lebanese-rocket-society-2/; acesso em 12/11/2020).
- HANSEN, T. B. & VERKAAIK, O. 2009. "Introduction—Urban charisma on everyday mythologies in the city". *Crit. Anthropol.*, 29(1):5-26.
- HARVEY, P. 2010. "Cementing relations: the materiality of roads and public spaces in provincial Peru". *Soc. Anal.*, 54(2):28-46.
- _____. 2012. "The topological quality of infrastructural relation: an ethnographic approach". *Theory Cult. Soc.*, 29(4-5):76-92.

- HARVEY, P. & KNOX, H. 2012. "The enchantments of infrastructure". *Mobilities*, 7(4):521-36.
- HECHT, G. (ed). 2011. *Entangled Geographies: Empire and Technopolitics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HEIDEGGER, M. 1977. *The Question Concerning Technology, and Other Essays*. New York: Harper Torchbooks.
- HUGHES, T. P. 1987. "The evolution of large technological systems". In BIJKER, W. E., HUGHES, T.P. & PINCH, T. J. (eds.): *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*, pp. 51-82. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____. 1993. *Networks of Power: Electrification in Western Society, 1880–1930*. Baltimore, MD: Johns Hopkins Univ. Press.
- HULL, M. S. 2012. "Documents and bureaucracy". *Annu. Rev. Anthropol.*, 41:251-67.
- HUMPHREY, C. 2005. "Ideology in infrastructure: architecture and Soviet imagination". *J. R. Anthropol. Inst.*, 11(1):39-58.
- JACKSON, S. J. et al. 2007. Understanding infrastructure: history, heuristics, and cyberinfrastructure policy. (<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1904>; acesso em 12/11/2020).
- JAKOBSON, R. 1985. Closing statements: linguistics and poetics. In INNIS, R. E. (ed.): *Semiotics: An Introductory Anthology*, pp. 145-175. Bloomington: Indiana Univ. Press.
- JOYCE, P. 2003. *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*. London: Verso.
- KEENAN, T. & WEIZMAN, E. 2012. *Mengele's Skull: The Advent of Forensic Aesthetics*. New York: Sternberg.
- KERNAGHAN, R. 2012. "Furrows and walls, or the legal topography of a frontier road in Peru". *Mobilities*, 7(4):501-20.
- KHAN, N. 2006. "Flaws in the flow: roads and their modernity in Pakistan". *Soc. Text*, 24(89):87-113.
- KNOX, H. & HARVEY, P. 2011. "Anticipating harm: regulation and irregularity on a road construction project in the Peruvian Andes". *Theory Cult. Soc.*, 28(6):142-63.
- KOCKELMAN, P. 2010. "Enemies, parasites, and noise: how to take up residence in a system without becoming a term in it". *J. Ling. Anthropol.*, 20(2):406-21.
- LARKIN, B. 2008. *Signal and Noise: Media, Infrastructure, and Urban Culture in Nigeria*. Durham, NC: Duke Univ. Press.
- LATOUR, B. 1993. *We Have Never Been Modern*. Transl. C Porter. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- _____. 1996. *Aramis, or the Love of Technology*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press.
- _____. 2007. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford, UK: Oxford Univ. Press.

- LATOUR, B. & WEIBEL, P. (eds). 2005. *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press.
- LEA, T. & PHOLEROS, P. 2010. "This is not a pipe: the treacheries of indigenous housing". *Public Culture*, 22(1):187-209.
- LEFEBVRE, H. 1991. *The Production of Space*. Oxford, UK: Blackwell.
- LIMBERT, M. 2010. *In the Time of Oil: Piety, Memory, and Social Life in an Omani Town*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press.
- LOMBARDI, G. 1999. *Computer networks, social networks and the future of Brazil*. PhD Diss. N.Y. Univ.
- MAINS, D. 2012. "Blackouts and progress: privatization, infrastructure, and a developmentalist state in Jimma, Ethiopia". *Cult. Anthropol.*, 27(1):3-27.
- MANNING, P. 2012. *Strangers in a Strange Land: Occidental Publics and Orientalist Geographies in Nineteenth Century Georgian Imaginaries*. Boston, MA: Acad. Stud. Press.
- MARX, K. 1990. *Capital: Volume 1: A Critique of Political Economy*. New York: Penguin Classics.
- MASQUELIER, A. 1992. "Encounter with a road siren: machines, bodies and commodities in the imagination of a Mawri healer". *Vis. Anthropol. Rev.*, 8(1):56-69.
- _____. 2002. "Road mythographies: space, mobility, and the historical imagination in postcolonial Niger". *Am. Ethnol.*, 29(4):829-56.
- _____. 2008. "Of headhunters and cannibals: migrancy, labor, and consumption in the Mawri imagination". *Cult. Anthropol.*, 15(1):84-126.
- MATTELART, A. 1996. *The Invention of Communication*. Minneapolis: Univ. Minn. Press.
- _____. 2000. *Networking the World, 1794–2000*. Minneapolis: Univ. Minn. Press.
- MBEMBE, A. 2001. *On the Postcolony*. Berkeley: Univ. Calif. Press.
- MBEMBE, A. & ROITMAN, J. 1995. "Figures of the subject in times of crisis". *Public Culture*, 7(2):323-52.
- MCLAGAN, M. 2006. "Introduction: Making human rights claims public". *Am. Anthropol.*, 108(1):191-95.
- _____. 2008. "Principles, publicity, and politics: notes on human rights media". *Am. Anthropol.*, 105(3):605-12.
- MCLAGAN, M. & MCKEE, Y. (eds). 2012. *Sensible Politics: The Visual Culture of Nongovernmental Activism*. New York: Zone Books.
- MEYER, B. 2009. *Aesthetic Formations: Media, Religion, and the Senses*. New York: Palgrave.
- MITCHELL, T. 2002. *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*. Berkeley: Univ. Calif. Press.
- _____. 2011. *Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil*. New York: Verso.

- MORRIS, R. C. 2010. "Accidental histories, post-historical practice?: re-reading *Body of Power, Spirit of Resistance* in the actuarial age". *Anthropol. Q.*, 83(3):581-624.
- MRÁZEK, R. 2002. *Engineers of Happy Land: Technology and Nationalism in a Colony*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- MUMFORD, L. 2010. *Technics and Civilization*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- OTTER, C. 2008. *The Victorian Eye: A Political History of Light and Vision in Britain, 1800–1910*. Chicago: Uni. Chicago Press.
- PEDERSEN, M. A. 2011. *Not Quite Shamans: Spirit Worlds and Political Lives in Northern Mongolia*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press.
- RANCIERE, J. 2006. *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*. London: Continuum.
- _____. 2009. *Aesthetics and Its Discontents*. London: Polity.
- REDFIELD, P. 2000. *Space in the Tropics: From Convicts to Rockets in French Guiana*. Berkeley: Univ. Calif. Press.
- ROSEMAN, S. R. 1996. "'How we built the road': the politics of memory in rural Galicia". *Am. Ethnol.*, 23(4):836-60.
- SANDERS, T. 2008. "Buses in Bongoland: seductive analytics and the occult". *Anthropol. Theory*, 8(2):107-32
- SCHIVELBUSCH, W. 1995. *Disenchanted Night: The Industrialization of Light in the Nineteenth Century*. Berkeley: Univ. Calif. Press.
- SIMMEL, G. 1972. *Georg Simmel on Individuality and Social Forms*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- SIMONDON, G. 2016. *On the Mode of Existence of Technological Objects*. Minneapolis, MN: Univocal Pub.
- SIMONE, A. 1998. "Globalization and the identity of African urban practices." In JUDIC, H. & VLADISAVIC I, I. (eds.): *Blank–Architecture, Apartheid and After*, pp. 173-187. Rotterdam: NAI.
- _____. 2001. "On the worlding of African cities". *Afr. Stud. Rev.*, 44:15-41.
- _____. 2004. "People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg". *Public Culture*, 16(3):407-29
- SNEATH, D. 2009. "Reading the signs by Lenin's light: development, divination and metonymic fields in Mongolia". *Ethnos*, 74(1):72-90.
- SNEATH, D., HOLBRAAD, M. & PEDERSEN, M. A. 2009. "Technologies of the imagination: an introduction". *Ethnos*, 74(1):5-30
- STAR, S. L. 1999. "The ethnography of infrastructure". *Am. Behav. Sci.*, 43(3):377-91.
- STAR, S. L. & RUHLEDER, K. 1996. "Steps toward an ecology of infrastructure: design and access for large information spaces". *Inf. Syst. Res.*, 7(1):111-34.
- STIEGLER, B. 1998 [1994]. *Technics and Time, 1: The Fault of Epimetheus*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press.

- TAUSSIG, M. 2004. *My Cocaine Museum*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- TODOROV, V. 1994. *Red Square, Black Square: Organon for Revolutionary Imagination*. Albany: State Univ. New York Press.
- VERRIPS, J. 2006. "Aisthesis and an-aesthesia". In LOVGREN, O. & WILK, R. (eds.): *Off the Edge: Experiments in Cultural Analysis*, pp. 29-36. Copenhagen: Mus. Tusculanem.
- VERRIPS, J. & MEYER, B. 2001. "Kwaku's car: the struggles and stories of a Ghanaian long-distance taxi-driver". In MILLER, D. (ed.): *Car Cultures*, pp. 153-84. Oxford: Berg
- VON SCHNITZLER, A. 2008. "Citizenship prepaid: water, calculability, and techno-politics in South Africa". *J. South. Afr. Stud.*, 34(4):899-917
- WEDEEN, L. 1999. *Ambiguities of Domination: Politics, Rhetoric, and Symbols in Contemporary Syria*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- WINTHER, T. 2008. *The Impact of Electricity: Development, Desires and Dilemmas*. New York: Berghahn.
- YATES, J. 1993. *Control Through Communication: The Rise of System in American Management*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- ZALOOM, C. 2003. "Ambiguous numbers: trading technologies and interpretation in financial markets". *Am. Ethnol.*, 30(2):258-72.
- _____. 2006. *Out of the Pits: Traders and Technology from Chicago to London*. Chicago: Univ. Chicago Press.

Abstract: Infrastructures are material forms that allow for the possibility of exchange over space. They are the physical networks through which goods, ideas, waste, power, people, and finance are trafficked. In this article I trace the range of anthropological literature that seeks to theorize infrastructure by drawing on biopolitics, science and technology studies, and theories of technopolitics. I also examine other dimensions of infrastructures that release different meanings and structure politics in various ways: through the aesthetic and the sensorial, desire and promise.

Keywords: Infrastructure, Technopolitics, Biopolitics, Aesthetics, Technology.

Tradução: Yuri Rosa Neves & Alex Vailati.

Recebido em outubro do 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

A Etnografia da Infraestrutura¹

Susan Leigh Star^a

Este artigo mobiliza algumas ferramentas e perspectivas da etnografia para tencionar questões metodológicas no estudo das infraestruturas. Sendo ao mesmo tempo relacionais e ecológicas, as infraestruturas têm significados diferentes para os diferentes grupos. Além disso, elas funcionam equalizando ações, ferramentas e ambiente construído, todos aspectos inseparáveis para sua compreensão. As infraestruturas são também ordinárias ao ponto de serem entediantes, envolvendo objetos como tomadas, normas e formulários burocráticos. Partindo das etnografias tradicionais, algumas das dificuldades de se estudar as infraestruturas envolvem o redimensionamento do campo de pesquisa, a gestão de grandes quantidades de dados, tais como aqueles produzidos pelos registros das transações, e a compreensão da interação entre os comportamentos online e off-line. Ao nos depararmos com esses desafios, alguns truques envolvidos são: o estudo da modelagem da infraestrutura, a compreensão dos paradoxos da infraestrutura enquanto simultaneamente transparente e opaca (incluindo as funcionalidades invisíveis na análise ecológica) e o detalhamento do estatuto epistemológico dos indicadores.

Infraestrutura, Etnografia, Tecnologia da Informação, Redes.²

Os recursos são vistos também como visões compartilhadas de sonhos possíveis e aceitáveis de inovação, como técnicas, conhecimento, experiência e, além disso, como instituições para aprender tais coisas. Nestes termos, infraestrutura é um tecido densamente entrelaçado que é, ao mesmo tempo, dinâmico, extremamente ecológico e até frágil (Bucciarelli 1994:131).

Diga ao seu escultor que tais paixões foram bem lidas. Tendo sobrevivido, estão estampadas nestas coisas sem vida (Percy Bysshe Shelley 1987:120).

a In memoriam.

Principais problemas metodológicos

Este artigo é, de certo modo, um convite para estudarmos coisas entediantes, já que muitos aspectos das infraestruturas são singularmente desinteressantes. Manifestam-se como listas de números e especificações técnicas, ou como mecanismos escondidos que estão subentendidos naqueles processos mais familiares para as cientistas sociais. Requer-se esforço para fazer emergir os dramas inerentes à criação de um sistema de modelagem ou para recuperar o caráter narrativo relacionado ao que parece ser uma lista morta. Bowker & Star (1999), refletindo sobre a Classificação Internacional de Doenças (CID), um sistema global de coleta e classificação de informações administrado pela Organização Mundial da Saúde, afirmam que ler a CID é muito parecido com a leitura de uma lista telefônica. Na realidade, é pior. A lista telefônica, especialmente as páginas amarelas, contém um grau de estrutura narrativa muito mais óbvio, porque nos diz como as empresas locais veem a si mesmas, ou quantos restaurantes étnicos, jacuzis ou cirurgias plásticas se encontram numa região específica (ainda que a maioria das pessoas não estejam, no sábado à noite, com uma lista telefônica enroscada embaixo do braço).

Eles notam que, ao lado das informações diretas, uma leitura indireta desses documentos tão secos pode ser reveladora. No caso das listas telefônicas, por exemplo, um fino volume normalmente se refere à uma área rural; aquelas que listam somente o nome do marido para indicar casais indicam um viés heterossexual e o conseqüente sexismo da sociedade. Assim, é crucial considerar as transformações históricas desses documentos ao lê-los. Com o passar do tempo, os nomes e as localizações dos serviços podem mudar de seção dependendo de correntes políticas e movimentos sociais. Neste sentido, Bowker & Star (1999) observam que,

“Na lista telefônica de Santa Cruz, Califórnia, o Alcoólicos Anônimos e o Narcóticos Anônimos estão inclusos nos serviços de emergência. Anos atrás, eles estariam listados sob a categoria de ‘reabilitação’, se é que apareceriam. A mudança reflete o amplo reconhe-

cimento e confiabilidade dessas organizações em situações de crise, assim como reflete também a aceitação das suas teorias quanto ao vício ser uma condição médica. No início da seção de eventos comunitários, ao lado do Festival do Alho e da celebração do aniversário de fundação da cidade, a Parada do Orgulho Gay e Lésbico está listada nos eventos anuais. Décadas de ativismos e de conflitos estão por trás dessa simples lista telefônica, e para gays e lésbicas, tornar-se parte da infraestrutura cívica sinaliza um tipo de aceitação pública quase impensável há 30 anos.... digressões sobre esses aspectos das infraestruturas podem ser opressivamente maçantes. Muitas dessas classificações aparecem como nada mais do que listas de números com etiquetas, enterradas em menus dos softwares e em manuais de usuário” (Bowker & Star 1999:111).

Muitos dos estudos etnográficos de sistemas de informação implicitamente envolvem o estudo das infraestruturas. Mesmo que muitos desafios e dificuldades em relação às infraestruturas emergem no próprio processo do trabalho técnico (Neumann & Star 1996), é relativamente fácil se manter nos tradicionais alcances dos trabalhos de campo focando em conversações, comunidades, identidades e processos de grupo. Mas, obviamente, nesses casos, tais estratégias são mediadas pelas tecnologias de informação. Já foram realizados bons estudos sobre *multi-user dungeon* (MUDs)³, interpretação de papéis em espaços virtuais, identidades mediadas à distância, comunidades no cyberspaço e estatutos hierárquicos. Todavia, há muito menos estudos sobre os efeitos da padronização ou da classificação formal nos processos de formação de grupos, sobre a modelagem das redes e a sua relevância para as variadas comunidades. Ou ainda sobre o caloroso debate político relativo aos nomes de domínios, os protocolos de intercâmbios de informações e as linguagens.

Talvez isso não seja uma surpresa, já que esses últimos tópicos tendem a estar reservados em espaços semi-privados ou escondidos em códigos eletrônicos inacessíveis. Eles não provocam o estranhamento tão comum na antropologia. Trata-se de um estranhamento incorporado, de segunda ordem, voltado ao esquecido, aos bastidores, congelado no lugar.

Portanto, estudos preocupados com questões de gênero nos MUDs, tratando do anonimato nas tomadas de decisão e das novas afiliações eletrônicas são importantes, pois ampliam nosso entendimento sobre identidade, status e comunidade. Os desafios apresentados por eles não são triviais metodologicamente. Como alguém estuda uma ação à distância? Como observar a interação entre teclados, corpos e linguagens? Quais questões éticas são relevantes ao estudar pessoas cujas identidades talvez nunca se irá conhecer? Quando uma infraestrutura acaba e como podemos estabelecer isso? Como entendemos a ecologia de funcionamento enquanto afetada pela padronização e pela classificação? O que é universal ou local em relação às interfaces padronizadas? E talvez o mais importante de tudo, quais valores e princípios éticos inscrevemos nos fundamentos dos ambientes de informação (Goguen 1997; Hanseth & Monteiro 1996; Hanseth, Monteiro, & Hatling 1996) Precisamos de novos métodos para compreender esse imbricamento das infraestruturas com a organização humana.

Do mesmo modo, estudos sobre profanação de corpos, turismo identitários e redes transglobais de conhecimento nos permite atentar etnograficamente para conexões, arranjos, dimensionamentos e outros aspectos profundamente mundanos do cyberspaço e de maneiras em nada distantes de como poderíamos analisar uma lista telefônica. Meu professor Anselm Strauss tinha um aforismo preferido, 'estude o não estudado'. Por isso, ele e seus estudantes pesquisaram temas incomuns: doenças crônicas (Strauss 1979); trabalhadores ou trabalhadoras⁴ de baixo status social como zeladores; a morte e o seu processo; e os materiais utilizados na vida científica como animais de teste e taxidermia (Clarke & Fujimura 1992). O aforismo não era uma perversão metodológica. Ao contrário, a partir dele se possibilita um entendimento mais ecológico dos locais de trabalho, da materialidade e das interações, corroborando então com uma agenda de justiça social ao valorizar pessoas e coisas previamente negligenciadas.

O efeito ecológico de estudar coisas entediadas (infraestrutura, nesse caso) é de algumas maneiras similar. A ecologia da alta tecnolo-

gia distribuída nos locais de trabalho, nas casas ou nas escolas é profundamente impactada pela relativa falta de estudos sobre as infraestruturas que permeiam todas as suas respectivas funcionalidades. Se, ao estudar uma cidade, negligencia-se seu sistema de saneamento e de abastecimento de energia, perde-se de vista aspectos essenciais de justiça distributiva e de planejamento de poder (Latour & Hermant 1998). Do mesmo modo, estudar um sistema de informação e negligenciar seus padrões, fios e configurações, impossibilita a compreensão de aspectos essenciais sobre estética, justiça e mudança. Talvez se parássemos de pensar nos computadores como avenidas de informação e começássemos a considerá-los mais modestamente enquanto esgotos simbólicos, esse domínio poderia ser um pouco melhor percebido.

Definindo a infraestrutura

O que pode ser estudado é sempre uma relação ou uma infinita regressão de relações. Nunca uma 'coisa' (Bateson 1978:249).

As infraestruturas são comumente imaginadas enquanto sistemas de substratos, ferrovias, canos e encanamentos, usinas elétricas e fios. Por definição, é invisível e faz parte do pano de fundo para outros tipos de atividades. Além disso, a infraestrutura está ali pronta para o uso. Todavia, a elaboração desta imagem retém em si diversos desdobramentos e chama a atenção para o fato de que, ao ligar uma torneira para beber um copo de água, utiliza-se quase irrefletidamente uma vasta infraestrutura de encanamentos e regulamentações.

Esta imagem se complica quando se começa a investigar o processo de construção de um sistema técnico de larga escala, ou então ao pensar a situação daqueles que *não* são atendidos por uma determinada infraestrutura. Para quem trabalha na área da engenharia ferroviária, os trilhos não são infraestruturas, mas um simples tópico. Para uma pessoa em uma cadeira de rodas, a escada e a moldura da porta de entrada de um edifício não são apoios fiéis, mas barreiras (Star 1991). O que para alguns é uma infraestrutura, para outros é uma

coisa distinta, às vezes um obstáculo. Como colocado por Star & Ruhleder (1996), infraestrutura é um conceito fundamentalmente relacional, que se torna realmente uma infraestrutura somente em relação a práticas organizadas (ver também Jewett & Kling 1991). Assim, em um dado contexto, um cozinheiro considera o sistema de água uma infraestrutura fundamental para o preparo do jantar. Para o planejador ou planejadora urbana ou mesmo para o encanador ou encanadora, este funcionamento é uma variável dependente de um complexo processo de planejamento ou de reparo: “Analicamente, as infraestruturas emergem somente a partir de suas propriedades relacionais, e não como coisas em si distantes do uso” (Star & Ruhleder 1996:113).

Em minha pesquisa, essa questão tornou-se evidente ao realizar trabalho de campo por mais de três anos numa comunidade de biólogas e biólogos em parceria com pessoas atuantes na área da ciência da computação que, na época, estavam construindo um laboratório eletrônico compartilhado e um espaço de publicação para essa comunidade (Schatz 1991). Eu estava estudando suas práticas de trabalho, de modo que por isso viajei para muitos laboratórios com o objetivo de observar o uso dos computadores e os padrões de comunicação. Apesar de estarmos seguindo princípios da modelagem participativa, e com isso usando a etnografia para entender os detalhes das práticas de trabalho, a prototipagem extensiva, as respostas dos usuários, e testando o sistema em laboratórios e em conferências, poucos biólogos e biólogas acabaram usando o sistema. A dificuldade não parecia estar na interface ou na representação dos processos de trabalho embutidos no sistema, mas sim na infraestrutura: plataformas incompatíveis, centros locais de computação pouco cooperativos e recursos congestionados. Fomos então forçados a desenvolver uma definição mais relacional de infraestrutura e, ao mesmo tempo, desafiar as visões do bom uso da etnografia no desenvolvimento de sistemas.

Nós começamos a ver infraestrutura enquanto parte da organização humana, tão problemática quanto qualquer outra. Nós performamos o que Bowker (1994) tem chamado de ‘inversão infraestrutural’,

trazendo para o primeiro plano os verdadeiros elementos dos bastidores das práticas de trabalho. Trabalhos recentes sobre a história da ciência (Bowker 1994; Edwards 1996; Hughes 1983, 1989; Summer-ton 1994; Yates 1989) começam a descrever a história dos sistemas de larga escala precisamente dessa maneira. Seja nas ciências ou nas artes, vemos e nomeamos coisas de formas diferentes sob diferentes regimes infraestruturais. Os desenvolvimentos tecnológicos afastam-se de variáveis independentes ou dependentes em direção a processos e relações que entrelaçam pensamento e trabalho. Nos nossos estudos *Worm Community Study* (sobre o nematódeo *C. Elegans*), Ruhleder e eu chegamos numa definição de infraestrutura a partir das seguintes propriedades e de seus respectivos exemplos.

Imersão (embeddedness). As infraestruturas estão mergulhadas em outras estruturas, arranjos sociais e tecnologias. As pessoas não necessariamente distinguem os diversos aspectos coordenados numa infraestrutura. No *Worm Study* mencionado acima, nossos informantes geralmente não distinguiam programas ou subcomponentes do *software*, esses simplesmente estavam lá dentro.

Transparência. As infraestruturas são transparentes ao uso, no sentido de não precisarem ser reinventadas ou montadas para cada tarefa. Elas dão suporte invisível para tais tarefas. Para nossos informantes, usar o ftp (*File Transfer Protocol*) para fazer *download* do sistema era algo novo e, portanto, difícil. Já para a área da computação, essa é uma tarefa simples e rotineira. Assim, usar o ftp tornava o sistema menos transparente para os biólogos e, conseqüentemente, mais difícil de usar.

Alcance ou escopo. As infraestruturas têm alcance para além de um evento singular ou de uma prática localizada, o que pode ser entendido tanto em um sentido temporal quanto espacial. Uma das primeiras coisas que fizemos no desenvolvimento do sistema foi examinar o boletim de notícias trimestral dos biólogos e das biólogas para emular online uma das temporalidades de longo prazo da comunidade.

Aprendida através da participação em uma comunidade (membership). Tomar por certo determinados artefatos e arranjos organizacionais é

uma condição necessária (*sine qua non*) da participação em uma comunidade de práticas (Bowker & Star 1999; Lave & Wenger 1991). Pessoas estrangeiras e forasteiras se deparam com as infraestruturas enquanto objetos de aprendizagem, adquirindo então uma familiaridade naturalizada com esses objetos na medida em que se tornam parte dela. Mesmo que muitos objetos da biologia fossem distantes para nós etnógrafas e para os cientistas da computação, e nós todos fizemos um esforço especial para superar essa estranheza, era fácil deixar passar outras coisas que já tínhamos naturalizado, como as práticas de recuperação de informação nos sistemas em rede.

Vínculo com convenções de práticas. As infraestruturas tanto modelam quanto são modeladas pelas convenções de uma comunidade de práticas (por exemplo, as maneiras com que os ciclos de dia e noite acontecem são afetadas e afetam as variações de necessidade de energia elétrica). Gerações de datilógrafos aprenderam com o teclado QWERTY; suas limitações são herdadas no teclado do computador e, conseqüentemente, presentes no design da mobília dos computadores de hoje (Becker 1982). Neste sentido, a periodicidade trimestral das publicações via boletim de notícias não poderia mudar. Quando sugerimos atualizações contínuas, isso foi completamente rejeitado por estar interferindo em importantes convenções de práticas.

Incorporação de padrões. Sendo transformadas a depender de seu escopo e muitas vezes da existência de convenções conflitantes, as infraestruturas assumem seu caráter de transparência ao se conectarem a outras infraestruturas e ferramentas de forma padronizada. Nosso sistema incorporava muitos padrões usados nas comunidades de biólogos e biólogas acadêmicas, tais como nomes e mapas para cepas genéticas e fotografias de partes relevantes dos organismos. Mas outros padrões a princípio nos escaparam, como o uso de programas específicos do Machintosh para produzir fotografias.

Construída sob uma base já estabelecida. As infraestruturas não crescem do nada, mas se conflitam com a inércia de uma base já estabelecida, e dela herda forças e limitações. Os cabos de fibra óptica

passam ao longo de antigas linhas ferroviárias e os novos sistemas são projetados para serem compatíveis com versões anteriores. Não levar estas restrições em consideração poderia desviar os desenvolvimentos subsequentes, ou dar um golpe fatal neles (Hanseth & Monteiro 1996). Levamos isso parcialmente em conta para atividades como a digitalização do boletim informativo ou o fornecimento de arquivos pesquisáveis, mas nossa incapacidade de compreender o enraizamento do Machintosh na comunidade provou ser dispendiosa.

*Torna-se visível ao quebrar ou no colapso (breackdown)*⁵. O funcionamento normalmente invisível de uma infraestrutura torna-se visível com a quebra. Um servidor que cai, uma ponte que é levada pela chuva ou a ocorrência de um apagão de energia. Mesmo havendo mecanismos e procedimentos de segurança, sua existência serve apenas para destacar ainda mais a infraestrutura que se tornou visível. Um dos elementos que nos alertou sobre a importância das infraestruturas adveio com as visitas de campo para checar a usabilidade do sistema. Antes da visita, os informantes diziam que estavam usando o sistema sem nenhum problema. Durante a visita ao local, eles eram incapazes de até mesmo nos dizer em quais máquinas o sistema estava instalado. Essa ideia de colapso ou quebra tornou-se base para um entendimento muito mais detalhado da natureza relacional das infraestruturas.

É fixada em incrementos modulares, não de uma vez ou globalmente. Por ser grande, estratificada e complexa, e desse modo significar diferentes coisas localmente, as infraestruturas nunca são transformadas de cima para baixo. Mudanças requerem tempo e negociação, além de sincronia com outras dimensões do sistema⁶. Ninguém está realmente no comando de uma infraestrutura. Quando estávamos em campo, nossos esforços para colocar os sistemas em funcionamento foram muitas vezes frustrados pelas inúmeras formas em que a computação laboratorial estava sendo integrada tanto nos sistemas de computação locais do campus ou hospitais, quanto nos outros sistemas ligados a eles. Simplesmente não havia uma varinha mágica para resolver o processo de desenvolvimento.

Infraestrutura e métodos

Esta abordagem relacional das infraestruturas traz implicações metodológicas consideráveis. Dentre os *locus* de análise estão os processos de decisões sobre o desenvolvimento dos códigos e a padronização, atividades de reparo e customização (ver, *e.g.*, Gasser 1986; Trigg & Bødker 1994), e a observação e a desconstrução das decisões incorporadas sob a forma de infraestrutura (Bowker & Star 1999). O trabalho de campo nesse caso se transforma numa combinação de análises históricas e da literatura com ferramentas tradicionais como entrevistas, observações, análises do sistema e estudos de usabilidade. Por exemplo, ao estudar o desenvolvimento de categorias enquanto parte de infraestruturas de informação, observei encontros de enfermeiras empenhando-se em categorizar seu próprio trabalho (Bowker, Timmermans & Star 1995); estudei os arquivos dos encontros da Organização Mundial da Saúde e seus debates anteriores que envolveram o estabelecimento e refinamento de categorias usadas em certificados de óbito; e analisei casos de recategorizações raciais sob o regime do *apartheid* na África do Sul a partir de registros em antigos jornais e livros de direito (Bowker & Star 1999). Em cada caso, mobilizei uma sensibilidade etnográfica na coleta de dados e na análise considerando a ideia de que as pessoas criam significados com base nas suas circunstâncias, e que esses significados estariam então inscritos em seus juízos sobre o ambiente informacional.

Nessa empreitada, trabalhei também com cientistas da computação que estavam modelando sistemas complexos de informação. Comecei esse trabalho como uma espécie de informante sobre as organizações sociais. De início, as cientistas da computação buscavam exemplos de resoluções de problemas em organizações sociais reais a fim de modelar sistemas de inteligência artificial de larga escala. Elas identificavam problemas desse domínio do desenvolvimento dos sistemas complexos e me pediam para investigar seus análogos em arranjos organizacionais, principalmente aqueles de cientistas e engenheiros (Hewitt 1986; Star 1989). Por exemplo, quando as *designers* tentaram

modelar como um sistema inteligente deveria determinar a resolução de um problema complexo, estudei como um grupo de neurofisiologistas debatendo a função cerebral na Inglaterra do século XIX manejaram tal tarefa (Star 1989), e assim desenvolvi modelos formais desses processos, que então foram transmitidos às cientistas da computação.

Esse trabalho começou nos anos 80, antes do atual crescimento das associações entre etnografia e ciência da computação na área dos sistemas de informação com o objetivo de melhorar a usabilidade dos sistemas (como, por exemplo, no *Worm Community Study*). Durante a última década, alguns etnógrafos e etnógrafas desenvolveram parcerias duradouras com desenvolvedores e desenvolvedoras em muitos países, especialmente nas áreas de trabalhos cooperativos apoiados por computadores (CSCW – *computer supported cooperative work*) e na interação entre humanos e computadores (Bowker *et al* 1997). Esses trabalhos emergiram de inúmeras tradições intelectuais, incluindo etnometodologia, interacionismo simbólico, processos de trabalho-pesquisa, teoria de atividade (psicologia histórico-cultural), entre outras.

Todos aqueles que, como nós, conduziram esse tipo de estudo, começaram a se questionar sobre a inescapável questão da escala referente às infraestruturas. É possível manter um projeto de pesquisa etnográfica tradicional quando o conjunto envolve um grupo de pessoas ou um pequeno número de terminais de computador. Contudo, muitas configurações envolvendo modelagem e uso de computadores não cabem nesse modelo. Os grupos estão distribuídos geograficamente e temporalmente, e podem envolver centenas de pessoas e terminais. Por definição, sempre houve limites de escala em etnografia. O caráter intensivo do trabalho de campo e da análise em pesquisas qualitativas, combinado com a ênfase histórica em um único investigador, nunca se prestou à etnografia de milhares de indivíduos⁷.

Ao mesmo tempo, a etnografia é uma ferramenta tentadora para analisar interações online. Sua força reside na capacidade de trazer à tona vozes silenciadas, de fazer malabarismos com significados discre-

pantes e de compreender as lacunas entre palavras e ações. Os etnógrafos e as etnógrafas são treinados para entender pontos de vista, a definição de situação. Intuitivamente, essas parecem ser importantes potencialidades para compreender as enormes transformações sendo forçadas pelas tecnologias de informação. A questão da escala contínua urgente e em aberto no que concerne à metodologia no estudo das infraestruturas. Estamos vivendo um momento tentador e irônico. De um lado temos a promessa de transcrições completas das interações, ‘notas de campo’ quase prontas na forma de relatórios de transações (*transaction logs*) e arquivos de discussão de e-mails. Por outro lado, reduzir esse volume de material para algo administrável e analiticamente interessante é uma tarefa difícil, não obstante a emergência de ferramentas cada vez mais sofisticadas para análise qualitativa como o Atlas/ti. Não conheço ninguém que tenha analisado os relatórios de transações de uma forma que considere satisfatória, conforme um padrão etnográfico de veracidade (para uma boa discussão de alguns destes problemas, ver Spasser 1998).

Ainda assim, continuamos presos com o problema do lugar das interações *on-line* na vida das pessoas e das organizações *off-line*. No *Worm Community Study*, tentei simplesmente ampliar as técnicas tradicionais de trabalho de campo. Eu e meu colega de pesquisa viajamos para muitos laboratórios, fizemos trabalho de campo inicial exploratório para cada um e entrevistamos mais de uma centena de profissionais da área da biologia. No fim, estava exausta. No *Illinois Digital Library Project*, nossa equipe de avaliação, composta por cientistas sociais, percebeu que nosso estudo inicial dos ‘processos comunitários emergentes na biblioteca digital’ (através de trabalho de campo e registros de transações) precisava ser transformado em um conjunto coordenado de entrevistas com usuários potenciais e etnografias da equipe do projeto enquanto aguardávamos o teste do sistema, já com um atraso de cerca de dois anos (Bishop *et al* 2000; Neumann & Star 1996). Tivemos de inventar novas maneiras de triangular e avançar juntos aos desenvolvedores do sistema. Essas novas formas de traba-

lho quebraram aquelas mais antigas, tanto para nossos informantes quanto para nós mesmos.

Segredos e truques da pesquisa⁸

A seguinte seção examina diversos truques que desenvolvi nos estudos mencionados anteriormente, úteis para ‘ler’ e descongelar algumas das características das infraestruturas.

. Identificando narrativas mestras e ‘outros’

Muitos sistemas de informação empregam o que os teóricos literalmente chamam de uma narrativa mestra ou uma voz única que não problematiza diversidade. Essa voz fala inconscientemente de um centro presumido das coisas. Um exemplo dessa codificação dentro das infraestruturas poderia ser um formulário de histórico médico para mulheres no qual codifica a tradicional monogamia heterossexual enquanto a única categoria de resposta: espaços em branco para o ‘nome de solteira’ e para o ‘nome do marido’, espaço em branco para ‘método contraceptivo’, porém sem espaços para outras práticas sexuais nas quais podem ter consequências médicas, ou para outros parceiros além do marido na lista de contatos para eventuais emergências médicas. Latour (1996) discute a narrativa inscrita no Aramis, um metrô inacabado, que, segundo o autor, já codificava um determinado tamanho de trem com base no pressuposto modelo de família nuclear. Outro exemplo disso são as próteses de mastectomia etiquetadas como sendo ‘cor de pele’ enquanto são, de fato, mais próximas da cor de pele de pessoas brancas.

Ouvir a narrativa mestra e identificá-la como tal é, antes de tudo, colocar-se do lado do que foi transformado em outro, ou que perdeu seu nome. Alguns dos dispositivos literários representativos das narrativas mestras incluem a criação de atores globais ou a confluência de um conjunto diversificado de atividades e interesses num único ator com uma agenda presumidamente monolítica (‘Os Estados Uni-

dos apoiam a democracia’); a personificação ou a conversão de um conjunto de ações em um único ator dotado de vontade própria (‘a ciência busca a cura do câncer’); o uso da voz passiva (‘os dados têm revelado que’); e a eliminação de outras modalidades de pensamento. Esse último ponto tem sido bem descrito na sociologia da ciência, a saber o processo através do qual um fato científico é gradualmente despido das circunstâncias e incertezas associadas ao seu desenvolvimento, tornando-se então uma verdade nua e crua.

No estudo previamente mencionado sobre a Classificação Internacional de Doenças/ CID, Bowker e eu descobrimos momentos em que essa narrativa mestra se torna visível no seu fazer. Um destes ocorreu quando um comitê de estatística tentou codificar o ‘instante da vida’: Como você pode afirmar, ao preencher um certificado de nascimento, quando um bebê está vivo? Diferenças religiosas (como, por exemplo, entre Católicos e Protestantes) foram debatidas, assim como distinções fenomenológicas tais como o número de respirações que um bebê faria, tentaria fazer ou falharia ao fazer (Bowker & Star 1999). Nos estudos que lemos sobre as atuais práticas de preenchimento de certificados de óbito, nota-se como a distinção feita previamente pelos ‘modeladores’ não combinava com o modo com que os médicos encarregados do atendimento viam o mundo. Chegamos ao entendimento de como os espaços em branco nos formulários eram tanto heteropraxiais (práticas diferentes em regiões diferentes, restrições locais e crenças) quanto heteroglossiais (exibiam vozes diferentes de uma forma aparentemente monótona).

. Fazendo aparecer o trabalho invisível

Sistemas de informação codificam e incorporam trabalho de diversas maneiras. Eles podem tentar representar os processos de funcionamento e trabalho. Eles podem ficar no meio de um processo de trabalho como uma rocha num riacho, requerendo então soluções alternativas para prosseguir contornando-os. Eles podem também dei-

lar lacunas nos processos de trabalho, requerendo ajustes em tempo real ou uma articulação das atividades para completar o processo.

Encontrar os trabalhos invisíveis nos sistemas de informação requer procurar por esses processos nos rastros deixados pelos codificadores, modeladores e usuários dos sistemas (Star & Strauss 1999, discutem isso em relação ao *design* dos sistemas CSCW). Em algumas instâncias, isso significa, nos termos de Goffman (1959), ir para os bastidores e recuperar a confusão obscurecida pela monotonia ente-diante das informações representadas. Muitas vezes, pontos incontornáveis são encontrados nos bastidores. Por exemplo, no *Worm Community Study*, descobrimos que havia momentos cruciais na carreira de um biólogo ou bióloga (especialmente durante o período de *postdoc*, logo antes de conseguirem seu próprio laboratório), em que sigilo e reserva profissional são valorizados acima das costumeiras normas comunitárias de compartilhamento preliminar dos resultados em espaços semiformais.

Em qualquer tipo de organização de trabalho há sempre pessoas nas quais suas contribuições passam despercebidas ou não são formalmente reconhecidas (trabalhadores da limpeza, zeladores, empregados domésticos e, muitas vezes, pais e mães, por exemplo). Quando o projeto de sistemas se destina a apoiar o trabalho geral, ignorar aqueles que são percebidos localmente como ‘não-pessoas’ pode levar a um sistema não-funcional. Por exemplo, na pesquisa com biólogos e biólogas, originalmente queria incluir os secretários no fluxo de publicações e comunicações, já que eles eram obviamente (pelo menos para mim) parte da comunidade. Contudo, tanto os profissionais da biologia quanto os do desenvolvimento de sistemas se opuseram fortemente à proposta. Eles não viam os secretários enquanto reais produtores de ciência, de modo que a ideia foi abandonada. Frequentemente há um delicado balanço deste tipo entre tornar as coisas visíveis e deixá-las num entendimento tácito. Para os enfermeiros mencionados anteriormente, cujo trabalho era categorizar todas as atividades realizadas por enfermeiros no hospital, essa era uma questão importante.

Se o trabalho não dito é deixado de ser dito, ele acaba se perdendo no papel de parede (nas palavras de um dos entrevistados ‘somos inclusos no preço do quarto’). Torne-o explícito, e ele será alvo da contabilização dos custos do hospital. A tarefa de classificar tinha o objetivo de ponderar as atividades no meio do processo, balanceando para que fossem suficientemente visíveis para serem legitimadas, porém conservando-as uma região de discricção. Sem o trabalho de campo nos encontros em que estavam construindo o sistema de classificação, Bowker, Timmermans e eu (1995) nunca teríamos tomado conhecimento sobre esse conflito.

. Os paradoxos da infraestrutura

Por que qualquer obstáculo, por menor que seja, costuma ser uma barreira ao usuário de um sistema de computador? Uma das descobertas de nosso estudo com os usuários no *Illinois Digital Library Project* (Bishop *et al* 2000) foi como alterações aparentemente triviais na rotina ou nas ações necessárias têm o efeito de impedir o uso do sistema. Pode ser um botão a mais para apertar, um outro *link* para seguir e encontrar a ajuda necessária, ou mesmo procurar por algo na tela. A teimosia dessas ‘minúsculas’ barreiras é, num primeiro olhar, um enigma da irracionalidade humana. Por que alguém não apertaria um par de botões a mais ao invés de atravessar o campus para conseguir uma cópia de algo? Por que as pessoas persistem em ações menos funcionais, porém mais rotineiras, quando alternativas mais baratas estão no entorno? As pessoas estão de tal modo imersas em suas rotinas, tão incapazes de se adaptar às mudanças, que mesmo uma pequena dificuldade já é demasiada?

Ao invés de ficar nessa caracterização tão ampla e geral da natureza humana, retorno a um exemplo do meu trabalho de campo para explicar esse fenômeno. Em um nível fenomenológico, esses pequenos impedimentos amplificam-se no fluxo do processo de trabalho. Pressionar uma tecla adicional do teclado pode ser tão árduo quanto uma série de dez flexões. O que está acontecendo aqui?

Uma maneira de explicar esse processo de magnificação é compreendendo o fato de que dois processos de trabalho estão ocorrendo simultaneamente, e somente um está visível na análise tradicional do usuário no terminal, ou do usuário no sistema: o processo que lida com questões de teclado e funcionalidade. O outro é o processo de composição, aquele delicado e complexo entrelaçamento dos recursos da área de trabalho, as rotinas organizacionais, a memória de trabalho relativa às complicadas listas de tarefas (das quais, somente algumas dizem respeito ao terminal ou ao sistema) e todo tipo de trabalho de articulação performado invisivelmente pelo usuário.

Shimidt & Simone (1996) demonstram como o trabalho de coordenação e o de articulação (o segundo conjunto de tarefas invisíveis descritas acima) estão recursivamente relacionados na situação em que acontecem. Somente descrevendo as tarefas de produção e as tarefas ocultas de articulação, juntas e recursivamente, podemos propor uma boa análise do porquê alguns sistemas funcionam e outros não. A magnificação que encontramos em nossos estudos diz respeito à interrupção dessa articulação das tarefas do usuário. O sistema fica necessariamente frágil (assim como é em tempo real) dependendo das contingências locais e situadas, requerendo então uma boa dose de malandragem para resolver esses problemas. Pequenas disrupções no processo de articulação podem se ramificar por todo o fluxo de trabalho do usuário, fazendo com que anomalias aparentemente pequenas ou ações adicionais tenham impactos muito maiores do que o modelo terminal-usuário poderia sugerir.

O espinhoso problema dos indicadores

Uma das dificuldades ao estudar as infraestruturas é distinguir os diferentes níveis de referências do assunto estudado. Essa dificuldade é compartilhada por todos os estudos interpretativos das mídias. A título de ilustração, suponhamos que alguém queira entender a relação da publicidade científica com os valores culturais sobre ciência. Em um nível de referência, pode-se contar a frequência das propagandas,

seus supostos vínculos com as vendas e o orçamento esperado sem nem mesmo ler uma única propaganda. Nesse caso, as propagandas são indicadores dos recursos gastos promovendo produtos científicos. Dando um passo em direção ao conteúdo da propaganda, pode-se identificar as ênfases colocadas em certos tipos de atividade, os comportamentos estereotipados de gênero ali incorporados ou ainda quais tipos de imagens e de estéticas são mobilizadas para demonstrar sucesso. Aqui é preciso avaliar o estilo do criador da propaganda incluindo o uso de ironias, os múltiplos níveis de significado, as estratégias psicológicas empregadas e, portanto, seu significado. Por fim, pode-se simplesmente tomar as propagandas enquanto uma transcrição literal sobre o processo e o progresso científico para ser observado diretamente a partir de suas alegações, como uma espécie de indicadores da atividade científica. Para generalizar isso, pode-se ler a infraestrutura de informação:

- Como um *artefato* material construído por pessoas e com propriedades físicas e pragmáticas que afetam a organização humana. A veracidade do conteúdo da informação não é relevante nessa perspectiva, somente seu impacto;
- Como um *rastro* ou *registro* de atividade. Aqui, a informação e seu status tornam-se muito mais relevantes na medida em que a própria infraestrutura torna-se um dispositivo coletor de informações. Relatórios de transação e históricos de e-mails, bem como a leitura desses registros a partir de um sistema de classificação para buscar valores culturais, conflitos e outras decisões tomadas na construção do sistema caem nessa categoria. Nesse momento, a infraestrutura de informação localiza-se (muitas vezes de modo desconfortável) em algum lugar entre o assistente de pesquisa do investigador e o artefato cultural. A informação ainda deve ser analisada e colocada num quadro maior de atividades;
- Como uma representação verídica do mundo. Aqui, o sistema de informação é tomado sem problematizações como um espelho das ações do mundo, e que é, por isso, muitas vezes tacitamente considerado um registro suficientemente completo dessas atividades. Esse tipo de substituição é encontrado, por exemplo, quando as interações do grupo de usuários em rede substituem completamente as notas de campo na análise de um determinado mundo social.

Certamente esses três tipos de representações não se excluem mutuamente. Há, contudo, um importante ponto metodológico a ser feito sobre a localização de uma análise. Diversas vezes aconselhei estudantes de pós-graduação que, uma vez que se ignora essas funções dos indicadores, torna-se complicado e doloroso desembaraçá-las. Filmes sobre estupro podem dizer muito sobre uma dada cultura de aceitação da violência sexual, mas eles não são a mesma coisa que estatísticas policiais sobre estupro, tampouco são o mesmo que uma investigação fenomenológica da experiência de ser estuprada. Filmes são feitos por cineastas que trabalham em uma indústria, constrangidos por limitações de orçamento, convenções e por suas próprias imaginações. Similamente, para tomar um exemplo das infraestruturas de informações, as pessoas mandam e-mails de acordo com certas convenções e dentro de certos gêneros (Yates & Orlikowski 1992). O relacionamento entre e-mail e a esfera maior das atividades concretas não pode ser presumido, deve ser investigado.

Os processos de descoberta do estatuto dos indicadores são complexos. Isso se deve parcialmente às nossas próprias omissões enquanto pesquisadores e, parcialmente, aos pequenos deslizes empreendidos por seus criadores. Um exemplo comum é a substituição, na criação de um sistema de indicadores ou categorias, da precisão pela validação. Quando grandes desafios epistemológicos estão em questão no desenvolvimento de um sistema, uma tática política é desviar a atenção das grandes questões, para, simplesmente, assumir o controle dos indicadores. Kirk & Kutchins (1992), no seu estudo sobre o DSM, demonstram precisamente esse conjunto de táticas em funcionamento entre psicanalistas e psiquiatras biólogos na construção de um sistema de categorias. Ao invés de focarem (como estavam de fato fazendo por anos) na ampla questão da mente e da psicopatologia, os projetistas do DSM redefiniram os indicadores de modo a incluir até pedidos de reembolsos de terceiros dentro de um conjunto de números que gradualmente deslocaram as abordagens psicanalíticas. Notei um cenário de atividades similar com pesquisadores do cérebro na virada do século (Star 1989).

Pontes e barreiras

Pelo menos desde o clássico capítulo de Winner (1986), ‘*Do Artifacts Have Politics?*’, questionamentos sobre como e se valores são inscritos nos sistemas técnicos têm sido vividos nas comunidades de estudo e modelagem de tecnologias. Winner utiliza o exemplo de Robert Moses, um urbanista de Nova York que tomou uma decisão, nos bastidores da política, de fazer pontes para carros com uma altura extremamente baixa através do *Grand Central Parkway*. A razão? As pontes seriam muito baixas para o transporte público passar por elas. O resultado? Pessoas pobres seriam efetivamente barradas dos ricos subúrbios de *Long Island*, não por um regulamento, mas pelo *design*.

Independente se tomamos ou não o exemplo de Moses ao pé da letra (e essa tem sido uma questão controversa), o caso é instrutivo. Existem milhões de minúsculas pontes construídas nas infraestruturas de informação de larga escala, e milhões (literal e metaforicamente) de transportes públicos que não conseguem passar por elas. O exemplo de computadores dados para escolas de bairros desfavorecidos ou países em desenvolvimento é também controverso. Os computadores podem funcionar bem, mas a eletricidade é de má qualidade ou inexistente. Os antigos disquetes não cabem nos novos drives e os novos discos são caros. As ligações telefônicas locais nem sempre são de graça. Novos navegadores são mais rápidos, porém precisam de mais memória para funcionar. Um navegador que está atualmente entre os mais populares não é compatível com aquele mais utilizado por pessoas cegas no formato somente de texto.

Nas infraestruturas de informação, toda forma concebível de variação nas práticas, na cultura e nas normas está embutida nos níveis mais profundos do projeto. Alguns são maleáveis, abertos a mudanças e programáveis, se você tem conhecimento, o tempo e outros recursos para fazê-lo. Outros, como em um arranjo de categorias de escolha fixa, apresentam barreiras aos usuários que somente podem ser transformadas por movimentos sociais de larga escala. Considerem a questão da escolha da opção de raça nas pesquisas de censo nos EUA. No

ano de 2000, pela primeira vez, as pessoas podiam escolher mais de uma categoria racial. Essa simples mudança infraestrutural precisou de uma marcha em Washington, anos de ativismo político e custará bilhões de dólares. Muitos grupos progressistas em busca de justiça social eram contrários baseando-se no argumento de que mesmo que seja biologicamente correto afirmar que a maioria de nós pertence a múltiplas raças, os efeitos da discriminação estarão perdidos na contagem daqueles que reivindicam múltiplas origens raciais.

Colocar em prática as reflexões, métodos e abordagens da etnografia para abordar esse conjunto de questões é um desafio aterrorizante e alegre para a era da informação, como alguns poderiam chamar. Até agora, a iniciativa reuniu historiadores e historadoras, sociólogos e sociólogas, antropólogos e antropólogas, filósofos e filósofas, teóricos e teóricas da literatura e cientistas da computação. A força dos resultados desta ‘faculdade invisível’⁹ contrasta, no entanto, com a falta de questionamento metodológico. Portanto, os artigos desta nesta edição são contribuições muito bem-vindas a uma literatura de importância crescente.

Notas:

¹ Este artigo é uma tradução da versão original em inglês, que foi publicada pela primeira vez em 1999, em *American Behavioral Scientist*, 43(3):377-391. Nota da autora: a autora agradece a Howie Becker, Geof Bowker, Jay Lemke, Nina Wakeford e Barry Wellman pelos precisos comentários. Este artigo é dedicado aos outros membros da Sociedade de Pessoas Interessados em Coisas Entediadas (*Society of People Interested in Boring Things*), especialmente sua co-fundadora Charlotte Linde. Nota dos tradutores: agradecemos a Geof Bowker por seu entusiasmo com a proposta de tradução e seu suporte no processo de concessão dos direitos autorais do presente artigo.

² Nota dos tradutores: No artigo original não foram incluídas palavras chaves. Por exigências editoriais foram aqui acrescentadas.

³ Nota dos tradutores. Os *Multi-User Dungeon* foram os primeiros jogos em rede criados no final dos anos 70 e popularizados nos 80. Baseados em RPGs como *Dungeons & Dragons* e contendo somente textos, esses jogos utilizavam linhas telefônicas e o sistema *bulletin board*, estabelecendo uma conexão entre os jogadores muito semelhante ao que faz a internet hoje.

⁴ Nota dos tradutores: Considerado o posicionamento feminista da autora, e a ausência de conotação de gênero nos substantivos em inglês, decidimos pluralizar a conotação de gênero nas várias profissões citadas no texto. Seguindo estratégias da própria autora, deixamos ‘aleatório’ o uso do masculino e feminino. Agradecemos as indicações de Geof Bowker e Carmen Rial sobre esse ponto e assumimos total responsabilidade por eventuais estranhezas e deslizes.

⁵ Nota dos tradutores: A tradução desta ideia de *breakdown* para o português pediu mais de uma palavra. *Breakdown* capta um sentido de escala que é importante para a ideia de Star: pode ser desde uma pequena falha até grandes e desastrosos colapsos. Apesar de os exemplos da autora apontarem mais para o primeiro, optamos em traduzir por quebra e colapso visando captar a extensão de sentido do conceito.

⁶ Agradeço a Kevin Powell pelas sugestões. Este tipo de modularidade é formalmente similar ao *open system properties* de Hewitt (Hewitt 1986; Star 1989).

⁷ Pelo menos é isso o que acontece quando esses milhares são heterogêneos, distribuídos em muitos locais e talvez anônimos. Becker (comunicação pessoal, 25 de fevereiro de 1999) aponta que algumas etnografias de milhares foram feitas em grandes organizações (Becker, Geer & Hughes 1968).

⁸ Este título foi roubado do inestimável *Tricks of the Trade*, de Becker (1998) (traduzido pela editora Zahar como Segredos e Truques da Pesquisa, 2007), um livro de cabeceira para realizar boas pesquisa em ciências sociais. O furto, claramente, é um dos truques chave. Para citar Latour (1987) ‘*les deux mamelles de la science sont peage et bricolage*’ (as duas tetas da ciência são os pequenos roubos e a bricolagem).

⁹ Nota dos tradutores: O termo inglês aqui utilizado é ‘*invisible college*’, referendo-se ao conjunto de pesquisadores e pesquisadoras dedicados ao estudo da infraestrutura, tema que, na época da publicação deste artigo era pouco visível na academia.

Referências:

- BATESON, G. 1978. *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine.
- BECKER, H. S. 1982. *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press.
- _____. 1998. *Tricks of the Trade. How to Think about Your Research while You're Doing It*. Chicago: University of Chicago Press.
- BECKER, H. S., GEER, B. & HUGHES, E. C. 1968. *Making the Grade. The Academic Side of College Life*. New York: John Wiley.
- BISCHOP A. P. et al. 2000. “Digital libraries: Situating use in changing information infrastructure”. *Journal of the American Society for Information Science*, 51(4):394-413.
- BOWKER, G. 1994. “Information mythology and infrastructure”. In BUD-FRIERMAN, L. (ed.): *Information Acumen. The Understanding and Use of Knowledge in Modern Business*, pp.231-247. Londres: Routledge.
- BOWKER, G. & STAR, S. L. 1999. *Sorting Things out. Classification and its Consequences*. Cambridge: MIT Press.

- BOWKER, G. et al (ed.). 1997. *Social Science. Technical Systems and Cooperative Work: Beyond the Great Divide*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- BOWKER, G. & STAR, S. L. 1999. *Sorting Things out. Classification and its Consequences*. Cambridge: MIT Press.
- BOWKER, G., TIMMERMANS, S. & STAR, S. L. 1995. "Infrastructure and organizational transformation: Classifying nurses' work". In ORLIKOWSKI, W. et al (eds.): *Information Technology and Changes in Organizational Work*, pp.344-370. Londres: Chapman and Hall.
- BUCCIARELLI, L. 1994. *Designing Engineers*. Cambridge: MIT Press.
- CLARKE, A. E. & FUJIMURA, J. H. (ed.). 1992. *The Right Tools for the Job. At Work in Twentieth-Century Life Sciences*. Princeton: Princeton University Press.
- EDWARDS, P. N. 1996. *The Closed World. Computers and the Politics of Discourse in Cold War America*. Cambridge: MIT Press.
- GASSER, L. 1986. "The integration of computing and routine work". *ACM Transactions on Office Information Systems*, 4(3):205-225.
- GOFFMAN, E. 1959. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City: Doubleday.
- GOGUEN, J. 1997. "Towards a social. ethical theory of information". In BOWKER, G. (ed.): *Social Science. Technical Systems and Cooperative Work: Beyond the Great Divide*, pp.27-56. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- HANSETH, O. & MONTEIRO, E. 1996. "Inscribing behavior in information infrastructure standards". *Accounting, Management & Information Technology*, 21(4):183-211.
- HANSETH, O., MONTEIRO, E. & HATLING, M. 1996. "Developing information infrastructure: The tension between standardization and flexibility". *Science, Technology&Human Values*, 21(4):407-426.
- HEWITT, C. 1986. "Offices are open systems". *ACM Transactions on Office Information Systems*, 4(3):271-287.
- HUGHES, T. P. 1983. *Networks of Power. Electrification in Western Society. 1880-1930*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- _____. 1989. "The evolution of large technological systems". In BIJKER, W. E., HUGHES, T. P. & PINCH, T. (eds.): *The Social Construction of Technological Systems*, pp.51-82. Cambridge: MIT Press.
- JEWETT, T. & KLING, R. 1991. "The dynamics of computerization in a social science research team: A case study of infrastructure. strategies and skills". *Social Science Computer Review*, 9(2):246-275.
- KIRK, S. A. & KUTCHINS, H. 1992. *The Selling of the DSM. The Rhetoric of Science in Psychiatry*. New York: Aldine de Gruyter.
- LATOUR, B. 1987. *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Milton Keynes: Open University Press.
- _____. 1992. *Aramis ou l'amour des techniques*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, B. & HERMANT, É. 1998. Paris: Ville Invisible/ La Découverte.

- LAVE, J. & WENGER, E. 1991. *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEUMANN, L. & STAR, S. L. 1996. "Making infrastructure: The dream of a common language". In BLOMBERG, J., KENSING, F. & DYKSTRA-ERICKSON, E. (eds.): *Proceedings of the PDC '96. Computer Professionals for Social Responsibility*, pp. 231-240. Palo Alto: Computer Professionals for Social Responsibility.
- SCHATZ, B. 1991. "Building an electronic community system". *Journal of Management Information Systems*, 8(3):87-107.
- SCHMIDT, K. & SIMONE, C. 1996. "Coordination mechanisms: Towards a conceptual foundation of CSCW systems design". *Computer Supported Cooperative Work*, 8(5):155-200.
- SHELLEY, P. B. 1817. "Ozymandias". *The Examiner*, 11 janvier 1818 (Œuvres poétiques complètes de Shelley. t.3. Paris: Stock. 1909).
- SPASSER, M. A. 1998. *Computational Workspace Coordination. Design-in-use of Collaborative Publishing Services for Computer-mediated Cooperative Publishing*. PhD. Dissertation. Urbana: University of Illinois.
- STAR, S. L. 1989. *Regions of the Mind. Brain Research and the Quest for Scientific Certainty*. Standford: Standford University Press.
- _____. 1991. "Power, technologies and the phenomenology of conventions: On being allergic to onions". In LAW, J. (ed.): *A Sociology of Monsters. Essays on Power. Technology and Somination*, pp. 26-56. Londres: Routledge.
- STAR, S. L. & RUHLEDER, K. 1996. "Steps toward an ecology of infrastructure: Design and access for large information spaces". *Information Systems Research*, 7(1):111-134.
- STAR, S. L. & STRAUSS, A. L. 1999. "Layers of silence, Arenas of voice: the ecology of visible and invisible work". *Computer Supported Cooperative Work*, 17(2):9-30.
- STRAUSS, A. L. (ed.). 1979. *Where Medicine Fails*. New Brunswick: Transaction Books.
- SUMMERTON, J. (ed.). 1994. *Changing Large Technical Systems*. Boulder: Westview.
- TRIGG, R. & BØDKER S. 1994. "From implementation to design: Tailoring and the emergence of systematization in CSCW". In *Proceedings of the ACM 1994 Conference on Computer Supported Cooperative Work*, pp. 45-54. New York: ACM Press.
- WINNER, L. 1986. "Do artifacts have politics?". In WAJCMAN, J. & MACKENZIE, D. (eds.): *The Social Shaping of Technology. How the Refrigerator got its Hum*, pp.26-37. Philadelphia: Open University Press.
- YATES, J. 1989. *Control through Communication. The Rise of System in American Management*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- YATES, J. & ORLIKOWSKI, W. J. 1992. "Genres of organizational communication: A structurational approach to studying communication and media". *Academy of Management Review*, 17(2):299-326.

Abstract: This article asks methodological questions about studying infrastructure with some of the tools and perspectives of ethnography. Infrastructure is both relational and ecological—it means different things to different groups and it is part of the balance of action, tools, and the built environment, inseparable from them. It also is frequently mundane to the point of boredom, involving things such as plugs, standards, and bureaucratic forms. Some of the difficulties of studying infrastructure are how to scale up from traditional ethnographic sites, how to manage large quantities of data such as those produced by transaction logs, and how to understand the interplay of online and offline behavior. Some of the tricks of the trade involved in meeting these challenges include studying the design of infrastructure, understanding the paradoxes of infrastructure as both transparent and opaque, including invisible work in the ecological analysis, and pinpointing the epistemological status of indicators.

Keywords: Infrastructure, Ethnography, Information Technology, Networks.

Tradução: Yuri Rosa Neves & Alex Vailati.

Recebido em outubro do 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

(Toxi)Cidade do Aço: Infraestrutura siderúrgica e contestação social em um caso de contaminação por resíduos industriais

Maria Raquel Passos Lima^a

O artigo analisa o caso de contaminação do ‘condomínio Volta Grande IV’ por resíduos industriais da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda no Sul Fluminense (RJ). A noção de ‘infraestrutura siderúrgica’ é desenvolvida como chave de análise capaz de restituir conceitual e etnograficamente a dimensão invisível da produção siderúrgica, ao focar o lado residual da infraestrutura, caracterizado pela toxicidade. O objetivo do artigo é compreender as relações de poder e dinâmicas políticas engendradas pelas substâncias tóxicas na configuração de arenas de disputa em torno de seus potenciais usos e efeitos. A partir da apresentação de quatro cenários a contaminação, a controvérsia científica, o processo judicial e a arena ambiental a narrativa etnográfica adota o tempo como objeto privilegiado, discutindo as formas como temporalidades divergentes atravessam diferencialmente a infraestrutura e seus efeitos políticos na construção de estratégias corporativas e processos de contestação social, que terminam por conformar uma ‘política resiliente’.

Justiça ambiental, Resíduos tóxicos, Siderurgia, Infraestrutura, Tempo.

Neste artigo¹ proponho a noção de ‘infraestrutura siderúrgica’ como estratégia interpretativa para pensar, à luz etnográfica, o caso de contaminação do bairro conhecido como condomínio Volta Grande IV, por resíduos industriais da Companhia Siderúrgica Nacional

^a Professora Adjunta, Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ UERJ). Email: mariaraquel.passoslima@gmail.com.

(CSN), em Volta Redonda, município do Sul Fluminense (RJ), e as disputas políticas que o envolvem. A pesquisa teve sua fase de trabalho de campo realizada ao longo do ano de 2017 e sua metodologia consistiu em acompanhar um conjunto de reuniões e eventos públicos relativos ao caso, assim como desenvolver entrevistas qualitativas em profundidade com atores relevantes, além do acompanhamento do caso na imprensa e da análise de documentos que compõem o processo judicial.

Em sua estrutura textual, a discussão é precedida por uma introdução teórico-metodológica que justifica a abordagem infraestrutural do caso, por sua plasticidade conceitual, por seu caráter relacional e por inscrever a discussão antropológica pela chave da materialidade e da (in)visibilidade, permitindo à análise etnográfica incorporar sob sua alçada os elementos marginais, situados fora do campo de visão, ou dentro dele, embora de modo opaco. A análise procede a um jogo de reversão figura-fundo entre regimes de visibilidade próprios aos resíduos tóxicos e sua dinâmica temporal, e é composta pela descrição de quatro cenários, que expõem distintos níveis e dimensões que constituem a infraestrutura siderúrgica. Em um momento inicial, a discussão apresenta os elementos que compõem sua parte mais visível, a partir de uma breve narrativa histórica que contextualiza e qualifica múltiplos aspectos e escalas da relação entre empresa e espaço urbano, apontando para especificidades da cidade de Volta Redonda. Em seguida, no primeiro cenário, apresento o caso de contaminação do Volta Grande IV como uma dimensão invisível ou residual da infraestrutura siderúrgica, situando analiticamente a contaminação como uma parte inerte que ao ser tematizada possibilita explicitar relações e agenciamentos latentes, vigentes nas sombras. Conexões entre a estrutura produtiva da CSN e os espaços urbanos são rastreadas a partir das qualidades das substâncias tóxicas e de um conjunto de dispositivos tecnopolíticos que operam a sua complexa gestão.

Com esse movimento, a abrangência da infraestrutura se amplia e a análise é desdobrada para três outros cenários, uma controvérsia

científica com a realização de uma pesquisa no bairro, um processo judicial envolvendo a contaminação do local, e a mobilização da sociedade civil na arena ambiental, a partir dos quais é possível compreender como as relações de poder atravessam a infraestrutura e os modos nos quais a contaminação e seus efeitos são agenciados pelos atores situados diferentemente numa arena de disputa em torno da segurança/risco e potenciais danos à população local em termos de saúde ambiental. Dentro desse contexto, que aponta profundas assimetrias nas relações de poder entre os diversos agentes envolvidos, o trabalho adota o tempo como foco da análise e objeto privilegiado para a compreensão da política em torno da toxicidade da infraestrutura siderúrgica, discutindo apropriações e efeitos de temporalidades divergentes nas estratégias corporativas e nos processos de contestação social no universo investigado, que terminam por configurar uma ‘política resiliente’.

Abordagem infraestrutural: plasticidades e (in)visibilidades conceituais e etnográficas

Desde que a noção de infraestrutura adentrou a discussão antropológica, passando a ser progressivamente submetida à perspectiva etnográfica (Star 1999), muitos debates se abriram num processo continuamente renovado (Anand *et al* 2018; Grahan & Mcfarlane 2015; Hetherington 2019; Larkin 2013; Murphy 2013; Venkatesan *et al* 2018), que evidencia a diversidade e plasticidade de maneiras de conceber e analisar infraestruturas, e seu rendimento para a compreensão de complexos fenômenos da vida urbana na contemporaneidade.

De tal plasticidade decorre não apenas a riqueza como também a dificuldade que a noção apresenta, expressa por um indisciplinamento conceitual que advém das características de sua ontologia própria, já que infraestruturas contêm a dualidade de serem não apenas coisas, mas “relações entre coisas” (Larkin 2013:329). Essa qualidade relacional (Star 1999; Larkin 2013) inerente às infraestruturas é o que remete diretamente à dimensão metodológica que a constitui. Pois

se infraestruturas não são coisas que estão simplesmente ‘lá’, dadas por princípio, mas redes relacionais e heterogêneas em proliferação, atravessadas por diversas escalas e sendo operadas por diferentes níveis simultaneamente, a questão de sua composição, suas fronteiras e limites torna-se incontornável.

Ao afirmar que a discussão sobre uma infraestrutura é sempre um ato categorial, Larkin (2013) traz o debate para a chave teórico-metodológica, ressaltando sua definição como um trabalho que pressupõe uma análise cultural, compromissos epistemológicos e políticos, e que, portanto, depende de escolhas, de um foco e de recortes. Enquanto uma “tática interpretativa” (Hetherington 2019:6), quaisquer escolhas precisarão selecionar quais aspectos e níveis da composição heterogênea das infraestruturas abordar, tendo clareza das partes que serão ignoradas, na medida em que a adoção do que se vê como infraestrutural irá inevitavelmente deixar outras possibilidades de relações de fora.

A dimensão (in)visível da infraestrutura e sua inscrição em regimes de visibilidade específicos é um ponto sensível da discussão. A ênfase excessiva na condição invisível das infraestruturas dada num primeiro momento (Star 1999; Graham & Marvin 2001) foi criticada e problematizada, levando à formulação de que não se trata de afirmar invisibilidade ou a visibilidade como uma condição inerente, mas de entender a invisibilidade como um aspecto que repousa na extremidade de uma gama de visibilidades que se deslocam num espectro, no qual o que interessa é “examinar como a (in)visibilidade é mobilizada e por quê” (Larkin 2013:336). Desse modo, as infraestruturas sempre possuem uma dimensão exposta e visível, deixando outras na sombra, que, sem nitidez, deixam de ser objeto de apreciação, o que opera sua exclusão do campo das disputas políticas, mobilizando, ao mesmo tempo, o poder sub-repticiamente.

A dimensão material, espacial e tecnológica das infraestruturas, e sua relação com o meio urbano, em regra constitui sua parte mais espetacular e visível e forma a base para a gestão da vida nas cidades

em sua dimensão mais concreta. No entanto, muitos aspectos menos evidentes como a poética, os papéis, a burocracia, se mostram relevantes para o entendimento das dinâmicas que agenciam e atravessam as infraestruturas, especialmente para a compreensão de suas dimensões políticas e ambientais, na medida em que as infraestruturas alteram radicalmente paisagens e reconstroem materialmente o ambiente, ao mesmo tempo em que diferenciam populações e sujeitos através de subordinação, colonização, racialização e uma série de violências (Anand 2018:5).

A ‘cidade do aço’: o espaço urbano como infraestrutura siderúrgica

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na década de 40 do século XX se encontra na origem do município de Volta Redonda, que se constituiu no entorno e em função da siderúrgica, sendo por isso conhecido popularmente como ‘cidade do aço’. A construção da companhia, nesse contexto, se inscrevia como parte do plano nacional-desenvolvimentista forjado no período do Estado Novo, sendo um elemento central da estratégia de desenvolvimento da indústria nacional. A instalação da Companhia trouxe significativas consequências para o desenvolvimento de toda a região do Sul Fluminense (Ramalho & Fortes 2012), tornando Volta Redonda uma das cidades industriais mais emblemáticas do país, na medida em que o empreendimento se revestiu de forte carga simbólica.

A história de Volta Redonda, e seu desenvolvimento, foi marcada pelos ciclos de expansão promovidos pela CSN desde a sua criação (Lima 2013). O caráter de ‘cidade-empresa’ (Piquet 2012) trouxe implicações para as formas nas quais o município se desenvolveu, condicionado a se conformar às necessidades da Companhia. A relação de poder da empresa com a cidade se expressava também através da conformação do espaço urbano. Este era estruturado por laços verticais (Ramalho *et al* 2013:180), que “confun-

dia laços industriais com a dominação sobre o trabalhador e suas esferas de reprodução” (Lima 2012:205). Tal controle se espalhava para o território da cidade, com o princípio disciplinador aplicado aos locais de moradia e tipos de habitação, separando categorias de trabalhadores e classes sociais a partir da disposição das casas no espaço urbano (Lima 2012).

Esta ascendência sobre os trabalhadores, constituída por uma dimensão tutelar, também se expressava através da concessão de benefícios sociais, fazendo com que a CSN, na prática, operasse uma intervenção em todos os níveis na vida dos operários, que iam desde a formação técnica, até os espaços de lazer, passando pelos serviços básicos (Veiga & Fonseca 1990; Lima 2010:38)

Esta configuração sociopolítica aponta para uma relação histórica de controle e dependência operada pela Companhia sobre a população e os demais agentes locais, incluindo o poder público e suas possibilidades e esferas de ação, com a empresa exercendo influência sobre os governos municipais através da indicação de antigos quadros de funcionários para a prefeitura (Lima 2012:206).

A partir dos anos 1980, diante de uma conjuntura de fortalecimento de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, é possível sentir uma inflexão na hegemonia operada pela empresa na cidade. Merecem destaque o sindicato dos metalúrgicos e, sobretudo, o trabalho da ação pastoral da igreja católica da localidade, que carrega um histórico de apoio às causas populares e dos trabalhadores em Volta Redonda, sob o comando do bispo Dom Waldyr Calheiros (Costa *et al* 2001). O aparecimento de um movimento sindical-popular mais articulado constituiu um tecido associativo “capaz de questionar a influência da CSN sobre o desenvolvimento da cidade” (Lima 2012:206).

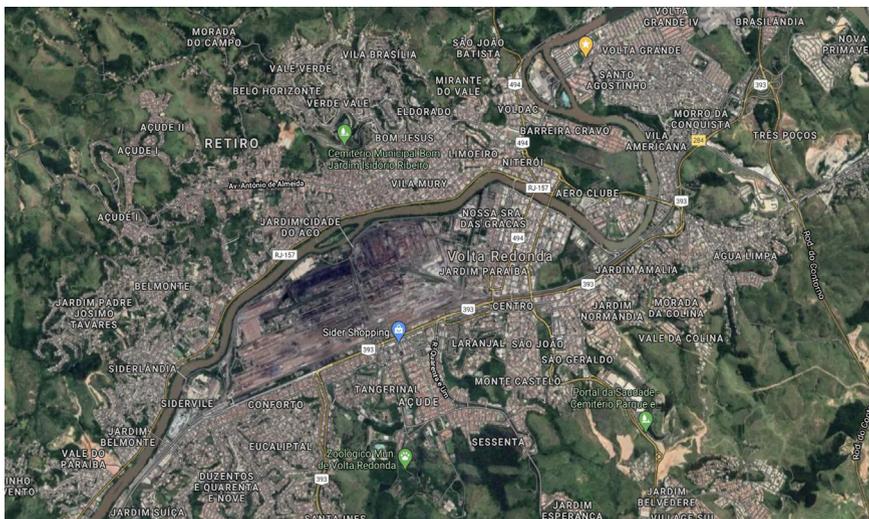
Durante a década de 1990, a Companhia passa por um controverso processo de privatização, que correspondeu à adoção de novas estratégias corporativas e à operacionalização de uma lógica produtiva distinta, assim como impôs novos contornos ao desenvolvimento local,

com impactos econômicos e políticos significativos. Caracterizada até então pela atuação nacional, com a privatização, a Companhia passa a atuar em uma rede de produção internacional, mantendo, no entanto, sua principal unidade, a Usina Presidente Vargas (UPV), inaugurada em Volta Redonda em 1946 com o portfólio “mais completo e diversificado de aços planos da América Latina” (Ramalho *et al* 2013:179).

Os efeitos do processo de privatização foram agudos para o município, se revertendo na perda de milhares de postos de trabalho, terceirizações e desemprego acentuado que levou a uma crise social. Ao mesmo tempo em que este processo operou um distanciamento da empresa em relação à cidade (Ramalho 2012:237; Ramalho *et al* 2013:180), a relação de dominação e controle exercida historicamente pela Companhia se manteve mesmo após as mudanças organizacionais com sua transformação em um conglomerado empresarial, (Lima 2013), inserido em redes globais de produção (Santos 2015).

Em contrapartida, o cenário pós-privatização em Volta Redonda foi marcado por um conjunto de mobilizações nas quais agentes locais diversos se articularam em iniciativas inéditas na região com o objetivo de reverter os efeitos socialmente prejudiciais provocados pelas mudanças nas estratégias empresariais da CSN (Lima 2012; Ramalho 2012; Ramalho *et al* 2013). Nos anos 2000, o afastamento entre a CSN e a cidade se acentuou com o anúncio de um conjunto de novas demissões na unidade de Volta Redonda (Lima 2012; 2019). Esse movimento leva a uma nova mobilização, denominada Fórum Demissão Zero (Lima 2010), cuja articulação e discussões desembocam na criação, em 2009, da Comissão Ambiental Sul.

Como instância da sociedade civil, a Comissão busca discutir e propor estratégias de atuação constituindo um “campo de lutas sociais e de ação coletiva de resistência às políticas e atitudes da empresa” (Ramalho *et al* 2013:183) no que tange ao resguardo dos direitos humanos e do meio ambiente. A temática ambiental retoma assim, de outro viés, o relacionamento da CSN com a localidade, expondo os problemas dessa relação.



Fotografia 1: Imagem de satélite da Companhia Siderúrgica Nacional no centro do espaço urbano da cidade de Volta Redonda.

A atividade mineiro-siderúrgica requer a exploração intensa de recursos naturais em seus processos produtivos e extrativos, além de ser geradora de inúmeros poluentes (Milanez & Porto 2008:11), o que torna esses setores e corporações particularmente sujeitos à contestação social. A descrição do caso de contaminação do Volta Grande IV irá operar uma ‘inversão infraestrutural’ Bowker (1994), trazendo para o centro da discussão o lado residual e as relações menos visíveis da infraestrutura siderúrgica para analisar as relações de poder que a atravessam.

A latência da contaminação: toxicidades do aço

O condomínio ou conjunto habitacional Volta Grande IV se localiza no bairro Santo Agostinho, na zona leste do município de Volta Redonda e a relação com a CSN atravessa sua história desde sua origem². No início dos anos 1990, a Companhia doou ao Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense um terreno para a construção de

residências para os funcionários da empresa. Em 1998, o condomínio, que hoje possui cerca de 827 imóveis, foi construído pela Caixa Econômica Federal.

No período entre 1986 e 1999, a CSN utilizou uma área do bairro como depósito de resíduos industriais provenientes da produção de aço da Usina Presidente Vargas. Esta área foi dividida em duas células para armazenamento de resíduos, localizadas no interior de uma empresa situada ao lado do terreno onde foi construído o condomínio. A empresa Harsco presta serviço para a CSN, e é responsável pela operação dos seus resíduos siderúrgicos, fazendo estocagem e beneficiamento de escória de aciaria, utilizada na construção civil e de estradas.

A CSN operou o aterro de resíduos perigosos na área sem executar nenhuma exigência relativa ao controle das operações, como que tipo de resíduos eram depositados e como monitorá-los. Sem monitoramento, ocorreu um vazamento dos resíduos industriais em função de uma falha na tubulação dos poços percolados, construídos para monitorar e drenar as células.

Um dos poços estava embaixo de 4 casas do condomínio. Elas foram desapropriadas pela CSN e demolidas. No local, foi construída uma quadra poliesportiva. Em 2003, começam a aparecer rachaduras e líquidos com cheiro forte no chão das casas e moradores ficam preocupados em relação ao potencial risco oferecido. Uma comissão de moradores do condomínio, que havia sido criada para reivindicar visto de construção e saldo devedor das casas, passa então a acompanhar e atuar no desenrolar do caso.

Considerando a contaminação do condomínio Volta Grande IV como possivelmente o “maior desastre ambiental da história recente de Volta Redonda” (Ramalho *et al* 2013:183), partimos da contaminação e dos resíduos como chave de análise teórico-metodológica para qualificar e desenvolver a noção de infraestrutura siderúrgica. Resíduos, poluição e toxicidade não são “externalidades” (Liboiron *et al* 2018:334), “efeitos colaterais” (De Angelis 2004:77) ou “subprodutos não intencionais” (Ofrias 2017:16) dos sistemas produtivos, mas

uma dimensão constitutiva do capitalismo industrial e da organização empresarial em redes globais de produção e de destruição (Liboiron *et al* 2018; Ofrias 2017; De Angelis 2004; Dicken 2011; Gille 2010; Mcgrath-Champ *et al* 2015; Herod *et al* 2014), que produzem desigualdades e zonas de sacrifício (Lerner 2010), afetando diferentemente corpos, comunidades e territórios.

A toxicidade constitui estruturas de poder, produzindo “oportunidades invisíveis para a acumulação de capital” (Ofrias 2017:16), a partir não de um efeito involuntário, mas de uma “imposição consciente de poder sobre um grupo particular de pessoas” (Ofrias 2017:2; De Angelis 2004).



Fotografia 2: Instalações da Usina Presidente Vargas – CSN.

Pensar os resíduos industriais como parte da infraestrutura siderúrgica se mostra, portanto, uma estratégia para recuperar analiticamente os vínculos entre empresa e território que operam no polo opaco do regime de visibilidade, e as relações de poder e disputas po-

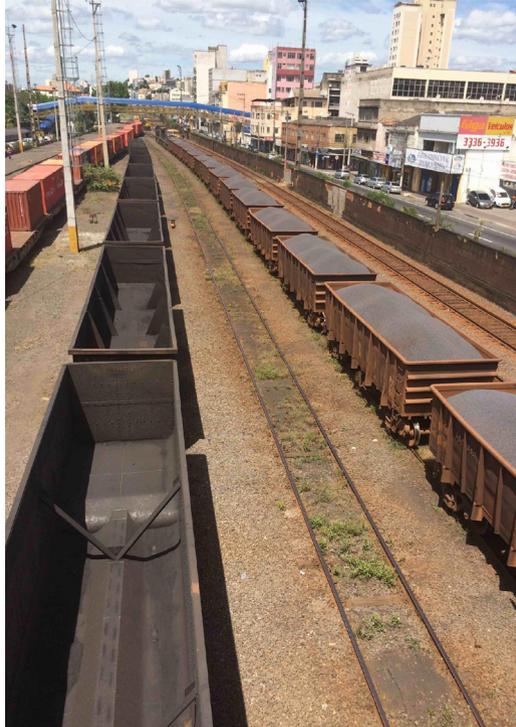
líticas que engendram. Começamos por restituir o que está à margem como parte de uma totalidade mais ampla, incorporando analiticamente à estrutura produtiva da empresa diversos espaços da cidade e um conjunto de aparatos e elementos que operam a sua gestão. Para isso, retraçamos o aparato de gestão dos resíduos industriais e sua disposição no espaço urbano, que além da estrutura industrial da Usina Presidente Vargas, de toda a estrutura logística e de transporte ferroviário, conta também com a manutenção, operada em caráter ilegal (MPF 2012:13), de diversos aterros de resíduos industriais espalhados pela cidade, como Márcia I, Márcia II, Márcia III, Márcia IV, Wandir I e Wandir II (Panco), e ainda com o aterro no bairro VGIV, já que muitos terrenos no município são propriedade da CSN.

No entanto, para além da estrutura física que compõe o aparato material da gestão e disposição de resíduos, é preciso considerar também a materialidade das próprias substâncias dos resíduos industriais e suas qualidades. Investigando a vida das substâncias tóxicas e seus agenciamentos, tornamos visível e conceitualmente rentável o lado residual, inerte e latente da infraestrutura siderúrgica. Desvela-se, assim, a sua dimensão tóxica, a toxicidade do aço.

Nesse sentido, é na relação com o tempo que a caracterização da infraestrutura siderúrgica pode incorporar a contaminação, os resíduos e a toxicidade, na medida em que eles dependem de temporalidades específicas para que o efeito da agência de sua materialidade no mundo adentre o campo do sensível e, ganhando visibilidade, também a arena política. Para enquadrar o alcance, a escala e os efeitos da toxicidade da infraestrutura siderúrgica, me baseio na noção de ‘infraestruturas químicas’ de Murphy, que as definem como

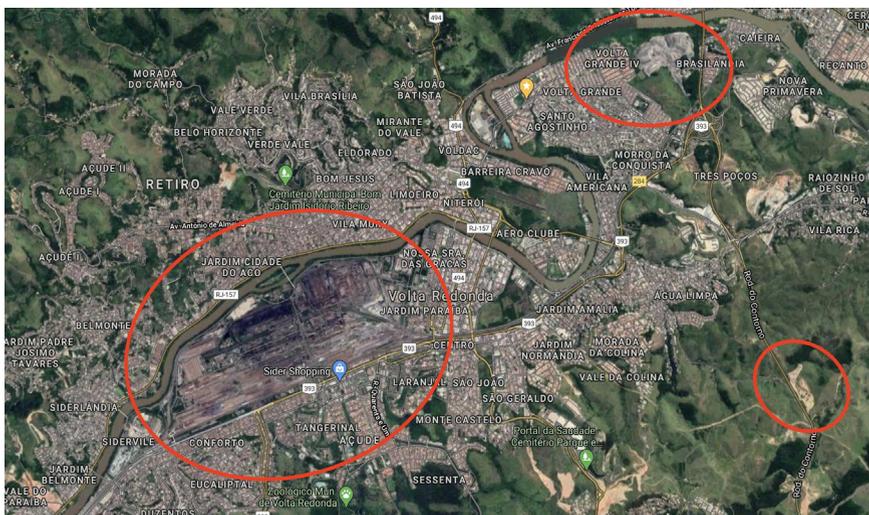
“as distribuições espaciais e temporais de substâncias químicas produzidas industrialmente tal como elas são produzidas, consumidas e se tornam móveis na atmosfera, se estabelecem em paisagens, viajam nos cursos d’água, lixiviam de mercadorias, são reguladas (ou não) pelos Estados, monitoradas por especialistas, projetadas por indústrias, absorvidos por corpos, metabolizados fisiologicamente, bio-acumulam em mudanças alimentares, desintegram com o tempo

ou persistem. Infraestruturas químicas são reguladas e ignoradas, estudadas e ainda cobertas de incertezas” (Murphy 2013:105).



Fotografia 3: Sistema de transporte ferroviário de fornecimento e escoamento da produção siderúrgica.

Compreender a contaminação e os resíduos como parte da infraestrutura siderúrgica é investigar a relação entre o tempo e os tóxicos, como o tempo, em especial a vagarosidade, persistência, acumulação crescente e latência, incide de modo produtivo nos regimes de visibilidade e nas configurações das relações de poder, na medida em que a infraestrutura, e sua toxicidade, vai moldando desigualmente e materialmente a vida humana e não humana no tempo e no espaço.



Fotografia 4: Instalação da Usina Presidente Vargas e dois aterros de resíduos da CSN na cidade, um deles no bairro do Volta Grande IV, que compõem a Infraestrutura Siderúrgica.

A centralidade dos resíduos e da contaminação tóxica para a reprodução dos sistemas produtivos do industrialismo e do capitalismo global leva à formação de ‘paisagens tóxicas’ que exigiriam a investigação do seu acúmulo tóxico nos corpos e no ambiente. Stewart (2017) advoga por uma arqueologia da toxicidade para analisar a persistência das substâncias no tempo, captando sua longa duração, dado que ela projeta o futuro de forma não determinística. As vidas biológicas dos intoxicantes variam amplamente, enquanto alguns duram por horas, outros podem durar décadas, assim como seu agenciamento com os corpos e organismos, que podem matar rápido ou acumular no corpo através de uma exposição de longo termo.

A especificidade da temporalidade da contaminação tóxica, o andamento lento de seu ritmo existencial e da atualização de seus efeitos nocivos, levou ao conceito de ‘violência lenta’ por Rob Nixon (2011). Por ocorrer ‘gradualmente e fora da vista’, é uma violência ‘de destrui-

ção atrasada, dispersa no tempo e no espaço', que normalmente não é vista como violência, porque não é instantânea, nem espetacular. Seus efeitos deletérios ocorrem em várias escalas temporais e sua relativa invisibilidade colocam desafios representacionais, narrativos e estratégicos (2011:2).

A produção de resíduos e a condição tóxica inerente ao desenvolvimento industrial vêm acompanhadas, portanto, da fabricação e proliferação de riscos que ameaçam a saúde das populações e do ambiente, gerando situações de profunda incerteza sobre a segurança da vida cotidiana. Como disse o representante da comissão de moradores do condomínio Volta Grande IV: "Nós precisamos ter a certeza que nossos filhos vão poder viver naquela comunidade sem ficar doente. [...] Porque, independente do solo estar contaminado ou não, nós somos bombardeados o tempo todo com a dúvida. A dúvida é o nosso maior problema." (Evento público - I Forum Ambiental de VR 22/02/2017).

Diante da incerteza gerada pela presença dos tóxicos e da indefinição em torno dos riscos e dos danos causados pela contaminação química, as questões relacionadas a problemas sanitários, ambientais e de saúde transformam-se em controvérsias públicas. A condição invisível, latente e insidiosa dos intoxicantes torna a ciência a mediação necessária capaz de conferir visibilidade e de dar inteligibilidade a essas substâncias, permitindo avaliar os perigos e as medidas, preventivas ou paliativas, necessárias diante das situações de contaminação. O conhecimento é essencial na identificação e caracterização de substâncias tóxicas, bem como na legitimação pública de diferentes políticas (Boudia & Jas 2014:2).

No entanto, a ciência, enquanto um processo social, também é atravessada por relações de poder, sujeita a controvérsias e a usos políticos. Ao iniciar a pesquisa sobre a contaminação no Volta Grande IV, o caso havia se tornado uma controvérsia pública na qual o conhecimento científico adentrava a arena política, a partir de 'disputas definicionais' (Beck 2010) em torno da extensão, do grau e da urgência

dos riscos e do reconhecimento e possíveis formas de ação em torno da toxicidade. A ciência e a regulamentação são “pontos de passagem obrigatórios”, pois “definem a toxicidade nos discursos dominantes” e, portanto, “devem ser considerados ao evocar ou desafiar as noções dominantes de toxicidade” (Liboiron *et al* 2018:336). No entanto, como mostrou Auyero & Swistun (2008), a incerteza tóxica é um processo social também construído pelas ações da mídia, das empresas, dos agentes públicos.

O prolongar da ciência: a controvérsia sobre a segurança do bairro

Em fevereiro de 2017, eu participava de uma reunião da Comissão Ambiental Sul, quando um dos presentes relatou sua estranheza ao ver uma propaganda da CSN aparecer nos meios de comunicação da cidade, intitulada Volta Grande IV, bairro seguro. Nela a empresa convidava para uma reunião de apresentação dos resultados dos estudos ambientais no condomínio. O grupo reunido discutiu hipóteses sobre os sentidos da propaganda e possíveis ações diante dela, uma das decisões foi a elaboração de um ofício a ser enviado ao procurador do Ministério Público Federal.

Um dia depois, circula a notícia de que a Justiça Federal havia acolhido o pedido do MPF para suspender a reunião, que seria promovida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de forma unilateral, no bairro Volta Grande IV no dia seguinte. Os principais argumentos levantados foram que 1) a reunião confundiria a população, já que havia um estudo ainda em andamento a respeito da contaminação do bairro realizado pela Fiocruz³; 2) o evento foi marcado sem a consulta dos envolvidos; 3) a difusão da imagem de bairro seguro veiculada pela propaganda era irresponsável diante do histórico de contaminação local.

Com a suspensão, o MPF decide realizar uma reunião no bairro, promovendo uma conversa entre todos os atores sociais, inclusive com a empresa, para proporcionar os esclarecimentos técnicos neces-

sários do caso, e mostrar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Fiocruz, em convênio com a Prefeitura de Volta Redonda, a fim de avaliar os impactos à saúde da população. Na audiência pública, o procurador afirmou “a única certeza que a gente tem é a incerteza”. O representante do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) disse categoricamente que não concordava com a segurança ambiental do bairro. Afirmou que diversos estudos não apresentados ainda teriam que ser realizados, e que não corroborava com a posição da CSN. Os pesquisadores da Fiocruz apresentaram a proposta da pesquisa que estava em sua fase inicial, ressaltando a complexidade do processo e que o interesse era avaliar a saúde da população diante da exposição aos contaminantes.

Dias depois, a CSN finalmente apresentava os resultados do seu estudo sobre o bairro VGIV para a população local, feito pela empresa norte americana NewFields. Chamou a atenção na apresentação o tempo gasto ressaltando as qualidades e excelência da empresa, de seus laboratórios e clientes, que ocuparam mais da metade da exposição. Repetindo reiteradamente seu caráter “independente”, os representantes da empresa de consultoria concluíram que os resultados de nenhuma das amostras apontaram compostos químicos em quantidade e em locais que pudessem causar danos à saúde dos moradores, e que a contaminação no bairro não oferecia riscos.

Para os objetivos desse texto, vale ressaltar as radicalmente opostas compreensões a respeito das substâncias tóxicas e seus riscos apresentadas pelos representantes das duas instituições. Os estudos da NewFields forjavam certezas que resultavam na prática em um processo de produção social da incerteza tóxica (Auyero & Swistun 2008), fornecendo, em vista de objetivos específicos, informações que seriam contestadas por outros atores, contribuindo para uma situação de insegurança. Se os resultados divulgados conseguiram tranquilizar parte dos moradores que assistiu à reunião, o efeito no grupo de moradores mais mobilizados que compunham a comissão do VGIV foi o aprofundamento das desconfianças e incertezas.

Como compensação, esses moradores, integrantes da comissão, se tranquilizavam em vista da garantia de que a pesquisa da Fiocruz seria realizada, que viam como uma vitória deles, e demonstravam entusiasmo com a perspectiva de obterem um laudo confiável, fruto de um processo que reconheciam como legítimo. “Isso aqui é uma luta nossa. O que a gente queria era trazer um órgão de respeito para investigar isso aqui para a gente. Hoje, a gente conseguiu. Graças a Deus” (Entrevista concedida em 25/01/2107).

Por um conjunto de fatores próprios às exigências e condições de possibilidade para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica, mas, em especial, as voltadas para a área da saúde em países caracterizados por instabilidades políticas e econômicas como o Brasil, o estudo da Fiocruz se prolongava no tempo, continuamente prorrogado e, no início de 2020, apenas resultados parciais haviam sido divulgados para os moradores, ainda restando amostras a analisar cujos resultados os pesquisadores aguardavam. Reconstituo a seguir o desenvolvimento da pesquisa, baseada na minha experiência de campo e no trabalho de Gilmara Silva (2019).

A pesquisa se constituiu como uma parceria entre Fiocruz e Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda. A Fiocruz se responsabilizou pela análise do material, enquanto a coleta seria responsabilidade da secretaria de saúde, realizada, portanto, pelos técnicos da unidade básica de saúde local do bairro Volta Grande. As análises foram compostas de análises biológicas (de sangue e de urina), análise ambiental (de água, solo e ar), além do preenchimento de 4 longos questionários (de exposição ambiental, avaliação do sono, avaliação clínica e nutricional) e exame clínico (anamnese). Para realizar a coleta das análises, os agentes de saúde iam até às casas das pessoas, mas para o preenchimento dos questionários era necessário o deslocamento do morador até a unidade de saúde.

Em relação à amostragem, para ser representativa, a pesquisa precisaria de no mínimo 400 participantes, cujas casas eram sorteadas. Em novembro de 2018, dois anos após a realização do projeto piloto,

apenas 228 moradores tinham feito a doação de sangue e urina. Os questionários ainda constavam com número ainda menor de preenchimentos, sendo que era necessário ter um número equivalente de amostras biológicas e questionários para comparação, para que as diversas variáveis pudessem ser correlacionadas.

Muitos outros fatores atravessavam a prática da produção da pesquisa contribuindo para o prolongamento do tempo, como a dependência dos recursos econômicos da SMS, condicionada à temporalidade da tramitação da burocracia municipal, o momento de diminuição do volume de recursos repassados à Fiocruz com a retração econômica e o desinvestimento no financiamento da ciência e pesquisa em função da instabilidade no contexto político nacional, a rotatividade dos agentes de saúde e a necessidade de refazer a formação específica necessária para a execução do trabalho, a interação desses com a população do bairro, que por utilizar plano de saúde privado, não adquiriram o hábito de frequentar as unidades de saúde da localidade.

A junção de todos esses fatores imprimiu uma dinâmica morosa à pesquisa, cujo efeito foi a descrença em parte dos moradores e certo descrédito no processo em vista do atraso e não materialização dos resultados sobre os efeitos na saúde da população. A baixa adesão dos moradores ao estudo era um desafio que já se apresentava desde o início, preocupava bastante os pesquisadores e não foi revertido ao longo do processo. No entanto, essa descrença por parte da população afetada era um reflexo não apenas da temporalidade lenta da pesquisa científica em questão, mas de uma temporalidade que vinha desde um passado mais longínquo, e se estendia a outros cenários e níveis da infraestrutura siderúrgica para os quais as disputas políticas em torno das toxicidades se desdobravam, abarcando um longo processo judicial.

O tardar da justiça: (des)regulação e burocracia ambiental

Os estudos e a questão da definição sobre os efeitos da contaminação na saúde da população do bairro se inserem num contexto mais amplo que é o quadro burocrático, constituído pela legislação am-

biental, pelos dispositivos regulatórios das atividades potencialmente poluentes, e o aparato de justiça mobilizado em função das infrações e condutas que divergem dos procedimentos legais. Ambos, a ciência e os estudos e laudos produzidos, assim como o quadro regulatório e o aparato jurídico-legal, são sistemas que compõem a rede da infraestrutura siderúrgica e que envolve a vida dos resíduos tóxicos da CSN e suas consequências para o ambiente e à população.

Infraestruturas são redes em cuja extensão podem ser abrigados sistemas heterogêneos que interagem, dentre eles a burocracia, o sistema jurídico-legal e seu aparato regulatório, formando uma “amalgama de informações técnicas, administrativas e financeiras” (Larkin 2013:330). Para analisar como eles se inserem na infraestrutura siderúrgica e as formas pelas quais a questão da temporalidade envolve a trama burocrática, os dispositivos regulatórios e a mobilização do judiciário (na tentativa de adequação e reparação da situação), retomarei de forma bem sucinta o histórico do caso⁴. A partir disso, examinamos o papel do tempo nas estratégias corporativas como nos processos de contestação social à empresa poluidora.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a produção da poluição e o processo de contaminação lenta da cidade ocorrem desde a fundação da siderúrgica na década de 40, no plano da invisibilidade. Pelo menos desde a década de 1970, a área contígua ao Volta Grande IV já existia como bota-fora da CSN (MPF 2018; Silva 2019). Como consequência, quando o aparato legal e institucional relacionado à questão ambiental foi criado no Brasil, a CSN já operava há quase três décadas.

A criação da secretaria de meio ambiente se dá em 1972 e a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente e criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) datam de 1981. Com o fim da Ditadura Militar em 1985, Volta Redonda deixa de ser Área de Segurança Nacional, e a FEEMA, órgão ambiental responsável na época, passa a atuar na fiscalização, iniciando algum controle ambiental relacionado aos resíduos da CSN. Em 1986, a siderúrgica usa o bairro

Santo Agostinho como depósito de resíduos, instalado de forma ilegal, sem licença ambiental e sem licença de operação (MPF 2012:4).

Não foi exigido Estudo de Impacto Ambiental/RIMA pra construção desses depósitos de resíduos perigosos, porque a resolução que tornava obrigatória a apresentação do EIA/RIMA como requisito para a concessão da licença foi instituída após a confecção da licença ambiental para a instalação do empreendimento. A emissão da licença de instalação pela FEEMA ocorreu mediante condicionantes de que seria um depósito provisório, de no máximo quatro anos, e que todos os resíduos dispostos no local deveriam ser retirados no prazo de até dezoito meses (MPF 2012:3). Apenas em 1989 sai a primeira licença ambiental do empreendimento. Em 1994, ocorre a privatização da CSN, o que dá início às discussões sobre os passivos ambientais da empresa e a FEEMA firma um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) no qual a empresa se comprometia a monitorar as células através da instalação de quatro poços no seu entorno (MPF 2012:5).

Entre 1998 e 2000, as casas do condomínio são construídas e vendidas. Em 2000, a CSN contrata estudos da empresa Hidroplan sobre a área e é constatada a contaminação das águas dos poços de monitoramento. A FEEMA firma outro TAC e é criada a comissão de moradores do VGIV. Em 2004, ocorrem as primeiras denúncias dos moradores ao Ministério Público estadual. Outro estudo, da empresa Nickol, encomendado pela CSN confirma a contaminação das águas subterrâneas e do solo. Em 2005 ocorre um terceiro licenciamento, e, desde então, vários estudos e pareceres técnicos contratados.

Em 2012, é impetrada uma ação civil pública pelo MPF e MPRJ e, em audiência pública, a CSN apresenta estudo que comprova a ampliação da contaminação em outras áreas não consideradas até então. Em 2013, o INEA multa a CSN em 35 milhões de reais pela contaminação. A Procuradoria exige estudos epidemiológicos e informa sobre a pesquisa pela FIOCRUZ em parceria com a SMS. O INEA vira ré no processo e o caso passa para justiça federal por ameaçar o lençol freático do Rio Paraíba do Sul.

Em 2016 a Fiocruz inicia o piloto da pesquisa. Em 2017, a CSN anuncia os resultados do estudo da NewFields, comprovando que não há contaminação, nem risco à saúde da população. Em 2018, uma nova denúncia pela AHOMAR (Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara) gera notificações do INEA à CSN e à Harsco, e levam à realização de Inquéritos Cíveis Públicos do MPF e MPRJ sobre o depósito de escória. Em 2019, novas multas são determinadas à CSN por descumprimento de liminares em relação às medidas mitigadoras e de remediação para regularização do licenciamento ambiental do pátio de escória operado pela Harsco, cujos resíduos se avolumam, aprofundando a situação de contaminação da área.



Fotografia 5: Placa na rua do condomínio indicando restrições ao uso do solo por determinação judicial.



Fotografia 6: Área de lazer dentro do condomínio, ao fundo, a montanha de escória.

Desde que as células para armazenamento de resíduos foram instaladas na década de 1980 de forma ilegal, o depósito recebeu cerca de 6.700m³ de materiais como borras ácidas, borras de alcatrão, borras oleosas, lama da Estação de Tratamento de Efluentes Químicos da UPV, resíduos da coquerias, solo contaminado, materiais plásticos contaminados com cromo e resíduos laboratoriais, dentre outros não identificados pela ausência de registro de controle das substâncias, lançados na área por parte da CSN.

No solo superficial do condomínio VGIV, foram encontrados compostos carcinogênicos e tóxicos em concentrações acima das aceitáveis pelo CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) e pelo Ministério da Saúde, como hexaclorobenzeno, PCBs, dioxinas e furanos. Assim como a presença de resíduos de cor escura

e roxa e alta concentração de contaminantes em áreas de lazer e nas residências. Um estudo epidemiológico realizado no condomínio em 2004, indicou uma considerável incidência de abortos e leucopenia na população residente (MPF 2012:6).



Fotografia 7: Área interna do condomínio onde ocorreu o vazamento e a desapropriação de casas, transformada em área esportiva.

O pátio de beneficiamento da Harsco, usado há décadas pela CSN para despejo de seus resíduos industriais diretamente no solo, é situado na área de preservação permanente do rio Paraíba do Sul, ao lado de uma unidade de conservação de proteção integral. O local recebe por mês cerca de 80.000 toneladas de resíduos, totalizando cinco milhões de toneladas de escória da CSN (MPF 2018:4,6). A venda do material beneficiado alcança um volume bem abaixo, em torno de 30.000 toneladas, portanto, a quantidade de resíduos siderúrgicos



Fotografia 8: Imagem de satélite destacando a área do condomínio, o local do vazamento dos poços transformada em área de lazer, a montanha de escória na área de proteção ambiental e as margens do Rio Paraíba do Sul.

Desse modo, a atividade intensiva da CSN no centro da infraestrutura siderúrgica teve como resultado a fabricação de ‘paisagens tóxicas’ (Stewart 2017). O acúmulo de milhares de toneladas de resíduos na área limítrofe ao condomínio resultou na formação de gigantes montanhas de escória, cuja contaminação se difunde a partir de vários agenciamentos no ambiente, alcançando não apenas o solo, mas o ar, as águas subterrâneas, os organismos, com efeitos diversos ao longo do tempo.

É importante ressaltar que, em todo esse processo, há um vício de origem. O fato de a empresa começar a operar antes da existência do aparato legal e regulatório, tendo atuado sem controle ambiental, gerando contaminantes na invisibilidade. Esse vício de origem dá margem a inúmeras tentativas de ajustes e reparações posteriores, que nunca se completam e que se estendem indefinidamente no tempo e na justiça, sem, no entanto, surtir efeito para mudanças concretas no

modo de atuação da empresa, com remediação dos danos, compensação para os afetados, prevenção de novas, e reversão das já existentes, contaminações.

No contexto brasileiro, estudos antropológicos sobre os dispositivos do aparato regulatório e da burocracia ambiental, como os de Andrea Zhouri *et al* (2017) e Debora Bronz (2016), ressaltam seu objetivo, ou ao menos seu efeito prático, de viabilizar a construção ou o funcionamento de grandes empreendimentos industriais. Em relação ao caso Volta Grande IV, Silva (2019:124) também sublinhou o papel do estado e suas instituições na promoção dos empreendimentos, das injustiças ambientais e da vulnerabilização das populações.

Se como sugeriu Goldstein “é a natureza não vista da toxicidade que permite ao Estado autorizar sua existência” (2017:321), seguindo Hecht entendemos que quando um resíduo se torna visível, junto com ele vem ‘novas demandas pela sua governança’ (2018). Ela define ‘governança residual’ como aquela que aborda o problema de modo restrito, isolando um pequeno pedaço do problema e ignorando suas implicações mais amplas, pensada *a posteriori*, como uma reflexão tardia, terminando por tratar as pessoas como resíduos.

De fato, pesquisas etnográficas em contextos de contaminação e violência lenta (Nixon 2011) apontam os sistemas regulatórios e compensatórios como mecanismos que operam não para coibir ações e salvaguardar as populações, mas para permitir as práticas corporativas que produzem poluição. “O Estado e seus sistemas relacionados fazem parte da estrutura de toxicidade que permite que a ubiquidade e a tonelagem de tóxicos sejam produzidas e circulem em primeiro lugar” Liboiron *et al* 2018:336), e ao estabelecerem valores-limite legais para o dano tóxico, intoxicantes terminam sendo “sistemática e legalmente permitidos na água, nos ambientes e organismos através de estruturas reguladoras” (Liboiron *et al* 2018:335) expondo corpos e ecossistemas e oferecendo riscos e danos a territórios e populações (Murphy 2013; Hecht 2018; Liboiron *et al* 2018; Boudia & Jas 2014).

O tempo na arena ambiental: estratégias corporativas e contestação social

A disputa em torno da contaminação e sua toxicidade transforma a infraestrutura siderúrgica numa arena política, na qual a questão ambiental ganha relevância, dispondo no espaço grupos heterogêneos que se confrontam e lançam mão de táticas e repertórios de ação distintos, de modo a alcançarem seus interesses diante dos desiguais recursos e graus de influência e poder que possuem.

Nos quatro cenários analisados, a contaminação, a controvérsia científica, o processo judicial e a arena ambiental, o tempo se mostrou um elemento central, atravessando diferencialmente a infraestrutura, sendo utilizado e apropriado pelos atores, e configurando, a partir de agenciamentos específicos, situações e relações com distintos efeitos políticos.

A temporalidade lenta da contaminação na formação da ‘paisagem tóxica’ da cidade, que nasce com e em função da CSN, dificulta a percepção da poluição pela população, dada sua condição generalizada na cidade. Davies aponta a lentidão do acúmulo de intoxicantes como o fator que permite que sejam “onipresentes ainda não reconhecidos, resultando acúmulo dos danos ao longo do tempo e dificultando também epidemiologicamente e geograficamente a localizar os responsáveis” (2018:1538).

Ayüero & Swistun falam em “dispersão temporal da contaminação” (2008:360) para caracterizar esse processo de normalização da poluição, que produz percepções equivocadas a respeito da toxicidade e seus riscos. Eles analisam o caso de uma comunidade aonde apesar de décadas de encubação lenta da poluição no ambiente, nenhum evento foi capaz de quebrar a rotina cotidiana levando à mobilização diante dos riscos da exposição aos tóxicos, não havendo conhecimento compartilhado nem entendimento comum sobre a toxicidade.

O caso do Volta Grande IV parece se inserir em uma configuração específica, misturando dois paradigmas. Se de um lado há um evento que quebra a percepção sobre o andamento rotineiro da vida,

quando, em 2003, apareceram rachaduras e líquidos com cheiro forte no chão das casas do condomínio despertando preocupação nos moradores (MPF 2012). Do outro, a população de Volta Redonda vive em um contexto de longa exposição a poluição e intoxicantes, em função da história da cidade que emerge com a CSN. Por essa razão, especialistas e ativistas locais enxergam um processo de “naturalização da poluição” (Silva 2019:121; Brígida 2015), que assume sentidos políticos ao operar certa blindagem cognitiva que não mobiliza para a luta, favorecendo a continuidade da exposição aos contaminantes e legitimando seu aumento progressivo.

Nesse sentido, não há homogeneidade nas percepções dos moradores sobre a contaminação no condomínio, e é preciso assinalar as bases, relações, pertencimentos, sentimentos e lógicas que fundamentam essa clivagem, como elas influenciam as percepções sobre a toxicidade e suas implicações políticas. Uma parte dos moradores é composta por funcionários da CSN, o que restringe o engajamento político e a reflexão crítica sobre a exposição tóxica por medo de retaliação da empresa e conseqüente perda do emprego. Outra parte dos moradores permanece imersa na continuidade rotineira da vida e suas questões práticas, mantendo o interesse no caso menos pelos possíveis danos à saúde que a toxicidade oferece do que pelos impactos (do reconhecimento) desta na (des)valorização de seus imóveis, como expõem em suas falas nas reuniões públicas.

Outros, mais mobilizados, fazem parte da comissão de moradores e levam adiante o trabalho político de cobrar da empresa ações para a segurança da saúde de suas famílias e do ambiente em que vivem, participando de reuniões, audiências, que caracterizam uma prática ativista. É remontando à história de vida que podemos compreender os fundamentos e sentidos desse engajamento político. O exemplo biográfico de um dos membros da comissão é elucidativo:

O meu pai veio para Volta Redonda por causa da CSN, para trabalhar. Ele queria os filhos estudando na escola técnica, automaticamente, trabalhando na CSN. Meu irmão mais velho entrou, meu

irmão do meio e eu também. [...] Meu envolvimento com a Pastoral da Juventude era muito forte. Então, comecei a me rebelar em relação à empresa, pela postura dela com os funcionários. Porque eu entrei na CSN no período pós privatização. [...] Sempre fui ligado aos movimentos eclesiais de base, à Pastoral da Juventude. E ela acaba estimulando o que? A nossa militância. (Entrevista concedida em 18/01/2017).

O depoimento remonta ao tecido associativo que caracterizou a cidade especialmente após a privatização da CSN e aponta para a importância de ampliar a escala de análise, incorporando as temporalidades ligadas à formação histórica e política de Volta Redonda para compreender as condições de possibilidade dos processos de contestação social à empresa no caso estudado.

Os territórios englobados pelas redes globais de produção minero-siderúrgicas da CSN, como Congonhas (MG) e Volta Redonda (RJ), vêm apresentando potencial inovador no que tange à criação de formas de contestação social e confronto político, especialmente, fazendo convergir pautas e atores sociais tradicionalmente cindidos, como as questões trabalhista e ambiental (Ramalho *et al* 2013:189). É no mapeamento dessa dinâmica política que a presente análise se insere a partir do caso do Volta Grande IV.

Como vimos, a complexidade dos processos de determinação da toxicidade e seus efeitos, e as condições sociais e políticas locais e nacionais para realização de pesquisas que a envolvem, fazem da produção da ciência uma atividade vagarosa, continuamente prorrogada, que se estende no tempo. Incorporada aos processos judiciais, os estudos para identificação dos danos ambientais e de saúde se inserem na arena jurídica, que possui, do mesmo modo, uma temporalidade própria.

Estudos como da *NewFields*, divulgados à comunidade de modo espetacular, em semelhança a peças de marketing, para além da dimensão política da performatividade, ganham sentido quando inseridos no marco do envolvimento da empresa na disputa judicial, que

pelo princípio do poluidor-pagador foi instada ao encargo de provar que sua atividade não enseja riscos potenciais ou danos para o meio ambiente, com o estabelecimento da inversão do ônus de prova (MPF 2018:43). O modo de mobilizar a justiça e protelar sua resolução por parte da CSN se mostra um dispositivo de produção de tempo, prolongando o não cumprimento e adiando a adequação das operações e medidas efetivas de reparação e remediação da situação de contaminação.

Nesse sentido, a não efetividade das legislações, regulamentações, sanções e outros mecanismos da burocracia ambiental em impedir a continuidade dos danos ao ambiente e à saúde, e realizar sua reparação, permite pensar como o aparato jurídico-legal é apropriado pela empresa enquanto estratégia corporativa, transformando-se em recurso para continuar seus empreendimentos e evitar custos com compensações e reparações eficazes e justas.

Por outro lado, a questão ambiental, transformada em pauta política, e a existência do aparato jurídico-legal relativo ao meio ambiente levaram a um processo de contestação social à empresa na cidade. O evento do vazamento nos poços de monitoramento desencadeou um processo de visibilização dos efeitos da atividade da empresa, que até então tinha atuado na invisibilidade, inscrevendo-os no debate público, com a formação de uma coalizão crítica à siderurgia na cidade.

As estratégias dos atores da coalizão crítica à atividade siderúrgica repousam na capacidade de trazer à tona os perigos e riscos da produção industrial, colocando-os assim no campo do visível, inscrevendo-os na disputa política. Desse modo, os resíduos tóxicos deixam de ser matérias inertes e passam a ser agenciados politicamente, transformando-se em mediadores na arena ambiental da infraestrutura siderúrgica.

Se, de um lado, o aparato jurídico-legal da burocracia ambiental é manipulado e transforma-se em recurso que produz tempo, prolongando e estendendo processos que protelam soluções efetivas para as populações e territórios, aprofundando as vulnerabilidades e violências destas ao favorecer a ação e captura de valor dos agentes econômicos, de outro, a legislação ambiental e seus dispositivos regulatórios

também são apropriados pelos atores sociais, tornando-se recursos capazes de produzir redes sociopolíticas e mobilizar agentes na formação de coalizões críticas à empresa.

O caso que começa com a descoberta da contaminação do solo das casas por conta do vazamento nos poços, com o tempo, vai operando o deslocamento da atenção e da atuação dos moradores atingidos, dos ambientalistas e dos agentes da justiça para a montanha de escória a céu aberto que constitui o depósito de resíduos da aciaria. Ao entrar no foco de atenção, discursivo e de ação, a montanha de escória vai operando uma materialização do emaranhado de relações entre humanos e não-humanos na infraestrutura siderúrgica, ampliando a ‘percepção do ambiente’ (Ingold 2000) dos sujeitos envolvidos para os múltiplos agenciamentos da toxicidade da escória no ar, na água, no solo e nos corpos humanos.

Além da contaminação do solo, e, sobretudo, com a montanha de escória, a preocupação com os efeitos da atividade siderúrgica passa a incluir a poluição visual, atmosférica, hídrica, em vista da operação sem controle de emissões atmosféricas, da lixiviação com contaminação do lençol freático, e do risco de desabamento sobre o rio Paraíba do Sul, anunciado na mídia como uma tragédia iminente tal qual a de Mariana (MG)⁵. As partículas tóxicas da escória se dispersam no ar e moradores relatam aumento de poeira em suas casas (Silva 2019:119), cuja inalação gera doenças respiratórias. O engajamento de diversos atores em torno da questão ambiental forma uma coalizão que envolve comissão de moradores, Comissão Ambiental Sul, Fiocruz, Ministério Público, Ongs, numa rede com potencial de ampliação. O resultado desse processo de mobilização resultou na criação, em 2018, do Movimento dos Atingidos pelo Pó da CSN, impulsionando e fortalecendo a contestação.

Uma política resiliente: à guisa de conclusão

Neste artigo, desenvolvemos conceitualmente a noção de ‘infraestrutura siderúrgica’ como um prisma de análise capaz de integrar e

pôr no foco da discussão as dimensões invisíveis ou opacas que constituem a atividade produtiva da siderurgia em Volta Redonda, a partir do caso da contaminação do condomínio Volta Grande IV, área na qual a empresa por mais de quatro décadas despejou seus resíduos tóxicos. Se o município por conta da siderúrgica ficou conhecido como ‘Cidade do aço’, o artigo apostou na análise dos tóxicos e seus agenciamentos como forma de explorar as dinâmicas e efeitos políticos que engendram, de modo a revelar, com o lado residual da infraestrutura siderúrgica, a ‘Toxicidade do aço’.

A toxicidade, como salientou Liboiron e outros, diz respeito ao modo como formas de vida, e as relações que as constituem, são permitidas, restringidas ou extintas dentro de sistemas de poder mais amplos. Desse modo, ela é parte desses sistemas, mas, no entanto, possui também o potencial de inventar relações políticas alternativas. “A precariedade de mundos tóxicos permite a formação de resistências, coalizões e práticas que expandem o inventário do que a política significa e faz no industrialismo tardio” (2018:341).

A análise etnográfica da política da toxicidade se desdobrou em quatro cenários da infraestrutura siderúrgica, e o tempo foi a variável que permitiu compreender os agenciamentos e estratégias dos atores na conformação das dinâmicas políticas em torno dos tóxicos, na medida em que temporalidades atravessavam diversos níveis e dimensões da infraestrutura produzindo efeitos diferencialmente. Nesse sentido, o tempo permitiu compreender as relações de poder, mapear injustiças, revelar constrangimentos e violências, assim como identificar resistências e potencialidades.

Pesquisas antropológicas recentes têm dado atenção ao tempo como objeto etnográfico, enfocando especialmente as temporalidades do viver e suas dimensões políticas (Martínez 2019). Ozolina (2019) descreve a ‘espera’ como forma de governamentalidade neoliberal, fornecendo uma contribuição importante para discussões contemporâneas sobre a temporalidade do que é politicamente invisível, já Bandak & Janeja (2018) apontam a espera como ferramenta política,

capaz de demonstrar poder, produzir estruturas particulares de sentimento e moldar formas de resistência e micropolítica.

Nos cenários da infraestrutura siderúrgica analisados, o tempo assume um papel ambíguo, atuando distintamente sobre os atores. Se por um lado, a temporalidade lenta da contaminação, da ciência e da justiça é agenciada e apropriada enquanto um recurso para a siderúrgica, compondo suas estratégias corporativas e produzindo cansaço nos afetados, forçando sua desistência ou desesperança, por outro, os processos de contestação e as estratégias de mobilização dos atores, mediante a espera, impelem à constituição de uma política da resiliência.

Como comentou um dos membros da comissão de moradores: “Porque a CSN, eu acho que ela esperava que o nosso cansaço acontecesse antes. Eu acho que ela nem sabe que nós estamos cansados” (Entrevista concedida em 18/01/17). Fundada em 2004, a comissão voluntária de moradores do condomínio, que chegou a ter uma sede contando cerca de 350 membros, hoje possui poucos representantes, restando apenas os mais obstinados, para os quais a política vem acompanhada de um sentido ético, que fundamenta e não se dissocia de um senso de justiça.

As disputas e relações de poder na infraestrutura siderúrgica se inscrevem não apenas num âmbito formal, mas no plano cotidiano, das vivências, nas quais as percepções, os afetos e ações dos atores são definidores das estratégias e potencialidades postas num jogo de forças injusto e desigual, mas do qual desistir não se apresenta como possibilidade, uma vez que sua continuidade se confunde com as existências materiais dos sujeitos e dos sentidos morais, éticos, que o engajamento persistente confere a elas.

Nesse sentido, uma política resiliente à toxicidade se aproxima da ideia de um “ativismo lento” (Liboiron *et al* 2018:341), aquele cujos efeitos das ações demoram para aparecer, não necessariamente envolvem uma mudança do sistema, nem se definem pela eficiência, mas pela ética. Diante da persistência da contaminação, da incerteza, da

injustiça e da violência, seguir existindo, firmes, à espera de mudança, é uma ação política. Como me disse uma integrante do núcleo duro da comissão de moradores do bairro: “Hoje, a gente é conhecido assim ‘um grupo resistente’” (Entrevista concedida em 25/01/17).

Notas:

¹ Essa pesquisa foi financiada com uma bolsa de Pós-Doutorado pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico através do Edital nº 42/2014 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² A descrição do caso dessa seção é baseada no trabalho de Irinéa Brígida (2015), umas das principais referências sobre o caso, e na Ação Civil Pública do MP (2012).

³ A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição de pesquisa e desenvolvimento em ciências biológicas considerado um dos principais centros de pesquisa em saúde pública no país e mundialmente.

⁴ O histórico é baseado em dois trabalhos de referência sobre o caso - Brígida 2015 e Silva 2019, e nas peças das ações e inquéritos do Ministérios Públicos nas instâncias federal e estadual (MPF 2012, 2018).

⁵ <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/06/5549776-rio-paraiba-do-sul-esta-ameacado-de-sofrer-desastre-ambiental.html?fbclid=IwAR2n4nqrQEB4HpOYNsR-Cs16IBZRb2intsA-H4bIHPg1Eox0XmHUZt4wMEA#foto=1>.

Referências:

- ANAND, N., GUPTA, A. & APPEL, H. (eds.). 2018. *The promise of infrastructure*. Durham: Duke University Press.
- AUYERO, J. & SWISTUN, D. 2008. “The Social Production of Toxic Uncertainty”. *American Sociological Review*, 73(3):357-379.
- BECK, U. 2010. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.
- BOUDIA, S. & JAS, N. (eds). 2014. *Powerless Science?: Science and Politics in a Toxic World*. New York: Berghahn Books.
- BOWKER, G. 1994. *Science on the run: Information management and industrial geophysics at Schlumberger*. Cambridge, MA: MIT Press.
- BRÍGIDA, I. 2015. *Conflitos socioambientais em Volta Redonda: o caso Volta Grande IV*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

- BRONZ, D. 2016. *Nos Bastidores do Licenciamento Ambiental. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- COSTA, C. M. L., PANDOLFI, D. & SERBIN, K. (eds.). 2001. *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- DAVIES, T. 2018. "Toxic Space and Time: Slow Violence, Necropolitics, and Petrochemical Pollution". *Annals of the American Association of Geographers*, 108(6):1537-1553.
- DE ANGELIS, M. 2014. "Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's 'enclosures'". *The Commoner*, 2:1-22.
- DICKEN, P. 2001. *Destroying value: environmental impacts of global production networks. Global Shift*. New York: the Guilford Press.
- GILLE, Z. 2010. "Actor networks, modes of production, and waste regimes: reassembling the macro-social". *Environment and Planning A*, 42(5):1049-1064.
- GOLDSTEIN, D. M. 2017. "Invisible harm: science, subjectivity and the things we cannot see". *Culture, Theory and Critique*, 58(4):321-329.
- GRAHAM, S. & MCFARLANE, C. 2015. (eds.). *Infrastructural lives: urban infrastructure in context*. London/ New York: Routledge/ Taylor & Francis Group.
- HECHT, G. 2018. Residue. (<http://somatosphere.net/2018/residue.html/>; acesso 20/03/2020).
- HEROD, A. et al. 2014. "Global destruction networks, labour and waste". *Journal of Economic Geography*, 14(2):421-441.
- HETHERINGTON, K. (ed.). 2019. *Infrastructure, environment, and life in the Anthropocene*. Durham: Duke University Press.
- INGOLD, T. 2000. *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London/New York: Routledge.
- JANEJA, M. K.; BANDAK, A. 2018. (eds.). *Ethnographies of waiting: doubt, hope and uncertainty*. London, UK ; New York, NY, USA: Bloomsbury Academic, an imprint of Bloomsbury Publishing, Plc.
- LARKIN, B. 2013. "The Politics and Poetics of Infrastructure". *Annual Review of Anthropology*, 42:327-343.
- LERNER, S. 2010. *Sacrifice zones: the frontlines of toxic chemical exposure in the United States*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- LIBOIRON, M., TIRONI, M. & CALVILLO, N. 2018. "Toxic politics: Acting in a permanently polluted world". *Social Studies of Science*, 48(3):331-349.
- LIMA, R. J. 2010. *A Reinvenção de cidade industrial: Volta Redonda e o pós privatização da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de Doutorado. Rio Janeiro: UFRJ.
- _____. 2013. "CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle". *Política & Sociedade*. 12(25):41-64.
- _____. 2012. "Articulação e reorganização sociopolítica em Volta Redonda no pós-privatização da CSN". In RAMALHO, J. R. & FORTES, A. (eds.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*, pp. 203-224. Rio de Janeiro: 7 Letras.

- MARTINEZ, F. 2019. "Waiting Cultures, Temporal Marginality, and the Politics of Stillness". *Anthropological Journal of European Cultures*, 28(2):108-127.
- MCGRATH-CHAMP, S. *et al.* 2015. "Global destruction networks, the labour process and employment relations". *Journal of Industrial Relations*, 57(4):624-640.
- MILANEZ, B. & PORTO, M. 2008. "A ferro e fogo: impactos da siderurgia para o ambiente e a sociedade após a reestruturação dos anos 1990". In *Encontro Nacional da Annpas*, 4. *Anais eletrônicos*. Brasília: Distrito Federal. (www.anppas.org.br/encontro4/cd/gt6.html); acesso em 15/02/2020).
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA. 2012. *Ação Civil Pública*. Volta Redonda.
- _____. 2018. *Inquéritos Cíveis Públicos* n. 08120.001452/97-04 e 1.30.010.000159/2000-29. Volta Redonda.
- MURPHY, M. 2013. "Chemical Infrastructures of the St Clair River". In JAS, N. & BOUDIA, S. (eds.): *Toxicants, Health and Regulation since 1945*, pp. 103-116. New York: Pickering & Chatto.
- NIXON, R. 2013. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.
- OFRIAS, L. 2017. "Invisible harms, invisible profits: a theory of the incentive to contaminate". *Culture, Theory and Critique*, 58(4):435-456.
- OZOLINA, L. 2019. *Politics of Waiting: Workfare, Post-Soviet Austerity and the Ethics of Freedom*. Manchester: Manchester University Press.
- PIQUET, R. 2012. "O papel da cidade-empresa na formação urbana brasileira". *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 4(3):688-695.
- RAMALHO, J. R. & FORTES, A. 2012. *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- RAMALHO, J. R., SANTOS, R. & LIMA, R. 2013. "Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político". *Sociologia e Antropologia*. 3(5):175-200.
- RAMALHO, J. R. 2012. "Fórum Demissão Zero: crise ação coletiva no Sul Fluminense". In RAMALHO, J. R. & FORTES, A. (eds.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*, pp. 225-246. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- SANTOS, R. 2015. "Da estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro". *Revista Pós Ciências Sociais*, 12(24):143-166.
- SILVA, G. 2019. *As relações entre a saúde e a exposição aos resíduos siderúrgicos: o conflito socioambiental no Volta Grande IV a partir dos seus moradores*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP.
- STAR, S. L. 1999. "The Ethnography of Infrastructure". *American Behavioral Scientist*, 43(3):377-391.

- STEWART, H. 2017. "Toxic landscape: Excavating a polluted world". *Archaeological Review from Cambridge*, 32(2):25-37.
- VEIGA, S. M. & FONSECA, I. 1990. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes.
- VENKATESAN, S. *et al.* 2018. "Attention to infrastructure offers a welcome reconfiguration of anthropological approaches to the political". *Critique of Anthropology*, 38(1):3-52.
- ZHOURI, A. *et al.* (2018). "O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações". In ZHOURI, A. *et al.* (eds.): *Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*, pp. 28-64. Marabá: Editorial iGuana/ ABA.

Abstract: The article analyzes the case of contamination of the 'Volta Grande IV' neighborhood by industrial waste from Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), in the city of Volta Redonda, South of Rio de Janeiro State, Brazil. The notion of 'steelmaking infrastructure' is developed as a key concept that enables to integrate conceptually and ethnographically the invisible dimension of steel production, by focusing on the residual side of the infrastructure, characterized by toxicity. The focus is to understand power relations and political dynamics engendered by toxic substances in the configuration of contentious arenas around their potential uses and effects. The ethnographic narrative proceeds by presenting four scenarios - contamination, scientific controversy, the legal process and the environmental arena - and adopts time as a privileged object, discussing the ways in which divergent temporalities differentially traverse infrastructure and its political effects in the construction of corporate strategies and social contestation processes, that shape a 'resilient politics'.

Keywords: Environmental justice, Toxic waste, Steel industry, Infrastructure, Time.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em dezembro de 2020.

O Aurora e a Prática do Sem Preço: Reflexões sobre política, infraestrutura e dinheiro na vida ordinária¹

Yuri Rosa Neves^a

O artigo analisa *o ato de pagar* a partir da discussão antropológica sobre infraestruturas. Mais especificamente, apoia-se em ferramentas conceituais que apontam para a dimensão ordinária, banal e invisível com a qual as infraestruturas se revelam para as pessoas em suas interações. A reflexão é enriquecida por um caso empírico em que este itinerário burocrático de consumo, pagar por algo, acontece de modo diferente: um restaurante em que a refeição não tem um preço fixo, pré-estabelecido ou mesmo sugerido. O Aurora propõe o ‘sem preço’ como uma prática de ‘corresponsabilização e apoio mútuo’ por entender o valor relativo do dinheiro em nossa sociedade. O efeito de contraste com o ‘normal’ que tal experiência engaja permite aprofundar nossos comprometermos naturalizados com as lógicas de funcionamento das infraestruturas através do intercâmbio constante entre materialidade e ideologia no qual somos sempre agentes e sujeitos.

Infraestrutura, Cotidiano, Dinheiro, Consumo, Ação Política.

Infraestrutura, dinheiro e consumo

Quem quiser empreender o que quer que seja contra o mundo existente deve partir daí: a verdadeira estrutura de poder é a organização material, tecnológica, física deste mundo. O governo já não está no governo. (Comitê Invisível, O poder é logístico. Bloqueemos tudo. In Aos nossos amigos: crise e insurreição, 2016).

O dinheiro está em todos os lados. E o que tem de banal sobre ele, tem de importância na vida das pessoas. Por isso, é um objeto

^a Doutorando em Antropologia – PPGA/UFPE. Email: nevyuri@gmail.com.

de debates calorosos na vida pública. Neste artigo, proponho-me a refletir sobre uma forma de uso do dinheiro: o ato de pagar. Mais especificamente, pagar por uma refeição num restaurante. Para realizar esta tarefa, vou me basear num caso empírico no qual esta dimensão é amplificada criando um efeito de contraste ou descontinuidade no modo como esse momento do itinerário de consumo é normalmente vivido: trata-se de um restaurante em que a maioria das refeições não tem um preço pré-estabelecido. O ‘sem preço’², como seus idealizadores o chamam, “... representa uma prática de uma troca sincera e a formação de uma relação de confiança”³.

Esta estratégia argumentativa e metodológica focando sobre formas de realizar atividades banais de formas heterodoxas remete à minha pesquisa com a prática de carona espontânea na cidade de Florianópolis (Neves 2018a). Assim como nessa pesquisa anterior, o que pretendo explorar neste artigo se beneficia da perspectiva antropológica sobre as infraestruturas pela articulação entre a materialidade e dimensão ordinária na experiência das pessoas. Água encanada na torneira, eletricidade na tomada, sistemas bancários na palma da nossa mão, recolhimento de lixo, ônibus e até mesmo o *Uber* são relações constantes com redes de infraestruturas a tal ponto naturalizadas que suas funcionalidades são sempre tomadas por certas. Algumas potentes ferramentas conceituais foram e estão sendo desenvolvidas neste debate relativamente recente na antropologia para pensar esta questão.

Provavelmente a mais repetida ideia, sintetizada na seminal contribuição de Star (1999), seja a de que as infraestruturas são intencionalmente projetadas para funcionar de modo invisível, como um fundo ou cenário (*background*), a menos que elas colapsem (*breakdown*) e se mostrem visíveis. Um cano que estoura, a luz, a internet que cai ou o lixo que não é recolhido. Estes são momentos em que parte de sua extensão fica visível (Star 1999:382). Tendo a compreender esta ideia como um conceito de médio alcance que ganha força articulado com outras noções. Como sugere Larkin, não se pode tomar como

algo simplesmente inerente e dado, “... mas examinar como a (in)visibilidade é mobilizada e porquê” (Larkin 2013:336). Ainda seguindo a definição da autora, encontramos algumas direções para pensar este ‘como’ e este ‘porquê’ em relação ao objetivo do artigo.

Primeiro, os “trabalhos invisíveis” (Star 1999:385)⁴ que mantêm tudo funcionando de maneira mais suave para a experiência do usuário. No caso empírico em foco, trabalhadores e trabalhadoras na cozinha, nos transportes de mercadorias, nos mercados e feiras são alguns dos exemplos de atividades invisíveis à experiência de cliente de um restaurante. Além disso, a remuneração e as despesas desses trabalhos invisíveis estão, em tese, no preço da comida e do serviço. Segundo, Star discute a “incorporação de padrões” (Star 1999:381-2), que se articula com o terceiro ponto, o fato de que aprendemos a utilizar e interagir com as infraestruturas a partir da participação numa comunidade de práticas (Star 1999:381). Isto implica com que não seja tanto um conhecimento escolástico, bem refletido na interação cotidiana, engajamo-nos e praticamos para aprender como utilizar. E, por fim, a ‘transparência’, ou seja, o fato de não se precisar reinventar os processos para cada uso. Uma vez estabelecida a infraestrutura, ela dá “suporte invisível” às tarefas programadas (Star 1999:381). Há outros aspectos levantados por Star, porém destaquei esses por contribuírem com mais força para a ideia do argumento. Ocasionalmente eles serão mobilizados.

A ideia de invisibilidade também traz à superfície a complexa relação entre os dois atores sociais implicados em qualquer infraestrutura: o técnico ou *expert* que cria o projeto e pensa a modelagem da infraestrutura para o usuário, e, na outra ponta, as pessoas que a utilizam. Nessa interação entre planejadores, materialidade e pessoas sempre emergem descontinuidades, que não necessariamente comprometem a funcionalidade, mas exibem a multiplicidade de experiência de usos, de acessos e de limites. Smith (2016) argumenta que podemos compreender esta interação pela produção de “consenso” num “diálogo materializado” (Smith 2016:167) inevitavelmente impreciso

entre aquilo que é planejado e como é usado (Smith 2016:166). Pensando no desenvolvimento das cidades, ela mobiliza uma discussão sobre “tomada de turnos” num sentido material do discurso (Smith 2016:168) baseado numa perspectiva de que linguagem é em si uma infraestrutura das instituições sociais (Schegloff 2006), trazendo então uma noção mais performativa do que semiótica dos significados das infraestruturas. A autora sugere como o crescimento das cidades e a aceleração da produção e do consumo produziram infraestruturas com as quais “indivíduos de todas as classes criaram um *ethos* urbano através do engajamento material nas práticas cotidianas” (Smith 2016:166).

A interação dentro de um restaurante e até com os serviços em geral pode ser vista como expressão desse tipo de *ethos*. A existência de cardápios, propagandas, catálogos e sinais com o preço dos produtos possibilita um diálogo entre cliente e estabelecimento no qual a fala é dispensável. Além disso, esta pequena parte do itinerário de interação no consumo é tão imbricada na concepção contemporânea de cidade e de vida a ponto de ser possível criar esse entendimento mesmo quando se está num país de língua completamente desconhecida. A ‘transparência’ e a ‘incorporação de padrões’ funcionam bem neste caso. Não por acaso, na reflexão fundante de Simmel sobre cidades para a antropologia e sociologia, ele coloca o dinheiro como mediador das trocas e representativo da postura ‘intelectualista’ e ‘*blase*’ do cidadão em contraposição ao *anima* do habitante rural (Simmel [1908]). O dinheiro pode não ser uma infraestrutura por si próprio, mas circula em todas os pontos dela: no planejamento, na execução, na remuneração de trabalhadores e trabalhadoras, no cálculo da gestão e, não menos importante, no pagamento pelo serviço⁵. E, neste sentido, se pode parecer forçado considerar restaurantes uma infraestrutura, basta imaginar a circulação do dinheiro num estabelecimento comercial para que as relações entre as cadeias produtivas e com os diferentes “regimes infraestruturais” emergjam (Star 1999:380).

Um dos elementos que irei explorar ao longo do artigo é o que fazemos com a consciência sobre os efeitos performativos desses arran-

jos materiais e dos seus itinerários de interação; ou seja, o que fazemos depois de visibilizar relações materiais e ideológicas que sustentam seu funcionamento de forma relativamente obviada? Para onde nos leva? No restaurante Aurora, em vez de uma pessoa no caixa, há uma balança de pratos antiga em que deixamos o dinheiro e fazemos o troco sem supervisão. Informativos sobre as mesas mostram porcentagens de metas e balanços financeiros, o funcionamento dos pedidos e o que pretende o sem preço. Como mencionei anteriormente, ele é proposto como uma prática de ‘corresponsabilização e apoio mútuo’ que leva em conta o fato de o dinheiro ter um valor diferente para as pessoas em cada situação. Assim, sugerem que a pessoa pense no preço considerando, além do serviço e da comida, o seu contexto particular.

Essa questão vai nos encaminhando para um último ponto que gostaria de discutir nesta introdução: como a intencionalidade da modelagem (composta também pela questão de como se tornar natural e suave na experiência) é motivada por razões que transcendem a materialidade e a funcionalidade singular de uma infraestrutura. As mais óbvias e impregnadas em todo entendimento contemporâneo de infraestrutura são a racionalidade econômica, de governo e burocrática. O desenvolvimento das cidades e dos ideais de cidades, por exemplo, historicamente acompanharam as reestruturações dos modos de produção capitalista concebendo toda interconexão necessária à expansão do consumo quando demandada (Graham & Marvin 2001:66-90). Do mesmo modo, serviu ao governo das populações pelo Estado para criar dados, cobrar impostos, prevenir aglomerações que atentem à ordem pública e etc. Como sugere Scott (1998) com o conceito de ‘legibilidade’, o Estado moderno fundou uma inteligência gerencial para objetos e populações a partir de modelos racionais e organizações materiais que, apesar de intencionalmente almejem a naturalização e o sentido de invisibilidade para as pessoas, para si foi um dar visibilidade sobre as coisas. Ademais, ambas racionalidades econômica e de governo tendem a ser justificadas como técnicas e neutras, assim como a burocrática (Herzfeld 1992; Weber 1972). Es-

ses registros, seus modelos e princípios, animam as infraestruturas e a nossa compreensão delas.

Se de um lado há a intencionalidade dos técnicos e teóricos nessa modelagem material, do outro, estamos nós, sujeitos e agentes nessa interação. Larkin (2013), após reconhecer esses aspectos de governo nas infraestruturas (Larkin 2013:329), explora como estas “nos formam como sujeitos não somente num nível tecnopolítico, mas também através de mobilizações de afeto e sentidos de desejo, orgulho, e frustração, sentimentos que podem ser profundamente políticos” (Larkin 2013:333). Assim, se as utilizamos, somos utilizados e nos afetamos pelas infraestruturas num nível subjetivo, interagimos com a sua intencionalidade e a sua carga ideológica e teórica. E, se há uma parte desse processo que acontece inconscientemente através da naturalização de hábitos e do povoamento da nossa imaginação, sujeitos da modelagem, como sugere Larkin, parte da aderência subjetiva se manifesta num nível consciente e eventualmente mobiliza princípios que se ligam à modelagem, seja como uma defesa ou como uma crítica. Assim, essa interação sendo sempre uma via de mão dupla, somos agentes não só dando contornos reais aos modos de usos da materialidade, mas também em relação às ideias norteadoras da intencionalidade tais quais o caráter de invisibilidade, funcionalidade, neutralidade e naturalização.

Este artigo se propõe a pensar esse processo de tomada consciente deste intercâmbio entre materialidade e ideologia, em que somos sempre agentes e sujeitos em ambas as esferas. Captar essa dinâmica fica mais nítido se pensarmos na separação conceitual e metodológica trazida por Boltanski & Chiapello (2009) ao discutirem a emergência de um ‘novo espírito’ capitalista. Partindo da reestruturação de *corpus* discursivos sobre administração de empresas entre os 60 e os 90, esses autores introduzem uma separação entre capitalismo e o seu espírito, entendendo o primeiro como sistema produtivo que visa acumulação ilimitada, algo que poderíamos dizer é profundamente infraestrutural, e o segundo pela “...ideologia que justifica o engajamento no capi-

talismo” (Boltanski & Chapello 2009:39). O espírito tem o papel de trazer freios morais à expansão material ilimitada e despreocupada de qualquer esfera moral. Deste modo, uma interação entre um arranjo produtivo, que é material, e a dimensão ideológica, que é afetiva, subjetiva, alimenta nossa imaginação e, ocasionalmente, nos impele a dar justificativas sobre. Esses autores têm um interesse teórico sobre o papel da crítica neste processo dinâmico de transformação da justificação do engajamento no capitalismo. Mesmo sabendo que esses autores identificam diferentes modelos ou regimes de justificação, neste artigo me concentrarei na ideia geral já que o caso empírico o qual vou abordar, pelas descontinuidades neste itinerário burocratizado, faz emergir esse jogo de justificativas e críticas muito condizente com as ideias dos autores.

O Aurora, além de se definir como anticapitalista, se diz antiespecista, portanto, não utiliza nenhum derivado animal. Na primeira metade de 2018, época em que frequentava o lugar, conversei com os integrantes do coletivo sobre a proposta de fazer um trabalho refletindo essa experiência. Na época se chamava Germina e era composto por seis integrantes. Ainda naquele ano, após dois anos de funcionamento e concomitante à minha aproximação e proposta de pesquisa, houve uma mudança no nome do restaurante/coletivo para Aurora e uma diminuição de membros encabeçando a proposta, porém mantendo o mesmo esquema do sem preço e da estrutura de funcionamento do lugar. Portanto, devido ao momento de coleta de dados, minha reflexão utiliza materiais informativos e situações referentes ao tempo do Germina, mas usarei o nome Aurora. Além desses materiais que explicitam a intencionalidade do restaurante com suas escolhas administrativas, vou utilizar momentos de conversas mais ou menos dirigidas com os remanescentes do Germina para o Aurora e uma polêmica gerada no *Facebook* no dia primeiro de abril daquele ano quando o coletivo postou que estava com dificuldades financeiras para fechar o mês e pedia apoio aos seus colaboradores e colaboradoras. Essa situação permitiu pensar melhor os efeitos da proposta.

O invisível e o exótico

O Aurora, à primeira vista, pode parecer com muitos outros pequenos restaurantes que reformam ambientes de antigas casas num bairro tradicional de uma capital ou grande cidade do país. Possui um pátio externo pequeno bastante agradável na frente com várias cadeiras coloridas rodeadas com plantas, e até uma banheira antiga é utilizada como vaso. As bicicletas de clientes e de pessoas que trabalham entregando refeições ficam ao lado direito, onde, mais no fundo, como numa espécie de pequena garagem aberta, se pode ver algumas ferramentas penduradas na parede num estojo com vários bolsos. Acima diz que o uso é livre, logo, requer cuidado das pessoas que as usarem.

Entrando na área interna comum do restaurante, vemos sete mesas de tamanhos e estilos variados cabendo de duas a sete pessoas. Oposto à entrada, há uma espécie de balcão no qual se pode ver a cozinha ao fundo e onde pedimos a comida. No lado direito, ao lado deste balcão, há uma espécie de área de espera com poltronas de um antigo cinema da cidade em frente a um outro balcão, o de atendimento. Nesse ambiente alguns clientes esperam mesas desocuparem, conversam, jogam vídeo game (um antigo *Super Nintendo* plugado numa TV pequena) ou comem em dias de muito movimento. Sobre o balcão de atendimento fica uma máquina registradora antiga, uma caixa de paçoca e uma balança de prato onde as pessoas deixam o dinheiro para pagar e fazem seu troco. As paredes são cheias de informação com cartazes, quadros, frases, desenhos, bandeiras, livros, brinquedos, objetos antigos, e a porta do porta-malas de uma Belinda é usada para escrever o cardápio do dia sobre o vidro. Este também é divulgado com antecedência pelo *Facebook* e *Instagram*.

Sobre todas as mesas há dois informativos. Um deles fala da proposta de um restaurante antiespecista e anticapitalista criticando uma sociedade que mata os animais e fecha as portas para minorias e pessoas sem dinheiro. Esse informativo também descreve como funcionam os procedimentos do pedido: a comida é livre, mas para evitar

desperdícios, cada cliente pode escolher entre três tamanhos de pratos (reduzido, bem servido e canhão) e pedir mais quantas vezes quiser. Normalmente as pessoas vão diretamente até o balcão da cozinha e pedem aquilo que querem e a quantidade na hora de repetir. O outro informativo se propõe a dar transparência do balanço econômico do restaurante no período de um ano, justificando-se essa atitude como parte da proposta de ‘corresponsabilização e cooperação mutua’. Apesar de não trazer números, apresenta gráficos comparando o número de refeições e a variação de entrada de dinheiro comparados com limites do que seriam situações ideais e insustentáveis.

Depois de já ter frequentando o Germina com regularidade há alguns meses, pois estava morando próximo, conversei com alguns membros do coletivo sobre a pesquisa. Disseram-me que teria de mandar um e-mail com a proposta, como estava indicado na página do Germina na internet, pois isso passaria pela reunião do coletivo. Depois de algumas semanas sem resposta, aproveitei o momento em que fui deixar o prato no balcão da cozinha e perguntei para o Alan Chaves se havia uma previsão para o coletivo considerar a proposta. Ele disse que eu precisava esperar eles conversarem sobre isso numa de suas reuniões semanais às segundas; era preciso haver consenso. Disse que estava corrido, uma pessoa do coletivo estava viajando e havia uma nova rotação da função de comunicação por e-mail sendo implementada. Pedi que eu reenviasse a proposta. Obviamente o ritmo de trabalho de um restaurante não abre muita margem para questões paralelas como essa. Aproveitei a situação para fazer algumas perguntas iniciais. Alan foi muito solícito, íamos conversando enquanto ele servia um prato, mexia nas panelas e algumas vezes respondia algo pontual para alguém. Contou que o coletivo surgiu de uma reunião de pessoas que trabalhavam no Café Bonobo⁶, como o próprio Alan, e na bicicletaria e café Vulp⁷, que já não está mais aberta, além de outras pessoas. Ambos os espaços compartilham um pouco dos ideais do Aurora, são antiespecistas (veganos) e de viés crítico e libertário. Quando perguntei das origens do sem preço, Alan falou

que foi surgindo aos poucos: primeiro um bolo no Bonobo que era neste esquema, depois algumas experiências com a refeição toda que, pelo que entendi, foram se espalhando para outros lugares, como a Vulp. E assim o grupo foi se encontrando, aprendendo e se ensinando até que o coletivo se consolidou.

Depois perguntei como era para se manter economicamente, se as pessoas tinham outras rendas, se a proposta de transparência com a divulgação do balanço econômico sobre as mesas dava certo. Alan começou dizendo que “sempre que a gente se comunica diretamente, surte efeito”. Isso à primeira vista me pareceu sugerir algo geral sobre o coletivo se manter financeiramente com o restaurante, que dava certo. Isso estava correto, mas então a ideia de efeito tomou outro rumo e significado. Alan mencionou uma postagem realizada pelo coletivo no dia primeiro de abril falando da dificuldade de fechar as contas do mês de maio e pedindo apoio das pessoas que são parte de sua rede e frequentam seu restaurante. Isso gerou uma onda inesperada de ataques ao restaurante e mais especificamente ao sem preço, mas foi seguida de demonstrações de apoio. Alan disse que as pessoas do Coletivo nem se meteram na conversa. Não falamos muito mais sobre, não sabia o conteúdo exato. Mas isso evidentemente tinha afetado o pessoal do coletivo, o que me levou a buscar essa postagem e, mais à frente, dedicarei uma discussão somente tratando desse tópico. O caráter informal e o tom da conversa permitiram que eu demonstrasse minha apreciação pessoal ao projeto e falasse de experiências de ativismo em coletivos libertários e autonomistas de que participei. Do mesmo modo, Alan contou sua trajetória no movimento *Punk Straight Edge*⁸, aprendizados sobre alimentação entre Hare-Krishinas, viagens e organização de shows de pequena escala de bandas punk nacionais e internacionais.

Depois dessa ocasião, reenviei o e-mail com a proposta de pesquisa a pedido de Alan e, depois de uma resposta que eles iriam debater em reunião o assunto, marquei com Alan uma conversa na sexta-feira, dia 29 de junho de 2018, no fim do almoço. Disse que guardaria

um prato de comida para mim. Cheguei na hora combinada, comi e fiquei esperando alguns minutos na poltrona ao lado do balcão de atendimento enquanto as pessoas trabalhando naquele dia iam organizando e limpando o restaurante. Alan logo veio me chamar para sentarmos numa mesa mais próxima à entrada. Depois de alguns minutos, Bianca se juntou a nós.

A primeira coisa que Alan comentou foi uma justificativa por terem demorado para marcarmos uma conversa. Disse que o coletivo não teve boas experiências com pessoas pesquisando, não retornavam e, além disto, tratavam o local como uma coisa estranha, ‘alienígena’ fora a palavra que usou. Mas, como já tínhamos conversado antes, falou que resolveu bancar com o coletivo. Explicou que normalmente, nessas situações, alguém acompanha mais de perto a pessoa fazendo a pesquisa. Disso implicava também que minha negociação teria que acontecer com as outras pessoas do coletivo individualmente caso quisesse, por exemplo, acompanhar o cotidiano ou tirar fotos. Isso nos levou ao assunto de ética na pesquisa, contei dos meus interesses, outras pesquisas e etc.

A colocação sobre o fato de o Aurora ser visto como ‘alienígena’ chamou minha atenção e foi fazendo mais sentido ao longo da conversa sobre as dinâmicas do cotidiano. Assim como qualquer outro estabelecimento do tipo, a rotina envolve trabalhos administrativos, preparação do cardápio, organização de horários e turnos, preocupação com alvarás, vistorias e impostos, idas ao CEASA, contato com fornecedores, produção e divulgação de material como o cardápio diário para alimentar as redes. Além disso, a principal renda de todos os integrantes vinha do restaurante. Ainda relataram como o projeto dependeu de um planejamento inicial bastante comprometido, já que fizeram um investimento e precisavam de uma projeção de recuperação. Naquele momento já estava quase alcançada. Disseram que acabando este momento de recuperar o investimento inicial poderiam começar a criar um fundo de ‘emergência e férias’, como previa o horizonte gerencial do projeto.

Para o almoço, a maior entrada financeira do restaurante, além de duas pessoas ligadas ao coletivo, há sempre mais duas no regime de *free-fixo*, ganhando por dia, que são somente mulheres e homens em situação de ‘vulnerabilidade social’. Estes e estas são parte das despesas normais do restaurante, ou seja, não são atingidas pelas marés baixas. Outros parceiros e parceiras ligadas ao movimento de moradores de rua tiveram apoio do coletivo para criar o Amada Massa⁹, um clube de pães que, além de fazer pães deliciosos, visa à construção de autonomia para pessoas que estejam ou estiveram em situação de rua. Começaram no espaço de uma ‘facilitadora’ que era integrante do coletivo, e agora têm o próprio espaço alugado e uma rede de assinantes mensais. Este caso reflete também uma intenção do projeto de colaborar com outros, até mesmo abrindo a cozinha algumas noites para coletivos parceiros ou causas específicas que requerem levantar algum dinheiro.

Outro elemento que poderia ser destacado no funcionamento do restaurante é o modo de divisão do lucro. Depois de descontadas as despesas com os mantimentos do estoque, com o aluguel, com impostos e com um fundo para ‘emergências e férias’ (o qual, na realidade, ainda não tinham conseguido começar a arrecadar), o dinheiro que sobra vai para o salário de cada membro do coletivo. Contudo, a divisão, assim como na questão do sem preço, não respeitava valores absolutos. Como Bianca descreveu, eles utilizam um método chamado ‘pilha de dinheiro’. Todo o montante é colocado sobre a maior mesa (exatamente a que estávamos conversando) e juntos vão fazendo a distribuição entre si e outras pessoas, alguém que tenha trabalhado ou mesmo alguém externo que esteja precisando. A ideia é retirar dali o quanto cada um precisa para viver tranquilamente, mas ‘sem luxos’. Argumentam que alguém pode acabar precisando de mais num certo momento. Nem toda retirada de dinheiro precisa ser justificada abertamente, apesar de me parecer implícito como este método passa por uma confiança e comunicação bastante afinada entre o coletivo. O importante é que só chega no fim quando todas as pessoas estiverem satisfeitas com a distribuição.

Toda a dinâmica administrativa para o funcionamento do restaurante descrita por Alan e Bianca revela as necessidades de participar da infraestrutura regulada de consumo. Assim, em grande medida, tanto seguindo um conjunto de normas burocráticas e legais quanto nas suas rotinas de trabalho, expressam semelhanças com o funcionamento de qualquer restaurante. Mesmo se considerarmos a contratação de pessoas em situação de ‘vulnerabilidade social’ e a forma de divisão do lucro como aspectos organizativos destoantes de uma lógica comercial hegemônica, na experiência de cliente essas diferenças não são facilmente perceptíveis. Ficam nos bastidores, não na superfície. Outros estabelecimentos podem ter essas mesmas escolhas de gestão e não gerarem a percepção de ‘alienígena’. Talvez não fosse exatamente isso o que Alan tinha em mente quando fez o comentário, mas como antropólogo, fico tentado a ponderar isso pela construção material de semelhanças e diferenças colocando paralelos com outras propostas.

Podemos pensar isso a partir do Bonobo, restaurante que o Alan cozinhava antes. Também é antiespecista (vegano), com direcionamento libertário e se localiza a poucas quadras do Aurora. Na sua página na *internet*, o coletivo explicita seu posicionamento político disponibilizando textos de questões que extrapolam a dimensão alimentar. Há um alinhamento de princípios que torna bastante plausível a escolha das mesmas formas de dividir os lucros e pensar no quadro de pessoas trabalhando ao administrar o restaurante. Porém, falar de aspectos nos bastidores implica pensar na extensão dos efeitos dessas escolhas para clientes. A única diferença que realmente grita para quem frequenta os dois restaurantes é o sem preço, já que no Bonobo há um preço pré-estabelecido para a refeição do dia. Sem dúvida haveria muitas outras nuances no processo administrativo (o coletivo é maior, tem uma rotina diferente de abrir o restaurante, normalmente o cardápio tem mais pratos). Contudo, o que me parece importante destacar para pensar em semelhanças e diferenças é ter em mente que as pessoas podem ir ao Bonobo e ter uma vivência semelhante a qualquer outro restaurante vegano na cidade, como o Prato

Verde, localizado no bairro ao lado, que também tem um preço fixo, mas com um *buffet* e muito mais mesas se comparado aos outros dois.

O sem preço causa uma descontinuidade na experiência de comer num restaurante, não há dúvida, mas o comentário do tratamento ‘alienígena’ me sugere uma impressão de demasiado deslumbre a ponto de ofuscar dimensões que colocam o restaurante em paralelo com qualquer outro por suas rotinas, burocracias, dificuldades financeiras, fonte de renda e um sem fim de questões. Em certo momento de nossa conversa, Alan criou uma imagem brilhante ao falarmos das polêmicas ao redor do sem preço e seus efeitos: “É como um furo pequeno numa caixa d’água: não faz explodir, mas fica vazando”.

Ao longo da conversa, ao tratar sobre o público que frequenta o restaurante, Alan e Bianca demonstraram, por exemplo, compreender como a localização próxima de bairros centrais de classe média, de outros circuitos¹⁰ de restaurantes veganos, feiras orgânicas, de certas casas de show, da universidade e de empresas da região é estratégica. Além disso, falaram da importância das redes sociais como divulgação, mencionando especialmente grupos de opções veganas e vegetarianas em Porto Alegre no *Facebook*, que atraia o interesse, compartilhamentos e algumas polêmicas envolvendo imagens e mensagens que, ao mesmo tempo que divulgam o cardápio do dia, em certos casos, tecem críticas a momentos na política e às violências estruturais contra seres humanos e animais.

Esse diálogo confirmou algo que intuía como frequentador, a aguda consciência quanto àquilo que viabiliza o projeto, e até em termos daquilo que na antropologia temos considerado infraestruturas; o papel da localização, dos circuitos de consumo e redes, das exigências legais e burocráticas, da *internet* e etc. Neste sentido, não são diferentes de qualquer proposta comercial que requer planejamento contando com despesas, objetivos, metas e todas as atividades rotineiras que descrevi acima, e que, em certo sentido, remetem ao processo de modelagem para seus usuários, neste caso clientes. O fato de o preço não ser pré-determinado não exclui os lugares comuns nos quais poderíamos

notar o caráter de naturalização e invisibilidade emergindo. Um interessante exemplo dessa espécie de consciência infraestrutural é quanto ao papel da tendência contemporânea de “ecologização e politização do consumo” (Portilho 2010:549), especialmente envolvendo alimentos saudáveis, vegetarianismo e veganismo¹¹. Mesmo que não tenha ficado completamente explícita essa percepção em nossa conversa, não é absurdo supor que seja algo reconhecido pelo coletivo e que torna a existência do restaurante e do sem preço possível. Talvez há 20 anos não fosse tão simples atrair público para opções de comida vegana.

Segundo Larkin, descrever uma infraestrutura é um “momento categórico” que “... abrange uma analítica cultural que destaca o comprometimento epistemológico e político envolvido em escolher o que é visto como infraestrutura (deste modo, causal) e o que é deixado de fora” (2013:330)¹². Neste sentido, me parece pouco honesto descrever o Aurora sem levar em conta aquilo que *não* o torna alienígena e que, ao mesmo tempo, demonstra o comprometimento dentro de uma infraestrutura de consumo comparável a outros restaurantes. Nessa aproximação com o coletivo, pareceu-me que reconhecer isso não significa apagar o potencial crítico e político norteador, muito pelo contrário. Isso parecia abrir brechas e possibilidades que estão dentro do planejamento. Um caso interessante que exhibe o potencial de encontrar brechas de atuação foi sobre um refugiado político que comia lá e muitas vezes não pagava, até que um dia chegou com uma quantia suficiente para compensar algumas refeições. Contou aos membros do coletivo que tinha conseguido um trabalho e agradeceu a eles. Isso pareceu ser algo corriqueiro na experiência deles, e eu mesmo já deixei de pagar uma vez ou outra por estar sem dinheiro e quando recebi compensei. Além disso, é normal encontrar pessoas em situação de rua no Aurora, seja como clientes comendo na mesa ao lado de outras pessoas visivelmente de classes médias altas, seja como parceiros e parceiras ou simplesmente amigos e amigas.

Aqui fica mais nítida a percepção das intenções práticas do sem preço para os membros do coletivo a partir de suas possibilidades. Em

nossa conversa, eles me relataram um desejo que explicita ainda mais essa consciência infraestrutural. Disseram que se tivessem tempo e possibilidade, gostariam de ter dois restaurantes sem preço, um numa zona pobre e outro numa rica para que houvesse uma compensação. Se é evidente as intencionalidades críticas e políticas de todo o projeto, para Alan e Bianca me pareceu que nada é tão gratificante quanto valorizar o Aurora pelo que faz de melhor: a comida. A questão é que para ambos consumo e comida não estão isentos da política e da ideologia. Agora, construída uma descrição do projeto, vamos explorar com mais profundidade como o sem preço ganha sentido na experiência do cliente. E, assim, para lembrar a metáfora acima, como um furo pode criar uma inundação.

A Infraestrutura ‘que pensa’ e a política do e no ‘sem preço’

Quando disse que o *sem preço* era a única coisa realmente idiossincrática na experiência de consumo no Aurora de modo algum quis reduzir sua potência, mas ponderá-la considerando uma gama de diferenças e semelhanças em relação a outras propostas, e assim não cair numa exotização exagerada (ou ver demasiada revolução?). Ao isolar esse elemento, podemos atentar para aquilo que é realmente proposto de transformação na relação do consumo, aquilo que não repete um itinerário burocrático que poderíamos dizer ser comuns a uma infraestrutura global de serviços: o estabelecimento decide o preço das mercadorias, cabendo ao cliente escolher e pagar. O que essa experiência convida, como intencionalidade, é uma reflexão sobre o valor das coisas considerando a comida, o serviço, o projeto e a própria situação financeira de cada um (quanto eu pago normalmente para almoçar fora?). E estimular essa percepção sobre quanto valem as coisas parece ser algo notado no dia-a-dia pelo coletivo. Quando conversarmos, Alan e Bianca comentaram, por exemplo, sobre estudantes de escolas que muitas vezes deixam pouco dinheiro, o que sugeriram ser motivado pelo fato de essas crianças ainda não terem noção dos custos de fazer uma comida e oferecer um serviço; ou seja, há uma intenção

explícita pela desnaturalização de uma atividade banal que é pagar por alguma coisa, fazendo de uma ação que normalmente ocorre quase irrefletidamente requerer reflexividade, relativização e ponderação de si. Não falaram de um restaurante normal na zona rica e outro sem preço na pobre. Apesar de haver uma ideia de compensação nesse sonho, mantem-se a intencionalidade.

Outra situação narrada que exhibe o efeito de desnaturalização pretendido foi de uma senhora que, certo dia, entrou e perguntou como funcionava o restaurante. Ao saber que o preço era uma decisão dela mesma, e que não receberia uma sugestão de preço por parte do coletivo depois de insistir um pouco, ficou 'indignada e saiu'. Quando perguntei ao Alan e à Bianca como explicariam essa reação, disseram categoricamente que viam naquele desconforto a consciência de uma experiência que poderia implicar uma convivência dela, pagando 20 reais, e um morador de rua na mesa ao lado pagando 2 ou nada. Algo que seria injusto aos olhos dela, por isso algo indignante. Essa situação me surpreendeu e remeteu a outra que vivi na minha etnografia com caronas. Certa vez, enquanto pedia carona ao lado de uma parada de ônibus como de costume, uma senhora veio até mim e disse que não precisava pegar carona, ela pagaria minha passagem. Mantendo a atenção na passagem de carros, agradei e respondi que até dinheiro. O transporte público em Florianópolis não ajuda, era mais fácil para mim chegar no meu destino de carona. Em ambas as situações é como se houvesse um curto-circuito ideológico que visibiliza os deslizamentos entre engajamento material e ideológico em atividades banais e irrefletidas. Existe um princípio na política democrática, na burocracia e nas infraestruturas no qual sempre nos coletivizamos numa igualdade de direito, então 4,20 é para todos os indivíduos. Há justeza a ser seguida, e ela deve estar presente na modelagem dos ambientes.

Frederico Neiburg (2007), a partir de uma etnografia sobre inflação no Brasil e na Argentina, propõe um projeto teórico interessante para essa reflexão: articular macroteorias econômicas e modelos com a experiência ordinária do dinheiro. De um lado economistas falando

sobre como curar as moedas, conter a inflação e os vários modelos normativos, de outro, a realidade plural do uso e dos efeitos na vida das pessoas. Não é por acaso que esse argumento lembra a discussão sobre modelagem e engajamento com as infraestruturas, há uma convergência teórica no diálogo com a antropologia da ciência e os estudos de tecnologia. Sua abordagem articula o que chama teorias da ‘performatividade’ de Latour e Callon com as ‘teorias nativas’ com o trabalho de Daniel Miller (Miller 1998). Na introdução da coletânea de artigos organizada recentemente e intitulada *The Real Economy*, Neiburg & Guyer (2020) lançam um projeto intelectual que, além de primordialmente empírico sobre as existências plurais de engajamentos econômicos e noções de valor, é muito atento às continuidades, descontinuidades e deslizamentos entre o mundo dos *experts* e dos modelos com os usos ordinários. Voltemos ao caso empírico.

Numa postagem do dia primeiro de abril 2018, ainda na página do antigo Germina no *Facebook*, o coletivo relata que ao fecharem as contas do mês anterior se depararam com soma insuficiente para “cuidar minimamente da vida de seis pessoas” do coletivo e pediam apoio financeiro aos seus parceiros e parceiras¹³. A postagem trazia um gráfico simples em que o valor de 12.000 era “para que todas as pessoas do coletivo passem o mês minimamente confortáveis. Também cuida do nosso fundo de emergências”; 9.000 “para cobrir as necessidades básicas das 6 pessoas que compõem o coletivo e vivem desta ação; e os 5.980 “disponíveis para remuneração” naquele momento era um “valor insustentável”¹⁴. Vale comentar que havia uma greve de caminhoneiros e caminhoneiras no Brasil. E já que o transporte rodoviário é o principal meio de circulação de bens, faltava combustível nos postos, houve uma corrida louca aos supermercados para fazer estoques, paralisação de muitas atividades e, com isso, instalou-se um verdadeiro caos infraestrutural com efeito direto no setor de serviços.

A postagem gerou muito mais comentários (269), compartilhamentos (231) e reações (550) do que o normal no cotidiano do coletivo. Além dos apoiadores, houve muitos críticos: “Ué, vocês estão

pedindo apoio financeiro? Pensei ter lido na descrição que vocês eram anticapitalistas”, isso é uma “utopia delirante”, já nos primeiros comentários. Outras manifestações infantilizavam a proposta e sugeriam uma ingenuidade por parte dos idealizadores e gestores do restaurante: agora seria o momento de crescer, sentir o que é a realidade, sugere-se abaixo. Uma pessoa menos sarcástica explícita como o que está em jogo nessas reações é uma concepção sobre a gestão do restaurante:

Justino: Essa ideia é fofa quando se faz por altruísmo. Se o negócio tem necessidade de ser integralmente autossustentável, e isso inclui pagar os funcionários/colaboradores/sócios/ etc... então é melhor adotarem a fórmula tradicional de todos os negócios que precisam lucrar para existir. Lucro não é pecado, é necessidade.¹⁵

Essas manifestações pressupõem uma incapacidade de gerir o restaurante, como se aquilo fosse um atestado de que estavam prestes a quebrar e fechar as portas, uma conclusão que, na minha opinião, não está atenta àquilo que fica pressuposto na postagem. Primeiramente, ao descreverem metas de remuneração com situações ideais e mínimas necessárias demonstram uma inteligência e controle em termos administrativos. Além disso, sabendo que o restaurante já existia há quase dois anos, fica muito explícito como até aquele momento a meta mínima para remuneração estava sendo de algum modo alcançada na maioria dos meses. Há um afastamento daquilo que de fato acontece ali a serviço de uma noção de como as coisas deveriam funcionar. Emprestando a ideia de Boltanski & Chiapello (2009), podemos ver um esforço de ‘justificação’ do *status quo* do capitalismo e do que é a forma tradicional e hegemônica de planejar um negócio. E o mais interessante nestes comentários é que endereçam questões que transcendem a postagem. Mesmo não havendo nenhuma postura crítica explícita na postagem, tratava-se de algo bastante objetivo, ainda assim ela é reconhecida pelos comentários desta forma pela simples existência da proposta do sem preço. Daí vemos como um pequeno furo na caixa d’água pode provocar inundações, um curto circuito no conjunto dos mecanismos ideológicos que incita justificação. Até mes-

mo em falas de pessoas mais próximas, pode-se reconhecer a estrutura argumentativa.

Leucócito: Gurias, assim.... Vocês pecaram na *administração*. Espero que sirva de aprendizado para os próximos empreendimentos. É um restaurante, oras, as pessoas pagam por uma alimentação diferenciada. Isto não vai afetar *a causa*, o arroz e o feijão continuam mais baratos do que a carne (*grifos meus*).

Quando levamos às últimas consequências a proposta de ‘corresponsabilização e apoio mútuo’ que dá sentido ao sem preço, não é difícil de chegar à conclusão de que esse apoio transcende uma situação específica de ambos os lados: a pessoa que pode comer e pagar mês que vem e o Aurora pode mobilizar sua rede num momento de aperto. A proposta explicitamente pretende a criação de vínculo com as pessoas que frequentam regularmente o restaurante, de modo que usar a infraestrutura digital para levantar essa grana é coerente com o plano de gestão. Em situações de crises, um negócio ‘tradicional’, como disse o amigo acima, vai mobilizar a rede de apoio bancária atrás de empréstimos por que essa é a solução no horizonte administrativo. Novamente, parece-me que a leitura da situação nessas manifestações perde de vista o histórico de existência do restaurante e aquilo que desde sua fundação se propõem a consolidar como estratégia de administrar e tocar um restaurante.

Essa reatividade gerada pela postagem – que de um lado lê a proposta como ingênua e, de outro, tece defesas à ordem de funcionamento capitalista apontando o método ‘tradicional’ ou normal de administrar – ainda foi mais a fundo mobilizando teorias econômicas. Mais de uma pessoa trouxe para o debate noções declaradamente neoliberais sobre o ‘preço ter uma inteligência’, como defendeu Teumar. Para legitimar sua posição, compartilhou vídeos do filósofo Felipe Pondé, explicando por que ‘tudo tem preço?’ e falando de sua posição quanto ao veganismo¹⁶. Quando a discussão se intensifica e se aprofundam os debates com algumas pessoas, ele começa a postar *links* de artigos da página Instituto Mises Brasil, propagador do pensa-

mento do teórico do neoliberalismo Ludwig Von Mises. Argumenta que o preço é parte de leis econômicas, como a lei da gravidade, de modo que eles só poderiam fracassar ao não utilizar essa ‘ferramenta’ da maneira correta. Esse comentário gerou 53 respostas, e Joséia foi uma das mais calorosas debatedoras. Posiciona-se não só numa defesa do restaurante, mas da importância do Estado para a sociedade, e é contra a ideia Estado mínimo proposta pelos autores e teorias que Teumar postava. O debate transcende em muito o problema em si; política de bem-estar social em diferentes países europeus, taxas tributárias, condições de salários e situações de hospitais públicos na Inglaterra. E estar nesse nível macro não os impedia (principalmente Teumar) de rapidamente retomar e contextualizar a proposta do sem preço em relação às teorias econômicas.

Neste caso, vemos de modo desenhado os deslizamentos da ponta do modelo à economia ordinária sobrepondo e cruzando ideias filosófico-econômicas, concepção administrativa e o ato de pagar. E este último, mesmo que distante em alguns momentos, era a aparente fonte de toda a reatividade e polêmica. Além disso, a mediação entre estes diferentes níveis gera seus próprios efeitos.

As autoras do instigante *‘Gens: A Feminist Manifesto for the Study of Capitalism’* chamam esses processos de ‘dispositivos de conversão’. “The key power of these models in contemporary capitalism comes from their ability to erase particularity and sever objects, people, and resources from their contexts” (Bear *et al* 2015: sem página). Além disso, essas manifestações também evidenciam o grau de penetração da ideologia neoliberal na sociedade contemporânea. Como diria Pierre Bourdieu (1998), é uma teoria que se ‘converte em verdade’, num ‘discurso forte’ sobre como as coisas devem funcionar. Annelise Riles (2003), em uma etnografia sobre o mercado financeiro e neoliberalismo, também aponta nessa direção. Partindo de sua participação numa consultoria sobre a crise nuclear no Japão, coloca como seus contratantes esperavam que ela discutisse fatores culturais para explicar a situação de crise que justificariam o motivo pelo qual uma mega-

companhia privada “era muito grande para cair”, o que implica, como bem coloca a autora, traçar fronteiras duras entre dimensões política, econômica e cultural (Riles 2003:561)¹⁷. Este recurso argumentativo separando domínios não está, novamente, só no alto comando do mercado financeiro, na ideologia neoliberal ou nas teorias econômicas, mas circula de forma mais ampla na sociedade e no *facebook*.

Demétria: [...] sabe o problema de vcs, criaram a ideia q veganismo está atrelado a comunismo, anti capitalismo, sustentabilismo rsrs, raiva do dinheiro, ódio do sistema (eu tenho apenas da área frigorífico) o resto não me incomoda, não me permito utopias sem fundamento e revoltas q nada vão me acrescentar. Ao invés disso prego o amor aos animais e te garanto que sensibilizei muito mais pessoas do q vcs com esse papinho. 🙌

Essa intervenção explicita bem o esquema ideológico que busca estabelecer essas fronteiras a priori. Onde é política e onde é consumo, neste caso. Além disso, podemos ainda ponderar como essa colocação reflete o processo de politização do consumo em que vivemos no mundo contemporâneo, e que é também uma individualização e privatização da ação política, como argumenta Portilho (2010:563) partindo de um estudo sobre a autoatribuição de responsabilidade entre consumidores de uma feira orgânica no Rio de Janeiro. Neste sentido, é possível enquadrar este fenômeno no movimento de renovação do ‘espírito capitalista’ motivado pelas críticas e parte das reestruturações dos arranjos ideológicos de justificação. Porém, em vez de noções sobre administração como o estudo de Boltanski & Chiapello (2009), trata-se das noções de consumo, que afinal também é um engajamento no capitalismo.

No meu período frequentando o restaurante e nas interações com o pessoal do coletivo, fiquei com a impressão de que, antes de buscarem reconhecimento externo sobre sua postura política e iniciativas, interessa-lhes mais preparar e servir uma boa comida. Certa vez comentaram sobre um senhor, ex-militar, que, mesmo sendo crítico do estilo de vida (mencionando tatuagens, piercings e pelos) e das opções

políticas do coletivo, elogiara muito a comida. Souberam disso por uma amiga e reforçaram que esse tipo de elogio era o que os deixava mais felizes. Porém, não acaba aí. Se o restaurante, sim, figura como local de trabalho, fonte de remuneração para os membros do coletivo e para as outras pessoas que colaboram com essa rotina, isso não significa que as fronteiras bem definidas entre o trabalho, a gestão administrativa, política e comida devam existir da forma como são mobilizadas. Essa pureza pretendida pela performatividade dos modelos mobilizada nos comentários não cola para eles. E aqui vale retomar o argumento da seção anterior quanto à consciência do posicionamento numa cadeia ou redes de infraestruturas permitir vislumbrar formas de ação e engajamento específicos. Além disso, as paredes do restaurante têm o objetivo de abalar essas fronteiras. A decoração com bandeiras, desenhos e charges, em sua grande maioria, tecem críticas mais ou menos diretas ao machismo, à violência animal e outras violências estruturais. Contaram-me que o restaurante fora concebido para que ‘as paredes pensassem’.

Isso também acontece com algumas das criativas chamadas para almoço ou janta nas redes sociais. Juntos às informações do cardápio do dia, a logo e o ‘sem preço’, montagens com imagens e textos tecem críticas (não sem ironia) à produção frigorífica, ao armamento, ao desastre com a barragem de Brumadinho-MG, descaso com as vítimas e muitas outras polêmicas na vida pública e política do mundo e do país. Numa destas ocasiões, depois que um proeminente representante político no congresso fez uma apologia à ditadura militar, a chamada utilizava uma imagem com uma mulher sendo torturada e gerou um comentário de alguém que disse ser fã da comida, mas que a divulgação ‘não caiu bem’. Numa resposta de Alan no seu perfil pessoal, ele contextualiza a imagem como um abuso e uma violência institucionalizada chocantes, e aponta como a cena forte também provocou desconforto nele, mas disse que, como de costume, utilizava o seu principal meio de divulgação – que era por meio dos almoços que faz – para ilustrar desigualdades e abusos.

Mas, novamente, é diferente do sem preço por ser algo que pode ser visto como motivado pelos bastidores, não necessariamente passam pelo cliente. Se pensamos dimensão jurídica de um restaurante do coletivo, é uma decisão individual, que, apesar de tencionar essas fronteiras, não gera a escala de reação como a polêmica do sem preço. Pode-se até considerar como estratégia direcionada para um público específico, não que ache que o coletivo pense nisso neste caso. A questão é que o sem preço é diferente disso. Não é só o auge dessa estratégia de abalar supostas neutralidades entre ação política, trabalho e comida. É interessante notar como eles tratam o sem preço como uma ‘prática’, o que remete a um paralelo potente com teorias sociais. Em contraposição ao conceito de *habitus*, essa ideia propõe uma atividade em que a capacidade de agir (*agency*) fica em foco, e junto dela a reflexividade subjetiva e as incertezas emergem (Bourdieu 1991; Ortner 2007). Ela obriga clientes a pensarem, a fazerem do ato de abrir a carteira algo refletido e, conseqüentemente, tende a visibilizar as cadeias produtivas, circulações, efeitos do dinheiro e os comprometimentos ideológicos que isso implica.

Visibilizando a política nas e das infraestruturas

O caso do Aurora e a prática do sem preço traz alguns desdobramentos em relação aos jogos entre (in)visibilidade e colapso na discussão antropológica das infraestruturas. Diferente do tipo de imagem clássica evocada pela quebra de cano de abastecimento de água ou de um transformador numa usina de eletricidade que faz com que se perceba a extensão material, no caso dessa experiência o colapso e a visibilização emergem num nível mais sutil, ideológico e até perspectivo, em que uma gama de posições singulares e variadas sobre a existência ou não de uma crise, uma iminente falência e o que deve ser ou não visibilizado se revelam. E isso não implica uma espécie de relativismo cultural no qual cada pessoa teria sua versão sobre uma realidade material e objetiva compartilhada por todos e todas. Assim como a viabilidade do projeto depende de um arranjo material para ocorrer,

como busquei explicitar a partir de aspectos da gestão administrativa, a projeção de sustentabilidade e redes que são mobilizadas, também o efeito pretendido de desnaturalização desta parte do itinerário de consumo depende dessa organização material. Star (1999) já havia chamado atenção ao fato de que as infraestruturas podem ter diferentes significados, como uma escada que pode ser ao mesmo tempo algo invisível para uma pessoa, uma barreira para uma pessoa cadeirante e um “tópico” para um arquiteto (Star 1999:380). A questão que este caso empírico me parece iluminar e contribuir nesta discussão é como a própria crise, quebras, colapsos e (in)visibilidade podem ser também perspectivas.

Assim, levando-se em consideração o sem preço ser uma prática que propõe uma maneira heterodoxa de realizar algo comum e banal, ela tem a potência de criar curtos-circuitos ideológicos em princípios e diretrizes norteadores das infraestruturas e anexadas à sua materialidade. Um destes, bastante evidente na intencionalidade desta proposta, é a ideia de justiça da impessoalidade. A indignação da senhora ao não aceitar comer ali sem no mínimo uma sugestão no caso relatado por Alan e Bianca pode ser compreendida nesta direção. Semelhante a algumas questões provocadas numa pesquisa anterior com prática de caronas num contexto urbano, também uma forma heterodoxa de fazer algo banal, o engajamento material parece ativar as pessoas na sua diferença ao invés das medidas que os igualam por meio do dinheiro. Paradoxo no discurso político emergido disso: apesar de qualquer pessoa concordar que o dinheiro é um potente marcador de diferenças (neste caso diferenças normalmente chamadas de desigualdade), acredito que grande parte delas se expresse e haja de modo a se comprometer com a ideia de justiça na igualdade do preço pago por algo. Fazemos isso por simplesmente abrir a carteira, ativamos esses princípios mais gerais que nos coletivizam numa sociedade individualista. Contudo, ao invés de nos coletivizarmos entrando em relação com outras pessoas simplesmente pagando como todos e todas, no caso do sem preço somos convidados a fazê-lo através de aspectos mais

relativos e singulares. E essa ideia merece uma nota teórica: em todos os modelos, sejam infraestruturais, teóricos de economia ou ciência política, ou mesmo num comércio de porcos na Melanésia (Strathern 2014), podemos retirar considerações sobre o que coletiviza e o que individualiza as pessoas, processos em que relações são objetificadas e obviadas, e outros em que são abertas e exibidas. Quando contrastados com as práticas reais, divisões duras e absolutas entre essas duas dimensões se provam mais parte de regimes ideológicos (Wagner 2009) e, conseqüentemente, mais parte das intencionalidades performativas do que algo de uma pretensa realidade objetiva.

Antes de encerrar esta conclusão, parece-me apropriado alguns comentários sobre política. A literatura antropológica contemporânea sobre infraestruturas, em sua grande maioria, capta um sentido de política muito evidente ligado às formas de governo na gestão e na construção dessas materialidades, algo que muitas vezes passa por evidenciar relações impróprias entre Estado e empresas privadas (Knox & Harvey 2015), conflitos existentes em torno dessas infraestruturas (Dalakoglou 2010), a sobreposições de agendas de desenvolvimento urbano, expansão capitalista e da cidadania (Graham & Marvin 2001) e nos efeitos de sujeição dos engajamentos. Acredito que o caso do Aurora evidencia uma política a ser realizada nos detalhes, nas pequenas transgressões de certas lógicas que se sustentam no tempo exatamente por sua organização material. Neste sentido, é interessante notar como o sem preço é uma prática com finalidade muito objetiva, na qual não necessariamente há uma ação política consciente. Acredito que para muitos e muitas frequentadoras do Aurora, este caráter não é o principal motivador de comer ali. Porém, sendo primordialmente objetiva, sua existência é provocadora, motiva opiniões, mobiliza outros discursos. Um desses pode ser o deslumbre apaixonado e idealista da transformação e de crítica social que algumas pessoas tendem a enfatizar em detrimento de uma atenção às determinantes ligadas ao fato dessas práticas estarem no meio de um mundo compartilhado com muitas pessoas e inserido em circuitos de consumo e redes maio-

res. Uma espécie de inflação da crítica. Por outro lado, pode mobilizar defesas do *status quo* de como as coisas devem funcionar, o que é tradicional, correto e etc. Claro, esta contraposição é preenchida de meios termos que exibem a complexidade das subjetividades e engajamentos. Contudo, (e aí acredito estar o potencial heurístico desta abordagem) pelo efeito de contraste evocado, é possível mergulhar em objetos de reflexão que são difíceis de serem pesquisados por sua falta de relevo e de riqueza se pensado como práticas específicas. Milhões de reflexões teóricas e filosóficas sobre o ato de pagar são possíveis, mas fazer uma etnografia focado nesse ato não é fácil. É demasiado simples, plano. Não à toa a Teoria da Compra de Miller (1998) vai enfatizar o que motiva a compra antes dela em si. É um ato para além da compra.

Graham & Marvin (2001), ao discutir a infraestrutura urbana, apontam como o caráter banal e normalizado das interações com as infraestruturas apertando a descarga no banheiro, acendendo uma luz e pondo o lixo na rua é um dos motivos da negligência desta temática nas reflexões das ciências humanas sobre a cidade (Graham & Marvin 2001:21). Pagar por algo se assemelha a isso. É tão burocrático que remete ao que David Graeber chamou de ‘zonas mortas da imaginação’ (2006) se referindo a áreas de simplicidade, falta de relevo de significados, confusão e até estupidez nas relações com as burocracias. O autor diz que se revelam “formas omnipresentes de violência estrutural que definem as próprias condições da nossa existência” (Graeber 2006:105). São “áreas de simplificação violenta” (Graeber 2006:106), “projetadas para serem simples e autocontidos ao máximo” (Graeber 2006:109)¹⁸, o que contrasta com a riqueza simbólica e abertura de significados dos dramas rituais, poéticas dos espaços, manifestações artísticas e outros objetos estimulantes ao trabalho interpretativo e analítico para o qual nós antropólogos somos treinados (Graeber 2006:106). Assim, demonstra-se certa “[...] tendência de identificar o que é interessante com o que é importante, e assumir que áreas de densidade são áreas de poder. O poder da burocracia mostra exatamente como

este nem sempre é o caso” (Graber 2006:111)¹⁹. Se a prática do sem preço tem a potência de nos falar da política das infraestruturas de que somos todos cúmplices, discutida por muitas autoras e autores, também nos convida a pensar como há uma política a ser feita nas infraestruturas, nos detalhes do engajamento, na atenção para os efeitos. Para lembrar a epígrafe que abre este artigo, “a verdadeira estrutura de poder organização de poder é a organização material, tecnológica e física deste mundo” (Comitê Invisível 2016:102).

Notas:

¹ Agradeço aos membros dos coletivos Aurora e Germina, em especial Alan Chaves e Bianca Rabello, por compartilhar suas experiências e maravilhosas comidas. Agradeço também ao colega Gabriel Brito pelos valiosos comentários nas versões finais deste artigo.

² A partir de agora farei o uso sem aspas e sempre em referência à proposta.

³ Fonte: material informativo distribuído pelo restaurante

⁴ Este ponto remete à reflexão dos trabalhos invisíveis no desenvolvimento científico de Donna Haraway (2004:223). Na reflexão de Star, a questão de como a infraestrutura impõe uma narrativa “...que não problematiza a diversidade” (Star 1999:348) pode trazer paralelos interessantes com a ideia de ‘testemunha modesta’ do avanço científico: o homem branco de classes altas para que não vê o esforço de diferentes pessoas que não o cientista.

⁵ O dinheiro pode ser visto como tendo também sua própria infraestrutura com as casas de moedas, casas de câmbio, produção de índices e etc. Agradeço ao Gabriel Brito pela lembrança.

⁶ Também localizado no bairro Bom Fim, o café é gerido por um coletivo de 10 pessoas que se autodenominam antiespecistas e libertários. Muitas das ideias parecem se alinhar com o Germina, administração horizontal entre os membros do coletivo, não utilizam cartões de crédito, tem comida vegana e se apresenta como mais do que um restaurante ou café. No site do Bonobo há livros de receitas criados pelo coletivo, e outros textos de caráter crítico libertário do próprio coletivo e de outras pessoas, tudo livre de direito autoral (<http://www.cafebonobo.com.br>).

⁷ <https://www.facebook.com/vulpbicicafe/>.

⁸ É um subgênero do Punk que defende veganismo e abstenção de qualquer tipo de drogas. Maganini (2014) menciona em seu estudo sobre circuitos em São Paulo

⁹ Website: <https://amadamassa.com.br>.

¹⁰ Magnani (2014) para um conceito mais amplo e Zelizer (2005) para um olhar mais restrito aos circuitos econômicos.

¹¹ O as redes do slow food no Brasil é exemplo disso (Shineider 2015).

¹² Tradução minha: “The act of defining an infrastructure is a categorizing moment. Taken thoughtfully, it comprises a cultural analytic that highlights the epistemological and political commitments involved in selecting what one sees as infrastructural (and thus causal) and what one leaves out” (Larkin 2013: 330).

¹³ Assumo aqui um tratamento incompleto metodologicamente sobre internet e redes sociais, porém justifico a ausência pelo escopo do artigo e pela interessante maneira com que o objeto de reflexão, o sem preço, emerge: são comentários e relações espontâneas e reativas a uma situação. Quando tentei perguntar para algumas pessoas enquanto estava no Aurora as reações tendiam a ser vagas.

¹⁴ Postagem do dia primeiro de abril na página do Germina - <https://www.facebook.com/ColetivoGermina/photos/a.279063739179045.1073741829.242980322787387/454114801673937/?type=3&theater>.

¹⁵ Os nomes dos entrevistados foram alterados para guardar a privacidade.

¹⁶ ‘Tudo tem preço’ - Luiz Felipe Pondé (<https://youtu.be/g3bkzbE6dFU>) e ‘O que eu acho do Veganismo’ - Luiz Felipe Pondé (<https://youtu.be/93kQeN6w9Es>).

¹⁷ Muito debate tem sido realizado sobre as ideias neoliberais e América Latina (Ganti 2014; Boas & Gans-Morse 2009). Para uma análise no Brasil entre os 70 e os 2000, ver a tese de Denise Barbosa Gros (2003). A autora mapeia os institutos neoliberais, suas principais ideias e vínculos com outras instituições políticas, econômicas, jurídicas, midiáticas e educacionais.

¹⁸ “[...] designed to be maximally simple and self-contained” (Graeber 2006:109).

¹⁹ Tradução minha do original: “We also have an increasing tendency to identify what’s interesting with what’s important, and to assume places of density are also places of power. The power of bureaucracy shows just how much this is often not the case” (Graeber 2006:111).

Referências:

- BEAR, L. *et al.* 2015. Gens: A feminist manifesto for the study of capitalism. (<https://culanth.org/fieldsights/652-gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>; acesso 03/06/2020).
- BOAS, T. C. & GANS-MORSE, J. 2009. “Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan”. *Studies in Comparative International Development*, 44(2):137-161.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, É. 2009. “‘O capitalismo e seus críticos’. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, P. 1998. *A essência do neoliberalismo. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Zahar: Rio de Janeiro.
- _____. 1991. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.

- COMITÊ INVISÍVEL. 2016. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n-1 Edições.
- DALAKOGLU, D. 2010. "The road: An ethnography of the Albanian-Greek cross-border motorway". *American Ethnologist*, 37(1):132-149.
- GANTI, T. 2014. "Neoliberalism". *Annu. Rev. Anthropol*, 43:89-104.
- GRAHAM, S. & MARVIN, S. 2001. *Splintering Urbanism: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. Routledge: London and New York.
- GRAEBER, D. 2012. "Dead zones of the imagination: On violence, bureaucracy, and interpretive labor". *HAU, Journal of Ethnographic Theory*, 2(2):105-28
- GROS, D. 2003. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
- HARAWAY, D. 2004. "Modest_Witness@Second_Millennium". In HARAWAY, D. (ed.): *Haraway Reader*, pp. 223-250. New York: Routledge.
- HARVEY, P. & KNOX, H. 2015. *Roads. An Anthropology of Infrastructure and Expertise*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- HERZFELD, M. 1992. *The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- LARKIN, Brian. 2013. "The Politics and Poetics of Infrastructure". *Annu. Rev. Anthropol.*, 42:327-43.
- MAGNANI, J. G. 2014. "O Circuito: proposta de delimitação da categoria". *Ponto Urbe*, 15. (<http://journals.openedition.org/pontourbe/2041>; acesso em 24/06/2020).
- MILLER, D. 1998. *A Theory of Shopping*. Cambridge: Polity Press.
- _____. 2007. "Consumo como cultura material". *Horizontes Antropológicos*, 13(28):33-63.
- NEIBURG, F. 2007. "As moedas doentes, os números públicos e antropologia do dinheiro". *Mana*, 13(1):119-151.
- NEIBURG, F. & GUYER, J. 2020. "Introduction: The real in the real economy". In NEIBURG, F. & GUYER, J. (eds): *The Real economy, Essays in ethnographic theory*, pp. 1-27. Chicago: Hau Books.
- ORTNER, S. B. 2007. "Subjetividade e crítica cultural". *Horizontes Antropológicos*, 13(28):375-405.
- PORTILHO, F. 2010. "Self-attribution of responsibility: consumers of organic foods in a certified street market in Rio de Janeiro, Brazil". *Etnográfica*, 14(3):549-565.
- RILES, A. 2003. "Market Collaboration: Finance, Culture, and Ethnography after Neoliberalism". *American Anthropologist*, 115(4):555-569.
- SCHEGLOFF, E. A. 2006. "Interaction – The Infrastructure for Social Institutions, the Natural Ecological Niche for Language, and the Arena in Which Culture is Enacted". In ENFIELD, N. J. & Levinson, S. C. (eds.): *Roots of Human Sociality: Culture, cognition and interaction*, pp: 70-69. London: Berg.

- SCOTT, J. 1998. *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven/ London: Yale University Press.
- STRATHERN, M. 2014. “Sujeito ou Objeto? As mulheres e a circulação bens de valor nas terras altas da Nova Guiné”. In STRATHERN, M. (ed.): *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*, pp.109-133. Cosac Naify: São Paulo.
- SHINEIDER, K. 2015. *A revolução está no prato: do global ao local no movimento slow food*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- SIMMEL, G. 2005. “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana*, 11(2):577-591.
- SMITH, M. L. 2016. “Urban infrastructure as materialized consensus”. *World Archaeology*, 48(1):164-178.
- STAR, S. L. 1999. “The Ethnography of Infrastructure”. *American Behavioral Scientist*, 43(3):377-391.
- WEBER, M. 1974. “Burocracia”. In GERTH, H.H. & MILLS, C. W. (eds): *Ensaio de sociologia*, pp. 229-282. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Abstract: This article analyzes *the act of paying* from the anthropological perspective on infrastructure. More specifically, the argument relies on its conceptual tools that point out the ordinary, banal and invisible dimension in which infrastructures are revealed to people in their daily interactions. This reflexive exercise is enriched by an empirical case that this bureaucratic consumption itinerary, paying for something, is organized in a different way: a restaurant in which the meal does not have a fixed, pre-set or even suggested price. The Aurora proposes the ‘sem preço’ (without price) as a practice of ‘co-responsibility and mutual support’ based on the understanding that money has different values in our society for each person. The contrasting effect this experience engages allows us to deepen the understanding about our naturalized commitments to the logic of the functioning of infrastructures through the constant exchange between materiality and ideology in which we are always agents and subjects.

Keywords: Infrastructure, Daily Life, Money, Consumption, Political Action.

Recebido em outubro de 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

Construindo Infraestrutura para as Elites: Os grandes condomínios da Barra e um novo modelo de se morar na cidade

Rodrigo Cerqueira Agueda^a

A Barra da Tijuca ganhou protagonismo no cenário habitacional do Rio de Janeiro a partir dos anos 70, principalmente no âmbito das classes altas. Desde os fatores que precederam essa emergência, passando pelo processo de construção do bairro como alternativa, de sua ocupação e ressignificações, até um presente (e futuro) do que o bairro representa como lugar de moradia e de sua relação com a cidade, a investigação desse processo e de seus reflexos concretos nos fornece um novo panorama para se pensar a produção da cidade e o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Busco com este artigo trazer o objeto dos 'condomínios-cidade' da Barra da Tijuca para se pensar esse desenvolvimento urbano recente da cidade, focando no protagonismo que as infraestruturas urbanas têm nesse processo.

Condomínio, Barra da Tijuca, Infraestrutura, Elites.

A Barra da Tijuca ganhou protagonismo no cenário habitacional do Rio de Janeiro a partir dos anos 70, principalmente no âmbito das classes altas. Desde os fatores que precederam essa emergência, passando pelo processo de construção do bairro como alternativa, de sua ocupação e ressignificações, até um presente (e futuro) do que o bairro representa como lugar de moradia e de sua relação com a

^a Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia (IESP-UERJ). Email: rodrigoagueda@iesp.uerj.br.

cidade, a investigação desse processo e de seus reflexos concretos nos fornece um novo panorama para se pensar a produção da cidade e o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Os grandes condomínios do bairro, que aqui chamarei de ‘condomínios-cidade’ na tentativa de os diferenciar de outros modelos de habitação similares, servem como uma porta de entrada para o exame desse fenômeno que tomou conta do bairro, nos permitindo uma inserção nos cotidianos e nas relações que os envolvem, a partir da qual poderemos pensar sobre reflexos concretos sob a ótica dos que vivem nesses locais. A emergência desses condomínios, junto dos conflitantes imaginários e estilos de vida que os acompanham, nos permitem refletir sobre o papel das infraestruturas urbanas nas relações sociais e na produção do espaço, nos apresentando uma nova perspectiva para se pensar moradia, urbanização, violência e desigualdade.

Caso empírico para se entender processos recentes de transformações urbanas assim como os imaginários, anseios e modos de vida das camadas médias e das elites, os grandes condomínios residenciais da Barra da Tijuca, e em especial os ‘condomínios-cidade’, possibilitam um olhar atento a dois aspectos relevantes em torno das infraestruturas: a relação entre o urbanismo e as infraestruturas urbanas, entre o planejamento e o funcionamento (ou não) das materialidades e subjetividades dessas – já que as singularidades do processo de urbanização do bairro inserem uma temporalidade distinta da conjuntura do ‘eternamente em obras’ associada às outras partes da cidade; e a questão da desigualdade, aqui não nos termos mais comuns da literatura que foca na dicotomia norte global *versus* sul global, mas em uma desigualdade interna da cidade, cujas infraestruturas – pelas promessas, pela oferta e/ou pelo funcionamento – são um forte indicador.

‘Condomínios-cidade’

Primeiramente, cabe uma breve explicação do que estou chamando de ‘condomínios-cidade’. O fenômeno das *gated communities* de

forma mais geral, assim como os seus mais diversos reflexos mundo afora, é estudado por diversas frentes e possui eixos centrais que aproximam todos os exemplos desse novo modelo de moradia, e que nos são úteis também para compreender o caso específico que se deu no Rio de Janeiro. Esse fenômeno tem suas raízes nos Estados Unidos, representando uma espécie de ‘nova camada de suburbanização’, quando os clássicos subúrbios brancos e ricos passaram a se tornar cada vez mais diversificados (Vesselinov & Le Goix 2012) e, desde então, vêm se espalhando pelo mundo como alternativa das classes altas em uma busca por segurança, homogeneidade e status (Blakely & Snyder 1997; Low 2001). Como fenômeno global, suas mais diversas variações têm cada uma suas especificidades, que vão desde as *edge cities* californianas (Garreau 1991), aos *barrios cerrados* e *islas urbanas* (Roitman 2011) latino-americanas. No Brasil, os exemplos de modelos de moradia têm sido estudados em termos dos condomínios fechados, de forma mais geral, ou em uma perspectiva de ‘enclaves fortificados’ (Caldeira 2000), que incluem formas não exclusivamente de moradia. Classificá-los por suas especificidades, portanto, se faz necessário, de modo a “problematizar a utilização de conceitos e modelos construídos a partir de casos específicos para compreender outros problemas também específicos” (Patriota de Moura 2010:209). Os ‘condomínios-cidade’ da Barra da Tijuca são exemplos do fenômeno de autossegregação das elites, da contenção da vida em espaços demarcados e de uma rejeição aos aspectos clássicos das cidades modernas. Trazem em si traços dos ‘enclaves fortificados’ que Caldeira (2000) analisa em São Paulo, assim como evocam imagens semelhantes aos ‘condomínios horizontais’ de Patriota de Moura (2012). Possuem, porém, fatores que os diferem desses outros exemplos e que, portanto, produzem uma forma de sociabilidade diferente, um novo estilo de vida que muda o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro de forma mais ampla. Compreendê-los dentro de um fenômeno global, mas a partir de suas especificidades é essencial para entender a particularidade da Barra da Tijuca.

Pensando o espaço dos ‘condomínios-cidade’ a partir da noção trazida por Santos como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (2012:63) é imprescindível para que possamos examinar todo o complexo de objetos, ações e agentes que existem e circulam por esses empreendimentos, sempre partindo da relação entre eles. Nos permite enxergá-los não apenas como um local onde coisas acontecem, mas como as coisas em si tanto quanto o local onde elas acontecem. Em outras palavras, nos permite pensar como um fenômeno, como um recorte espaço-temporal da vida.

O termo ‘condomínio’ é aqui trazido não pelo seu sentido formal, como compartilhamento de posse ou bem, mas no sentido nativo dos moradores da cidade, que parece apontar para algo como um local de moradia de grande dimensão compartilhado por muitas unidades familiares e que possuem espaços compartilhados de convivência e serviços. Esse sentido excluiria prédios únicos, ou prédios que compartilham apenas de uma mesma guarita ou estacionamento, o que é essencial para uma análise que coloca em destaque a parte da convivência. Já o termo ‘cidade’ que trago diz respeito à relação dialética que tais empreendimentos possuem com a cidade, tanto em seu sentido mais figurativo quanto em relação ao espaço urbano concreto do Rio de Janeiro. Nessa relação, os primeiros são pensados, moldados e vivenciados a partir de um contraponto e uma oposição à cidade, em uma tentativa de criar um distanciamento e uma autosegregação autossuficiente, ao mesmo tempo que eles constituem um importante fenômeno urbano, criado a partir das representações da cidade e cujos efeitos moldam, em grande parte, o desenvolvimento contemporâneo e as relações cotidianas do Rio de Janeiro. Além disso, ao mesmo tempo que se baseiam em imaginários de oposição ao ideal de uma cidade moderna, investindo na promessa de sossego, segurança e homogeneidade contra a incerteza, violência e confusão da cidade, há a tentativa de construir uma ideia de que o condomínio

é quase uma cidade, com possibilidade de lazer, trabalho e moradia, além do tamanho por si só, das praças e locais de convivência, das ruas internas e dos diversos serviços, essenciais para se falar em autossuficiência. Idealizados por seus criadores como ‘bairros planejados’, eles possuem características muito mais associadas ao imaginário de cidade do que ao imaginário do bairro, compreendendo diversos círculos de sociabilidade, uma heterogeneidade interna, divisão de espaços e quase que todos os tipos de serviços em seu interior, atendendo aos anseios mais variados. A coexistência de espaços públicos e privados nesses locais, e a conseqüente incorporação privada de um espaço legalmente público, que é um traço primordial desses condomínios, é um exemplo dessa dialética contraditória, que inclui o embate entre o público e o privado. Essa intrínseca contradição, que produz, desde os primeiros anúncios desses empreendimentos, uma coexistência de imaginários ‘antiurbanos’ com imaginários de abundância de controle, serviços e possibilidades, resulta na confusão que faz com que autores enxerguem a Barra da Tijuca como a ‘anticidade carioca’ (Sánchez 2009) mesmo ela sendo um dos principais motores das transformações urbanas contemporâneas da cidade e dos investimentos públicos e privados. A condição essencialmente dialética dos ‘condomínios-cidade’ é o que nos permite compreender o bairro pela forma com que ele tem sido simbolicamente construído, não por um eixo ou outro, mas pela coexistência antagônica dessas duas extremidades. A síntese dessa dialética seria o que aqui proponho como objetivo de investigação, a vida que é gerada a partir desse novo modelo de se viver, o novo cotidiano e a nova relação com a cidade que emergem junto a esses grandes empreendimentos.

Uma tentativa, talvez ainda não totalmente satisfatória, de estabelecer uma definição para os ‘condomínios-cidade’, precisaria incluir alguns elementos. A grande extensão territorial, a autoss segregação, que pode se dar por diversas maneiras, mas, em especial, por meios simbólicos¹, a ideia de autossuficiência, um aparato privado de segurança e a coexistência de espaços públicos e privados são elementos

essenciais. Esses fatores fazem desse tipo de empreendimento algo único, com causas e efeitos singulares que estruturam um modo de vida novo. Eles criam uma diferenciação de cotidianos na cidade que ilustra uma nova fase na vida das elites e camadas médias cariocas, que teve início tanto a partir do êxodo das elites tradicionais da Zona Sul quanto da ‘emergência’ dos ‘novos ricos’ advindos principalmente da Zona Norte. Com eles podemos criar uma diferenciação com os ‘enclaves fortificados’ de Caldeira (2000), que são espaços privados no meio do centro urbano, não necessariamente de residência, e que têm os muros como principal mecanismo de separação com o exterior, assim como dos ‘condomínios horizontais’ de Patriota de Moura (2012), que são exclusivamente de casas e não necessariamente trazem a ideia de cidade ou de autossuficiência. São uma expressão do fenômeno das *gated communities*, se organizam como *common-interest developments* (CID), mas trazem singularidades de um bairro modernista em meio a um território de milícias, um laboratório de experimentação de um paraíso urbano (Gorelik 2000 *apud* Balthazar 2020) pensado para as elites, mas que assume um ‘ethos emergente’ (Lima 2007), um palco de grandes eventos e da grilagem de terras que assume o papel de *global suburb* (Herzog 2013) em uma cidade do sul global.

Novo Leblon pelos jornais

A reflexão aqui proposta parte do âmbito de uma pesquisa em andamento, em que pesquiso as transformações urbanas recentes da cidade do Rio de Janeiro (RJ) no que tange à expansão da malha urbana em direção ao bairro da Barra da Tijuca, localizado na Zona Oeste, seguindo o caminho da orla do mar. Como o foco é na parte da urbanização que segue ‘o caminho da orla do mar’, a pesquisa gira em torno da ocupação da região voltada para as elites, o que na segunda metade do século XX significava, em grande medida, a emergência dos grandes condomínios residenciais. Portanto, a pesquisa se baseia em uma coleta de material de jornais das décadas de 1960 a 1980,

principalmente relacionados a um dos principais exemplos desse tipo de empreendimento inovador que seriam os ‘condomínios-cidade’: o Condomínio Novo Leblon.

A OPORTUNIDADE QUE NÃO VAI SE REPETIR

Novo Leblon Nem Nas Férias Seus Filhos vão Querer Sair Daqui

O Novo Leblon é uma área exclusiva, fechada ao público e totalmente administrada, em função do condomínio, oferecendo aos filhos uma rotina, aqui dentro, com segurança.

Dois colégios – o Santo Agostinho e o Brasil Municipal Alceu Barcelos – formam uma ilha aqui no Novo Leblon.

O condomínio possui, ainda, um completo biblioteca, onde as crianças encontram tudo o necessário para qualquer tipo de pesquisa.

No Parque Aquático do Novo Leblon, professores de Educação Física orientam e preparam os futuros campeões.

No Jato de Lazer, onde as crianças aprendem a saltar, a Manta do condomínio resolve com uma rede para levar a garotada à praia.

A quadra e o pav. recreativo do Novo Leblon.

Em um ambiente ao ar livre, as crianças podem aproveitar o Aqueduto, formado por cascata de pedras arredondadas.

O Novo Leblon ainda possui um excelente Country Club, com campo de tênis, quadras polivalentes de tênis e futebol de salão e quadra de vôlei.

A noite, no Novo Leblon, uma praça de recreio deslumbrante.

E Não São só as Crianças Que Gostam de Viver Aqui...

Quem acredita no Novo Leblon, ainda em seu lançamento, não apenas leva melhores para os seus filhos. Recebem, neste condomínio as suas crianças todas protegidas e bem cuidadas. Aqui, a qualidade de vida é muito melhor. Suas necessidades são atendidas por tudo o construído, e segurança e paz dentro desta ilha de alegria, que faz parte do Novo Leblon em constante crescimento.

Seu Country Club, completo e exclusivo, é composto de uma área social (com salão de festas e de jogos, bar, sinuca, restaurante, diretoria, conferência, salão de beleza, cinema, dança e recreação), piscina aquecida com 3 piscinas, 4 quadras de tênis, campo de futebol e 7 quadras polivalentes de tênis, futebol de salão e basquete.

— e sua ótima oportunidade de morar no Novo Leblon.

Além de tudo as vantagens de morar em um condomínio exclusivo, no Edifício Princesa todos os apartamentos são planejados e equipados de acordo com você.

- Fachada em alto padrão, com segurança de alarme instalado em todos os pontos
- Hall social deslumbrante
- Sistema de telefonia interna
- Antena coletiva de TV e FM
- Central de vídeo-câmera interligada aos apartamentos
- Sistema de segurança com circuito interno de TV
- Salão de televisão com vídeo
- Bar
- Climatização
- Sala de quadra
- Iluminação, sala de reuniões e festas
- Facilidade de acesso e estacionamento

Imagem 1: Fonte Acervo do Jornal ‘O Globo’, 26/07/1986.



Imagem 2: Fonte: Acervo do Jornal ‘O Globo’, 04/12/1976.

O Condomínio Novo Leblon, que por muito tempo fora o maior empreendimento residencial da cidade, possui diversas características que fazem dele um objeto interessante de análise, e que muito nos diz sobre a construção material e simbólica do bairro e o modo de vida que o segue. Presente na ideia original do plano urbanístico desenhado por Lúcio Costa para a região, como um dos ‘numerosos núcleos urbanizados ao longo da BR-101 [atual Avenida das Américas]’ (Costa 1969), o condomínio atualmente possui os mais variados serviços, ligação direta com três shopping centers, duas escolas, um *country club*, diversas praças e áreas verdes em meio às oito torres de vinte andares e duzentos terrenos para casas. O material referente à sua construção, em especial as propagandas, aponta para essa contradição referente aos ‘condomínios-

Você [^] sabia?

- Que o Rio decidiu se mudar para a Barra, sendo o Novo Leblon o maior projeto urbanístico-residencial da Região?
- Que acabou o financiamento de 1.500 salários mínimos (C\$ 1.152.000,00) em 15 anos para aquisição de casa própria mas que em Novo Leblon ele ainda existe?
- Que na área total do Novo Leblon (igual a 48 quadras de Leblon) existem apenas 8 edifícios onde poderiam caber 100 vezes mais?
- Que o Novo Leblon é o bairro das crianças, pois não tem tráfego atrapalhando as bicicletas, as patinetas e a amarelinha?
- Que no Novo Leblon Você só paga a quarta parte do preço do seu apartamento até ele ficar pronto, e em parcelas fixas e irrisórias?
- Que o Novo Leblon é um bairro fechado, oferecendo uma vida comunitária completa para todos os seus moradores?
- Que os apartamentos do Novo Leblon são prontos e prestações 30% a 40% mais baratas que os de Ipanema e Leblon e, portanto, vão salvar-te de muito mais?
- Que o morador do Novo Leblon vai ter dentro do bairro, ao lado de casa, um colégio, uma praça maior que a N.S. da Paz, um Country Club para os proprietários, um bosque, 10.000 árvores já plantadas e uma área comercial, sem falar no Carrefour que é próximo?
- Que cada edifício do Novo Leblon tem seus, exclusivos, 2 piscinas, sauna, sala de ginástica, salão de festas e uma esplanada de 7.000 m² para o lazer?
- Que todo mundo que podia ter sido comprador em Ipanema e Leblon quando esses bairros estavam no início (como o Novo Leblon) hoje se arrepende amargamente de não tê-lo feito?
- Que o Novo Leblon já está pronto e urbanizado?
- Que os prédios e apartamentos do Novo Leblon têm a qualidade e a garantia Gomes de Almeida, Fernandes - o que significa a entrega do seu apartamento com o acabamento que Você espera e rigorosamente no prazo que contratou?

Que até o fim de Junho as pessoas que comprarem no Novo Leblon se beneficiam com o Novo Decreto do Imposto de Renda, cujo novo regime de renda envolve comprando só através (invólucro) comprando a partir de Junho?

Agora que você já sabe, visite o Novo Leblon.

CONVITE
Programação de hoje em Novo Leblon
Teatro de Fantoches
Banda de Concertos
Músicos amadores
A maior empresa de Anúncios do Sul
Festa e passeio de Balsa
Traga a criança e traga franca



NOVO LEBLON
Vale a pena conhecer

Imagem 4: Fonte: Acervo 'O Globo', 22/01/1977.

No material de 466 páginas analisadas do período entre 1960 e 1980, alguns aspectos ficam em evidência quanto aos imaginários evocados pelas construtoras, mídia e poder público acerca desses condomínios. Para além das ideias de autossuficiência e autoss segregação, importantes para a construção do que viria a ser o estilo de vida 'barrense' - de negação do pedestre em prol dos automóveis e das largas avenidas, dos locais de encontro e de sociabilidade murados, privados e protegidos no lugar das praças públicas e da distinção e separação

física entre classes – as promessas voltadas para as infraestruturas aparecem com frequência. Na tentativa de equilibrar a falsa dicotomia ‘urbano não-urbano’ que é promovida pelos anúncios, a possibilidade de uma vida ‘afastada’ em meio ao ‘sertão carioca’ depende do acesso aos serviços e comodidades dos centros urbanos. A menção a uma “infraestrutura urbana completamente pronta” (Jornal do Brasil 10/01/1976), ou a um “bairro pronto e urbanizado” (Jornal do Brasil 02/12/1976) que aparecem nas propagandas têm esse intuito, de garantir para as camadas médias e elites cariocas as mesmas comodidades que teriam nos bairros ‘completamente urbanizados’ da Zona Sul ou Zona Norte, mas sem os problemas que advém dessa urbanização e falta de planejamento. Tal comodidade vem a cargo do Estado, seja pelo fornecimento de água, de saneamento básico ou telefone, que aparecem constantemente nas páginas dos jornais enquanto as favelas que surgiam nas margens já nasciam também marcadas pelas infraestruturas, porém, pela sua ausência ou falha.

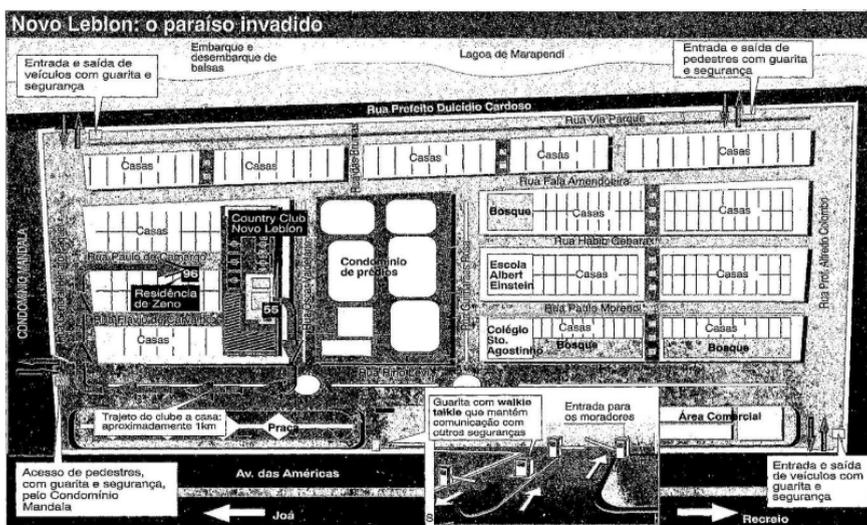


Imagem 5: Fonte: Acervo ‘O Globo’, 22/01/1995.

RIO

Nem condomínio intimidida

Beltrame manda investigar seqüestros-relâmpago dentro do Novo Leblon, na Barra

Matéria Especial

No alto apogeu as crianças que brincavam quando a família caiu a violência, como mostram O GLOBO online: sem mais tardar. Pólo mesmo é a ação que os moradores do Novo Leblon e parte de alguns que estudam no Colégio Santo Agostinho, dentro do condomínio com segurança particular na Barra da Tijuca, apreenderam depois de três casos de seqüestro-relâmpago nos últimos dias. O secretário de Segurança José Mariano Beltrame disse ontem que mandará investigar os casos. Como indicam os jornais brasileiros em sua coluna em O GLOBO de sábado, pelo menos três estudantes foram vítimas do crime após desobediência aos filhos no Santo Agostinho. A direção da escola não quis se manifestar.

Uma característica do seqüestro-relâmpago que há casos de vítimas, mas não são detidos sobre os crimes. Além das denúncias, uma notícia publicada no jornal Informar-se da administração do Novo Leblon, de circunscrito bairro do condomínio, e um e-mail que há 15 dias circulou entre os moradores alertando para os episódios de violência.

O delegado Carlos Augusto Pinho, titular da 15ª DP (Barra), disse ontem que já enviou uma equipe ao local para averiguar os fatos, uma notícia publicada nos jornais brasileiros para tentar localizar possíveis vítimas. Entre janeiro e maio deste ano, 11 casos de seqüestro-relâmpago, um deles ocorrido no bairro da Barra e do Recanto, foram registrados no estado. A substância pode estar relacionada a outros crimes.

Vítima foi levada até a Cidade de Deus

■ No e-mail que circulou entre moradores do condomínio, datado de 28 de setembro, uma moradora conta que foi vítima do crime no último dia 12. Ela voltava para o carro quando um homem entrou no veículo e a empurrou para o banco do passageiro. "Ele me levou até a Cidade de Deus, onde desconhecerei meu carro e eu tive que passar para outro veículo, com outro motorista dentro. Fui até um caixa eletrônico na Freguesia, em Jacarepaguá, e ali foi quando os seguros que pediram. Foi aqui que eu vi que tinha sido roubado tudo e pensei: 'desgraça'. A vítima contou ainda que ficou em estado de choque por duas horas. Segundo sua filha, após duas horas ela alertou para prestar mais atenção, pois ela já estava sendo seguida há alguns tempos. Além de dinheiro, foram roubados pilas e celular.

Morador do Novo Leblon, o empresário Luiz Pereira Carlini disse que se lembra de vários casos de seqüestro-relâmpago dentro do condomínio, mas os moradores alertam para que não se deixem levar por esses casos, e se



O CRIME Santo Agostinho, que fica dentro do condomínio não mostrou terem sido vítimas de seqüestro-relâmpago após discussões com filhos na porta de escola

A mobilização por causa dos crimes

MÚLTIPLA CÍRCULO DEBATE DO JORNAL INTERNET | MORADORA ALERTA VÍTIMAS DEBATE DA INTERNET

NOVO LEBLON
Segurança é a meta

editorial

Segurança é a meta

■ A violência que vive o novo Estado não é apenas a falta de policiamento, mas também a ausência de uma força policial forte.

Com a frequência de crimes relacionados a seqüestros-relâmpago, há a necessidade de uma força policial forte, com a presença de policiais em todos os pontos de acesso, com a presença de policiais em todos os pontos de acesso, com a presença de policiais em todos os pontos de acesso.

Se não houver uma força policial forte, não haverá segurança para os moradores.

De: editorial@novoleblon.com

Para: editorial@novoleblon.com

Assunto: Seqüestros-relâmpago - Anterior - seqüestro-relâmpago

Quer saber mais sobre o crime de seqüestro-relâmpago, clique aqui para ler o artigo.

Quer saber mais sobre o crime de seqüestro-relâmpago, clique aqui para ler o artigo.

Quer saber mais sobre o crime de seqüestro-relâmpago, clique aqui para ler o artigo.

A violência vai onde a vítima está

■ Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago. Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago.

Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago. Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago.

Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago. Para do seqüestro-relâmpago dos seqüestros-relâmpago, o crime de seqüestro-relâmpago é o crime de seqüestro-relâmpago.

morador já denunciou ao Conselho de Segurança do condomínio, mas os moradores alertam para que não se deixem levar por esses casos, e se

no Novo Leblon alerta em um editorial para que moradores tomem precauções e tenham atenção para evitar seqüestros-relâmpago e outros crimes. Apesar disso, Agostinho Filho, coordenador-geral do condomínio, afirma não ter sido afetado pelos crimes.

Como o título "Segurança é a meta", a notícia fala sobre a necessidade de um

seqüestro-relâmpago nos seqüestros-relâmpago do condomínio. (...) O Novo Leblon não é uma comunidade insegura, portanto não há necessidade de mais segurança. Logo, a atenção redobrada dos moradores é necessária no combate a este tipo de crime".

COLABORADORES: Antônio Renato, Flávia Marinho e Roberto

Imagem 6: Fonte: Acervo 'O Globo', 01/10/2007.

suas implicações na vida urbana é pensar sob a ótica das infraestruturas. De acordo com Brian Larkin:

“Infrastructures are built networks that facilitate the flow of goods, people, or ideas and allow for their exchange over space. As physical forms they shape the nature of a network, the speed and direction of its movement, its temporalities, and its vulnerability to breakdown. They comprise the architecture for circulation, literally providing the undergirding of modern societies, and they generate the ambient environment of everyday life.” (Larkin 2013:328).

Essa definição nos permite inserir os condomínios no domínio das infraestruturas. Como uma grande infraestrutura, ou seja, uma forma física que possibilita a circulação de pessoas e ideias, a criação de redes, e condiciona a vida cotidiana, ou como um conjunto aglutinador de muitas outras infraestruturas. Nesse segundo sentido, levando em conta o contexto histórico da emergência desse fenômeno no bairro que era retratado como ‘sertão carioca’, esses polos de urbanidade trouxeram as infraestruturas necessárias para a alocação das elites, para que uma vida urbana fosse possível. Não é à toa que uma das contrapartidas para a construção desses empreendimentos é que eles providenciassem o asfaltamento interno, postes de luz e uma escola pública. Os ‘condomínios-cidade’ traziam a infraestrutura de cidade para onde os efeitos da urbanidade não chegavam em seu sentido amplo. A ideia era trazer o ‘lado bom’ da cidade ao mesmo tempo que se afastava do ‘lado ruim’ da cidade. Considerando o primeiro sentido, como uma infraestrutura para além de um conjunto de infraestruturas, esses condomínios são “matter that enable the movement of other matter”, ou seja, são coisas, mas também a relação entre coisas (Larkin 2013:329). São tanto uma estrutura física grandiosa em termos de paisagem quanto ideais e símbolos fluidos e a vida que se dá em seu interior. É um sistema de ações e objetos, determinante de rotinas. Essa grande infraestrutura se enquadra também na definição de Collier (2011), onde as infraestruturas seriam uma mistura de racionalidade política, técnicas administrativas e sistemas materiais

(Larkin 2013:331). O trabalho conjunto do Estado e do capital imobiliário, que fez da Barra da Tijuca um grande canteiro de obras na década de 70, assim como a sustentação desse projeto e dos desejos por alternativas das famílias ricas da Zona Sul carioca pela grande mídia, inclui um emaranhado de técnicas administrativas, sistemas materiais e racionalidade política. Os condomínios aqui são as evidências físicas dessas práticas de governo, das relações capitalistas e das disputas de imaginários que se davam na cidade.

Essas grandes estruturas físicas refletem um embate de imaginários que molda o desenvolvimento urbano carioca, a busca por tranquilidade em uma cidade violenta, a busca por isolamento em um meio heterogêneo, a busca por simplicidade em uma cidade cada vez mais complexa. Vemos também a questão do futuro e da promessa como parte integrante do fenômeno dos ‘condomínios-cidade’, desde sua concepção pelo poder público até suas propagandas e no discurso de moradores. Os 82 km² urbanizáveis da Barra da Tijuca, o ‘eldorado urbano’ (Leitão 1999) foi o palco para a criação de uma promessa de uma nova vida, para uma produção de desejos e possibilidades expressados nessas novas infraestruturas que cresciam em meio a restingas e mangues. Os grandes condomínios, carros-chefes da urbanização do bairro, “are critical both to differentiated experiences of everyday life and to expectations of the future” (Appel, Anand & Gupta 2018:3), sendo um dos principais marcadores de desigualdades na Zona Oeste carioca. Como infraestruturas, simultaneamente escondem e expõem marcas da história, funções do presente e promessas de futuro. As marcas da história se mostram não apenas na arquitetura e nas propagandas, que mesmo sendo dos anos 80 já são antigas para o ritmo da cidade, mas também em contraste com as favelas da Zona Oeste mostrando as marcas do desenvolvimento urbano desigual da cidade. Revelam as “fragile and often violent relations between people, things and institutions that govern or provision them” (Appel, Anand & Gupta 2018:3), marcadas por grilagem de terra e por remoções.

A concepção dos ‘condomínios-cidade’ da Barra da Tijuca pela chave das infraestruturas nos coloca em uma posição interessante para se pensar em diversos aspectos da vida cotidiana. Isso porque a possibilidade de uma vida autossuficiente só se faz possível por meio das infraestruturas que esses empreendimentos abrigam. O saneamento, o asfalto sem buracos e com quebra-molas pintados, as câmeras de segurança que seguem cada movimento, os postes de luz que contribuem para a segurança em momentos ‘desertos’ da madrugada nesses condomínios de altas médias de idade, fazem com que uma vida tranquila ‘funcione’ ali dentro. Basta entrar no BRT, alguns passos à frente da entrada do condomínio, e em 5 minutos podemos encarar uma realidade das infraestruturas quase que oposta, onde o não funcionamento é o padrão – na mesma e multifacetada Zona Oeste. Essa desigualdade de expectativas molda o dia a dia dentro e fora dos condomínios. Desde o horário de sair de casa – que pode ser 1 minuto antes do horário fixo de saídas regulares dos ônibus privados do condomínio ou muito tempo antes para quem depende das filas e lotação dos BRTs ou ônibus com horários irregulares – passando pela programação de horário para sair e chegar em casa – que podem passar a qualquer horário para alguns ou apenas nas horas onde é seguro para outros – até a atenção ao dirigir – seja por conta dos quebra-molas ou dos buracos – e as gambiarras e gatos para garantir luz e internet em oposição aos geradores de energia, são detalhes do cotidiano que dependem do funcionamento ou não das infraestruturas. E são detalhes que contribuem para uma vivência desigual na cidade, que vai muito além das explícitas diferenças de bairros e de casas. Afinal, as infraestruturas servem não só como demarcadores de progresso e desenvolvimento, como também diferenciam populações e sujeitam alguns a uma ‘morte prematura’ (Fanon 1961; Gilmore 2007; McKittrick 2011 *apud* Appel, Anand & Gupta 2018).

A chave do cotidiano tem uma importância ímpar em uma análise que tenha a vida como objeto, sendo a infraestrutura uma “integral and intimate part of daily social life”. (Appel, Anand & Gupta

2018:6). O cotidiano nos coloca no âmbito intermediário (Martins 2008) entre o senso comum e a interpretação acadêmica, entre a superestrutura e a personificação de suas consequências. Ele é o híbrido, onde é possível, no micro reconhecer de divergentes manifestações do macro (Ribeiro 2005). É no estudo da vida cotidiana, na observação minuciosa do banal do dia a dia e do senso comum, que estão os significados compartilhados entre os sujeitos, sem os quais não existiria interação. (Martins 2008). Nesses significados compartilhados, nesse banal do dia a dia, nos ‘gestos-fio’ (Ribeiro 2005), buscamos investigar de que forma os condomínios afetam a maneira como as pessoas experimentam a cidade, de que maneira as infraestruturas urbanas interagem e modificam a vida das pessoas e como esse novo modelo de vida autosssegurado e protegido representa uma nova face da desigualdade e da segregação urbana.

Partindo, então, de uma perspectiva do cotidiano e tendo as infraestruturas como um “new optical field through which we can examine the lived dimensions of urban society” (Chattopadhyay 2012 *apud* Addie Glass & Nelles 2020:11), proponho uma abordagem etnográfica para o estudo dos ‘condomínios-cidade’. Trazendo a etnografia menos como um método e mais como uma orientação (Roy 2012), o acompanhar do dia a dia nos possibilita enxergar como de fato os condomínios alteram a vida das pessoas, como elas utilizam e se relacionam com as infraestruturas e como circulam e se alteram os imaginários sobre a cidade. Como argumenta von Schnitzler (2015), a atenção nas infraestruturas é antropológica, por nos proporcionar um campo para repensar e desfamiliarizar o político (Appel, Anand & Gupta 2018). O estudo sobre o Condomínio Novo Leblon, portanto, serve de exemplo para se entender a desigualdade e a temporalidade que as infraestruturas urbanas assumem em uma cidade como o Rio de Janeiro. A partir dessa investigação sobre a construção do Novo Leblon, podemos investigar o protagonismo que a promessa e falha das infraestruturas têm no estabelecimento de um desenvolvimento urbano desigual.

Para além das promessas mais genéricas de um ‘bairro completo’ ou de uma ‘infraestrutura completa’ que se repete em diversos anúncios, ao lado das imagens de famílias sorrindo em meio a árvores e bosques, exemplos mais explícitos surgem como indicadores desse protagonismo exercido pelas infraestruturas no processo. O abastecimento de água, por exemplo, aparece como uma questão antes mesmo do início das propagandas do Novo Leblon. Uma matéria do dia 19 de janeiro de 1976, intitulada “Graça Couto assegura que a água não encarece imóveis da Barra e de São Conrado” (Jornal do Brasil 19/01/1976) demonstra a preocupação do Estado em garantir a promessa de água para os empreendimentos (privados) que surgiam. O engenheiro em questão aponta para o fato de que o abastecimento de água já era uma promessa do governo e estava no planejamento dos empreendimentos, e “na Barra, o abastecimento servirá sobretudo aos grandes conjuntos imobiliários em construção”, mesmo com o concomitante crescimento de favelas na região, como a Cidade de Deus, que abrigava muitas das famílias removidas de favelas de outras regiões da cidade. A indicação, ainda na mesma matéria, de que “sem isso, nenhum dos projetos poderia ser inaugurado” e que os condomínios “deixarão de ser uma aventura, como são agora”, aponta novamente para a indispensabilidade das infraestruturas para que todo esse processo de transformação urbana em direção à Barra da Tijuca fosse possível, e para que uma experiência urbana ‘afastada’ da cidade pudesse ser trazida como promessa. Uma matéria de março de 1979 relata que uma nova adutora construída com dinheiro federal já levava água até a “altura do conjunto Novo Leblon” (Jornal do Brasil 11/03/1979), enquanto uma outra do mês seguinte trazia a promessa do Secretário de Obras do Estado, Emílio Ibrahim, de que a água para a Barra era prioridade. Outras reportagens trazem também a questão dos ‘carros-pipa’ que mudaram seus planejamentos para focar no abastecimento do bairro já que “lá, nunca houve água” (Jornal do Brasil 24/04/1979), cujas grandiosas obras demandavam uma alta quantidade de água. Aqui, a água não só faz parte de um cotidiano futuro,

como promessa de uma vida possível para alguns, mas faz parte também de cotidianos da época, influenciando nas redes de serviços, nas circulações e nos imaginários construídos acerca das diferentes ‘zonas oestes’ que surgiam simultaneamente.

Para além do abastecimento de água, outras infraestruturas aparecem nas reportagens com o mesmo intuito. Em janeiro de 1979, uma reportagem relata que “o gás de rua, que rompeu morros para vir do Leblon até a Barra [...] já chegou ao empreendimento Novo Leblon” (Jornal do Brasil 11/01/1979). Outra matéria traz já na manchete “Luz, gás, água, telefone e assistência médica. A cada dia ampliam-se e modernizam-se os serviços públicos do mais novo bairro da cidade” (Jornal do Brasil 29/09/1979). No mês seguinte matérias circulavam com a demanda por mais telefones residenciais e a rápida resposta de que mais seriam colocados à venda. Todas essas demandas e promessas que circulavam pelos jornais nos anos de 1978 e 1979 indicavam o poder que tais serviços e suas estruturas físicas detinham sobre um cotidiano imaginado dos condomínios. Ao imaginarmos essas muitas demandas dentro de um mesmo espaço, fechado para o resto da cidade, é possível inferir como um conjunto de infraestruturas possibilita a circulação de pessoas e vidas onde antes não era tido como viável. Por essas infraestruturas circulam também ideias e valores atrelados ao viver na Barra da Tijuca e ao viver dentro de um ‘condomínio-cidade’, que muito se diferenciam das experiências de outras áreas da cidade.

Um outro exemplo interessante para se pensar sob essa lógica é o ônibus privado desses condomínios, que saem regularmente com destino ao Centro e outros pontos da cidade por diversos trajetos e com diversos pontos para desembarque. Seus bancos reclináveis, acesso à internet e o ar condicionado permitem que os moradores vivam longe de seus locais de trabalho, mas continuem com fácil e confortável acesso a ele. No curto período em campo no Novo Leblon, interrompido pela pandemia do Covid-19, pude acompanhar e utilizar esse serviço, conferindo como essa infraestrutura afeta o cotidiano dos moradores. Passava diariamente ao lado do corredor do BRT, com seus ônibus

lotados de pessoas espremidas, assim como as suas estações cheias de pessoas esperando a oportunidade de se encaixar no próximo que passar. Ao meu lado, passageiros dormiam, assistiam a séries, liam livros ou escutavam músicas, com suas mochilas e bolsas no banco ao lado. As buzinas, o incômodo do contato físico de estranhos e até o medo ficam do lado de fora. Outro exemplo é o fornecimento de luz. Nos últimos anos, os momentos de falta de luz na cidade do Rio de Janeiro, especialmente na Zona Oeste por consequência das chuvas e ventos, foram percebidos de maneiras diversas, já que as favelas não possuem os geradores que o Novo Leblon tem. As noites à luz de velas, sem ar condicionado ou televisão, se contrastam com as noites nos únicos prédios e casas iluminados da região. Esses exemplos mostram como a infraestrutura é essencial para a criação de uma bolha: um espaço demarcado onde a vida confortável é possível, em meio a territórios onde ela não o é. Assim como em 1976, em seu lançamento, o Novo Leblon trazia a urbanização para o ‘sertão carioca’, ele continua trazendo as infraestruturas necessárias para diferenciar a vida em seus muros, tornando o viver na cidade uma possibilidade para as elites e camadas médias que demandavam uma fuga da cidade com uma crescente violência urbana.

Voltando para o material de jornal, podemos ver exemplos concretos das ideias mobilizadas na época da construção do Novo Leblon que nos ajudam a entender a possibilidade de pensar neles sob a ótica das infraestruturas. A ideia de autossuficiência, que é marca da segregação e do aspecto de ‘cidade’ desses empreendimentos, é um dos pontos mais explorados pelas imobiliárias. Como mostra a Figura 1, a possibilidade de uma vida completa em um espaço determinado, que inclui vínculos sociais, lazer, esporte, educação e segurança, é um atrativo para aqueles que percebiam insegurança nos trajetos na cidade e na simples saída de casa. Já a Figura 2 ilustra o peso da chegada desse condomínio como portador de infraestrutura e urbanização. É possível ver tanto o impacto na paisagem até então ‘não-urbanizada’ quanto a importância dada a ideia de um ‘novo bairro pronto e ur-

banizado'. O imaginário de uma nova vida que é possível nesse novo modelo de moradia é trazido também no exemplo da Figura 3, que estampa como manchete da propaganda “e nasce a geração Novo Leblon”, que contribui para a ideia de progresso tanto quanto para as ideias de um novo modelo de vida e de um grupo social demarcado. Outros pontos são resumidos na Figura 4, que fala em “maior projeto urbanístico-residencial da região”, em uma área equivalente a 48 quarteirões do Leblon, em “bairro fechado” e “vida comunitária completa”, assim como bosques e 10.000 árvores plantadas, todos exaltando as características já mencionadas de um ‘condomínio-cidade’.

Ao inserirmos esses condomínios na discussão das infraestruturas, nos cabe tratar de um ponto chave na literatura decorrente do ‘infrastructure turn’ (Addie, Glass & Nelles 2020) das últimas décadas: a falha. Como portadoras de progresso e desenvolvimento, as infraestruturas são, desde sua concepção, acompanhadas de expectativas e promessas. Nelas, aspirações são formadas, reformadas e reformadas estando, ao mesmo tempo, sempre ameaçando quebrar e falhar (Appel, Anand & Gupta 2018), especialmente no sul global, onde “ruination is a constant companion of infrasructure” (Appel, Anand & Gupta 2018:6). Essa falha pode significar tanto uma quebra de expectativas como uma ‘quebra física’, produzindo ruínas. Em ambos os casos, a falha faz parte da vida dessas infraestruturas, é parte integrante da sua agência nas relações que interpõe. Pensando no presente objeto, os condomínios (e as infraestruturas que vêm com eles) prometem principalmente segurança, homogeneidade e tranquilidade. Essa promessa – explícita nas propagandas – encontra materialidade nas grades, nos bosques, nas câmeras. Mas o que acontece quando essas infraestruturas falham? No caso dos condomínios, as promessas fazem com que famílias mudem vidas e planejamentos. Mas a resposta à crescente demanda por segurança passa a não ser suficiente, quando alta concentração de moradias de classes altas se torna um alvo. Desde dezembro de 1979, a insegurança aparece nos jornais como um problema dos condomínios, exemplificada pela matéria “Insegurança

nos condomínios: adeus ilhas de paz e tranquilidade” (Jornal do Brasil 26/12/1979). O condomínio Novo Leblon, mais especificamente, passou a ser alvo de roubos de carros e sequestro relâmpagos, registrados desde a década de 90. Como mostra o mapa da Figura 5, publicado no jornal em 1995, todo o aparato de segurança não foi suficiente para impedir os crimes. Desde então, reportagens tratando de crimes dentro do espaço dos condomínios têm sido recorrentes (Figuras 6 e 7). A falha da segurança faz com que a falha seja, na realidade, relativa à autossuficiência prometida. Sem a segurança, tudo que as infraestruturas prometiam criar, uma nova vida possível no interior desses empreendimentos, se desfaz. Essa falha das infraestruturas dos condomínios nos leva a refletir sobre as promessas que deixam de cumprir, e de que forma apontam para um novo movimento dessas classes. Nos leva a refletir, também, sobre a natureza da relação entre o crime e a violência, em seus índices concretos, e o medo da violência urbana. Enquanto Setha Low (2001) indicava, ao estudar as *gated communities* estadunidense, que não havia relação direta entre aumento do medo e aumento dos índices de violência urbana, Patriota de Moura nos alerta para a probabilidade do caso do Rio de Janeiro ser diferente, já que “no Brasil, os números referentes à violência urbana têm sido de fato cada vez mais alarmantes” (2012:35).

Tal falha deve, contudo, ser relativizada. De fato, as promessas que circundam tais empreendimentos envolvem fortemente as ideias de segurança e tranquilidade, e rapidamente dão indícios de não estarem atendendo às expectativas. Não à toa, no Novo Leblon, as discussões sobre os sistemas de controle de acesso aos condomínios seguem a todo vapor ainda hoje. Pensando a partir do ponto de vista nativo, a falha poderia também ser aquela relacionada à heterogeneidade existente e à vida prometida, que compreende não só os condomínios, mas a Barra da Tijuca toda, onde existe um forte sentimento contrário aos ‘emergentes’ ou ‘farofeiros’ que circulam pelo bairro, como aparece de forma recorrente nas redes sociais. A própria presença de uma escola pública dentro do Novo Leblon indica tal incômodo, já tendo

recebido financiamento voluntário de moradores para que o espaço ‘se encaixasse melhor’ no condomínio. O que me parece interessante, porém, é pensar nas diferentes falhas que surgem na Zona Oeste, e de que forma elas indicam a relação das infraestruturas com a produção desigual da cidade.

As ruínas que circundam os condomínios que se alastram pela região afetam mais uns do que outros. É verdade que as ruínas do grandioso projeto de Oscar Niemeyer do Athaydeville ainda são presentes na paisagem da Barra da Tijuca, assim como ruas que levam a lugar nenhum são realidade no entorno de grandes condomínios da região da ‘Barra Olímpica’. Mas são ruínas que impactam muito menos os moradores do Novo Leblon e de outros condomínios do que as ruínas que existem desde os anos de 1960 e que são alvo de reclamações dos moradores da Cidade de Deus. Dos muitos ‘elefantes brancos’ que surgem na cidade, não é por acaso que o que recebeu investimento para que deixasse de ser um ‘elefante branco’ foi o que se encontrava no meio da Barra da Tijuca – que veio a se tornar a Cidade das Artes. Muito mais do que nos fazer pensar sobre promessa e falha, as infraestruturas têm muito a nos dizer sobre as desigualdades dessas promessas e dessas falhas. Quando o protagonista do filme “*Cidade de Deus*” (2002) diz que “a filosofia do governo naquela época consistia no seguinte raciocínio: não tem onde pôr? Manda pra Cidade de Deus!”, é difícil não comparar com as propagandas da mesma época que prometiam, a poucos quilômetros dali, uma vida completa e sossegada. Entender a relativa falta de segurança dentro dos condomínios como falha e o não-funcionamento de outras infraestruturas como regra já é um indício da desigualdade.

Considerações finais

Essas provocações têm como intuito apenas apresentar e indicar uma nova possibilidade de se pensar nas mudanças urbanas contemporâneas no Rio de Janeiro, assim como na segregação residencial na

cidade e no lugar das infraestruturas urbanas nessas transformações. A discussão das *gated communities* já demonstrou ser muito produtiva para se pensar em desigualdade e práticas das elites nos Estados Unidos, assim como tem servido de base para se pensar no urbanismo e nas culturas urbanas na América Latina. Acredito que os países do ‘sul global’ apresentam características que fazem com que os reflexos desse fenômeno nestes tome outras proporções, servindo de entrada para se estudar as diferentes relações urbanas que se dão nesses países, assim como a dinâmica específica de suas elites. Os ‘condomínios-cidade’ da Barra da Tijuca são reflexo do desenvolvimento urbano carioca, das relações de classe e da disputa de imaginários acerca da cidade e da violência. As infraestruturas que esses empreendimentos trazem são a evidência física desses processos (Larkin 2013) e disputas, tanto na busca por elas quanto em suas falhas. A reflexão aqui proposta visa contribuir tanto para o estudo das infraestruturas urbanas quanto para a ideia de pensar nelas em termos regionais (Addie, Glass & Nelles 2020), assim como produzir material empírico para ampliar o estudo de modo de vida de elites e do fenômeno das *gated communities* para outras cidades do ‘sul global’, permitindo um estudo global dos processos de transformações urbanas e de produção da cidade.

Parto de uma pesquisa em andamento que nos ajuda a entender a emergência de um bairro, de um modelo de moradia e de um estilo de vida e, portanto, nos fornece material para se pensar sobretudo nas promessas. Em termos de cotidiano, em que acredito que a influência das infraestruturas possa ser melhor compreendida, o estudo em questão apenas indica cotidianos possíveis, ou a construção deles, pouco nos auxiliando a pensar no seu desenvolver contemporâneo. Parte integrante da construção tanto material quanto simbólica da Barra da Tijuca e dos ‘condomínios-cidade’, a perspectiva das infraestruturas urbanas demanda uma continuidade do que foi feito até então. Considerando que a história da urbanização do Rio de Janeiro esteja desde seus primórdios apoiada em promessas e falhas, a fase recente, com suas muitas peculiaridades, merece uma maior atenção.

O que a pesquisa em que o presente artigo se baseia procura oferecer, então, é um primeiro passo em direção a um estudo maior sobre as transformações urbanas e cotidianos que envolvem a Zona Oeste carioca, tendo como perspectiva o olhar atento às infraestruturas urbanas em suas desiguais composições. O potencial analítico que a Barra da Tijuca nos oferece, como pertencente a essa ‘entidade geográfica distinta’ que é o Sul Global (Simone 2020) e ao mesmo tempo podendo ser compreendida como um *global suburb* (Herzog 2013) entre regiões de milícias e uma ampla orla marítima, é enorme. Os condomínios como forma urbana inédita da cidade, como *locus* de aglutinação de infraestruturas e sociabilidades, nos propicia um olhar inovador por ‘olhar para cima’ e pensar na produção do espaço pelas camadas altas. Por mais que a observação participante e estudos de caráter etnográfico acerca das elites possuam diversos entraves (Caldeira 2000; Khan 2012; Low 2001), eles são essenciais para que se possa ter uma melhor dimensão da desigualdade referente à ‘vida’ das infraestruturas, já que sem essa perspectiva de ‘*studying up*’ (Nader 1972) ficamos restritos a apenas uma parcela dos cotidianos que constroem a cidade.

Notas:

¹ Os ‘condomínios-cidade’ da Barra da Tijuca também possuem artifícios como muros, grades e portões como divisores com o exterior. Porém, os meios simbólicos (ou pelo menos o aspecto simbólico desses artifícios físicos) é o que nos chama atenção. Shopping centers, portões desproporcionais, diferença das ruas e gramados entre o interior e o exterior, parecem ter uma relevância maior nessa separação, até porque esses espaços seriam de livre acesso.

Referências:

ADDIE, J.-P., GLASS, M. & NELLES, J. 2020. “Regionalizing the infrastructure turn: a research agenda”. *Regional Studies, Regional Science*, 7(1):10-26.

- APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. 2018. "Introduction: Temporality, Politics and the Promise of Infrastructure". In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds.): *The Promise of Infrastructure*, pp.1-38. Durham: Duke University Press.
- BALTHAZAR, A. C. 2020. "O tempo da Barra da Tijuca: Concepções de passado, presente e futuro na narrativa midiática sobre o bairro". *Dilemas, Revista de estudos de Conflito e Controle Social*, 13(1):77-94.
- BLAKELY, E. & SNYDER, M. G. 1997. *Fortress America*. Washington, DC: Brookings Institute.
- CALDEIRA, T. 2000. *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- CHATTOPADHYAY, S. 2012. *Unlearning the city: Infrastructure in a new optical field*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CIDADE de Deus. 2002. Direção de Fernando Meirelles. Rio de Janeiro: Globo Filmes. 1 DVD (130 min.).
- COLLIER, S. 2011. *Post-Soviet Social: Neoliberalism, Social Modernity, Biopolitics*. Princeton University Press.
- COSTA, L. 1969. *Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image.
- GARREAU, J. 1991. *Edge City: Life on the New Frontier*. New York: Anchor Books.
- GORELIK, A. 2005. "A produção da 'cidade latino-americana'". *Tempo Social*, 17(1):111-133.
- HERZOG, L. A. 2013. *Barra da Tijuca: The Political Economy of a Global Suburb in Rio de Janeiro, Brazil*. *Latin American Perspectives*, 40(2):118-134.
- KHAN, S. 2012. "The Sociology of Elites". *Annual Review of Sociology*. 38:361-77.
- LIMA, D. 2007. "Ethos 'emergente': As pessoas, as palavras e as coisas". *Horizontes Antropológicos*, 13(28):175-202.
- LARKIN, B. 2013. "The Politics and Poetics of Infrastructure". *Annual Review of Anthropology*, 42:327-343.
- LEITÃO, G. 1999. *A construção do Eldorado Urbano: O Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988*. Niterói: EDUFF.
- LOW, S. 2001. "The Edge and the Center: Gated Communities and the Discourse of Urban Fear". *American Anthropologist*, 103(*):45-58.
- MARTINS, J. S. 2008. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto.
- NADER, L. 1972. "Up the Anthropologist: Perspectives gained from studying up". In HYMES, D. (ed.): *Reinventing Anthropology*, pp. 284-311. New York: Pantheon Books.
- PATRIOTA DE MOURA, C. 2010. "Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas". *Anuário Antropológico*, II:209-233.
- _____. 2012. *Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- RIBEIRO, A. C. 2005. "Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana". *Caderno CRH*, 18(45):411-422.
- ROITMAN, S. 2011. "Distinción social y hábitat residencial en América Latina". *Revista INVI*, 26(73):17-71.
- ROY, A. 2012. "Ethnographic circulations: space-time relations in the worlds of poverty management". *Environment and Planning A*, 44(1):31-41.
- SÁNCHEZ, N. 2009. *A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- SANTOS, M. 2012. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- SIMONE, A. 2020. "Cities of the Global South". *Annu. Rev. Sociol.*, 46:603-22.
- VESSELINOV, E. & LE GOIX, R. 2012. "From picket fences to iron gates: suburbanization and gated communities in Phoenix, Las Vegas and Seattle". *GeoJournal*, 77:203-222.
- VON SCHNITZLER. 2013. "Traveling technologies: Infrastructure, ethical regimes, and the materiality of politics in South Africa". *Cultural Anthropology*, 28(4):670-693.

Abstract: Barra da Tijuca gained prominence in the housing scenario of Rio de Janeiro from the 1970s, mainly within the upper classes. From the factors that precede this emergency, through the process of building the neighborhood as an alternative, its occupation and reframing, to a present (and future) of what the neighborhood represents as a place of residence and its relationship with the city, an investigation of this process and of its concrete reflexes present us a new panorama to think the production of the city and the urban development of Rio de Janeiro. With this article we seek to bring the object of the 'city-condominiums' of Barra da Tijuca to think about that urban development of the city, focusing on the protagonism of the urban infrastructures in this process.

Keywords: Condominium, Barra da Tijuca, Infrastructure, Elites.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em novembro de 2020.

Infraestruturas Migratórias Transnacionais: O Centro Islâmico de Recife na mediação de mobilidades ‘sul’-‘sul’

Anna Kurowicka^a

O artigo tem como ponto de partida a pesquisa em andamento que ainda está em sua fase inicial, realizada no Centro Islâmico da cidade de Recife. O Centro Islâmico, de uma forma paralela a seu papel como lugar de culto, situa-se como referência para os migrantes transnacionais ‘Sul-Sul’ na capital pernambucana. Participa do processo de mediação de mobilidade dos migrantes à cidade de Recife constituindo-se em um local de troca de informações, obtenção de orientações e contatos, etc. Infraestruturas migratórias são interconectadas a tecnologias, instituições e atores, que facilitam e condicionam a mobilidade. A proposta é repensar a importância do Centro Islâmico nas infraestruturas migratórias, como ponto convergente nesses processos de mobilidade. Observa-se também como a mediação da mobilidade resulta em um processo de politização das infraestruturas que a condicionam.

Migrações Sul-Sul, Migrações Transnacionais, Infraestruturas Migratórias, Centro Islâmico.

O presente artigo pretende colocar como ponto de partida a pesquisa em andamento realizada no Centro Islâmico da cidade de Recife, referente às migrações ‘Sul-Sul’ para a capital pernambucana. O estudo observa o papel do lugar de culto na configuração das infraestruturas migratórias – sistematicamente interligadas tecnologias, ins-

^a Doutora em Antropologia Social (Universidade de Barcelona). Pesquisadora do Laboratório de Antropologia Visual (LAV-UFPE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade (NEPE-UFPE). Email: annankania@yahoo.es.

tituições e atores, que condicionam a mobilidade (Xiang & Lindquist 2014). O Centro Islâmico é um local que contém um inédito – para os parâmetros próprios da cidade de Recife- trânsito de estrangeiros, praticamente todos os oriundos das regiões do ‘Sul Global’¹. Não é raro encontrar ali estrangeiros de várias nacionalidades, tais como egípcios, libaneses, senegaleses, nigerianos, beninianos, palestinos, indianos, paquistaneses, entre outras mais possibilidades. Ao mesmo tempo, entre os reunidos pode-se presenciar pessoas com status social, econômico e/ou legal bem diferente, variando entre os refugiados, ou os imigrantes não documentados, e os profissionais de alto nível das importantes empresas instaladas em Pernambuco². O Centro acolheu os estrangeiros como lugar de troca de informações e orientações, estabelecer amizades e contatos, intercambiar experiências e viver momentos da comunidade. O Centro Islâmico constitui-se em um espaço de mediação, um ponto convergente no fluxo transnacional, atribuindo um papel importante na materialização das migrações ‘Sul-Sul’ no âmbito da capital pernambucana.

As migrações ‘Sul-Sul’ são um fragmento de uma realidade maior caracterizada pela movimentação supranacional da capital e das pessoas que se deslocam entre as regiões do planeta, impulsionando mudanças nas sociedades que abrangem com sua atividade. A consolidação das novas economias no chamado ‘Sul’ mundial, junto com a diversificação das situações locais e com a cada vez mais complicada mobilidade em direção aos países do ‘Norte’, reforçou o surgimento das atuais infraestruturas migratórias entre as regiões do ‘Sul’. Se observa que a partir do final da primeira década dos anos 2000, o Brasil reconfigurou sua posição no mapa das rotas migratórias ‘Sul-Sul’, constituindo-se como um país receptor de migrantes³. Essa situação teve a ver com a boa conjuntura econômica do momento, e também com uma série de facilidades legais e anúncios oficiais sobre a abertura do país para a recepção de imigrantes (Uebel 2017). Atualmente estamos observando o declive dessa situação: com a crise econômica em curso, a tendência é a diminuição do fluxo de imigrantes para o

Brasil (Uebel 2017). Em paralelo, aumentam os discursos políticos contrários à chegada e à instalação de novos imigrantes⁴.

Dentro desse contexto sociopolítico e econômico vão se introduzindo as migrações ‘Sul-Sul’, que têm como seu ponto de referência o Centro Islâmico da cidade de Recife. Constatamos que as migrações se veem conectadas com e condicionadas por vários processos e dinâmicas de diversos campos; por exemplo, a movimentação do capital, os discursos políticos ou ideológicos existentes, as formas burocráticas e de controle impulsionadas pelos estados nacionais, diferentes tecnologias, como são as formas de transporte, de comunicação com as pessoas próximas na diáspora, de circulação da informação pelas redes sociais, entre outros. Daí, não é tanto “[...] o migrante quem migra, é a constelação feita pelos migrantes e os não-migrantes, pelos atores humanos e não-humanos que o fazem migrar” (Xiang & Lindquist 2014:3). A agência dos migrantes no processo migratório só pode ser entendida em relação aos outros processos dos quais a migração faz parte, inserindo-se e criando – de acordo com a nossa perspectiva – as infraestruturas migratórias. O centro Islâmico de Recife é um elo importante no fluxo de pessoas ‘Sul’-‘Sul’, movimentadas pelas distintas infraestruturas migratórias e abrangendo com a sua atividade a capital pernambucana.

Centro Islâmico de Recife e as migrações ‘sul’-‘sul’

O Centro Islâmico de Recife encontra-se numa antiga casa no bairro da Boa Vista, no centro histórico da cidade. O bairro da Boa Vista em Recife, junto aos outros bairros centrais, entrelaça no seu passado e no seu presente os distintos movimentos migratórios que por aí transitaram. O Centro Islâmico da Rua da Glória nº 353 é praticamente pioneiro no sentido de cultivar a fé muçulmana de forma institucionalizada na cidade de Recife; foi fundado no ano de 1989 e passou posteriormente por um momento crítico, para voltar a abrir as portas no ano de 1997. O Centro Islâmico do Recife desde o seu começo teve uma vasta importância para a comunidade estrangeira na cidade precedente das migrações ‘Sul-Sul’. “Todo muçulmano, quan-

do chega em um novo lugar, deve procurar um centro ou uma mesquita para se reunir e realizar as práticas religiosas” – disse um dos líderes do Centro, Mamadou Toure. Essa realidade ajuda o Centro Islâmico a ser convertido de uma forma ‘natural’ em um local de encontro entre os diferentes migrantes ‘Sul-Sul’.

O Centro tem três pessoas que atuam para seu funcionamento. Podemos identificar uma liderança, o *imam* Sheikh Mabrouk El Sawy: egípcio fundador e estudioso de teologia formado na Universidade de Al-Azhar, no Cairo, que conduz as cerimônias religiosas e as rezas. O conselheiro consultivo Alberto Bret, recifense conhecido como Rashid, é quem zela e administra o Centro. Por fim, o senegalês Mamadou Toure – presidente da Associação dos Senegaleses do Nordeste, que tem a sua sede no Centro Islâmico – ajuda na administração do Centro e fica na frente dos eventos religiosos na ausência do Sheikh Mabrouk El Sawy. Sem deter os números exatos, a pequena comunidade de fiéis do Centro Islâmico se compõe mais ou menos em sua metade de estrangeiros migrantes ‘Sul-Sul’, e metade brasileiros. Alberto Bret (Rashid) lembra que por volta do ano de 2015 a casa de culto tinha mais membros de outros países do que de brasileiros, sendo esses principalmente senegaleses que já deixaram, em grande número, a cidade de Recife. Naquela época, às sextas-feiras o Centro ficava sem espaço para receber tantas pessoas. Hoje em dia essa tendência diminuiu, mesmo com a participação dos estrangeiros no ambiente do Centro Islâmico ainda sendo bem visível.

O local do centro Islâmico situa-se numa antiga casa do bairro da Boa Vista, em Recife, que foi adaptada para poder cumprir sua função através de uma divisão e reorganização do espaço. Logo na entrada está situado um pequeno quarto que serve de despacho e é utilizado pelas pessoas que estão à frente da casa de culto: Sheik Mabrouk El Sawy, Alberto Bret Rashid e Mamadou Toure. O resto do lugar se compõe em uma única sala, ornada com os característicos tapetes e com os cartazes referidos a momentos do ano religioso nas paredes. Não há cadeiras, pois o costume pede sentar no chão durante as rezas e duran-

te o tempo de permanência no templo em geral. Há algumas estantes perto das paredes, onde pode-se encontrar exemplares do Alcorão. A primeira parte dessa sala, contando a partir da entrada, pertence aos homens, e as mulheres e as crianças (quando acompanhadas da mãe) sentam na parte de trás. Na hora da reza, o *imam* ou o substituto dele conduz a oração na parte dianteira da sala. Depois da sala temos a cozinha, um elemento muito importante para as reuniões, já que cada encontro termina com uma refeição para todos. No caminho para o banheiro, no pequeno corredor, encontra-se uma torneira destinada a fazer a tradicional ablução das mãos e dos pés antes de entrar – descalço – na sala de reza.

A segunda maior religião do mundo, o Islã em suas distintas vertentes, está presente em praticamente todos os continentes, e a comunidade de fiéis do Islã forma quase um quarto da população mundial, de acordo com *Pew Resarch Center*⁵. No Brasil, a comunidade muçulmana se resume a 35.167 seguidores (representando 0,02% das pessoas residentes no Brasil), segundo dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste do país. Não existem dados exatos referidos ao número de muçulmanos em Recife, nem os que poderiam distinguir os fiéis do Islã de origem estrangeira. Mas podemos constatar que a busca pelos centros religiosos islâmicos sempre foi a opção dos migrantes muçulmanos que chegavam ao Brasil oriundos dos distintos países do mundo ao longo dos séculos (Castro & Vilela 2019). Nesse sentido, o papel do Centro Islâmico recifense dá continuidade a uma tradição de acolhimento enraizada na prática de culto, e encontra-se numa posição paralela com as políticas contemporâneas e ações para a imigração promovidas pelo Estado ou pela sociedade civil.

As infraestruturas migratórias transnacionais e o Centro Islâmico de Recife

A partir do final dos anos 80 do século passado, dentro dos estudos das migrações surge um novo olhar que pretende desvincular

as interpretações das realidades estudadas dos contextos estritamente nacionais. Começa com isso a crítica do chamado ‘nacionalismo metodológico’: conceito que reflete a ideia do estreitamento dos campos das análises sobre as migrações somente aos seus referentes nacionais. Essa mudança não surge como efeito de alguma mudança efetiva no próprio caráter das migrações, que há séculos já se relacionavam com os sistemas econômicos mundiais e influenciavam várias dinâmicas globais. Porém, na década de 90 o paradigma da migração transnacional tornou-se popular, em razão das discussões sobre a globalização (Appadurai 1996). No campo dos estudos das ‘migrações transnacionais’ poderiam ser mencionados os trabalhos de Green Basch, Glick Schiller & Szanton Blanc (1994) ou Feldman-Bianco & Glick Schiller (2011).

A principal mudança no olhar sobre as migrações que surge junto com o estabelecimento da visão transnacional é a de situar o próprio fenômeno migratório dentro de outros mecanismos do ‘sistema capitalista globalizado’ (Feldman-Bianco 2018). Dessa maneira, não se descartou a importância da ação individual, o funcionamento dos migrantes em redes, ou por exemplo as desigualdades pós-coloniais entre as regiões. Mas a ênfase foi colocada numa compreensão conjunta da problemática das migrações e das análises do ‘atual sistema político e econômico mundial’. Com isso, a circulação de pessoas começou a ser contemplada junto com a circulação do capital, mas também das ideias e dos símbolos que ajudam a recriar o sentido da globalização. O migrante viu-se convertido em objeto e sujeito dos processos hegemônicos que envolvem no mínimo dois estados nacionais, enfrentando na sua vida estruturas de poder desigual e discriminação numa experiência que atravessa as fronteiras do Estado (Feldman-Bianco 2018). A própria agência do migrante nesses processos está sendo re-dimensionada em função da sua participação nos diversos processos que estão em curso e que não dependem de forma direta somente do nosso ator, o migrante.

É justamente nesse ponto de reflexão, a partir da perspectiva transnacional, que os estudos sobre as migrações se encontram com a

categoria de infraestrutura como conceito metodológico. As infraestruturas são partes invisíveis – tecnológicas, institucionais, humanas e não-humanas – dos sistemas, que garantem o seu funcionamento (Star 1999). São redes ou malhas construídas que facilitam o fluxo dos bens, pessoas, ideias ou poder; permite sua troca pelo espaço (Larkin 2013). Daí, a migração é condicionada pelas infraestruturas (Xiang & Lindquist 2014), ou seja, pelas possibilidades tecnológicas de deslocamento, pelas formas de regulamentações burocráticas referentes à mobilidade, pelas formas clandestinas e oficiais de movimentação das pessoas entre países, etc. É um conglomerado de situações e agências que constroem o processo migratório, os próprios migrantes e os respectivos países de origem e de destino são só uma parte desse enredo de atores. As infraestruturas migratórias transnacionais permitem a mobilidade, inscrevendo-se dentro do contexto das atuais dinâmicas globais de movimentação dos bens, ideias e pessoas.

Entre os poucos trabalhos antropológicos sobre a problemática das migrações focados na categoria de infraestrutura, encontra-se o estudo de Xiang & Lindquist sobre as migrações asiáticas (2014). Os autores estipulam nele cinco dimensões da infraestrutura de migração para fins analíticos: (1) a comercial (intermediários de recrutamento); (2) a reguladora (aparato estatal e procedimentos para documentação, licenciamento, treinamento ou outros fins); (3) a tecnológica (comunicação e transporte); (4) a humanitária (ONG e organizações internacionais); (5) a social (redes migratórias). O processo de migração se estabelece na interdependência entre as distintas dimensões da infraestrutura migratória, podendo variar a temporalidade dos elementos que o sustentam. Por último, Xiang & Lindquist (2014) chamam atenção para o caráter de agência das infraestruturas que nem sempre é positivo, e que pode tanto facilitar quanto dificultar a mobilidade dos migrantes, dando a esse segundo caso o nome de ‘involução das infraestruturas’ (Xiang & Lindquist 2014).

A partir da ótica de Xiang & Lindquist, podemos enxergar a importância do Centro Islâmico em pelo menos três das dimensões das

infraestruturas: reguladora, humanitária e social. A infraestrutura reguladora está estritamente ligada ao ‘aparato de migração’ (Feldman’ 2011): são definidas como instituições díspares, políticas e como discursos que transformam a migração em objeto de políticas de Estado. É nessa etapa do processo migratório que são produzidas as diferentes categorias dos imigrantes, como os ‘legais’ e os ‘ilegais’, os ‘documentados’ e os ‘não-documentados’, o que posteriormente vai refletir no acesso aos direitos. Várias questões entram aqui em jogo, incluindo as relações diplomáticas entre os estados nacionais e as forças políticas dominantes em cada momento em distintos países, para a formulação das categorias dos migrantes que vão refletir depois na sua posição no novo país. O Centro Islâmico lida com a gestão dessas categorias, orientando e ajudando nos processos burocráticos dos imigrantes reunidos na casa de culto.

A infraestrutura reguladora, ao ‘produzir o imigrante’ como uma categoria discursiva, política e legislativa, se conecta com uma outra infraestrutura importante para a mediação da migração que é a infraestrutura humanitária. A figura do imigrante representa um tipo específico de cidadão, com os direitos reduzidos ou só com os direitos humanos básicos (pode acontecer no caso dos imigrantes ‘in-documentados’ ou ‘ilegais’, por exemplo). Como tal, o imigrante vai precisar de ‘acolhimento’, como um pedido humanitário, e ‘acolher’ vai ser a responsabilidade tanto do Estado, quanto dos outros atores e instituições que não pertencem ao próprio grupo de imigrantes. Poderíamos falar aqui de uma ‘indústria’ do ‘acolhimento’, incluindo as mídias, as ONG, igrejas, sociedade civil, à parte das políticas do Estado. São importantes os circuitos de financiamento, redes internacionais de defesa dos direitos, circulação das normas dos direitos humanos e imagens ou discursos de sofrimento. O Centro Islâmico inscreve-se no mapa da infraestrutura humanitária e no contexto das migrações ‘Sul-Sul’ para a cidade de Recife, como mediação de acesso aos direitos ou às formas de solidariedade que se articulam a partir do local. Um bom exemplo poderia ser a arrecadação de 10 reais todos

os meses de cada um dos senegaleses para criar um fundo emergencial que pode ser acionado no caso de algum imprevisto (morte, doença, etc.), ou o papel de Mamadou Toure como conselheiro municipal dos direitos humanos.

O Centro Islâmico de Recife pode ser pensado também como uma infraestrutura social, ao ajudar a articular a mobilidade entre os novos e os velhos imigrantes. Referência para o primeiro contato dos recém-chegados, o Centro Islâmico não só ampara no acolhimento, mas também ajuda na busca do primeiro emprego, dá assistência nos problemas com a língua portuguesa, orienta nas questões legais ou auxilia na resolução dos trâmites burocráticos. Por outro lado, o Centro Islâmico mantém vínculos com alguns dos países de origem dos migrantes, convidando as importantes personagens do âmbito religioso para a cidade de Recife, por exemplo. Através da prática comum da mesma concessão, o Centro Islâmico recria os laços de proximidade e solidariedade entre os membros, apoiando dessa forma o surgimento de várias redes de ajuda mútua. Dessa forma, o Centro realiza o seu papel tradicional para as migrações muçulmanas (Castro & Vilela 2019), constituindo-se ao mesmo tempo no contexto moderno das mobilidades transnacionais.

Centro Islâmico: entre o político e o poético das infraestruturas

Repensando o papel do Centro Islâmico da cidade na mediação de mobilidade, vemos que uma boa parte da sua agência no processo migratório vem no sentido de preencher o vazio das políticas públicas e de ações do próprio Estado. Poderíamos pensar aqui no conceito trabalhado por Xiang & Lindquist – involução das infraestruturas migratórias – como a descrição dessa situação (Xiang & Lindquist 2014). A involução das infraestruturas se dá quando a interação entre as diferentes dimensões da infraestrutura migratória torna-a autoperpetuadora [...], impedindo ao invés de aumentar a capacidade migratória das pessoas” (Xiang & Lindquist 2014:1). Como vai ser demonstrado

na continuação, no que depender do Estado, as migrações ‘Sul-Sul’ para a cidade serão um fenômeno praticamente invisível – ao não se tratar da mobilidade dos refugiados venezuelanos. Nesse contexto, está nas mãos dos próprios migrantes buscar formas de articulação que visem à adesão à vida na cidade, sendo a atividade do Centro Islâmico uma das propostas. O Estado nesse contexto mostra-se como o ator que vai reproduzir e sustentar as situações de exclusão e marginalização, fazendo envolver as infraestruturas migratórias presentes na mobilidade ‘Sul-Sul’ para a cidade.

Daí as infraestruturas – tanto migratórias como as outras – são profundamente políticas, no sentido que o acesso a elas depende dos diferentes pertencimentos aos grupos sociais com as suas distintas posições. As infraestruturas são territórios da mediação do poder, já que vemos que o alcance a elas não é igualitário. Como exemplo, observamos que na mesma cidade há bairros onde o transporte público chega perto de todas as residências, enquanto em outros, as pessoas têm que fazer uma boa parte dos seus deslocamentos andando. Ou que em um dos bairros o saneamento básico e o abastecimento de água funcionam bem, enquanto no bairro vizinho o esgoto está a céu aberto e há água apenas de três em três dias. Essas diferenças vão indicar claramente uma desigual preocupação do poder público com as duas comunidades, que têm como efeito prático uma desigualdade estrutural entre os bairros vizinhos. Se ainda conseguirmos afirmar que em um dos dois bairros a maioria das pessoas se identifica a partir de um fator étnico ou racial diferente que no outro, provavelmente estamos a observar – através dessas diferenças infraestruturais – a existência de racismo institucional naquela cidade. A partir dessa perspectiva, Anand junto com Gupta e Appel admitem, repensando as infraestruturas como uma categoria antropológica, que é importante saber “quais são as comunidades que vão precisar lutar pelo acesso às infraestruturas necessárias para a sua reprodução física e social?” (Anand, Gupta & Appel 2018:11). Essa provavelmente vai ser a situação de uma boa parte dos migrantes ‘Sul-Sul’ reunidos no Centro Islâmico de Recife,

lembrando também que não de todos, já que o status socioeconômico dos membros migrantes do Centro Islâmico é bem variado.

Olhando, porém, para o próprio local do Centro Islâmico, vemos que ele se encontra numa casa histórica em bastante mal estado de conservação e que precisaria de uma revitalização profunda, situando-se num bairro onde a maioria dos lugares vizinhos está na mesma condição. Não há sinais da preocupação das autoridades com a preservação ou com o tombamento dessa rica, em história, parte da cidade, e também as ruas estão sujas, mal iluminadas e cheias de buracos. O próprio local onde funciona o Centro não tem uma boa ventilação, correspondente ao clima tropical. É o lugar de encontro de muitas pessoas, sendo também constantes as faltas no abastecimento de água. Essas falhas infraestruturais referentes ao espaço físico do Centro são reforçadas pelo total desinteresse do Estado pelo local, sendo ele praticamente inexistente para as políticas públicas. Não há nenhuma conexão direta entre o funcionamento do Centro Islâmico e o poder institucionalizado, não há formas de apoio ou projetos que visariam a uma adequada preparação dos imigrantes para a vida na cidade, ou um melhor aproveitamento dos conhecimentos profissionais deles.

Mamadou Toure, do Centro Islâmico de Recife – que é também conselheiro municipal de direitos humanos – em uma das conversas nos esclareceu sobre as políticas para a imigração em Recife. O senegalês evidenciou que as promessas são muitas, mas nunca chegam a ser realizadas, sendo os estrangeiros deixados nas mãos deles mesmos. Pensando na comunidade senegalesa, o Centro retoma em uma parte a função organizativa e de acolhimento dos imigrantes, por meio de várias ações. Os laços do líder senegalês com as instâncias administrativas facilitam os trâmites burocráticos da legalização de residência – principalmente como refugiados – e alcançam o contato com outras organizações da sociedade civil que amparam os imigrantes. Nas conversas informais com as mulheres estrangeiras do Centro Islâmico, ficou evidente a necessidade do curso de língua portuguesa, um outro

pedido que há anos espera para ser atendido pelo poder público. Mas até agora não conseguiu ser realizado.

A comparação com o caso dos refugiados venezuelanos que chegaram na cidade nos anos 2018-2019 pode trazer uma perspectiva melhor sobre a realidade. Tratando dos venezuelanos, a situação do tronco parecido – a vinda dos migrantes ‘Sul-Sul’ – foi aqui encarada de forma bem diferente. Foi engajada a participação do governo federal e do Estado do Pernambuco (projeto de ‘interiorização’), Caritas brasileira e Caritas suíça, com o financiamento estadunidense. Só para o traslado dos 102 imigrantes, desde a fronteira com a Venezuela em Roraima, no dia 17 de dezembro de 2018, foi disponibilizada a Base Aérea de Recife e um comboio de 22 veículos oficiais do exército, incluindo ambulâncias. A acolhida dos recém-chegados foi articulada dentro do Programa Pana⁶, proporcionando acesso à moradia com aluguel subsidiado, acompanhamento psicossocial, oportunidade de qualificação profissional e atendimento jurídico. Para complementar as ações, os imigrantes em situação de ‘vulnerabilidade social’ tiveram acesso a itens de primeira necessidade como alimentos, roupas e kits de higiene pessoal. A Casa dos Direitos foi criada na Universidade Católica do Recife justamente em função de atender essas demandas dos imigrantes venezuelanos, mesmo que teoricamente o objetivo seja dar atenção a qualquer pessoa em situação migratória⁷.

Daí, cabe observar que as infraestruturas são políticas, mas elas também são ‘poéticas’: visibilizam desejos, conflitos e dilemas de uma sociedade (Larkin 2013). As infraestruturas, mas também os projetos ou as promessas das infraestruturas, revelam o leque de ideias das quais é construída a realidade no contexto de um grupo ou de um lugar concreto. Projetar as infraestruturas é dar forma às relações sociais, observar as infraestruturas é entender as relações que estão nelas cimentadas. A grande diferenciação entre a construção das infraestruturas migratórias no caso dos refugiados venezuelanos e dos migrantes ‘Sul-Sul’ reunidos no Centro Islâmico evidencia as opções políticas por trás delas. A ausência do Estado no segundo dos casos,

em contraste com um visível interesse em auxiliar e dar uma boa visibilidade à chegada dos venezuelanos, alinha-se ideologicamente com a postura do governo brasileiro em referência ao Estado venezuelano. A exclusividade na forma de acolhimento desses diferentes migrantes procedentes do ‘Sul’ global mostra-se através das facilidades e das dificuldades, criadas ou perpetuadas, desde a plena articulação das instituições para apoiar a chegada dos imigrantes até uma praticamente total omissão das suas demandas, com os orçamentos e planejamentos que nunca saem do papel.

Quando as pessoas são parte das infraestruturas

As infraestruturas migratórias se sobrepõem e se introduzem nas diferentes ‘malhas’ e ‘redes’ que estruturam o ‘sistema global capitalista’ (Feldman-Bianco 2018), começando, assim, a formar parte dele. Com isso, as infraestruturas migratórias atualizam-se constantemente, entrelaçando-se com outras infraestruturas já existentes e inserindo-se em vários contextos não puramente migratórios. Um exemplo disso poderia ser o comércio internacional e a circulação dos bens, junto com o fluxo dos altos especialistas, mas também dos vendedores ambulantes ao redor do mundo. Com tudo isso os migrantes formam parte de uma realidade transnacional que não se reduz somente em movimentação das pessoas. A mobilidade dos migrantes vai ser tão importante para recriar a nossa atualidade do fluxo acelerado das ideias, símbolos ou capital, quanto a realidade da existência desse trânsito vai condicionar e impulsionar as migrações. E a conjunta articulação entre os distintos elementos e sujeitos que estão em movimento vai se organizar de acordo com as infraestruturas, as existentes e as novas que terão que ir surgindo para satisfazer essa demanda de mobilidade.

O exemplo de comércio informal das ruas de Recife e o papel do Centro Islâmico visualizam como pode-se materializar a junção das infraestruturas migratórias com as outras. Devemos pensar nesse caso em ‘pessoas como infraestruturas’ – *‘people as infrastructure’* – que é a noção introduzida por Simone no seu trabalho sobre a cidade de Jo-

anesburgo (Simone 2004). Simone argumenta que há contextos onde o uso dos espaços da cidade por alguns grupos que a habitam se dá não tanto em função de uma rígida predestinação das infraestruturas, mas da constante flexibilidade e improvisação em assinar os usos e os significados a elas (Simone 2004). Nesse sentido, o olhar para a agência e a criatividade humana é indissociável da observação das infraestruturas, cujas finalidades nunca se veem acabadas antes que a ação dos atores esteja terminada. No contexto da tradição muçulmana – que abre o espaço da casa de culto para acolher as outras necessidades ‘não religiosas’ das pessoas – há espaço para espontaneidade no constante reinventar do funcionamento desse local. O acolhimento ao migrante tem uma trajetória própria dentro dos centros islâmicos do Brasil (Castro & Vilela 2019), mas isso não contradiz também a realidade da importância de uma superfluidade na hora de se consolidar as infraestruturas com as ações humanas concretas e momentâneas. Mais ainda, o funcionamento do Centro Islâmico no contexto migratório só pode ser entendido em conexão com as pessoas que o constroem e com as práticas e atividades que se dão a partir do lugar.

Nesse contexto poderíamos pensar no exemplo da figura do Mamadou Toure dentro do Centro Islâmico e como através das ações dessa pessoa está se inserindo um contingente de imigrantes africanos na cidade de Recife. Mamadou Toure ocupa cargos institucionais referentes à presença dos imigrantes em Recife – como o já mencionado de conselheiro dos direitos humanos –, e de chefe da Associação dos Senegaleses do Nordeste, sendo ao mesmo tempo uma figura importante para a vida religiosa do Centro. Já na sua vida profissional, Mamadou é um grande comerciante que percorreu toda a América do Sul em busca de materiais de diferente natureza para serem comercializados. Atualmente, Mamadou Toure tem uma lojinha própria dentro da Feira de Artesanato de Pernambuco, na Av. Alfredo Lisboa, em Recife, onde já chegou a trabalhar com produtos vindos da Bolívia, do Paraguai e da Índia. O chefe da Associação Senegalesa abastecia antes os vendedores ambulantes senegaleses que trabalhavam nas praias da

Argentina, nas ruas de São Paulo e em Salvador, na Bahia. Hoje em dia a figura dele é muito importante para a articulação da imigração africana em vários níveis, tanto pelo seu papel no Centro Islâmico e nas instâncias administrativas da cidade, quanto introduzindo vários dos africanos nas redes de comércio informal de Recife.

A partir do Centro Islâmico, mas com a importante participação do Mamadou Toure e da criatividade comercial dos próprios imigrantes, vai se concretizando a infraestrutura migratória que ao mesmo tempo faz parte de uma outra infraestrutura que é a de fluxo transnacional dos bens. Com isso os africanos, que se articulam como vendedores ambulantes dos produtos chineses nas ruas de Recife, fazem parte de uma forma plena dessa outra tão característica, para a época atual, circulação. As pessoas como infraestruturas – migratórias e comerciais – vão mediando com a constante inventividade a sua aderência às dinâmicas e realidades da urbe. O Centro Islâmico como local físico ou como instituição figura nesse contexto como ponto de conexão e aglutinação na articulação dessas pessoas como infraestruturas.

Conclusões

O Centro Islâmico da cidade de Recife é um ponto convergente de várias infraestruturas migratórias transnacionais, que condicionam a mobilidade ‘Sul’-‘Sul’ para a capital de Pernambuco. Partindo do seu papel principal como lugar de culto, o local junta as tradições próprias dos centros islâmicos no Brasil em auxiliar na mobilidade das pessoas muçulmanas com as demandas atuais de mobilidade, surgidas no contexto do fluxo transnacional de pessoas, bens e ideias num mundo globalizado. Funciona como um elo que reforça, constrói e/ou se inscreve em distintas constelações de situações, dinâmicas, tecnologias, processo burocráticos, etc., que condicionam a mobilidade. Com isso, o Centro Islâmico faz parte e dá continuidade às diferentes infraestruturas que fazem a migração acontecer. O Centro Islâmico é um local físico, é uma instituição, são as pessoas que o constroem e

frequentam; são as ações por ele impulsionadas ou mediadas; é um fragmento localizado de uma peculiar tradição muçulmana da mediação da mobilidade.

A categoria de infraestrutura como ferramenta metodológica para pensar o estudo sobre o Centro Islâmico e as migrações ‘Sul-Sul’ para a cidade possibilita uma visão abrangente e inclusiva dos elementos, agências e dinâmicas das quais constitui-se o processo de mobilidade. Esses podem ser tanto humanos como não-humanos, físicos como imateriais, visíveis e invisíveis: não há preferências na hora de definir do que se compõe uma infraestrutura. Nesse sentido a noção de infraestrutura migratória difere bastante, por exemplo, da ideia das redes migratórias, ao incluir atores humanos e não-humanos como as possíveis agências. Ao mesmo tempo, o conceito de infraestrutura – em contraste com o de rede migratória – devolve o caráter complexo e multidirecional da mobilidade, que envolve não só as pessoas, mas também os bens ou as ideias. Com isso, a infraestrutura como categoria metodológica permite desenhar trabalhos nos contextos dos debates contemporâneos, tais como as discussões sobre as migrações transnacionais ou sobre a globalização.

As infraestruturas migratórias facilitam, mas também dificultam a mobilidade, sendo em ambos os casos importantes definidores das formas de como a migração está se materializando: os acordos diplomáticos entre os países, os processos burocráticos referidos a direito de residência, as políticas públicas ou a falta destas. Vários fatores podem influir na perpetuação do caráter discriminatório e excludente das infraestruturas migratórias – na involução das infraestruturas (Xiang & Lindquist 2014). No caso do Centro Islâmico, observamos que o Estado agência uma importante involução das infraestruturas responsáveis pelo fluxo migratório ‘Sul-Sul’. Isso acontece principalmente pela invisibilização do próprio fenômeno migratório presente e de omissão em auxiliá-lo com as decisões ou ações políticas concretas. O papel do Centro Islâmico é em boa parte inverter essa situação e criar as condições favoráveis à realização do projeto migratório pelos

migrantes ‘Sul-Sul’ reunidos na casa de culto. Cabe a afirmação de que nem todos os migrantes ‘Sul-Sul’ do Centro precisam de auxílio no sentido estrito de ‘acolhimento’ no processo migratório, e essa realidade refere-se só a uma parte deles. Vemos ao mesmo tempo que a involução das infraestruturas merece uma leitura profundamente política, que no caso estudado pode ser feita através da comparação entre a situação dos migrantes ‘Sul-Sul’ reunidos no Centro Islâmico e a dos refugiados venezuelanos.

As infraestruturas migratórias articulam-se de uma forma conjunta com as outras infraestruturas que não têm caráter estritamente migratório. O caso dos migrantes senegaleses é um exemplo de como a infraestrutura migratória introduziu-se na infraestrutura de comércio informal da cidade e de circulação transnacional dos bens. Os senegaleses ganharam uma boa visibilidade nas ruas da urbe justamente graças a sua atividade comercial como revendedores dos complementos, óculos ou relógios chineses. A figura do Mamadou Toure do Centro Islâmico foi bem significativa para a instalação dessa atividade dos africanos; orientando com sua experiência como comerciante, mas também ajudando com os processos de residência – imprescindíveis para permanecer na cidade – e representando os interesses do coletivo através da Associação Senegalesa do Nordeste, sediada no Centro Islâmico. A ação conjunta articulada entre os migrantes senegaleses e o líder Mamadou Toure resultou na instalação de um tipo de comércio dominado por esse grupo, surgindo uma infraestrutura migratória e comercial comum.

O agenciamento da infraestrutura por meio da pessoa pode ser pensado no sentido das situações onde as infraestruturas só vão ser entendidas quando conectadas com a ação das pessoas. As pessoas como infraestruturas (Simone 2004) aparecem lá onde a criatividade humana faz um constante reinventar das infraestruturas. A junção da infraestrutura comercial com a estrutura migratória, como no caso do comércio informal dos senegaleses reunidos no Centro Islâmico, começa a ser concebida quando interligada com a noção de pessoas

como infraestrutura. O Centro Islâmico de Recife recebe um variado fluxo dos migrantes ‘Sul-Sul’, constituindo-se em um elo na infraestrutura migratória. Participa da mediação da mobilidade através das ações que surgem da tradição, mas também da espontaneidade e da criatividade como formas de lidar com os desafios de adesão às outras infraestruturas, ou para superar os desafios da involução das infraestruturas. É por isso que o Centro Islâmico – como parte da infraestrutura migratória – se vê como um projeto nunca acabado, mas sempre aberto às necessidades de se adaptar às circunstâncias de mobilidade de cada momento.

Notas:

¹ A categoria ‘Sul Global’ é amplamente mobilizada, em particular nos discursos políticos contemporâneos, para classificar os países do mundo cuja economia é influenciada hegemonicamente por um hipotético ‘Norte Global’. O ‘Sul Global’, que é uma categoria em particular revitalizada da consolidação de redes econômicas entre os países do BRICS, é uma estratégia para superar as dicotomias entre países desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’, que amplamente influenciou a gestão da circulação de pessoas.

² Um exemplo poderia ser a matéria do Jornal de Comércio, ‘Muçulmanos do Recife condenam ataques terroristas’, fonte: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/internacional/noticia/2015/11/21/muculmanos-do-recife-condenam-ataques-terroristas-209092.php>.

³ Consultar nesse sentido: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>.

⁴ O exemplo da postura contrária à entrada e permanência dos imigrantes no Brasil pode ser a polêmica Portaria 666 do ministro de Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro. Mais sobre o assunto: https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/18/portaria-de-moro-sobre-deportacao-e-denunciada-na-onu/?fbclid=IwAR3jRs0e6rRsvScrWUGy0A1TSNC86ib-F_Coi1ILZj_iAEMhRwuz109pAro.

⁵ Fonte: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/08/09/muslims-and-islam-key-findings-in-the-u-s-and-around-the-world/>.

⁶ Programa Pana é um programa especial para o acolhimento dos imigrantes e refugiados, articulado dentro da Caritas brasileira.

⁷ Fonte: site do Caritas brasileira, www.caritas.br.

Referências:

- ANAND, N., GUPTA, A. & APPEL, H. 2018. "Introduction: Temporality, Politics, and the Promise of Infrastructure", In ANAND, N., GUPTA, A. & APPEL, H. (eds.): *The promise of infrastructure: a School for Advanced Research Advanced Seminar*, pp. 3-40. Durham&London: Duke University Press.
- APPADURAI, A. 1996. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ARANGO, J. 2000. "Explaining Migration: a critical view", *International Social Science Journal*, 52(165):283-296.
- _____. 2003. "La Explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra Migración y Desarrollo". *Red Internacional de Migración y Desarrollo*, 1:1-30.
- ASFORA, J. S. 2002. *Palestinos A saga de seus descendentes*. Olinda: Ed. Primeira Edição.
- CASTRO, C. M. & VILELA, E. M. 2019. 'Muçulmanos no Brasil: uma análise socioeconômica e demográfica a partir do Censo', *Religião e Sociedade*, 39(1):170-197.
- FELDMAN, G. 2011. *The Migration Apparatus: Security, Labor, and Policymaking in the European Union*. Stanford: Stanford University Press.
- FELDMAN-BIANCO, B. & GLICK SCHILLER, N. 2011. "Una conversación sobre transformaciones de la sociedad, migración transnacional y trayectorias de vida". *Crítica y Emancipación*, 3(5):9-42.
- FELDMAN-BIANCO, B. 2018. "Anthropology and ethnography: the transnational perspective on migration and beyond". *Etnográfica*, 22(1):195-215.
- GREEN BASCH, L., GLICK SCHILLER, N. & SZANTON BLANC, C. 1994. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. London: Routledge.
- LARKIN, B. 2013. "The Politics and Poetics of Infrastructure". *Annual Review of Anthropology*, 42:327-343.
- PIORE, M. J. 1979. *Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROCHA PINTO, P. 2010. *Árabes no Rio de Janeiro: Uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Editora Cidade Viva.
- SIMONE, A. 2004, "People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg". *Public Culture*, 16(3):407-429.
- STAR, S. L. 1999. "The Ethnography of Infrastructure". *American Behavioral Scientist*, 43(3):377-391.
- STARK, O. & TAYLOR, J. E. 1989 "Relative Deprivation and International Migration". *Demography*, 26(1):1-14.

- UEBEL, R. 2017. Análise da política externa migratória brasileira para a América Latina e África dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Trabalho apresentado no “6o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais”, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG.
- WALLERSTEIN, I. 1974. *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- VAINASENCHER, S. 2009. Boa Vista (Bairro Recife). (http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=470&Itemid=1; acesso em 01/05/2020).
- XIANG, B. & LINDQUIST, J. 2014. “Migration Infrastructure”. *International Migration Review*, 48(S1):122-148.

Abstract: The article has as a starting point the research in progress and which is still in its initial phase, carried out at the Islamic Center of the city of Recife. The Islamic Center, in parallel with its role as a place of worship, stands as a reference for transnational ‘South-South’ migrants in the capital of Pernambuco. Participates in the mobility mediation process of migrants to the city of Recife, constituting a place for exchanging information, guidance, establishing contacts, etc. Migratory infrastructures are interconnected technologies, institutions and actors, which facilitate and condition mobility. The proposal is to rethink the importance of the Islamic Center in migratory infrastructure, as a convergent point in these mobility processes. It is also observed how the mediation of mobility results in a process of politicization of the infrastructures that condition it.

Keywords: South-South migration, Transnational migrations, Migratory infrastructures, Islamic Center.

Recebido em outubro de 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

Aplicativo de Corrida Compartilhada como Infraestrutura: Por uma nova forma de compreender a circulação de pessoas

Álvaro Prado Aguiar Tavares^a

O presente artigo visa analisar como as infraestruturas dos aplicativos de corrida compartilhada permitem um tipo específico de movimento pela malha urbana. Assim, através de uma revisitação de como a questão da infraestrutura se faz presente em alguns trabalhos da Antropologia Urbana, discuto como a infraestrutura dos aplicativos colocam uma série de novas questões para a compreensão da mobilidade (como a ideia de que os motoristas por aplicativo, imersos em uma situação de precariedade, se movem de forma alienada pela cidade) que em muito transbordam as análises prévias sobre esta temática. Ademais, a partir de um específico contexto etnográfico, mostro como uma perspectiva a partir das cidades do sul global pode levantar novas questões acerca da contraditória relação entre os motoristas e os aplicativos de corrida que os interpelam. Por fim, sugiro que a dinâmica de distribuição de informações dessas infraestruturas vai na contramão de uma vivência democrática da cidade.

Infraestrutura, Mobilidade, Precariedade, Sul global.

Diremos, então, que é o coletivo no seu todo que se define daqui por diante como uma experimentação coletiva. Experimentação do quê? Dos vínculos e dos desvínculos que lhe permitirão, a um dado momento, encontrar os candidatos à existência comum, e decidir se podem se situar no interior do coletivo ou se devem, com um processo bem formado, tornar-se inimigos provisórios. É o conjunto do coletivo que fará a si a pergunta para saber se pode coabitar com tal ou qual, e a que preço; quem investigará as provas, permitindo-lhe decidir se teve ou não razão de operar a adição ou subtração. As deliberações do coletivo não devem mais ser suspensas ou abreviadas por um conhecimento definitivo, já que a natureza não dá mais um direito que seja contrário ao exercício da vida pública (Bruno Latour 2019:20).

^a Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA-UFPE). Email: alvaroaguiar197@gmail.com.

Compreender a mobilidade urbana exige identificar as infraestruturas que as tornam possíveis. Estas contribuem tanto na formulação dos tipos de movimentos que são desejáveis quanto aqueles que são indesejáveis dada a sua formulação específica por poderes estatais ou privados (muitas vezes na turva associação de ambos). Nesse sentido, a ênfase na infraestrutura nos ajuda a entender qual a forma das solidariedades sociais que emergem a partir da interação de uma gama de arranjos sociais com as infraestruturas que conduzem seus movimentos pela malha urbana.

Se colocarmos uma lente sobre essa temática em alguns trabalhos da Antropologia Urbana veremos uma variedade de desdobramentos dessa questão, seja a partir da infraestrutura dos rádios dos motoristas de táxi (Rosa 2012) seja na infraestrutura dos shopping centers no que ficou popularizado como os rolezinhos (De Faria *et al* 2017). Assim, os vários trabalhos que discutem essas questões, mesmo que implicitamente, dão ênfase a como essas diferentes infraestruturas concediam diferentes condições de emergência para solidariedades sociais e reivindicações políticas.

Uma nova latência foi dada a essa questão quando uma nova forma de mobilidade urbana ganhou abrangência no Brasil a partir de 2016, os serviços de corrida compartilhada. Aqui, trabalhadores que viam suas situações financeiras se complicarem a partir da crise econômica de 2016, encontravam nos serviços de empresas como a Uber e a 99 a possibilidade de suavizá-las. Tal realidade coloca no centro da questão da mobilidade uma nova infraestrutura, a saber os aplicativos de corrida e as formas pelas quais motoristas e passageiros interagem com ele. Esses aplicativos conduzem certos movimentos pela cidade ao enquadrar o tipo de informação que circula entre motoristas e passageiros de modo que informações como preço de corrida, local de chegada e destino das viagens, notas de passageiros e motoristas circulam a partir de um regime de distribuição de informações que acaba por condicionar movimentos pela cidade marcados por relações de trabalho precarizadas.

Com a intenção de discutir essas questões mais detalhadamente, o presente artigo pretende primeiro mostrar sucintamente de que maneira a questão da infraestrutura se faz presente em dois trabalhos da antropologia urbana brasileira, revisitando suas observações etnográficas através de um horizonte *infraestrutural*. Em seguida, evidenciar como a infraestrutura dos aplicativos colocam uma série de novas questões para a compreensão da mobilidade que em muito transbordam as análises prévias sobre esta temática. Para tanto, irei discutir as especificidades do trabalho plataformizado através das questões elucidadas por Alex Rosenblat (Rosenblat & Spark 2016; Rosenblat *et al* 2016; Rosenblat 2018) sobre a maneira como o aplicativo de corrida e seus algoritmos, ao enquadrarem o acesso às informações dos aplicativos, permitem um certo tipo de movimento pelas cidades. Em paralelo, discutirei como essas questões reverberam no contexto de crise econômica que se expande no Brasil a partir de 2014, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com motoristas de Uber da região metropolitana de Recife. A partir desse específico contexto etnográfico, colocarei em latência as contradições que envolvem a promessa das infraestruturas do aplicativo de corrida com a realidade de certos sujeitos marginalizados (Appel *et al* 2018:15). O intuito de colocar a pesquisa de Rosenblat em contato com a minha, evidenciando as aproximações e diferenças entre elas é o de mostrar como a diferença das cidades em que pesquisamos (ela, em cidades da Califórnia e de Nova York e eu, em Recife) possibilita a emergência de questões distintas acerca da infraestrutura do aplicativo. Nesse sentido, as realidades infraestruturais de cidades do cone sul (onde o contexto do Recife é um campo exemplar) com suas lógicas específicas de circulação urbana, de criminalidade e precariedades infraestruturais nos permitem identificar um locus determinado para se compreender as formas de interação entre motorista e aplicativo que podem não estar presentes em cidades localizadas no centro do capitalismo. Além dos regimes de circulação, se faz necessário entender também quais as situações político-econômicas que os motoristas localizados nessas cidades estão atravessando,

uma vez que isso formula o contexto relacional dos motoristas com os aplicativos de viagens, fornecendo possibilidades específicas para a compreensão dessa questão. Assim, isso aparece como um esforço relevante para evidenciar como as vivências das cidades do sul podem nos fornecer horizontes heurísticos relevantes para se compreender uma infraestrutura que se tornou globalmente utilizada. Com esse fio condutor, mostraremos como a categoria infraestrutura pode mediar um entrecruzamento entre mobilidade urbana e precarização do trabalho. Por fim, trarei questionamentos sobre as considerações que veem na Uber a possibilidade de se democratizar o espaço urbano.

Considerações metodológicas

A fruição do argumento proposto aqui será o resultado de uma tensão entre, por um lado, uma revisão bibliográfica de relevantes trabalhos da antropologia urbana tendo como base uma leitura *infrastrutural* de suas análises e, por outro, as especificidades etnográficas de minha pesquisa de campo realizada em parceria com Benjamin Junge e como elas formulam determinados horizontes para se compreender as infraestruturas dos aplicativos de corrida. Esta pesquisa¹ teve como objetivo central um esforço de associar o tipo de movimento urbano dos motoristas de Uber com as maneiras com que eles compreendem a política, baseando-se em entrevistas semi-estruturadas feitas no transcorrer das viagens realizadas ao longo da região metropolitana de Recife. Aqui, as vindouras eleições serviram de pano fundo para as questões que os motoristas desenvolviam enquanto questionamentos sobre suas rotinas como Ubers e sobre a situação Macropolítica do Brasil eram feitas. Nesse sentido, as falas dos motoristas são o resultado de um esforço feito por eles em encontrar relações entre as sucessivas crises que acontecem no Brasil desde meados de 2014 com as suas próprias precariedades enquanto motoristas por aplicativo. Assim, argumentamos que a maneira como eles compreendem fenômenos políticos como bolsonarismo e lulismo se relacionam de maneira singular com as formas através das quais eles enxergam seus

movimentos pela cidade e suas experiências precárias. Somadas a isso, suas formas de autocompreensão vem à tona “tanto pelo desejo do motorista de ganhar bons conceitos quanto pelos limites de uma conversa delimitada no tempo” (Junge & Tavares 2020:120)².

Nesse sentido, mobilizo esse contexto etnográfico para evidenciar que ele permite a emergência de uma determinada maneira de se apreender a relação de uma infraestrutura específica com uma série de sujeitos marcados por subjetividades que aparecem no contexto interativo entre motorista e passageiro/antropólogo como um “impulso para ver a si mesmo e ao mundo sociopolítico de uma forma particular” (Junge & Tavares 2020:120). Desse modo, o conteúdo de seus relatos³ advém de um contexto socioeconômico na qual os motoristas utilizam seus carros, comprados em um momento anterior à crise econômica na qual as possibilidades de acesso a crédito eram mais expansivas (Singer 2012; Junge & Tavares 2020), para fazer frente a realidade de crescente desemprego. Ademais, os conhecimentos desses motoristas sobre as defasagens infraestruturais de Recife também aparecem como centrais na articulação de seus discursos sobre mobilidade uma vez que isso traz à tona quais os bairros que podem ser evitados pelos motoristas em suas circulações diárias. Explorar as possibilidades de um discurso construído no bojo dessa conjuntura pode fornecer importantes horizontes para se compreender uma nova forma de infraestrutura da mobilidade e suas relações com o espaço-tempo das cidades.

Infraestrutura da mobilidade

A configuração de uma infraestrutura faz emergir formas específicas de coletividades. Na questão da mobilidade urbana isso nos faz prestar atenção para como as infraestruturas modelam a forma do movimento de certas coletividades através da paisagem urbana ao nos dá condições de evidenciar que o circuito das interações que se formulam a partir de mobilidades específicas se constituem como tal a partir da maneira como certas infraestruturas permitem a reunião e circulação de bens, informações, pessoas e ideias (Larkin 2013).

No artigo de Gabriel Luis Rosa (2012) sobre taxistas em Florianópolis, o autor nos evidencia como a rádio que reúne uma variedade de motoristas de táxi permite que eles troquem informações durante seu períodos de trabalho a fim de se protegerem de regiões de risco na cidade, construindo uma rede que possam auxiliá-los caso passem por assaltos ou problemas mecânicos com seus carros. Como relata o autor ao descrever a entrevista que fez com um dos interlocutores de sua pesquisa:

“No dia em que conversei com o mesmo, até as 23 horas já haviam ocorrido duas tentativas de assalto na cidade, fracassadas graças ao sistema de comunicação entre os motoristas, que possuem códigos específicos para alertar que estão em perigo para os colegas” (Rosa 2012:538).

Aqui, vemos que um tipo de solidariedade social entre motoristas de táxi é possível pela maneira como o rádio permite com que os taxistas interajam e façam circular informações específicas.

No trabalho de De Faria & Kopper (2017) sobre o fenômeno popularizado como rolezinhos, a questão da infraestrutura parece atravessar o trabalho por dois eixos centrais. Primeiro, pela infraestrutura material em que os rolezinhos aconteciam, os shoppings centers de grandes centros urbanos no Brasil. Segundo, pelo aparelhamento sociotécnico que permitia que os rolezinhos fossem organizados, a saber redes sociais como Facebook. Assim, a maneira como essas duas infraestruturas constituem mutuamente um processo de movimento de informações (através das redes sociais) e pessoas (através da infraestrutura dos shopping centers) são aspectos fundamentais para as várias interpretações dos significados socioantropológicos desse fenômeno. Desse modo, De Faria & Kopper mostraram como as formas de solidariedade que emergiram a partir da interação entre essas infraestruturas⁴ era um locus para se perceber uma mobilidade urbana que ensaiava o novo arranjo de classe que ganhou forma com o lulismo (Singer 2012). Nesse sentido, uma das principais problematizações que os rolezinhos colocaram à baila foi como aqueles

infraestruturas do consumo, ao serem habitados por jovens (em sua maioria negros) de periferia até então excluídos desses espaços foram vistas como um horizonte para se compreender qual era a forma de combate a desigualdade proposta pelo governo federal à época (uma ênfase na inclusão social através do acesso ao consumo) bem como quais eram os movimentos pela cidade que elas vinham acompanhados, a saber jovens que se organizavam por uma infraestrutura virtual e saíam de bairros periféricos para ‘rolezar’ em bairros de classe média. Embora as várias interpretações desse fenômeno não chegue a um consenso sobre seu significado político, todos eles reconhecem como as várias infraestruturas que o constituem permitem formas de associação específicas que se traduzem em modelos coletivos de movimento pela cidade.

Mesmo tratando de temáticas distintas, ambos os trabalhos demonstram como a interação entre infraestruturas específicas formulam coletividades singulares que se movem ao seu jeito pela cidade. De fato, os trabalhos evidenciam que a infraestrutura formula certas possibilidades de reunião, trocas simbólicas e movimento através da cidade. Nesse sentido, vemos aqui que as infraestruturas têm um papel ativo na maneira como atores políticos se associam tanto para reivindicar a presença em novos espaços quanto para elaborar defesas sobre suas situações de trabalho.

Trabalho platarformizado

A precarização do trabalho no Brasil certamente não é inaugurada pelos trabalhadores por aplicativo, seja os entregadores de Rappi e Ifood ou os motoristas de Uber. De fato, em ‘A política do precariado’ (2013), Ruy Braga faz um breve apanhado histórico da precarização do trabalho brasileiro, discutindo desde a formação dos primeiros sindicatos no ABC paulista durante o governo Vargas até os trabalhadores das call centers que dominaram a cena do trabalho brasileiro na primeira década do século vinte e um. Assim, embora elementos como medo do desemprego, longas jornadas de trabalho

e luta por redes de assistência social estivessem presentes em todas as fases descritas por Braga, elas aparecem através de formas específicas de interação entre os trabalhadores e destes para com as redes de comando e gerenciamento que os interpelam. Para as etnografias que acompanhavam essas trajetórias, uma questão central sempre foi a de formular categorias que pudessem descrever as relações que singularizam as distintas precarizações do trabalho.

Aqui, enxergar o aplicativo como uma infraestrutura que organiza, avalia e controla a rotina dos trabalhadores plataformizados parece ser aquilo que singulariza essa nova forma de precarização. Desse modo, o aplicativo parece ser o gestor do trabalhador ao impor o valor de seu trabalho (através dos preços das corridas sugeridos pelo aplicativo), ao fornecer um sistema em que ele vai ser avaliado pelos clientes e ao distribuir as solicitações das viagens de maneira específica através de uma variedade de motoristas. Assim, embora empresas como a Uber se apresentem como meros mediadores entre demanda de passageiros e oferta de motoristas (Slee 2017), a observação dos cotidianos desses trabalhadores permite evidenciar que a gramática de distribuição dessas informações, como mostrarei no desenrolar do texto, atende a uma forma específica de organização no sentido de maximizar as possibilidades de lucro para Uber e de diminuir as possibilidades de autonomia para os motoristas. De fato, expor essas dinâmicas de distribuição é tensionar a infraestrutura do aplicativo e mostrar que ela é menos algo que simplesmente está lá pronta para ser usada (Bowker *et al* 2010) do que algo que é atravessada por decisões políticas e administrativas que acabam por formular variadas formas de desigualdade. Assim, se esses aplicativos podem ser vistos como algo dado por seus usuários, a sua construção passa por processos complexos de debates entre desenvolvedores, engenheiros, técnicos e administradores. Mesmo que muitas vezes mascarados por um discurso meramente técnico, o resultado desse desenvolvimento produz consequências sociais, políticas e subjetivas em uma variedade de sujeitos sociais que são interpelados pelas ações desses aplicativos. Nesse sentido, enxergar as

infraestruturas nos permite desvelar as razões políticas, éticas e sociais que foram tomadas na formulação de uma infraestrutura específica (Bowker *et al* 2010).

Nesse sentido, o esforço de Rosenblat & Spark (2016) parece ser justamente o de mostrar, em experiências localizadas, como a interação dos motoristas com o aplicativo Uber é um locus para se observar as consequências políticas dessa infraestrutura da mobilidade. Assim, a partir de análises de posts dos motoristas de Uber em fóruns online e de entrevistas com motoristas feitas em algumas cidades nos Estados Unidos, ela faz uma análise detalhada de como os motoristas experienciam o trabalho sob o regime de distribuição de informações do aplicativo demonstrando, por exemplo, como a ausência do destino do percurso dos passageiros no aplicativo quando os motoristas aceitam uma viagem permite que estes corram o risco de aceitar corridas que podem não ser rentáveis a eles. Desse modo, por não ter acesso a essa informação os motoristas têm dificuldades em planejar os movimentos pela cidade no sentido de maximizar suas possibilidades de lucro. Sobre isso, fala um dos motoristas entrevistados pela antropóloga ao relatar sua decepção com essa dinâmica do aplicativo: “Você está dirigindo à cega. Quando acontece o chamado, você pode dirigir 15 minutos para levar alguém em uma distância de meia milha” (Rosenblat & Spark 2016:3762). De fato, mesmo que o motorista queira recusar a viagem, ele corre o risco de ser desativado pela Uber como punição. Nesse sentido, mesmo que a Uber atraia os motoristas pela ideia de que eles podem programar seus cotidianos sem responder a uma estrutura hierarquia, a maneira com que a infraestrutura do aplicativo enquadra a informação distribuída permite que eles mesmos questionem a lógica da empresa:

“Se nós somos contratantes independentes, nós deveríamos ter o direito de recusar. Se eu olhar e ser 3:00 da tarde e o cara está indo para o JFK (aeroporto em Nova York), eu não vou aceitar. Quando eu chego na localização do cara e eu vou para o JFK, eu não vou querer fazer quarenta dólares por três horas de trabalho... Eles nos dizem que é nossa escolha quando nós queremos aceitar uma corri-

da ou não, então como eles nos penalizam por isso?” (Rosenblat & Spark 2016:3762).⁵

Aqui, vemos que o controle da circulação de informações do aplicativo formula um tipo específico de fragilização das relações de trabalho baseado no desconhecimento dos motoristas acerca do destino de suas mobilidades.

Outra maneira através da qual tal desigualdade informacional se faz presente no trabalho de Rosenblat é a partir do sistema de notas criado pelos desenvolvedores do aplicativo ao colocar a responsabilidade de avaliar o serviço de seus motoristas nos passageiros inscritos. Estes, depois que terminam sua viagem, são convidados pelo aplicativo a dar uma nota de um até cinco estrelas para os motoristas. Desse modo, se a média dos Ubers ao longo de um mês de trabalho for menor do que 4,6 eles começam a receber avisos da empresa e, caso as médias persistam, eles podem ser desativados do aplicativo. A partir dessa dinâmica, a Uber faz tanto seu controle de qualidade quanto se omite de contratar empregados que possam avaliar o desempenho de seus motoristas. Como aponta Rosenblat, a partir dessa relação é possível observar como as informações são distribuídas diferencialmente entre motoristas e passageiros já que enquanto aqueles desconhecem o próprio destino de suas viagens estes podem acompanhar todo o trajeto de seus motoristas e elaborar avaliações baseadas no acesso diferencial dessas informações.

Nesse sentido, se, por um lado, os aplicativos fornecem uma série de mecanismos através do qual os passageiros podem realizar suas avaliações, por outro, os motoristas têm frequentes restrições em questionar passageiros que o avaliem negativamente ou até mesmo em ter um conhecimento explícito do que os motivou em tais avaliações. Aqui, é importante evidenciar a constante ansiedade dos motoristas já que estes não podem saber qual passageiro (motivado por qual razão) poderia ter dado uma nota baixa a ele.

Nas entrevistas nas quais buscávamos relacionar percepções políticas aos relatos sobre precariedade enquanto os motoristas se mo-

viam pela cidade, vimos essa insegurança plenamente manifesta em boa parte dos diálogos, como é o caso do motorista Alexandre, de 33 anos. Este, no momento em que a entrevista com ele foi realizada (setembro de 2018)⁶, estava trabalhando como motorista de Uber há cerca de três meses. Com uma nota média de 4,73 (portanto quase no limite de receber um ‘recado da Uber’), Alexandre, mesmo relatando uma extensa rotina de trabalho (ele destaca como, mesmo quando está gripado ou com febre, chega em casa às vinte e duas horas e acorda no outro dia às quatro da manhã para começar a nova rotina de viagens), enxerga seu trabalho de forma positiva já que, ao ser “seu próprio patrão”, ele poderia escolher “o dia e a hora que quer trabalhar” sem precisar responder à estruturas hierárquicas. De fato, como sintoma dessa possibilidade de escolha, ele relata como, depois de ser assaltado quando levava um passageiro durante a madrugada, mudou o turno em que trabalha apenas aceitando viagens que fossem até às vinte e três horas, “sem passar mais disso”. No entanto, embora o senso de autovalorização esteja de certa forma presente, a ansiedade de não conseguir prever o comportamento de seus passageiros é algo frequente no relato de suas experiências cotidianas:

Pronto, essa semana eu fui reportado no sábado porque a mulher colocou mau cheiro no carro mas eu tenho cuidado, eu comprei essência, comprei álcool de fazer perfume para colocar no carro. Aí o carro tem perfume de carro e ela colocou que o carro estava com mau cheiro. Então a Uber ela não quer saber, se você chegar lá e colocar uma estrela ela não vai nem querer saber o que foi, às vezes ela dá a opção de você dizer, marcar lá né, quais foram os problemas mas simplesmente vai chegar lá e baixar a minha nota. Ela quer saber a opinião do passageiro, o motorista não tem direito a nada.

Se essa dinâmica é justificada pela empresa a partir de uma responsabilidade em proteger a identidade dos passageiros, ela, todavia, torna mais difícil para os motoristas perceberem o que poderia ter mudado em suas performances para justificar uma avaliação baixa (Rosenblat *et al* 2016). Além disso, as más avaliações também podem

ser motivadas por fatores que não estão no controle dos motoristas. Como afirma Rosenblat *et al*:

“Alguns motoristas observam que eles recebem notas baixas como resposta a uma variedade de coisas que não está em seu controle, como: preços altos, mal funcionamento do GPS, passageiros que colocam locais errados de partida, pegar passageiros que não estejam em conformidade com as regras locais e da Uber como pegar mais passageiros do que a quantidade de cintos existentes no carro” (Rosenblat *et al* 2016:6).

Rosenblat ainda mostra como potenciais preconceitos de raça podem ser operacionalizados por tais desigualdades informacionais. Através de uma síntese de como tais preconceitos ocorrem em espaços virtuais de avaliação de serviços, a autora mostra como as avaliações no aplicativo Uber podem se relacionar com o que ela chama de uma avaliação enviesada por fatores raciais. Aqui, ela evidencia que a impessoalidade dada aos passageiros pela infraestrutura do aplicativo permite que a associação entre nota e raça não possa ser feita por instituições que mapeiam tais relações em arenas tradicionais de trabalho ao evidenciar que as próprias formas de controle e legislações existentes acerca da discriminação em ambientes de trabalho não conseguem se adereçar a um contexto formado tanto pela ausência de uma relação direta entre trabalhador e empresa (a partir da qual a responsabilidade do controle poderia ser atribuída a uma instância da relação) quanto pela impossibilidade de se associar uma avaliação potencialmente enviesada à um cliente específico (Rosenblat *et al* 2016). Assim, a própria dinâmica do aplicativo parece não admitir a possibilidade de que tais relações possam vir a atuar no processo de avaliação dos motoristas, não fornecendo interações através da qual os motoristas poderiam denunciar avaliações enviesadas por questões raciais ou por reclamações em relação a algo que não está no seu controle.

Algoritmos, mobilidade urbana e as promessas da infraestrutura

Como aponta a literatura sobre sociologia do trabalho, tais dinâmicas de circulação de informações na esfera do trabalho é “resultado

de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho” (Abílio 2019:2)⁷. Nesse sentido, sendo a uberização (termo que parece sintetizar na esfera pública as dinâmicas descritas até aqui) uma consolidação de décadas de políticas neoliberais que envolvem a eliminação de direitos do trabalho e novas formas de subjetivação (Dardot *et al* 2016) ela, ao mesmo tempo, parece “materializar um novo estágio desse processo” (Abílio 2019:2) na medida em que, com uso das plataformas, dispersa o trabalho sem perder o controle sobre ele (Abílio 2019:2)⁸. Essa dispersão exige que o motorista passe por uma nova forma de recrutamento ao trabalho que não mais atende a um contrato entre diferentes instâncias (mesmo que sujeito a rotatividade) mas a uma lógica na qual ele precisa sempre estar disponível e conectado ao aplicativo mesmo sem saber a lógica de distribuição das suas viagens, de seus preços e de suas avaliações. Aqui, o trabalhador não é mais um contratado, mas alguém que, como afirma Abílio (2019), se engaja no trabalho.

Nesse contexto, o algoritmo, cuja operacionalidade não se abre para aqueles fora das centrais de gerência da Uber (Slee 2017), é o formulador de uma nova forma de mobilidade que nem se baseia em um reconhecimento coletivo de possibilidades de ascensão social como visto com os rolezinhos (De Faria *et al* 2017) nem em uma rede de comunicação comum que vise a defesa de situações de trabalho específicas como evidenciado a partir dos motoristas de táxi (Rosa 2012). De fato, o controle de dados feita pela empresa implica em um movimento pela cidade alienado que deságua em uma impossibilidade dos motoristas cumprirem o que parece ser tanto a lógica atrativa da empresa quanto a própria promessa das políticas neoliberais, a saber a ideia de que esses trabalhadores se tornem empresários de si mesmos, como aponta Alexandre. Nesse ponto, cabe trazer à tona as considerações de Pierre Dardot e Cristian Laval ao falarem que, além de uma política econômica que presume limites de gastos do Estado em políticas sociais, o neoliberalismo implica em formas específicas

de governar a si mesmo no sentido de dimensionar todas as facetas da vida social como entidades que podem se traduzir em uma margem de lucro. Aqui, a empresa ocupa uma papel central nessa forma de governamentalidade ao se aproveitar de um contexto de medo da espoliação (já que as políticas de estado neoliberais se voltam para o corte de direitos sociais e trabalhistas) e traduzir isso em motivação para a construção de indivíduos em competição (Dardot *et al* 2016). Assim, a partir de um arcabouço de valores e princípios que envolvem a “energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade” (Rose 1996 *apud* Dardot *et al* 2016:333) a empresa neoliberal conduz seus ‘associados’ como entidades que precisam inovar e redefinir seus objetivos continuamente já que eles não possuem mais redes de assistência que poderiam protegê-los do desemprego e outras fragilidades sociais como doenças crônicas e acidentes de trabalho. Como afirmam Dardot & Laval:

“Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos” (Dardot *et al* 2016:333).

No neoliberalismo, esse modo de gerência não parte apenas da empresa mas se torna o objetivo de vida do próprio sujeito que presta serviços de modo que objetivo empresarial e pessoal aparecem socialmente como um só. Já que habita em contexto de insegurança social, os riscos dessa nova forma de gerência caem sobre as costas do trabalhador que se utiliza desse mesmo afeto como motivador de suas ações e de suas dinâmicas. Ademais, a busca por inovação aparece como fundamento central para conseguir se situar em um mundo de ausência de redes de assistência (Slee 2017; Antunes 2018), este termo permite que essas empresas se omitam juridicamente de um arcabou-

ção de responsabilidades jurídicas para com seus contratados. Como mostram vários estudos na Uber, o envolvimento nessas dinâmicas se dá a partir dos disparos de mensagem feitos pela infraestrutura do aplicativo a partir do qual a empresa monitora o desempenho dos motoristas. Assim, se eles estiverem com uma sequência de notas negativas¹⁰, os aplicativos enviam mensagens com recomendações de como o motorista poderia ‘inovar’ ou se ‘reinventar’ para reconquistar uma boa média. Sobre essa dinâmica de envio, Rosenblat *et al* (2016) nos diz algo relevante:

“Enquanto o sistema de notas avisa a Uber sobre motoristas que tenham uma performance insuficiente, ela também provêem um contexto através do qual a Uber pode comunicar comportamentos desejáveis para seus motoristas. Isso pode vir na forma de notas genéricas que listam uma série de bons e maus comportamentos ou referências até comentários específicos dos usuários como ‘você recebeu um aviso por falar demais’. Os motoristas que recebem essa notificação são redirecionados para um site que fornece a eles conselhos detalhados para as interações durante as viagens, como ‘se eles não estiverem engajando com a conversa, o silêncio pode ser a chave aqui’” (Rosenblat *et al* 2016:5).

Aqui, tais mensagens fazem a gerência das mínimas atitudes dos motoristas no sentido de estimulá-los a racionalizar cada aspecto de seus comportamentos. Para tanto, o aplicativo ainda envia as notas dos motoristas mais bem ranqueados na empresa em uma dada região (com os elogios recebidos por estes no aplicativo) (Rosenblat *et al* 2016), para estimular outros motoristas a melhorarem seus respectivos desempenhos. Nesse ponto, a ideia de Dardot & Laval (2016) de que os trabalhadores se tornam entes em constante competição parece particularmente adequada.

Ainda como forma de controle, a Uber também pode mudar o status dos motoristas de Uber no aplicativo de modo a fazer com que ele saia da categoria ‘Uberx’ (motoristas que recebem maiores quantias por viagens) e volte a ser um Uber comum. Portanto, o controle de qualidade é feito por um gerenciamento algorítmico que controla

o desempenho dos motoristas seja através do envio de ‘mensagens de desempenho’, seja através de estímulos e bonificações por desempenhos mais bem geridos.

No entanto, se a infraestrutura do aplicativo conduz o processo de neoliberalização do trabalho desses motoristas por estímulos flexíveis ao controle de desempenho, ela também impede que as informações do aplicativo circulem de forma a dar condições desses motoristas a racionalizarem seus desempenhos. Portanto, como as dinâmicas dos algoritmos não são reveladas aos motoristas (e, por conseguinte, a lógica de aumento ou diminuição de preço das viagens a depender da hora e/ou região da cidade) os motoristas conduzem seus movimentos baseados em conhecimentos tácitos sobre suas próprias rotinas enquanto motoristas e o que, a partir delas, poderia levar a melhoria da renda adquirida por dia de circulação. Essa racionalização do trabalho que parece ser baseada em uma distribuição seletiva das informações do aplicativo faz emergir um tipo de mobilidade que chamo aqui de mobilidade alienada. Alienada porque os sujeitos que atravessam a cidade a partir dessa dinâmica estão alheios ao arcabouço de informações que constituem suas rotinas e seus movimentos pela malha urbana. Aqui, o gerenciamento algorítmico parece conduzir um processo de estranhamento do motorista em relação a cidade em que ele mesmo circula. Podemos ver essa percepção plenamente manifesta quando os motoristas, já que só podem cancelar uma quantidade limitada de viagens (importante lembrar que se tiver muitos cancelamentos o motorista pode ser desligado da Uber), são obrigados a entrar em regiões da cidade desconhecidas por eles, o que implica em riscos com multas de trânsito e entrada em áreas violentas. Se os seus conhecimentos tácitos como motorista podem preveni-los desses infortúnios, esses saberes também trazem consequências para seu processo avaliativo no aplicativo.

Acerca disso, o motorista Roberval, de 29 anos, diz algo esclarecedor. Ex-operador de Telemarketing (quando foi demitido assim que a crise econômica de 2016 se aprofundou), Roberval é motoris-

ta de Uber (com um nota média no aplicativo de 4,83) há cerca de oito meses. Como precisa dividir o tempo enquanto motorista com sua faculdade de telemarketing (que ele cursa online), Roberval tenta construir uma rotina que, por um lado, dê condições de alcançar a meta de renda posta por ele diariamente e, por outro, de cursar sua faculdade bem como manter hábitos saudáveis como ter uma rotina na academia e ter tempo para cozinhar “um negócio mais saudável” como “um arroz integral e um peito de frango grelhado”. No entanto, conseguir atender a essas dimensões exige dele um aprendizado diário acerca dos melhores horários e regiões da cidade para circular:

Todo dia eu aprendo. Hoje mesmo eu estava fazendo uma meta de fazer duzentos e setenta reais, né? Setenta de combustível e duzentos por gás. Aí o que é que eu faço, eu saía de sete da manhã e ia até dez da noite, onze horas da noite, trabalhava doze catorze horas por dia. E às vezes eu não conseguia fazer esse dinheiro. Aí hoje em dia eu criei outro método, né? Primeiro eu saio de manhãzinha de seis...seis e meia eu saio. Aí eu fico rodando até dez horas da noite/dez da manhã, né?

Nesse sentido, Roberval relaciona os conhecimentos acerca dos horários mais rentáveis para circular com os das regiões que geralmente diminuem as suas notas:

Aí eu deixei de rodar mesmo nesses locais assim de zona subúrbio e zona periférica. Aí minha nota melhorou bastante, entendeu? Eu descia, eu abria e lá é muito morro, muita ladeira, tem local de difícil acesso que a gente não tem como entrar, aí o cliente não entende isso, aí ele pega e dá uma nota baixa de pirraça. Aí a nota baixa pra gente prejudica muito.

Nesse relato, vemos a tentativa do motorista em se desvencilhar da mobilidade sugerida pelo gerenciamento algorítmico ser punida pela própria dinâmica de notas estabelecida pelo aplicativo. Aqui, se uma possibilidade de compreensão das infraestruturas é buscar entender o que elas prometem enxergando como certas moralidades atuam na formulação dessas promessas (Appel *et al* 2018) vemos aqui que ela também impossibilita o desdobramento das mesmas racionalidades

que elas colocam como desejáveis. Nesse sentido, mais uma vez a ideia de empresário autônomo, prometida pela empresa como um atrativo para novos motoristas (Slee 2017), é contraposta à um modelo de gerência que não fornece ao motorista possibilidades de conduzir individualmente uma rotina que escape das dinâmicas de comando do aplicativo. Essa impossibilidade é algo constitutivo de um gerenciamento que organiza a mobilidade pela cidade no sentido de inviabilizar as possibilidades de autonomia acerca do tipo de circulação que será assumida uma vez que os espaços para criatividade e inovação (Dardot *et al* 2016) aparecem *infraestruturalmente* inviabilizados.

No entanto, as circunstâncias etnográficas a que tive acesso também puderam nos dar um outro eixo de possibilidades para analisar essa questão. Desse modo, outra temática relevante para o desvelamento das infraestruturas é o de como suas promessas se adereçam a certos sujeitos marginalizados que estão situados em condições sociais específicas (Appel *et al* 2018). Aqui, a experiência etnográfica parece ser uma forma de observar como as infraestruturas são mobilizadas a partir de determinadas circunstâncias de interação. De fato, apenas tratando as infraestruturas como algo relacional (Appel *et al* 2018) se é possível desvelar as condições de resistência de certos sujeitos sociais às infraestruturas que modelam suas respectivas precariedades. Nessa pesquisa, isso está manifestado na maneira como o motorista Roberto, através de conhecimentos tácitos sobre a cidade do Recife, desvia de certas regiões consideradas por ele como perigosas. Roberto, de 32 anos, tem uma nota média no aplicativo de 4.95 e é motorista do Uber há cerca de quatro meses. Antes de se tornar motorista, Roberto trabalhava em uma empresa (que ele opta por não descrever detalhadamente) há cerca de quatro anos. Depois de ter recebido promessas não cumpridas pelo seu ex-chefe, Roberto pede demissão e decide abrir sua própria empresa. Para conseguir arcar com os investimentos iniciais de seu novo negócio, Roberto decide rodar como Uber muito embora ache que é apenas um trabalho temporário até que ele consiga ‘alavancar’ seu empreendimento. Mesmo estando apenas em

seu quarto mês enquanto motorista e enxergando esse trabalho como algo temporário, Roberto compartilha alguns dos conhecimentos que já acumulou em seu ir e vir pela cidade. Nesse sentido, ele relata, a partir de um diagnóstico das regiões potencialmente perigosas, alguns dos ‘macetes’ que adquiriu:

Várzea é muito perigoso ali. Tem que andar com um olho no padre e outro na missa. É muito perigoso ali a Várzea. Muito assalto, tanta coisa, você sai do seu trabalho, você cumpriu sua meta, sua jornada de trabalho. Vem um assaltante, vai e lhe mata...

Ao relatar como ele lida com essa região, assim nos falou o mesmo condutor:

Para quem roda de Uber existem algumas dicas, né? Alguns macetes que você vai fazendo e consegue evitar. Se é uma localidade que a gente conhece que tem um grau de periculosidade perigoso aí, por exemplo, eu vou deixar você lá. Tudo bem, eu deixo. Mas quando te deixar lá, eu desligo o aplicativo e saio logo de lá para não receber outras corridas pra lá.

Assim, a partir de uma associação entre conhecimento geográfico da violência urbana de Recife com habilidades para se interagir com o aplicativo, Roberto encontra meios de desviar do controle algorítmico. Nesse sentido, a experiência local dos motoristas nos dá condições de entender como essas infraestruturas são mobilizadas, modeladas ou até mesmo burladas pelas vivências de sujeitos sociais marcados por experiências de precariedade situadas em um contexto urbano de medo da violência.

Além disso, a ênfase na circunstância etnográfica traz a tona a maneira com que os motoristas, em suas interações com as infraestruturas, reorganizam as experiências no espaço/tempo (Appel *et al* 2018) tal qual são sujeitas inicialmente à eles pelo gerenciamento algorítmico. Desse modo, se, por um lado, os aplicativos podem ser lidos como instâncias que comprimem o espaço/tempo, conectando motoristas e passageiros através de uma operação algorítmica que faz com que ambos circulem por determinados espaços por certos perío-

dos de tempo, por outro, as ações de motoristas como aquela descrita anteriormente fazem com que certas gramáticas de circulação espacial possam ser rompidas. Nesse sentido, podemos pensar nessas ações como micropolíticas através das quais os motoristas amenizam sua realidade precária, exibindo uma certa agência frente às infraestruturas. Ademais, essas respostas dos motoristas às dinâmicas do aplicativo nos permitem tensionar a noção de mobilidade alienada e nos levar a questionamentos como: Que tipos de saberes sobre a cidade podem emergir de uma experiência de controle algorítmico?

Além das especificidades urbanas de Recife, as singularidades do contexto econômico brasileiro, na qual o índice de desemprego em 2016 chega na casa dos 12% (Reuters 2017) com baixas diminuições nos anos seguintes, permite que a possibilidade de circular com a Uber seja assimilada por boa parte dos motoristas entrevistados por mim como um alívio perante o medo crescente do desemprego. Desse modo, nos relatos que abordam o contexto de inscrição na Uber, esses motoristas exibem reflexões como: “eu tava trabalhando só que aí eu fui demitido, aí eu decidi começar a rodar de Uber para tentar conseguir...manter as contas em dia” ou “tava desempregado aí...apareceu a oportunidade, né? de trabalhar”. Nesse sentido, os receios de ser incapaz de arcar com despesas básicas permitem uma determinada maneira de subjetivar a forma de trabalho que os aplicativos propõem a esses motoristas. Portanto, estimulados a falar sobre o contexto econômico político, haja visto o contexto em que essas entrevistas foram realizadas, esses motoristas elaboram esforços para entender como a Uber se insere tanto em suas vivências circulando pela malha urbana de Recife quanto nas precariedades geradas por uma crise político-econômica que se alastrou no Brasil.

Em suma, a importância de um conhecimento geopoliticamente localizado para o tipo de questão que se formula acerca da infraestrutura dos aplicativos de corrida compartilhada parece ser o desafio para antropólogas e antropólogos que queiram desenvolver análises significativas nessa área. Nesse sentido, assim como mostrei que as

questões mobilizadas pelos motoristas de Uber entrevistados por mim se relacionam com realidades urbanas e nacionais singulares, os motoristas entrevistados por Rosenblat também se referem a contextos localizados quando, por exemplo, um deles se decepciona em aceitar uma viagem que o leva até aeroporto de Nova York. No entanto, o desafio específico dos pesquisadores do sul precisa ser o de ter sensibilidade para buscar relações entre temáticas que constituem a relação dos motoristas com a geografia urbana das cidades dessa região (como violência e precariedade das pistas com seus aclives, declives, morros e regiões de difícil acesso) e as questões político-econômicas dos países situados na periferia do capitalismo que influem nas maneiras com as quais esses motoristas se enxergam enquanto trabalhadores plataformizados.

Podem os algoritmos servirem a uma política democrática da cidade?

O corte analítico entre mobilidade e trabalho que utilizamos no desenrolar deste artigo nos fornece uma possibilidade de se adereçar àqueles que veem nos serviços de corrida compartilhada um caminho para democratizar o espaço urbano. Os defensores dessa tese afirmam que os baixos preços da Uber em comparação com os táxis permitem que indivíduos se locomovam pela cidade com apenas a pressuposição de que tenham o aplicativo baixado em seus smartphones. Isso é criticável, sobretudo, porque coloca como auto evidente a capacidade de uma variedade de sujeitos, advindas de uma série de locais sociais distintos, em interagir com as especificidades dessa infraestrutura. Vemos isso seja na pressuposição de que todos teriam acesso a uma rede 3G/4G capaz de suportar o aplicativo em seus celulares ou nas considerações de que indivíduos desacostumados com tais tecnologias poderiam solicitar ou cancelar uma viagem sem maiores dificuldades. Além disso, os ‘preços baixos’ estão na verdade sujeitos ao tipo de mediação entre demanda e oferta tal como é feito pelos algoritmos das empresas de modo que, a depender desses fatores, o preço do

percurso de uma área à outra da cidade pode aumentar ou diminuir por razões que não aparecem de forma clara. Por conseguinte, este fator pode inviabilizar com que uma variedade de indivíduos arquem com os preços alcançados por essas constantes flutuações. Isso parece se exacerbar ainda mais quando consideramos, como um dos motoristas citados anteriormente sugere, que eles deixam de atuar em certas áreas da cidade por considerarem elas como perigosas ou de difícil acesso de modo a tornar inviável a oferta dos serviços da Uber para os habitantes de locais como estes.

Portanto, tal ‘democratização do espaço urbano’ parece estar absolutamente sujeita a um ente cuja operacionalidade não está aberta nem a motoristas, nem a passageiros e nem aos atores públicos. Nesse ponto, cabe voltar a citação inicial de Bruno Latour. Ali o autor aponta para a ideia de que um coletivo que possa servir a vivência democrática precisa estar apto a reconhecer seus limites internos e as controvérsias que sempre o posicionam de maneira instável e o fazem estar em um constante mapeamento de novas entidades que possam dar algum tipo de resposta (sempre provisória e limitada) às suas controvérsias. Aqui, a ideia de democracia emerge menos da ideia de uma democracia formal já constituída (típica da ideia de democracia liberal) do que de um movimento de busca ininterrupta por novas associações entre humanos e não-humanos que possam desvelar os portavozes que falam pelas novas entidades capazes de tensionar a pretensa estabilidade do coletivo. Para ele, a presença dessas entidades, depois de descobertas, deveriam necessariamente passar por um processo de provação na vida pública nas quais suas condições de inserção e seus efeitos para o coletivo poderiam ser discutidos e, por conseguinte, aceitos ou renegados. Para tanto, ele faz referência a necessidade de acompanhar “os conhecimentos de administradores, cientistas, políticos, economistas e moralistas” (Latour 2018:286) como pré-condição para se compreender o que está em jogo na constituição desses coletivos. Em nosso contexto, essa reflexão nos remete a necessidade dos esforços de intelectuais, movimentos sociais e instituições de Estado em

mapear e trazer à cena pública os conhecimentos de programadores, designers, administradores e ceo's responsáveis pela construção e viabilização coletiva dos algoritmos que modelam as vivências descritas nesse artigo de modo a colocar esses saberes menos como algo dado do que como algo que coloca sucessivas controvérsias para a disputa pública acerca das formas de mobilidade urbana. Assim, se quisermos colocar esses aplicativos e seus algoritmos como entidades que podem de fato servir a vivência democrática da cidade, eles precisam estar em outras condições de abertura para a sociedade civil e suas organizações. Por fim, a necessidade de um esforço como esse coloca em cena um novo horizonte para se compreender em quais termos a questão do direito à cidade está inserido.

Considerações finais

Assumir a definição de infraestrutura proposta por Brian Larkin (2013) citada no início do texto para se compreender a mobilidade urbana nos dá possibilidade de mapear que tipo de movimento (acompanhada de quais sentimentos coletivos e racionalidades) emergem a partir das formas através das quais certas infraestruturas organizam a circulação de informações e pessoas (Larkin 2013). Assim, se os shopping centers aliadas às redes sociais apareciam como entidades que permitiam que certo sentimento de classe pudesse ser performado (De Faria *et al* 2017) ou as rádios dos taxistas permitiam que estes se interligassem na vivência de uma mesma realidade laboral (Rosa 2012), os aplicativos aparecem como infraestruturas nas quais, ao alienarem os motoristas da própria vivência urbana, inviabilizam as possibilidades de associação coletiva. Isso se justifica não apenas pela impossibilidade dos aplicativos em conectar os motoristas, mas também a partir da maneira através da qual o algoritmo da Uber organiza e controla o trabalho *entre* os motoristas. Nesse sentido, nas mensagens disparadas pela empresa (Rosenblat & Spark 2016), como foi dito anteriormente, o desempenho dos trabalhadores conectados circulam por eles com o intuito menos de proporcionar a emergência de alguma forma de as-

sistência mútua do que para servir como estímulo para a competição entre os próprios motoristas. Assim, a infraestrutura algorítmica que busquei descrever até aqui parece basear seu gerenciamento em duas dimensões que se retroalimentam. Por um lado, na impossibilidade dos Ubers conduzirem seus movimentos urbanos de forma autônoma e, por outro, na gerência de uma forma laboral ausente de garantias, sejam elas uma renda básica ou uma possibilidade de associação com um outro imerso em situações laborais semelhantes. No entanto, através de vivências geopoliticamente localizadas, a pesquisa feita com os Ubers me mostrou que embora alienados do conhecimento de suas mobilidades, os motoristas, mesmo sem possibilidades de se associar coletivamente, conseguem elaborar formas de burlar essas infraestruturas da mobilidade, dando uma latência específica as operações sugeridas pelo aplicativo. Aqui, aparece um desafio central para aqueles que queiram realizar pesquisas sobre o trabalho plataformizado, o de localizá-lo em sua relacionalidade com certos contextos urbanos e realidades político-econômicas.

Ademais, a aproximação entre infraestrutura do trabalho e mobilidade permitiu evidenciar como uma específica experiência de precarização modela um certo tipo de movimento pela cidade que se torna possível pelas formas com as quais os aplicativos tanto organizam as informações distribuídas quanto a partir dos modelos de interação que eles colocam como possíveis para passageiros e motoristas. Assim, esse movimento cortado por uma forma laboral que tem como organizador de suas dinâmicas a desigualdade informacional abre um novo horizonte para se pensar a mobilidade urbana. Esse entrecruzamento pode levar a questões ricas como, por exemplo, quais os desafios de se conduzir uma política de planejamento urbano a partir de um gerenciamento algorítmico que tem suas dinâmicas restritas aos programadores e desenvolvedores das empresas de tecnologia? Ou, com essa realidade configurada, quais as dificuldades que se colocam ao Estado para se mapear e, por conseguinte, construir planos de enfrentamento às arbitrariedades vividas pelos motoristas de Uber como, por exem-

plo, as variadas consequências do racismo algorítmico¹¹? Um possível caminho para a resposta dessas perguntas pressupõe necessariamente a capacidade dos movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade bem com as pautas de democratização dos seus espaços e de seus serviços públicos em colocar na ordem do dia a agenda do que Morozov & Bria (2020) descrevem como soberania digital. Para os autores, esse termo aponta para a “capacidade dos cidadãos de terem voz e de participarem na operação e na destinação das infraestruturas tecnológicas que os rodeiam” (Morozov & Bria 2020:80) de modo que os dados que servem ao controle privado de um punhado de empresas se traduzam em informações capazes de sanar os graves problemas causados por políticas neoliberais nos serviços públicos das grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, a soberania digital exige uma crítica radical do neoliberalismo e da sua proposta política de resolução privada de problemas públicos como a ideia de que aplicativos como a Uber resolveriam tanto a questão do desemprego para os motoristas inscritos na empresa quanto poderiam fornecer acesso ao transporte para população. Como foi argumentado ao longo deste artigo, essas soluções se constituem pela exclusão de parcelas significativas das classes populares e de suas inserções específicas no espaço urbano bem como pela reprodução e aprofundamento de um trabalho precarizado que emerge justamente da apropriação privada das informações criadas pela interação de motoristas e passageiros quando estes solicitam e aceitam viagens pela infraestrutura do aplicativo.

Nesse sentido Morozov & Bria (2020) apresentam propostas relevantes no sentido de desalienar essas informações como, por exemplo, a instauração de códigos abertos para os aplicativos de corrida ou a construção de conselhos populares em âmbito municipal através dos quais as informações de empresas como a Uber poderiam servir às necessidades concretas dos usuários de transporte público, dos comerciantes informais e dos gestores municipais. Em um país de capitalismo periférico e dependente como o Brasil onde empresas multinacionais se inserem almejando expandir seu mercado e sua taxa de

lucro (inclusive através da variedade de informações produzidas pelas interações dos trabalhadores com as plataformas digitais que organizam sua própria exploração), o projeto de soberania tecnológica tem relação intrínseca com o de soberania nacional.

Notas:

¹ Esse artigo não poderia ter sido feito sem a parceria com o professor Benjamin Junge que, gentilmente, me concedeu a permissão para utilizar os dados de uma outra pesquisa que realizamos sobre motoristas de Uber e percepções políticas (Junge & Tavares 2020).

² Estudo recentemente publicado pela revista novos estudos Cebrap (Junge & Tavares 2020) presidenciais de 2018 (Junge & Tavares 2020).

³ O período de realização dessas entrevistas foi justamente durante as semanas que antecederam o primeiro turno das eleições presidenciais. Esse contexto parecia estimular os motoristas a discutirem questões sobre política e economia.

⁴ Os autores mostram, por exemplo, como os vídeos dos rolezinhos circulavam por grupos de facebook e como as lideranças desse movimento se popularizaram pelo compartilhamento dessas imagens.

⁵ Tanto este trecho quanto todos os outros dos artigos de Rosenblat foram traduzidos pelo autor.

⁶ Quando relatamos o tempo enquanto motorista de Uber dos interlocutores desta pesquisa, nos referenciamos sempre do período de motorista até a realização das entrevistas (Setembro e Outubro de 2018).

⁷ Embora a literatura sobre a precarização do trabalho aponte que no caso brasileiro os governos Lula e Dilma significaram um freio frente a essas políticas, é possível demonstrar novas categorias laborais que se expandiram durante esses governos (como os trabalhadores de call centers e as revendedoras da avon) que parecem exprimir de forma significativa o processo descrito por Abílio.

⁸ Portanto, a novidade aqui é menos a eliminação de direitos (embora esta se consolide) do que o novo tipo de gerência do trabalho que emerge a partir do trabalho mediado pelas plataformas digitais.

⁹ Aqui, mobilizamos o termo associado em aspas para descrever a maneira como a empresa neoliberal descreve sua associação com os trabalhadores.

¹⁰ Entendemos aqui nota negativa como aquelas abaixo da média aceita para que os motoristas prossigam inscritos na Uber. Essas notas podem variar de 4,5 até 4,7, a depender da cidade.

¹¹ Termo que se refere a forma como os algoritmos permitem a emergência de dinâmicas sociais racializadas. O estudo de Tarcísio Silva (2020) é ilustrativo nos

vários desdobramentos dessa questão ao mostrar, a partir do conceito de microgressões, como os algoritmos da google permitem que empresas exibam anúncios de crimes para usuários afroamericanos.

Referências:

- ABÍLIO, L. 2017. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. (<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>; acesso em 27/03/2021).
- _____. 2018. “Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista”. *Revista Margem Esquerda*, 31:54-61.
- _____. 2019. “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado”. *Revista Psicoperspectivas*, 18(3):41-51.
- _____. 2020. “Plataforma digitais e uberização: Globalização de um sul administrado?”. *Contracampo*, 39(1):12-26.
- ANTUNES, R. 2018. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. 2018. “Introduction: Temporality, politics, and the promise of infrastructure”. In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds): *The promise of infrastructure*, pp. 1-38. Duke: Duke University Press.
- BOWKER, G. C. et al. 2010. “Toward information infrastructure studies: Ways of knowing in a networked environment”. In HUNSINGER, J. et al (eds.): *International Handbook of Internet Research*, pp. 97-117. London: Springer.
- BRAGA, R. 2013. *A política o precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- DE FARIA, L. & KOPPER, M. 2017. “Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo”. *Anuário Antropológico*, 42(2):239-266.
- JUNGE, B. & TAVARES, A. 2020. “Subjetividades Móveis: sentidos de periferia e percepções da crise entre motoristas de uber em Recife”. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(1):03-123.
- LARKIN, B. 2013. “The politics and the poetics of infrastructure”. *Annu. Rev. Anthropol.*, 42:327-343.
- LATOUR, B. 2019. *Políticas da natureza: Como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Unesp.
- LAVAL, C. & DARDOT, P. 2016. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- MOROZOV, E. & BRIA, F. 2020. *A cidade inteligente. Tecnologias urbanas e democracia*. São Paulo: Ubu.

- REUTERS. 2017. Brasil fecha 2016 com recorde de 12,3 milhões de desempregados. Exame. (<https://exame.com/economia/brasil-tem-desemprego-de-120-no-tri-ate-dezembro-diz-ibge/>; acesso em 28/06/2020).
- ROSE, N. 1996. *Inventing Our Selves: Psychology, Power and Personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSENBLAT, A. 2018. *Uberland: How algorithms are rewriting the rules of work*. Oakland: University of California Press.
- ROSENBLAT, A. & STARK, L. 2016. "Algorithmic Labor and information Asymmetries: A case study of Uber's drivers". *International Journal of Communication*, 10(*):3758-3784.
- ROSENBLAT, A. et al. 2016. Discriminating tastes: Customer ratings as vehicles for bias. (https://datasociety.net/pubs/ia/Discriminating_Tastes_Customer_Ratings_as_Vehicles_for_Bias.pdf; acesso em 27/03/2021).
- STAR, S. L. 1999. "The ethnography of infrastructure". *American Behavioral Scientist*, 43:377-91.
- SILVA, T. 2020. "Racismo algorítmico em plataformas digitais: Microagressões e discriminação em código". In SILVA, T. (ed.): *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos*, pp. 120-137. São Paulo, Brasil: Literarua.
- SINGER, A. 2012. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das letras.
- SLEE, T. 2017. *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante.

Abstract: This article aims to analyze how the infrastructures of shared running applications allow a specific type of movement through the urban network. So, through a revisit of how the issue of infrastructure is present in some works in Urban Anthropology, I discuss how application infrastructure poses a series of new questions for understanding mobility (such as the idea that ride-sharing drivers, immersed in a precarious situation, move in an alienated way through the city) that overflow the previous analysis on this subject. Furthermore, from a specific ethnographic context, I show how a perspective from cities in the global south can raise new questions about the contradictory relationship between drivers and the racing apps that challenge them. Finally, I suggest that the information distribution dynamics of these infrastructures go against a democratic experience of the city.

Keywords: Infrastructure, Mobility, Precariousness, Global south.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em outubro 2020.

Infraestrutura, Temporalidades e Vigilância: Um estudo sobre as tornozeleiras eletrônicas no Paraná

Helena Patini Lancellotti^a

O artigo apresenta parte da minha pesquisa de doutorado sobre as tornozeleiras eletrônicas, tendo como fio condutor os estudos de infraestrutura, objetos e vigilância. O estudo debruça-se sobre o uso das tornozeleiras eletrônicas como um *objeto fluido* e parte de uma infraestrutura do monitoramento eletrônico, composta por uma rede de elementos humanos e não humanos atuando de forma conjunta, tendo como finalidade o acompanhamento e vigilância de pessoas presas. Os dados são provenientes de observações realizadas no cotidiano de trabalho dos agentes penitenciários em funções administrativas na Central de Monitoração do Paraná e no espaço de manutenção desses aparelhos. Ao longo da pesquisa foi possível apreender como múltiplas temporalidades coexistem nesse trabalho de bastidores – distante de uma noção de infraestrutura como um projeto acabado – além de que seguir esses sistemas formados por materiais é também pensar em formas de governar pessoas e seus efeitos nas vidas cotidianas.

Tornozeleira eletrônica, Antropologia da infraestrutura, Estudos de vigilância, Monitoramento eletrônico.

Uma breve introdução

O objetivo do presente artigo é dialogar sobre os bastidores do trabalho de agentes penitenciários que trabalham na Central de Monitoração Eletrônica do Paraná e no Posto Avançado de Curitiba,

^a Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS -UFRGS). Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Email: helena.lancellotti@gmail.com.

tendo como fio condutor estudos do campo da Antropologia das Infraestruturas, reflexões sobre objetos e os Estudos de Vigilância. Meu propósito está em aproximar as áreas para dialogar sobre novas formas de vigilância na contemporaneidade que se distanciam de modelos clássicos baseados em ideias panópticas, sem perder de vista a forma como objetos e infraestruturas são centrais para a sua execução.

O monitoramento eletrônico foi criado nos Estados Unidos e funciona como um ‘camaleão’, pois adapta-se conforme interesses locais, podendo ser utilizado nas mais diversas fases da justiça criminal (tanto antes como após a prisão) e em distintas organizações judiciais (Nellis *et al* 2012). Existem diferenças nas tecnologias utilizadas para monitorar, que vão desde uma vigilância que ocorre por sistemas de GPS indicando a localização da pessoa (os mais utilizados no Brasil com as tornozeleiras eletrônicas) até aparelhos que utilizam sistemas de verificação de voz e medidores de nível de álcool. As finalidades também podem ser adaptadas conforme os intuitos locais, onde o monitoramento eletrônico pode ser utilizado como promessas de redução de custos e/ou para diminuir populações prisionais, integração na sociedade ou com ideias de maior controle (Nellis *et al* 2012). A adaptabilidade também tem a ver com interesses econômicos, visto que as empresas que fornecem essas tecnologias são privadas: quanto maior o alcance, maior a possibilidade de lucros.

Entendo o monitoramento eletrônico como uma infraestrutura global, formada por elementos humanos e não humanos que é adaptada aos mais distintos contextos. No Brasil, a flexibilidade do monitoramento eletrônico propicia que juízes¹ – figuras centrais no sistema penal brasileiro – organizem normativas para o uso das tornozeleiras eletrônicas, atuando também na definição de quais apenados poderão ter o aparelho no corpo. As regras (de quais territórios e em quais horários pode-se circular, por exemplo), carregamento e rompimentos dos aparelhos, assim como as punições para quem as descumpre, podem variar de estado para estado ou até mesmo dentro do mesmo município (como o caso de Curitiba).

É a partir desses regramentos instituídos em mandados judiciais que a empresa privada Spacecom – vencedora da licitação no Estado do Paraná – alimenta e organiza o software da monitoração eletrônica, o SAC 24. O trabalho de um agente alocado na Central de Monitoração Eletrônica ocorre em conexão com essas regras acopladas em sistemas tecnológicos, pois uma das principais funções é verificar se as pessoas monitoradas estão cumprindo as condições estabelecidas pelos magistrados. O trabalho desses profissionais ocorre a partir e através dessas análises geradas pelo sistema. Ao invés de algemas e chaves para abrir as trancas das galerias das prisões, os principais instrumentos desses trabalhadores, no espaço da monitoração, são computadores, Internet, telefones e o software do SAC 24.

As informações recebidas pelo SAC 24 advêm das tornozeleiras eletrônicas, tecnologia acoplada no corpo de apenados criminais. Esse objeto ganha vida nas salas de montagem da empresa privada, quando profissionais de áreas tecnológicas fazem a conexão entre as peças advindas da China (como lacres, alças, carregadores), a carcaça do aparelho proveniente de Manaus, chips de empresas de telefonia e inteligência produzida pela empresa. Os chips possuem uma função central no monitoramento, pois com esses materiais é possível saber a localização das pessoas com as tornozeleiras, a partir das coordenadas de GPS e da comunicação efetuada pela tecnologia do GPRS. Essas informações viajam pela infraestrutura das redes de telefonia já existentes no país.

A tecnologia do GPS “capta a localização dos satélites de GPS, calcula suas coordenadas de latitude e de longitude, e verifica se a pessoa está cumprindo as regras que a Justiça determinou”. A tecnologia do GPRS, por sua vez, é responsável por enviar as informações coletadas sobre a localização da pessoa, em tempo real, para a central de monitoramento para que os profissionais acompanhem – via software da empresa de tornozeleira (o SAC 24) instalado em um computador – as movimentações da pessoa monitorada pela cidade.

As tornozeleiras eletrônicas, criadas no contexto norte-americano, não perdem a funcionalidade ao viajar de um lugar para outro por não encontrarem uma infraestrutura ou dispositivos que viabilizem o seu uso (Akrich 1997). Também não é um *objeto imutável* (Latour 2001), que ao ser transportado por diferentes espaços tem a sua rede estabilizada. Tornozeleiras eletrônicas são *objetos fluídos* (De Laet & Mol 2000), pois foram criadas para serem adaptadas e ajustadas localmente, modificando também os contextos por onde circulam.

Refletir sobre a fluidez de objetos é ir além de noções sobre as representações que pessoas possuem sobre determinado material, mas nos atentarmos para as múltiplas identidades que os objetos adquirem nas práticas. A bomba de água estudada por Mariane de Laet & Anne Marie Mol (2000), por exemplo, quando viaja para o Zimbábue, adquire uma série de identidades: “é um objeto mecânico, é um sistema hidráulico, mas também é um dispositivo instalado pela comunidade, um promotor de saúde e um aparelho de construção nacional” (2000:252, tradução nossa).

Logo, objetos fluídos não continuam os mesmos quando transportados por diferentes espaços, mas seguem operando, devido as suas adaptabilidades. No caso das tornozeleiras eletrônicas, essa adaptação advém da sua própria criação, de interesses econômicos de empresas que detêm essa inteligência, nas acomodações realizadas por legislações por juizes para a tornozeleira eletrônica fazer parte do sistema penal, assim como também nos elementos técnicos. Por exemplo, a tornozeleira brasileira possui em seu interior dois chips devido aos problemas de infraestrutura nas redes de telecomunicação do país. Esses ajustes não tornam o objeto como inferior ou superior ao estrangeiro, mas formam um objeto distinto.

É impossível compreender a tornozeleira eletrônica sem entendê-la como um objeto fluído e parte de uma infraestrutura em que elementos – humanos e não humanos – como chips de telefonia celular, torres de telecomunicação, fios, tomadas, energia elétrica, fibra óptica, computadores, Internet, softwares, legislações e

portarias, profissionais da justiça, agentes penitenciários, centrais de monitoramento eletrônico possuem agência e têm a “possibilidade de trocas através do espaço” (Larkin 2013:327), gerando efeitos de cooperação entre si. Infraestruturas são “redes físicas através das quais bens, ideias, resíduos, poder, pessoas e finanças são *trafficked*” (Larkin 2013:327, tradução nossa).

Ao mesmo tempo que permitem circulações, elas também podem ser utilizadas para inibir movimentos, a depender de contextos políticos locais. Por exemplo, infraestruturas eram organizadas, no contexto da África do Sul, na execução da política racial, onde o espaço público, escolas e ônibus eram divididos com base em critérios raciais (Von Schtinzler 2013, 2016). Concepções entre quem é ou não um cidadão também se relacionam com os materiais, visto que a classificação de pessoas como populações abjetas por diversos motivos (como religiosos e de estilos de vida) estão conectadas com manutenções para o acesso de infraestruturas de sistemas de água (Anand 2012). Seguir os caminhos da Antropologia das Infraestruturas é olharmos para como a “política não somente é formada por práticas jurídico-políticas, mas também por um terreno tecnopolítico que consiste em tubulações, redes de energia e banheiros” (Anand, Appel & Gupta 2018:4, tradução nossa).

Infraestruturas são uma forma de governar e classificar pessoas, reforçando desigualdades já existentes. Além disso, também atuam como promessas de futuro, em que inovações tecnológicas ou construção de estradas dão esperança de liberdade, progresso e modernidade, não apenas no tempo presente, mas com projeções de como o futuro pode vir a ser (Anand, Appel & Gupta 2018; Schwenkel 2015). Temporalidades e infraestruturas se conectam devido à perspectiva de mudança, podendo modificar a vida social, assim como permitem-nos olhar para a própria deterioração dos materiais que a compõem.

É pensando a partir de um entendimento da tornozeleira eletrônica como um objeto fluido que funciona através e a partir de uma infraestrutura de monitoramento eletrônico formada por elementos

humanos e não humanos com fins de vigilância que se faz o desafio deste artigo. A partir dos dados apresentados, meu objetivo é pensar sobre as múltiplas temporalidades desta infraestrutura, assim como os efeitos políticos que habitam e se transportam através de materiais que podem não funcionar como previsto ou até mesmo quebrar.

Central de monitoração eletrônica, vigilância e infraestrutura

Talvez alguns dos leitores e leitoras estejam se perguntando como funciona o trabalho de um agente penitenciário em uma central de monitoração eletrônica: será que ficam a todo momento olhando a tela do computador acompanhando apenados pela cidade? Essa era uma questão que eu costumava fazer para as pessoas monitoradas com quem dialoguei durante a pesquisa e me suscitava interesse. Além de respostas que vinham acompanhadas de uma indeterminação sobre como funcionava, existiam falas que indicavam que o agente ficava a todo momento observando os passos da pessoa que estava com o aparelho no tornozelo, uma vigilância à lá George Orwell em 1984 e a figura clássica do ‘Olho que tudo vê’.

Essas ‘novas’ formas de vigilância na contemporaneidade, onde se alia tecnologia para determinados fins, remetem à obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (2009), em específico, nas reflexões sobre o Panóptico de Bentham². Em resumo, trata-se de uma estrutura em formato de torre acoplada no centro das instituições (como presídios, fábricas, escolas), com o intuito de que quem está dentro desse espaço consegue ter o acesso e controle das movimentações que ocorrem nos demais setores. O autor pensa o Panóptico como um mecanismo disciplinar, onde muitos indivíduos podem ser vigiados por um número cada vez menor de vigias: ‘ver-ser-visto’, faria com que indivíduos se submetessem a essa vigilância sem que fosse necessário o uso da força física, em um processo de sujeição.

Estudiosos do campo dos Estudos sobre Vigilância demonstram ser necessário avançar na noção do Panóptico, visto que atualmente as tecnologias com que nos deparamos são distintas e têm efeitos di-

versos do contexto histórico estudado por Foucault. Fazem parte dessas novas práticas de vigilância, por exemplo, “a criação de perfis de computador, conjuntos de dados, vídeo câmeras, DNA, GPS, monitoramento eletrônico de trabalho, testes de drogas e o monitoramento eletrônico realizado pela mídia e telefones celulares” (Marx 2015:735, tradução nossa). Não se trata de fazer um julgamento de valor quanto à qualidade dessas formas de vigiar, mas sim compreender as distinções, em que “a nova vigilância tende a ser mais intensiva, extensa, amplia os sentidos, baseia-se em agregados e *big data*, tem menor visibilidade, envolve conformidade involuntária, [...] tende a diminuir custos e alcançar locais remotos” (Marx 2015:735, tradução nossa).

A expansão das novas formas de vigiar contemporâneas, como a “vigilância móvel” realizada por aparelhos portáteis, é também caracterizada pelo uso de “coordenadas de tempo e espaço das nossas vidas são cada vez mais monitoradas” (Lyon 2016:28, tradução nossa). Essas formas de vigilância também complexificam noções do que é do âmbito público ou privado: relações e trabalho conjunto entre atores governamentais e empresas privadas de telefonia e internet são recorrentes nas formas contemporâneas de vigiar, assim como cooperação entre países, o que contribui para a diluição e indefinição de fronteiras (Lyon 2016).

A diluição também está presente nos olhos que vigiam. Fernanda Bruno (2013), a partir do conceito de “vigilância distribuída”, dialoga sobre a descentralização da vigilância: não existe apenas um espaço de onde se vigia, como uma torre de controle ou exercida apenas por instituições de segurança, pois vigiar é também uma ação praticada por cidadãos comuns (Bruno 2013). Como exemplo desse fenômeno, a autora nos guia para a construção de mapas de crime, criados por pessoas sem vinculação a órgãos de justiça ou policiais, que utilizam a plataforma para compartilhar informações sobre delitos e se protegerem.

O trabalho executado pelos agentes penitenciários alocados na Central de Monitoração do Paraná (CME) aproxima-se dessas discussões sobre as novas formas de vigilância, em que vigiar se torna uma tarefa que embaralha fronteiras entre o que é do público e privado (vis-

to que empresas são contratadas pelo Estado para a obtenção das tornozeleiras e do software), além de diluir o que, quem, quando e como se observa. É a partir da mediação entre empresa privada, torres de telefonia que enviam dados e regras instituídas por magistrados, que o software SAC 24 é organizado: o sistema é programado para avisar quando as pessoas não cumprem o que está previsto nos mandados judiciais. O trabalho dos agentes está mais relacionado em trabalhar em cima dos alertas que o sistema emite do que uma atuação que fica durante 24 horas observando dados que indicam movimentações de pessoas na tela de um computador.

A organização dessas notificações se dá pela classificação da Portaria do Estado acerca do que seriam as faltas mais graves: elas envolvem práticas como descarregamento de bateria, romper e/ou danificar o aparelho, bloquear a comunicação da tornozeleira com a Central e a violação das chamadas zonas de inclusão e exclusão – casos estes que envolvem, principalmente, a Lei Maria da Penha. Essas situações consideradas mais agravosas são as que os agentes vão dedicar parte do seu dia de trabalho, realizando investigações sobre o que ocorreu com a tecnologia para posterior envio de informações para quem pode decidir sobre os destinos: os magistrados.

O foco da descrição da próxima seção será sobre os casos classificados como graves envolvendo a ‘falta de comunicação’. Estar sem comunicação significa que a tornozeleira eletrônica utilizada pela pessoa não está transmitindo as informações para o sistema do SAC 24. Uma das principais atividades dos dois agentes que atuam neste setor é verificar há quanto tempo a pessoa está sem enviar sinais da tornozeleira para a Central de Monitoração, para assim compreender o que está ocorrendo, avisar juízes e verificar se existem insumos suficientes para o indivíduo ser desligado do monitoramento eletrônico. Antes dessas ações, existe todo um trabalho de análise do que ocorreu com o aparelho, temporalidades e fluxos de informações para o agente ter a possibilidade de efetuar o desligamento do aparelho, o que pretendo explorar a seguir.

Os fluxos do desligamento de uma tornozeleira eletrônica

Durante dois dias de abril de 2018, acompanhei o trabalho de Bruno, um dos agentes que atuam no setor 'Administrativo' da Central de Monitoração Eletrônica do Paraná. Seu trabalho de análise ocorre visualizando uma tabela dos casos que estão sem comunicação há mais de 72 horas. Seu cotidiano é dividido de duas formas: no período da manhã faz a análise dos casos novos que aparecem no documento; no período da tarde faz uma checagem dos antigos que sempre aparecem porque aguardam alguma decisão. Essa verificação de ocorrências passadas é necessária, pois para uma tornozeleira eletrônica ser desligada é necessário obedecer a um critério de tempo: ficar 30 dias sem comunicação com o judiciário a partir da data que a monitoração avisou que a pessoa estava com problemas de sinal. Caso o juiz se manifeste dentro deste intervalo, o agente deve aguardar as decisões antes de executar qualquer movimento.

Na mesa de Bruno, localizada na sala onde também está presente o responsável pela monitoração, existem dois monitores de computador para a execução do seu ofício. Em um deles ficava aberto o sistema SAC 24 - o sistema da monitoração eletrônica - enquanto no outro aparelho, diversas abas de sites de páginas da web, como um portal de comunicação com o Judiciário, o site da Anatel, o site da Polícia Civil e o site do Projudi (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná). Essas plataformas são centrais para compor a sua análise.

No dia em que observava seu trabalho, havia 279 nomes³ na tabela gerada pelo sistema do SAC 24 indicando pessoas com problemas de sinal: tanto casos novos quanto antigos que aguardavam decisões judiciais. Eram ocorrências das mais diversas cidades do Paraná, visto que existe apenas uma Central de Monitoração no Estado, com um papel mais administrativo e de atendimento telefônico, com sede em Curitiba. Bruno iniciou as suas atividades selecionando um dos nomes da lista na aba de busca do sistema SAC 24. O nome da pessoa monitorada apareceu no sistema grifado pela cor vermelha, com alarmes que indicavam o que havia acontecido com o aparelho: a si-

glu *uFib* estava pintada pela cor vermelha (indica descarga total de bateria), a *uBat* preenchida pela cor amarela (indica que o aparelho está descarregando) e categoria COM (comunicação) com um sinal indicativo de negação, conforme é possível visualizar na Imagem 1.

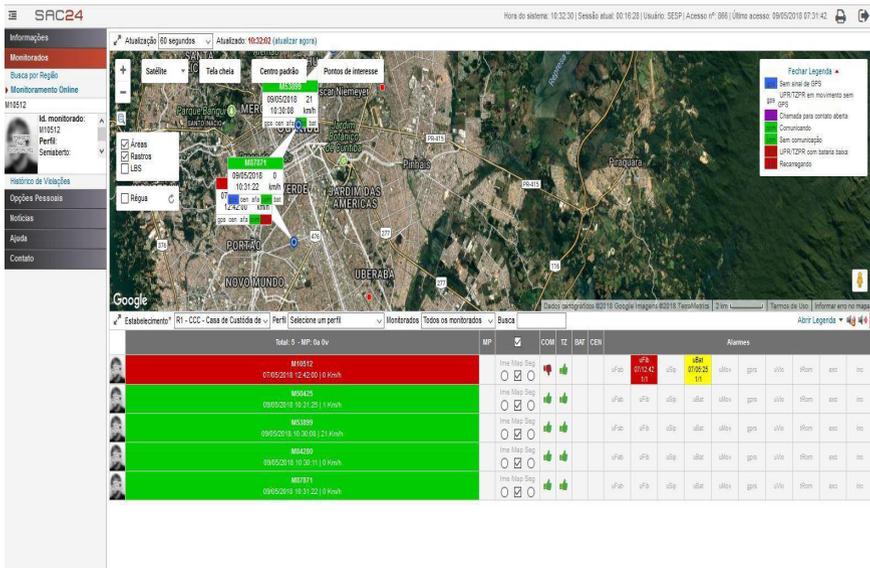


Imagem 1: Sistema SAC 24.

Para aprofundar a análise, Bruno clicou na categoria de *Histórico do Monitoramento*, sendo direcionado para a aba *Analítico*, onde é possível acessar informações de minuto a minuto sobre a situação da tornozeleira. A partir da imagem abaixo (que não é um print deste caso em específico, mas serve para ilustrar), é possível acompanhar as últimas etapas do descarregamento da tornozeleira do apenas até o fim da sua bateria: a tornozeleira foi descarregando aos poucos, pois desde as 12h27 o alarme *UBat* já estava grifado de amarelo, o que significaria que a bateria estava descarregando até a completa descarga às 12h42 (Cf. Imagem 2).

Data	Distância Percorrida (km)	Prioridade/Alerta	Status
07/05/2018	0,89	Alerta	1.538
12:42:00	917	0	10
12:41:09	914	0	9
12:40:00	912	1	9
12:39:09	909	0	9
12:38:09	909	0	7
12:37:09	909	0	9
12:36:09	909	0	9
12:35:09	909	1	8
12:34:09	912	1	7
12:33:09	913	1	8
12:32:09	914	0	8
12:31:09	918	2	9
12:30:09	918	0	8
12:29:09	914	1	7
12:28:09	915	1	8
12:27:09	917	0	7

Imagem 2. Sistema SAC 24 - Analítico.

Após a constatação de que o aparelho havia descarregado, Bruno segue a sua investigação em outros espaços, como o sistema de comunicação com o Judiciário, descobrindo que o período que o juiz havia concedido para o monitoramento eletrônico já havia expirado e a prisão já havia sido decretada. Após essa informação, Bruno se deslocou para o sistema da Polícia Civil (PC) e observou que havia um mandado de prisão expedido, mas o apenado não havia se apresentado ou sido apreendido. O indivíduo estava, na linguagem policial/jurídica, como foragido.

Bruno havia ligado os pontos da situação e a tornozeleira eletrônica do rapaz foi desligada, pois havia um mandado de prisão para o regime fechado em aberto. Essa desativação ocorre dentro do sistema do SAC 24, e o agente precisa apenas informar o motivo pelo qual desativou o aparelho, como: morte, regressão de regime, prisão, dentre outros, além de contactar a pessoa monitorada. A partir daquela data, o Estado não mais pagaria por aquela tornozeleira eletrônica⁴.

O que o site da Anatel comunica: os problemas de infraestrutura de telefonia

Nem sempre as pessoas são desligadas do monitoramento eletrônico como na situação acima e nem sempre a falta de comunicação tem a ver com baterias que não são carregadas. Em uma das análises de Bruno

naquele dia, presenciei outra situação relacionada com a falta de comunicação: desta vez, por problemas com as redes de telefonia. Diferente do caso acima, em que havia ‘alarmes’ acionados indicando baixa carga de bateria por um período e o descarregamento final, apenas a sinalização da comunicação (o alarme COM) estava indicada como ausente.

Quando Bruno clicou na aba do *Analítico* verificou a última localização enviada pela tornozeleira para o sistema e que a bateria da pessoa estava cheia no momento da perda de sinal: em 68%. Com essa constatação, foi descartada a descarga de bateria, trabalhando com outra hipótese: a de problemas de sinal. Para confirmar (ou não) sua suposição, foi necessário acessar o site da Anatel para verificar como era a região de residência do monitorado. Esse site é uma importante ferramenta, pois uma das suas funções é localizar quais torres de redes de telefonia existem nos espaços da cidade, assim como qual tecnologia elas transmitem (2G, 3G, 4G). Ter essa visão importa, pois a comunicação de uma tornozeleira é enviada para a Central a partir das torres de telefonia de celular através dos chips que estão dentro do aparelho (Imagem 3).

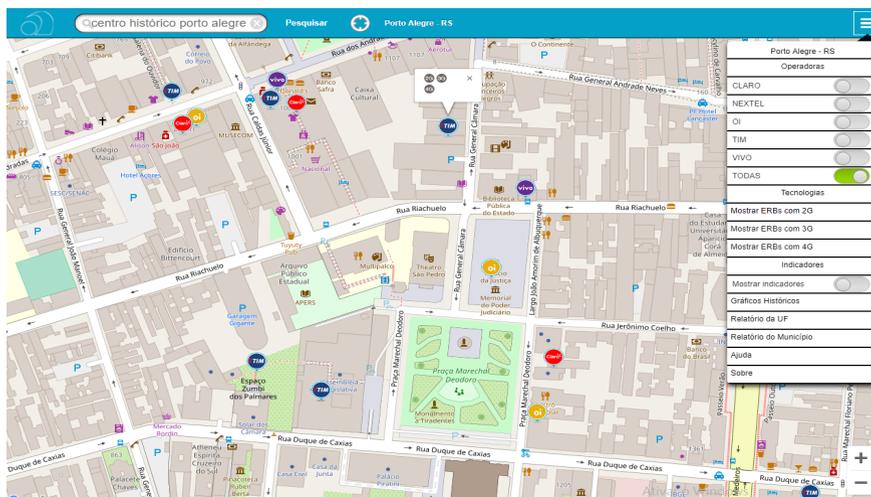


Imagem 3. Simulação realizada no website da Anatel. <http://sistemas.anatel.gov.br/siec-servico-movel-web/>.

O site informava que o monitorado morava em uma região rural, no interior do Paraná, distante do centro do município e com bastante área verde ao redor da residência. No território e distante da casa do rapaz, havia apenas uma torre de telefonia da empresa TIM, com uma tecnologia 3g. Não é possível saber quais chips e qual tecnologia está acoplada nas tornozeleiras, mas Bruno informou que grande parte das tornozeleiras produzidas pela empresa conveniada com o Estado são de tecnologia 2G. Após constatar o problema técnico, Bruno buscou informações no sistema Judiciário e no sistema de informações dos processos, no Processo Judicial Digital (Projudi).

Esses documentos acabaram por comprovar a tese construída por Bruno acerca de problemas de falta de redes de telefonia como falta de comunicação com a Central de Monitoração. Existiam arquivos do Ministério Público (MP) pedindo a regressão do regime para o fechado, alegando que o apenado não estava cumprindo as regras da tornozeleira (as violações por falta de sinal). Nas páginas do processo, também encontramos a versão da pessoa monitorada: uma justificativa no Fórum da sua cidade comunicando que o sinal na região em que morava e no local do seu trabalho eram precários. Mesmo com esse problema de comunicação, ele reiterava que estava fazendo a carga da bateria da tornozeleira.

Como uma forma de ouvir as partes antes de proferir a sua decisão, o juiz agendou uma audiência de justificativa para o mês seguinte ao que estávamos. Bruno não poderia desligar a tornozeleira neste período e nem avançar na ideia da troca do aparelho, era necessário aguardar o desfecho da audiência. Enquanto isso, o nome do monitorado, assim como outros, seguiria aparecendo todas as manhãs para Bruno.

As múltiplas temporalidades da infraestrutura

Aprendemos que o cotidiano dos agentes alocados no setor da ‘Administração’ da Central de Monitoração Eletrônica (CME) do Paraná é distante do imaginário de que tais profissionais ficam a todo momento olhando a tela do computador, seguindo cada passo da pes-

soa monitorada. É a máquina quem ocupa esse papel de vigilância sobre os dados que as redes de telecomunicações enviam para as empresas das tornozeleiras, informações que também são enviadas para os agentes penitenciários da CME do Paraná. Além desse trabalho de vigiar que ocorre com parcerias entre público e privado, é a Portaria do Estado do Paraná quem define quais são as faltas que merecem maior investigação, a partir de uma classificação de gravidade. As análises também devem ser realizadas para poupar gastos, visto que o aluguel desses aparelhos é pago mensalmente.

No trabalho da Central de Monitoração não se vigia um corpo dentro de uma instituição, mas sim dados, em um processo que o corpo é “recomposto em diferentes configurações através de uma série de dados” (Haggerty & Ericson 2000:611, tradução nossa). Trata-se de uma transformação de pessoas de carne e osso em informação, em dados para serem armazenados, comparados e utilizados para a formação de diversos perfis ou análises. Isto não quer dizer que a tecnologia ocupa um papel autônomo e todo poderoso neste processo, como muitos estudos dentro do campo dos Estudos da Vigilância buscam desmistificar. Trata-se mais de uma interação entre um saber profissional e a parte técnica (Cardoso 2010).

O que existe é uma aproximação de atuação entre humanos e não humanos, como diz Bruno Cardoso (2012), ao estudar os policiais aposentados atuando na operação de câmeras de segurança, no Centro de Comando e Controle (CCC) do Rio de Janeiro, onde: “o vigilante não existe sem a câmera, e esta não tem nenhuma função sem o seu olhar” (Cardoso 2010:196). O mesmo ocorre no trabalho do agente Bruno. A máquina aponta as violações, mas é necessário o olhar humano para se conectar com outras páginas como o site da Anatel e compreender a partir do que a máquina aponta, o que é uma área rural e urbana. Não estamos aqui falando de uma infraestrutura tecnológica toda poderosa que conecta todos os sistemas dos quais é preciso navegar, mas sim de uma conexão entre humanos e máquina para a sua execução.

Observar o que ocorre dentro de uma Central de Monitoração é também refletir sobre as ideias de futuro que estão imbrincadas no cotidiano profissional e sobre o caráter processual de uma infraestrutura. Ao enfatizar o que ocorre no tempo entre o presente e a promessa de um futuro, é possível verificar as possíveis trajetórias dos sistemas (Gupta 2018). Olhar para as múltiplas temporalidades das infraestruturas é entendê-las não como um projeto delimitado e com um final já decidido, mas sim como um processo “caracterizado por múltiplas temporalidades, futuros abertos e a constante presença de decadência e ruína”⁵ (Gupta 2018:62, tradução nossa).

Penso a infraestrutura do monitoramento eletrônico como uma infraestrutura em aberto, visto que as decisões que envolvem a falta de comunicação não estão definidas a priori. O agente precisará acompanhar o fluxo de informações durante 30 dias (ou mais) com diversos canais virtuais, como sistema de informações com Judiciário, com a Polícia Civil, os processos criminais e verificações no site da Anatel. Longe de um futuro definido a partir da ação dos elementos tecnológicos, o que visualizamos é um tempo que não é decidido apenas no espaço da monitoração, mas depende de uma série de mediações e fluxos de informações que ocorrem em outros espaços, que podem atrasar ou agilizar as possíveis soluções no cotidiano profissional. Esses espaços, por mais distantes que estejam, conectam-se no trabalho de Bruno para verificar se uma pessoa será ou não desligada do monitoramento eletrônico.

Essa suspensão de tempo e listas, que se repetem todos os dias de casos não solucionados devido aos lapsos temporais e decisões em outros espaços, não significa atrasos ou incompletude do trabalho do profissional ou se tratar de uma infraestrutura que não funciona por conta de uma ineficácia prática. Significa pensar nas diversas possibilidades em que essa infraestrutura está envolvida, nas mediações e na suspensão como uma das possíveis trajetórias: “uma visão da infraestrutura que enfatiza sua natureza contínua e processual faz da suspensão uma das muitas trajetórias possíveis, e não como uma pausa ou

interrupção única de uma linha do tempo teleológica resultando em um objeto acabado” (Gupta 2018:70, tradução nossa).

Em linhas gerais, não existe um único procedimento para, por exemplo, efetuar o desligamento de uma tornozeleira como uma maneira de poupar o dinheiro gasto mensalmente por aparelho. O trabalho do agente, para fazer a máquina funcionar, a saber a vigilância, está muito mais em acompanhar um futuro em aberto do que fechar as portas das decisões, um ofício que se dá na suspensão de um tempo passado, presente e futuro. O futuro também está aberto para quem aguarda as decisões e precisa lidar com problemas dessa infraestrutura, elemento este que pretendo trazer a seguir.

Posto avançado: espaço de instalação, manutenção e trocas de tornozeleiras eletrônicas

Uma das possibilidades adotadas pelos agentes que atuam nos casos de falta de comunicação, quando não existem movimentações judiciais, está em agendar uma manutenção para a troca da tornozeleira. Um procedimento de tentativa e erro, para testar se a dupla dos dois chips no novo aparelho teria sinal no espaço de moradia da pessoa. O local que as pessoas se dirigem para efetuar essas trocas são os Postos Avançados. Diferentemente do serviço executado no ‘Administrativo’, o trabalho que ocorre no Posto Avançado é realizado de forma presencial e existem postos em diversas regiões do Estado. Em Curitiba, esse espaço fica localizado em um local onde antes funcionava uma unidade do semiaberto feminino e, na época da pesquisa, dividia terreno com o Escritório Social, um local destinado às ações de ressocialização de presos e presas.

O Posto Avançado é o espaço utilizado para instalação, retirada, manutenção e demais avaliações da tornozeleira eletrônica e seus componentes (como carregadores, baterias, chips, lacres, alças, dentre outros). É também nesse *locus* que analisam possíveis violações realizadas pelos monitorados no aparelho para verificar, por exemplo, se uma pessoa tentou retirar o aparelho do tornozelo. A existência desse

espaço se dá não apenas pela necessidade de incluir ou retirar pessoas do monitoramento eletrônico, mas também porque as tornozeleiras eletrônicas e suas peças podem quebrar, serem quebradas ou apenas não funcionarem.

Assim como muitos trabalhos dentro do campo da infraestrutura já têm ido além da ideia de Susan Star (1999) de que uma infraestrutura se torna visível apenas quando seus componentes quebram, acredito que a existência de um espaço destinado a verificar possíveis intercorrências no e com o aparelho torna visível a possibilidade de danificações e não funcionamentos. No caso do Posto Avançado, essa estrutura existe materialmente, é visível e é lembrada nos manuais da monitoração, assim como pelos agentes que atuam com a tornozeleira, como um local em que as pessoas podem agendar manutenções no aparelho. Além disso, a própria tornozeleira eletrônica quando está nos tornozelos das pessoas é um objeto que possui um peso, visibilidade e transmite sinais e sons que devem ser lidos por quem as utiliza.

Infraestruturas, inclusive, podem ser colocadas propositalmente à mostra para transmitir objetivos políticos, como canos de metal que transportam água instalados em áreas visíveis de apartamentos construídos por engenheiros alemães, no Vietnã, no período da Guerra Fria (Schewenkel 2015). Essa visibilidade de objetos – as tecnopolíticas da visibilidade – onde se podia ouvir o som da água fluir, fazem parte de um projeto de “relembrar aos moradores que sua nova paisagem urbana moderna era o produto de uma longa luta histórica e de uma recente vitória comunista: em outras palavras, que o Estado paternalista estava cumprindo suas obrigações contratuais” (Schewenkel 2015:527, tradução nossa).

Quando realizava a pesquisa no Posto Avançado, tive a oportunidade de observar diversas cenas cotidianas tais qual o processo de instalação de uma tornozeleira, a retirada e troca do aparelho, assim como as verificações do porquê o aparelho não estar funcionando como deveria por problemas que envolvem falta de comunicação com

a Central. Também observei situações em que as pessoas se dirigiam para esse local para trocar a tornozeleira, como a situação de Roger. Ele havia se dirigido para o local porque o aparelho que usava anteriormente não era compatível com as redes de telefonia da região onde morava, fazendo com que os sinais não fossem enviados para a Central: um caso de falta de comunicação.

Enquanto o agente Flávio combinava as peças (como lacres, a cinta e a própria peça) da tornozeleira para fazer a troca, respondia a minha questão sobre como a pessoa sabia que o aparelho não emitia sinais. O profissional em tom didático respondeu que a resposta estava no dispositivo e conjunto de sinais: “Se piscar uma luz verde uma única vez significava que está tudo ok com o sinal, se piscar duas vezes a luz verde significava que está em busca de sinal. Se piscar quatro vezes a luz verde, isso significava sem comunicação”. Essas explicações sobre o significado do conjunto de luzes emitidas pelo aparelho eram repassadas para as pessoas no momento da instalação do aparelho e estavam nos manuais que elas levavam para as suas casas.

Flávio discorria sobre o quão comum era juízes emitirem mandados de monitoramento eletrônico para as pessoas sem estudo sobre as áreas habitadas, ocasionando problemas com as redes de telefonia. Devido a essa problemática, foram organizadas duas saídas: a) trocar o dispositivo como o caso de Roger para tentar contornar o problema ou b) traçar estratégias com os apenados para contornar o problema. O segundo plano consistia em indicar para as pessoas com tornozeleira eletrônica, que moram em regiões com problemas nas torres de telefonia, que elas ficassem atentas aos sinais de falta de comunicação do aparelho e se deslocassem, em algum momento do dia, para um local com sinal, para assim descarregar as informações armazenadas pelo GPS (essa tecnologia capta a localização mesmo com a falta de sinal).

A pessoa teria ciência de que está em uma região em que o dispositivo funciona pelas próprias luzes do aparelho: se a tornozeleira emite uma vez a cor verde, significa que os dados estão sendo transfe-

ridos. Essa transmissão nem sempre ocorre de maneira ágil e simples como a indicação, pois a maioria das tornozeleiras eletrônicas são de uma tecnologia 2G, assim como grande parte das máquinas de cartão de crédito. De acordo com o agente que me explicava essa questão, poderia ocorrer congestionamentos na rede, tornando demorado o processo de transmissão de informações territoriais.

O processo de instalação da tornozeleira eletrônica de Roger foi bastante ágil. Em menos de cinco minutos a troca havia sido realizada e como ele já utilizava o aparelho, mais nenhuma indicação de como carregar o dispositivo ou o significado das luzes foi transmitida. Caso a nova tornozeleira e os novos chips acoplados nela não funcionassem na região, a opção de descarregar os dados em certo momento do dia poderia ser uma opção; ou alguma decisão judicial revogando o monitoramento eletrônico.

Chamo a atenção para este fato curioso e paradoxal: a forma como uma tecnologia viaja para regiões em que não existe uma infraestrutura necessária para o seu funcionamento de forma totalmente satisfatória. Essas viagens de materiais (e também ideias) que saem dos seus locais de criação em direção a outros países muitas vezes não levam em conta as distintas infraestruturas locais, como as dificuldades de manutenção que possam vir a surgir e de obtenção de recursos, ocasionando situações em que antes objetos que eram vistos como reveladores de progresso e de provisão estatal sejam vistos como uma imagem de decadência e falhas governamentais (Schwenkel 2015).

No caso das tornozeleiras eletrônicas, essas adaptações e ajustes não significam sucesso ou fracasso do monitoramento eletrônico como um sistema que promete vigiar presos e presas durante 24 horas por dia através de tecnologias acopladas no corpo. Considerar a tornozeleira eletrônica como um *objeto fluido*, sem pensá-la a partir de uma única identidade, mas sim múltiplas, permitem-nos ir além de noções de sucesso ou fracasso, assim como compreender seus distintos usos e constituições. Na situação acima, o problema de infraestrutura das redes de telefonia do Brasil é solucionado por outras estratégias, como

trocas de chips e uma cooperação na vigilância por parte da pessoa monitorada.

Isto não significa o fim da vigilância, e sim uma outra forma de vigiar; ou seja, uma *vigilância distribuída* (BRUNO, 2013), deslocando da ideia de que existe apenas um olhar por onde se vigia – como uma torre de controle ou exercida apenas por instituições de segurança – mas que a vigilância é também praticada por cidadãos comuns. É responsabilidade da pessoa não apenas verificar o que o aparelho emite para verificar se está funcionando, mas também buscar alternativas para que ela própria possa ser vigiada. Ela se torna um carcereiro de si (Campello 2019), em que não apenas cumpre as regras estipuladas por juízes, mas também o próprio funcionamento da infraestrutura na qual está conectada, a saber, as cores do aparelho para verificar se ela se comunica com a Central ou se o aparelho está carregado. Não se trata de uma infraestrutura que se torna visível apenas quando quebra, mas sim um sistema que precisa ser visível, através de emissões de sinais que indicam o funcionamento do aparelho, pois é a partir desses alertas que a pessoa monitorada poderá contribuir e exercer a sua própria vigilância.

A troca de peças para a vigilância funcionar

O segundo caso que descrevo para melhor entender as manutenções da tornozeleira é o de Rosana: uma mulher com idade próxima aos 40 anos, bastante simples e com uma falta de dentes em seu sorriso. Ela aparece algumas horas antes do horário que estava agendado o seu atendimento e adentrou no espaço comunicando que “mandaram eu vir aí, não sei que horas. Está para descarregar a qualquer momento”. O que ela nos comunicava era que a bateria da tornozeleira eletrônica estava para descarregar. O agente Rodrigo, quem eu acompanhava aquele dia, repete as palavras da mulher enfatizando o “mandaram eu vir aí” e pergunta se ela estava com o carregador do aparelho.

Rosana é encaminhada para as cadeiras que ficam do lado externo à sala onde estávamos para carregar a tornozeleira com um dos

carregadores conectados nas tomadas para esses testes. Esse procedimento é realizado para que os agentes possam verificar se o problema está no objeto que carrega a tornozeleira ou no próprio dispositivo. Assim que o aparelho é plugado, ela identifica duas cores sendo emitidas, uma luz verde e duas vermelhas e recebe como resposta que esses sinais indicam final de bateria, sendo possivelmente o problema do carregador que ela utilizava.

Enquanto ela aguardava carregando o aparelho, Rodrigo retorna para o seu computador, e no sistema SAC 24 identifica algumas informações que podem auxiliar na busca do problema. Ao abrir a aba 'Analítico', disse em voz alta que, no dia anterior, a tornozeleira de Rosana havia completado a carga às 6h30, mas que a monitorada havia deixado o aparelho na tomada até as 8h30. A partir do sistema também observa que naquele momento que Rosana estava sentada nas cadeiras, o aparelho estava recebendo carga de bateria, o que indicava, na sua visão, que o problema era no carregador que ela tinha e não na tornozeleira.

Rodrigo explicava que um dos indícios de problema no carregador é mostrado pelo próprio sistema do SAC 24. Quando o cabo da tornozeleira está com mau contato, a sigla do sistema que corresponde a indicações sobre carregamento da bateria alterna entre 'ligado' e 'desligado'. Isto significa que o cabo do carregador não consegue permanecer fixo à tornozeleira. O problema também pode ser na tornozeleira, quando a agulha que está dentro do aparelho não se acopla de forma fixa ao plugue do carregador. De acordo com o agente, era comum acontecer problemas com esse plugue do carregador, porque as pessoas não obedeciam às indicações e dormiam com o aparelho, podendo deitar por cima do cabo ou quando a pessoa carregava o aparelho de pé esquecia que estava carregando o aparelho e saía correndo, o que desconectava o aparelho do plugue com esse impacto.

Olhar o interior da tornozeleira para verificar a situação da agulha no seu interior também faz parte da manutenção. Quando Rosana

retornou para a sala onde estávamos, o agente Rodrigo pediu que ela colocasse o seu tornozelo no vão de um balcão que separava a sala de onde estávamos do local externo. Não é necessário desmontar o dispositivo para esta análise, o agente conseguiu ter acesso à agulha com uma lanterna, não constatando nada de anormal, Rodrigo comunicou para a mulher que ela iria receber um novo carregador, indicando que a recarga deveria ocorrer em um momento de tranquilidade no dia, sentada, assistindo a uma novela.

O caso de Rosana é emblemático para pensar a forma como “infraestruturas necessitam de constante trabalho para funcionar” (Gupta 2018:76, tradução nossa). Trata-se de um trabalho de reparo que é visto como algo cotidiano, em que “a substituição e o reparo de peças quebradas ou disfuncionais, geralmente são encobertos como “manutenção de rotina” (Anand, Appel & Gupta 2018:18, tradução nossa). Trocar o carregador de uma tornozeleira ou substituir peças como cintas, lacres ou até mesmo o próprio aparelho são atividades rotineiras com o propósito de fazer a infraestrutura funcionar.

Trazer elementos que demonstrem como ocorre esse trabalho de manutenção é avançar na ideia de que esses materiais sólidos nunca quebram, se danificam ou que são vistos como projetos completos ou totalmente arruinados, se atentando também para o próprio período de vida útil dos materiais que formam a infraestrutura, como neste caso, o carregador da tornozeleira. Além disso, *objetos fluidos* como a tornozeleira eletrônica, tem como uma das características a facilidade em promover esses reparos e fazer a troca de peças, para, assim, continuarem funcionando.

Mais do que pensar nas rotinas de manutenção, me interessa refletir sobre a responsabilização dessas quebras. Antes de Rosana sair do Posto Avançado, o agente Rodrigo perguntou se ela sabia o que era um regime domiciliar. Ela respondeu não saber. O agente explicava se tratar de um regime onde não pode sair de casa sem autorização judicial, ao que ela respondeu não sair de sua residência. Após essa resposta, o agente Claudio, que estava na sala naquele momento e

acompanhava o caso de maneira mais distante, olha para a tela do computador e contradiz a fala da mulher, comunicando que o sistema indicava outra situação.

Rosana começou a sorrir e contou que precisou sair algumas vezes, para ir ao banco e ao fórum, e perguntou ao agente o que ela deveria fazer se tivesse uma emergência médica. Calmamente ele respondeu que nesses casos ela poderia conseguir uma permissão, a questionando se ela estava indo ao médico no período noturno. Rosana responde de forma negativa. Claudio se incomoda com a resposta e diz que ela pode se retirar, pois o atendimento já havia terminado.

Quando Rosana sai da sala, os dois agentes começam a me trazer mais elementos da sua história, dizendo que não era a primeira vez que ela se dirigia até o Posto para avisar sobre problemas na tornozeleira. A fala dos profissionais discorria sobre algumas características pessoais da mulher, como o uso de drogas e o exercício da maternidade de quatro crianças, além de memórias sobre violações anteriores, como as recorrentes saídas da residência onde morava para visitar os filhos sem ter essa permissão. Ao indagar o que o agente achava que deveria ser feito nessa situação, recebi como resposta que Rosana deveria voltar para o regime fechado, pois na sua concepção, a prisão a colocaria em ordem, visto as suas demonstrações de falta de entendimento do correto uso de uma tornozeleira eletrônica.

Além da dimensão da possibilidade de o aparelho quebrar, pois baterias podem não mais ter a potência de antes – como ocorre nos nossos aparelhos celulares – existe também uma ideia de que são os usuários que não sabem cuidar ou utilizar de forma correta os objetos, tirando a responsabilidade do não funcionamento de uma infraestrutura feita para funcionar e colocando nas mãos (ou tornozelos) dos usuários. Esse movimento de circulação de responsabilidades também está permeado por noções morais de quais pessoas estão aptas a utilizarem de forma adequada uma tornozeleira, o que acaba por criar diferenciações entre os próprios usuários, entre pessoas que sabem utilizar os recursos disponíveis ou que merecem o acesso.

Conclusões

A partir de observações realizadas em distintos espaços – o setor Administrativo e o Posto Avançado – meu objetivo foi lançar pistas para conectar dois campos de estudo: o da vigilância e o da infraestrutura. Seguir as tornozeleiras eletrônicas e as suas conexões como materiais que permitem o seu funcionamento – tanto os elementos visíveis (como a própria tornozeleira, carregadores, chips de telefonia, posto avançado, centrais de monitoração) quanto os invisíveis (como sistemas de GPS, GPRS e seus fluxos de dados pelo espaço) – e formam a infraestrutura do monitoramento eletrônico nos possibilita compreender formas contemporâneas de vigilância e práticas de governo.

Minha proposta foi refletir sobre o caráter inacabado de uma infraestrutura que serve para fins de vigilância. No setor ‘Administrativo’, uma das principais funções dos agentes que atuam com os casos de falta de comunicação do aparelho é uma atividade que se dá por uma ideia de suspensão, em que tempos múltiplos organizam o trabalho, coexistem e aguardam decisões. O que também não quer dizer que existam situações em que o trabalho ocorra de forma imediata.

Seguir a infraestrutura do monitoramento eletrônico é também pensarmos sobre formas de governar e classificar pessoas e quais os efeitos disso em suas vidas cotidianas. Os apenados são responsáveis por observar os sinais que o aparelho emite para verificarem se tudo está conforme o planejado: nos casos de problema com as redes de telefonia e ausência de sinal é a pessoa que está com ela em seu tornozelo que deve buscar alternativas para contornar um problema. Esses ajustes não fazem com que a tornozeleira eletrônica perca a sua função, visto que objetos fluídos se adaptam localmente. Um dos efeitos desses ajustes é a distribuição da vigilância: ela não ocorre apenas pelo olhar do agente em cooperação com a máquina, é também distribuída para quem tem o objeto em seus tornozelos.

A pessoa monitorada não apenas exerce uma vigilância de si, mas também dos problemas infraestruturais que a rodeiam, como falta de comunicação e problemas com carregadores, ao mesmo tempo em

que também é responsabilizada pela falha – como carregar dormindo ou quando acessa diversas vezes o Posto Avançado atrás de manutenção. Cumprir a pena utilizando uma tornozeleira eletrônica não é apenas seguir indicações do judiciário, mas também de carregadores de celular, de sinais que emitem luzes e de uma série de outros elementos que podem não funcionar e precisarem ser adaptados. Tudo isso para que não caia em outra infraestrutura: a das penitenciárias.

Notas:

¹ Importante mencionar que existe uma lei federal regulando o uso deste tipo de vigilância eletrônica, a saber a Lei Federal nº 12.258/2010, prevendo que um juiz poderá lançar mão da monitoração eletrônica para: autorizar a saída temporária no regime semiaberto e; determinar a prisão domiciliar. Na prática, magistrados têm utilizado a tornozeleira eletrônica amparados em outros conjuntos de leis para a ampliação do seu escopo de atuação, como, por exemplo, uma forma de cumprimento de pena no regime semiaberto.

² “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser-visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (Foucault 2009:225).

³ Em abril de 2018, quando realizei a pesquisa na Central de Monitoração do Paraná (CME) havia em torno de cinco mil pessoas utilizando tornozeleiras no estado.

⁴ As tornozeleiras eletrônicas não são compradas pelo estado, mas sim alugadas. O pagamento de cada aparelho ocorre por mês de uso.

⁵ Utilizando como exemplo as construções materiais espalhadas pela cidade de Bangalore, na Índia, Gupta nos chama a atenção para como o olhar de um observador de fora deste local poderia intuir tratar-se de projetos que já existiram e que estariam em ruínas e/ou abandonados, desconsiderando, por exemplo, que tais estruturas naquele contexto estão mais relacionadas com a ideia de progresso e de promessa de um futuro: “essas ruínas não são do passado, mas do futuro” (Gupta 2018:69, tradução nossa).

Referências:

ANAND, N. 2012. “Municipal disconnect: On abject water and its urban infrastructures”. *Ethnography*, 13(4):487-509.

- APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. 2018. "Introduction: Temporality, politics, and the promise of infrastructure". In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds): *The promise of infrastructure*, pp. 1-38. Duke: Duke University Press.
- BRUNO, F. 2013. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- CARDOSO, B. 2010. *Todos os Olhos: Videovigilâncias, videovoyeurismos e (re) produção imagética na tecnologia digital*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DE LAET, M. & MOL, A. 2000. "The Zimbabwe bush pump: Mechanics of a fluid technology". *Social studies of science*, 30(2):225-263.
- FOUCAULT, M. 2009. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GUPTA, A. 2018. "The future in ruins: Thoughts on the temporality of Infrastructure". In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds): *The promise of infrastructure*, pp. 62-77. Duke: Duke University Press.
- HAGGERTY, K. & ERICSON, R. 2000. "The surveillant assemblage". *The British journal of sociology*, 51(4):605-622.
- LARKIN, B. 2013. "The politics and poetics of infrastructure". *Annual review of anthropology*, 42:327-343.
- LATOUR, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Bauru: Edusc.
- LYON, D. (2016). "As apostas de Snowden: desafios para entendimento de vigilância hoje". *Ciência e Cultura*, 68(1):25-34.
- MARX, G. T. 2015. "Surveillance studies". *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*, 23(2):733-741.
- NELLIS, M., BEYENS, K. & KAMINSKI, D. 2013. *Electronically monitored punishment: International and critical perspectives*. London: Routledge.
- SCHNITZLER, A. 2013. "Traveling technologies: infrastructure, ethical regimes, and the materiality of politics in South Africa". *Cultural Anthropology*, 28(4):670-693.
- _____. 2016. *Democracy's infrastructure: techno-politics and protest after apartheid*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHWENKEL, C. 2015. "Spectacular infrastructure and its breakdown in socialist Vietnam". *American Ethnologist*, 42(3):520-534.

Abstract: This article presents part of my doctoral research on electronic ankle bracelets. The reflections are guided by infrastructure, objects, and surveillance studies. This study focuses on the use of electronic ankle bracelets as a *fluid object* and part of an electronic monitoring infrastructure, composed of a network of heterogeneous elements - human and non-

human - that act together in order to monitor people arrested. The data comes from observing the work of prison officers in administrative functions in the Electronic Monitoring Center of Paraná and in the space of maintenance of these devices. Throughout the research it was possible to apprehend the way in which multiple temporalities coexist in this work - far from a notion of infrastructure as a finished project - in addition to following this network formed by materials is to think of ways to govern people and their effects on daily lives.

Keywords: Electronic ankle bracelets, Anthropology of infrastructure, Surveillance studies, Electronic monitoring.

Recebido em setembro de 2020.

Aproado em dezembro de 2020.

A Inconstância do Mundo. Brevíssimos apontamentos sobre identificações socioculturais e seus eixos

Edwin B. Reesink^a

O artigo parte do princípio de que a literatura já acumulada abrange tantos materiais etnográficos e propostas teóricas que é preciso um esforço para sistematizar esse conhecimento. Desse modo, a chamada ‘construção social da realidade’ é bastante conhecida, no entanto, suas implicações não são suficientemente levadas em conta nos nossos esforços antropológicos. Portanto, discute-se aqui alguns aspectos da ‘sociocriação da realidade sociocultural’; em particular, alguns aspectos selecionados da ‘inconstância do mundo’, para em seguida discutir a classificação social, no sentido geral, e oferecer um quadro sinóptico da ‘identificação e seus eixos de contínuos’. O quadro sinóptico resume uma grande literatura (impossível de ser citada toda), ensejando abstrair a complexidade real de um processo afetivo-cognitivo fundamental e contribuir para a metodologia e teoria de análises futuras. Nesse sentido, essa contribuição visa oferecer uma sistematização do processo da classificação sociocultural humana, de maneira mais abstrata e com certa limitação teórica.

Realidade, Sociocriação do mundo, Classificação, Eixos de identificação.

“No fundo a vida nada mais é do que um desvio pela qual a energia de um raiozinho de luz do sol pode brincar um momento lá fora antes que ele se desfaz em calor ou some nas profundezas do cosmos” (Midas Dekker).

“There are times, when I catch myself believing there is something which is separate from something else” (Gregory Bateson).

^a Professor Titular do Departamento de Antropologia e Museologia/ Pós-Graduação em Antropologia (UFPE). Email: edwin.reesink@ufpe.br.

Cogito ergo sum

Penso, logo sou. Ou, *penso, logo existo.* Descartes buscava uma ancora cognitiva no mundo a partir da ideia de que pudesse haver um ‘ponto de vista’ estável, indiscutível, seguro e inquestionável. No fim da sua busca achou um ponto de ancoragem no *ego*, no indivíduo, e na sua cognição; ou seja, um ponto que fornece um meio para observar a realidade com segurança. A famosa expressão de Descartes, hoje, também se relaciona a uma visão da ‘realidade’ em que se encerra uma expressão simbólica da dualidade de corpo e alma. A alma ocupava uma posição à parte, criando uma dualidade forte. Evidentemente, a fórmula cartesiana de uma cognição de um ‘ego cognitivo’, como um ‘ponto de vista’ centrada na pessoa, o corpo com seu *ego*, se tornou um dos textos e posições filosóficas sobre a realidade do mundo das mais discutidas, e que enche – em uma expressão exagerada, mas nem tanto – bibliotecas inteiras. Como tal, é mais do que evidente, que mesmo uma seleção de um desses filetes, correntes, ou rios, multivariados e inter cruzados de discussão hoje atingem uma quantidade e complexidade fora do alcance de qualquer leitor atual. O que vale para qualquer outro tema dessa natureza, e o que segue aqui será um ‘itinerário teórico seletivo’ desprezioso. Tópicos dessa envergadura, extensos demais, porém essenciais, são objetos de discussões permanentes que parecem ser inexauríveis: ou seja, estão fora das possibilidades e alcance do ‘ponto de observação’ de um autor singular. O que se visa, então, nesse artigo, é algo muito mais modesto: reunir alguns, bem poucos, apontamentos que, um pouco como Descartes, discutem aspectos de onde, e como, conhecer a ‘realidade’ concreta, a chamada ‘construção social da realidade’, e, em particular, as características das categorias sociais classificatórias das pessoas. Por um lado, as observações em foco se encontram em linhas gerais, e específicas, na literatura antropológica (e filosófica); porém, por outro, não se encontram organizadas num único texto. Essa conjunção é o objetivo aqui.

Iniciemos com um exemplo na antropologia. Há um autor recente, muito conhecido, que utilizava da expressão ‘ponto de vista’ para

analisar a mutabilidade deste ‘ponto’ nas concepções do povo indígena Araweté. Posteriormente, o mesmo autor, Viveiros de Castro, propôs o termo *perspectiva*, para estabelecer que, muito resumidamente, tudo depende da posição singular de onde o protagonista, humano e extra-humano, se localiza, e de onde se relaciona com os outros (ou seja, algo como uma ‘posição ego’, uma pessoa com um ‘ponto de vista’ fixo, sendo que as ‘pessoas’ em questão incluem todas as categorias de protagonista-pessoa principal – humano, ‘espírito’, animal). Com esse termo nos aproximamos, aliás, do mesmo termo quando foi usado por um crítico de muitas certezas dos filósofos anteriores.¹ Com a noção ‘perspectiva’, como é abundantemente conhecido hoje, desde 1996, uma parte da antropologia brasileira deu início a um ‘perspectivismo’ atualizado. E esse perspectivismo renovado, como também é suficientemente conhecido, se desdobrou em uma nova direção de determinados aspectos proeminentes entre as coletividades indígenas, tal como estudadas nos estudos das Terras Baixas da América do Sul. Esses analistas do pensamento indígena aprofundam, em síntese, qual é a visão da realidade dessas coletividades e, por causa da afinidade com a ontologia indígena, terminou sendo abarcado por uma das últimas inflexões na teoria antropológica, a que gira em torno da discussão da ‘inflexão para a ontologia’.²

Um breve comentário sobre o ‘ponto de vista’ pode esclarecer algo sobre a discussão pretendida. Nos exemplos citados trata-se de uma noção de pontos de vista para a base de onde se concebe a realidade ambiente e de onde se vê os participantes com quem se engaja em interações. Além da ‘pessoa francesa filosófica’ de Descartes, fica claro que sempre será imprescindível que haja um observador e de que este necessita de um *locus* de observação, um ‘ponto de referência’ (especialmente se não se pratica a negação ontológica costumeira de todos que não são algum tipo específico de ‘pessoa’ observador). No caso dos povos Tupi que habitavam a região que se chama de costa atlântica hoje, tal como os mais conhecidos Tupinambá, o evento que mais gerava sua atenção, e seu ‘ponto de referência sociocultural’ má-

ximo, consistia numa busca constante de vingança e que culminava no sacrifício do prisioneiro: a morte ritual e o consumo ritualizado de uma outra pessoa. O vetor de ‘vingança’ centralizava o maior foco de atenção sociocultural Tupi e dentro disso o prisioneiro cumpria um papel indispensável. O que surpreende, pelo menos hoje para nós, é que o prisioneiro não fugia, nem se furtava a exercer seu papel preestabelecido na hora da morte. O seu ‘ponto de vista’ coincidia inteiramente com aquele dos seus algozes. O Tupi e seu ‘outro’ compartilhavam o mesmo ‘ponto de vista’ (como se esse outro, de fato, fosse um igual). O livro em inglês da pesquisa que, antes, redundou primeiro de uma tese sobre os Araweté, assinala uma mesma questão no próprio título: *‘From the enemy’s point of view’*. Nesse caso o inimigo não um ‘outro igual’ Tupi, porém se mantém o princípio de que o ‘ponto de vista do outro’ é, de fato, a concepção dos Araweté sobre o que seja o ponto de vista e, também, há certa mescla, uma certa fusão, do matador com o inimigo abatido (como se fossem o mesmo).

No perspectivismo um único ‘ponto de vista’ (a visão do real dos humanos) é atribuído a certo número de outros seres. Normalmente, trata-se principalmente de uma certa quantidade de animais mais antropomórficos (o protótipo sendo a onça), e, talvez, outras classes de extra-humanos (espíritos), e que veem o mundo do mesmo modo que os humanos. Ou seja, o ‘ponto de vista humano’ se adota em cima da realidade de tal maneira que a onça interpreta tudo no seu mundo como se fosse uma pessoa humana, e vendo-o da forma humana. O ponto de vista humana é o ponto de vista para todos aqueles seres que são ‘pessoas’. Nota-se o mesmo mecanismo já assinalado, *um* ‘ponto de vista’ predomina em participantes diferentes, como se o ser humano e sua vida sociocultural fosse tão forte que seria igual para todos os atores, mesmo os não-humanos. O perspectivismo também trata o ‘ponto de vista’ de um outro, o ‘ponto de vista outro’, a imaginação de ser possível de se ver dentro de um outro e estar olhando (inclusive para si mesmo). É fácil reconhecer aqui a *theory of mind*, a teoria da mente, segundo a qual o ser humano tem a capacidade de se colocar

no lugar de um outro ser, imaginar-se no lugar de um outro ser humano (mas para eixos entre a simpatia ou a antipatia, o bem ou o mal). Essa teoria da mente é universal, porém, a sua expressão nesse caso em que o outro seja um ‘igual’ tão igual que enxerga o mundo a partir do mesmo esquema categorial imposto ao material é singular (por exemplo, para a onça ela come carne assada em uma casa, onde o humano vê que ela come carne crua e não vê nada parecido com uma casa).³

Em suma, nessa curtíssima excursão etnológica não estamos, em certo sentido, tão longe de Descartes. Primeiro, por ser universal a presença variada do ‘ponto de vista’ na humanidade. Segundo, porque na ciência em geral se procura um ‘ponto de vista’ próprio para conceber e analisar a realidade de um modo mais objetivo. O perspectivismo indígena, quando existe dentro de seus limites, projeta o ponto de vista humano para certos ‘outros não-humanos’. Do mesmo modo temos, até hoje, uma discussão quase interminável a respeito do ‘ponto de vista’ e da posição social de um *ego* em relação ao *nós*, o coletivo: a sua posição livre, de vontade própria, ou, pelo contrário, uma posição social constricta e sem ação pessoal, como uma pessoa enredada fortemente numa contextura de relações sociais – o ‘ponto de vista coletivo’ imposto, por assim dizer. Em outras palavras, discute-se a natureza do social e a da realidade em geral (a ontologia e a cognição humana em suas bases fisiológicas e socioculturais, e uma subsequente epistemologia).

Como dito, ao invés de elaborações novas, esse artigo tem por objetivo de oferecer uma brevíssima revisão de alguns pontos fundamentais na antropologia e organizá-los numa forma acessível para que, espero, tenha alguma utilidade e, em alguma medida, possa servir de algumas orientações teóricas e metodológicas sucintas. Para tal fim, o maior fio da meada será a unicidade e impermanência da realidade: da pessoa e do coletivo; a relação entre ambos; a nossa limitação cognitiva simplificadora e necessária que capta a fluência contínua da realidade em conceitos descontínuos e, sempre, em última instância, arbitrária; a *inconstância do mundo* em todas as suas facetas.⁴ Como as inspirações

e ideias derivam de uma quantidade incomensurável de pensadores, as citações bibliográficas serão muito restritas para evitar uma bibliografia sobrecarregada (ou um artigo sem texto e só de bibliografia). Vale acrescentar que a continuidade da leitura, estudo, inspiração e revisão de todos os ancestrais intelectuais permanece necessária e atualmente continua subutilizada na reflexão antropológica (Reesink 2020).

A unicidade ‘pessoa-corpo’ na fluidez e singularidade

Descartes termina por se concentrar na sua própria pessoa, seu corpo, e sua alma, particular. Desse modo ele contraiu as esferas da sua vida, e da nossa, de tal maneira porque ele se esforça em função do seu desejo de mostrar a irredutibilidade do *ego*, com efeito, de todos os *egos*. Hoje, trata-se desse ‘ego corporal’ muitas vezes com uma dupla visão de distinguir, de um lado, ‘indivíduos’ no sentido fisiológico, e, de outro, de ‘pessoas’, no sentido da ‘construção social’ da pessoa. Antes de mais nada, convém indicar que essa separação – como outras oposições malfadadas e mal-amadas para as quais, em tempos mais recentes, existe uma voga em declarar ser obsoleta e/ou ‘ocidental’ –, é, de fato, uma espécie de oposição inexistente. Por outro lado, o dualismo tal como indivíduo-pessoa é inevitável, no sentido de que para qualquer ato de categorizar e pensar há de haver um limite e uma separação, e, dessa maneira, se cria uma ferramenta conceitual pela qual conjugamos o singular e o coletivo (e obter uma análise mais realista). O corpo, afinal, consiste em uma unidade relativa: uma unidade que deriva de uma genética que, na verdade, se realiza num transcurso epigenético, isto é, a interação permanente entre o desenrolar do programa genético e o inevitável e necessário ambiente, social, físico, e biológico, que gera as possibilidades e restrições do desenrolar contínuo do ser humano. Tal movimento resulta em perfazer um corpo fusionado em seu aspecto genético e ambiental, gerando um ser cognitivo-social inconstante e sempre em mutação. No fim, sempre haverá a fluidez dessa interação, desde antes da concepção e até o momento corpóreo final. Tudo é, por assim dizer, interação

numa teia de alta complexidade em se forma não só um ‘indivíduo’ e uma ‘pessoa’, mas, digamos, de um ‘corpo pessoal’, ou uma ‘pessoa corporal’. Tanto a fluência interativo permanente, quanto o estado momentâneo da ‘pessoa corporal’, geram, portanto, em última instância somente mudanças constantes (a ‘inconstância da pessoa’).

Talvez aqui se caracterize algo como um paradoxo humano. O corpo humano é *locus* da unicidade do DNA de cada um, portanto, cada pessoa é um ‘ser único’, com um programa genético singular. Durante a interação entre codificação genética e o ambiente a sua trajetória de vida expressa a singularidade mais ainda (e mesmo gêmeos se diferenciam geneticamente). Pelo lado corporal vemos como essa unicidade se constitui no percurso do tempo e sob a influência do grupo de pessoas, criando a interação pela qual se transforma um ser humano potencial em um ser humano real. Paradoxalmente, a unicidade se realiza na interação entre o ser em formação em meio a seus semelhantes, o seu grupo criador. O ser humano se desenvolve corporalmente em estreita relação com seu ser social, e vice-versa, mas somente em seu ambiente de interações. Sem um grupo não se desenvolve um ser humano em um ser humano.⁵ Essa *sociocriação corporal e individual*, por outro lado, pelo patrimônio genética único e a trajetória de vida única, produz, pela epigenética e, portanto, uma *sociogenética*, um corpo único, dotado de uma capacidade e expressão sociocultural única. Unicidade somente se desenvolve numa união interativa do múltiplo. As ‘sociocriações de seres humanos’ dos povos indígenas envolvem toda uma série de práticas de formação corporal e social, uma verdadeira ‘socio-epigenética indígena’ (sendo uma operação sociocorporal que perdura desde o feto, passando pela idade adulta e até a velhice).

A unicidade de pessoa-corpo se expressa, então, numa aprendizagem também única do ‘ser sociocultural humano’, tanto em seu próprio ser como, está claro, na teia de relações em que se movimenta e em que se interage (aqui, talvez, Descartes tinha alguma razão). O termo *relação* ganhou muito destaque na literatura, ainda no fim do século passado, e basta evocar Strathern e sua advertência sobre o cui-

dado que o analista deve exercer para evitar o seu uso indiscriminado. Tudo pela relação, por assim dizer, mas devemos ter em mente que o que realmente conta é a ‘interação’, e, portanto, examinar a multiplicidade imensa das variações interativas. Para completar, devemos lembrar da proposição atualmente consolidada de que há uma prática linguística única para cada pessoa.

De fato, os linguistas, e mais em particular os sociolinguistas, cada vez mais se dão conta de que qualquer limite para marcar um *dialecto*, *socioleto*, ou *língua*, constitui uma prática sociocultural, e não é um dado linguístico em si. O que se conclui daí é que se deve levar em conta a noção de *ideoleto*. Em última instância, é forçoso concluir, qualquer ser humano é um falante de um *socioleto único*, ou seja, um praticante único de um *ideoleto*. *Corpo*, *cultura* e *língua* coincidem, nessa visão, na sua prática conjunta e interrelacionada, na transformação de cada ser humano em um ser único que, não obstante a ênfase na unicidade de um Descartes, necessariamente resulta das práticas interativas coletivas do seu meio circundante. Parafraseando, um *ideoser humano*.⁶ Único, mas paradoxalmente totalmente dependente, para a sua formação e a sua realização enquanto ser humano, das coletividades cujas relações o circundam, ou, talvez melhor, o entrelaçam com uma teia de interações a qual todos se somam como um dos nexos de um complexo de múltiplas interações (que, em última instância, abrange todos os humanos). A ‘teia de significados’ (*à la* Geertz), somente se realiza pela ‘teia de interações significadoras’. Dependente total numa multiplicidade de dependências – na verdade, de algum modo, sempre ‘interdependências’ –, o ser humano só se *realiza* mesmo nas interações que consistem dos fluxos pelas linhas de trocas que mantém com outros seres humanos. No fim, em termos analógicos cartesianos revistos em termos pronominais atuais: *penso, logo penso que sou*. E, sem algum pronome de ‘nós’, não há nenhum pronome de ‘eu’: *penso, logo somos*. E, logicamente, *penso, logo penso nos moldes afetivo-cognitivos que pensamos*. E, simultaneamente, *penso, logo minha mente realiza que penso que sou no meio do que somos*.⁷

A realização da realidade humana

‘Penso, logo pensamos de uma certa maneira’ e, desse modo, pensamos, inevitável e permanentemente, nossa realidade. Entre o ‘penso’ e o ‘pensamos’ há uma dialética imprescindível, indispensável, e, no limite, não redutível a um ou outro (a uma ou a mais pessoas). Nesse sentido, a análise da *sociocriação da realidade*, mais conhecida como a ‘construção social da realidade’ (como no título do livro famoso de Berger & Luckman), pode, para uma finalidade mais metodológica, partir da ‘pessoa’ individual e examinar como se constroem suas relações classificatórias cogno-afetivas para compor uma configuração de um conjunto de coletividades de todo tipo (cuja expressão será apresentada mais adiante como um quadro sinótico apontando as diferenciações possíveis de posições em seus eixos analíticos). Desde que não esqueçamos que são as coletividades enquanto agregados sociais que comandam o processo de confirmação, contestação e, daí, a permanência e a transformação dos limites, qualquer que seja a natureza sociocultural destas unidades linguísticas e socioculturais. A questão dos *limites* destas unidades das mais variadas se torna, então, a questão sociológica fundamental que aprofunda, num sentido mais radical, a direção apontada por Barth. Porém, no seu caso em 1969, Barth e colaboradores somente lidaram com os limites para os *grupos étnicos*, e não incluíram esse caso como um caso específico dentro do processo geral de conformação cognitiva categorial (Reesink 2016).

Não é à toa que o foco na questão dos vários tipos de *limites* aumentou consideravelmente em diversas áreas de estudos. Por exemplo, Lamont & Molnár (2002) resumem este movimento, e me inclino a crer que a atenção desde então não arrefeceu, mas aumentou mais ainda, nos anos que se seguiram. E quem investiga limites ao mesmo tempo está pesquisando a necessidade humana da imposição de ordem numa realidade que, num sentido bem fundamental, é uma *sociocriação* altamente arbitrária (questão muito complexa e muito discutida, mas, talvez, poder-se-ia postular que quanto mais materialidade, mais imposição categorial pelo real e menos arbitrariedade).

Reformulando a questão um pouco pretenciosa e desajeitadamente, trata-se da *sociocriação sociocultural da realidade sociocultural* em que a criatividade pessoal e coletiva, simultaneamente inovadora e conservadora, e, a cada instante, se expressa por vias de uma *recriação constante*: isso permite uma quantidade quase infinita de mundos socioculturais ou, para utilizar um conceito clássico, com suas vantagens e desvantagens, ‘culturas’, geradas pela *etnocriatividade intrínseca humana*. Wagner tinha toda razão em chamar esse tipo de processo de ‘invenção’, mas como nunca se cria algo do inteiramente nada, ‘recriação’ corresponde um pouco melhor a caracterização do processo. Com efeito, por outro lado, ao conceber o ‘real’ sendo recriado o tempo todo verifica-se que a realidade social sempre está sendo ‘objetivada’, como alguns chamam o processo, ou, como também é conhecido, trata-se de uma ‘reificação’. Objetivar implica em tornar o real social em fato (um ‘real’ incontornável), reificar implica em investir o real com uma concretude, uma materialização (um concreto impositivo). O processo mais fundamental em todo e qualquer coletivo humano consiste em transformar o que é transitório, impermanente, e resultante da própria interação social, em uma realidade sociocultural ‘concreta’ e concebida como ‘realmente’ objetivamente real (com uma essência, ao invés de ser uma criação). Na verdade, um processo humano geral da humanidade toda que constitui do real e que poder-se-ia chamar de *realização, tornar real*: em outras palavras, os humanos, num sentido muito profundo, realizam, nas suas interações, a *realização do seu mundo específico*.

Como dito mais de uma vez, hoje em dia existe uma enorme literatura sobre todas estas questões, e, aqui, é possível referir a estes debates somente de modo extremamente simplificado. Vale somente lembrar que a categorização do mundo implica exatamente numa simplificação, fixação, e cristalização radical da diversidade da realidade que se encontra em fluidez constante. Para alguns autores, no entanto, categorias bem escolhidas possibilitam pensar eficientemente sobre o real e analisar e compreender seus padrões. Em termos de língua e pensamento, todo significado cognitivo-afetivo deriva de analogias entre os conceitos (e que se estabelecem em interações mútuas).⁸ O

que faz o ser humano ser o único, na medida em que a categorização se realiza com características especiais: a capacidade de se estender à vontade; uma capacidade enorme de generalização e abstração; uma procura mental ativa para conceber padrões significativos com que se simplifica o real, com, normalmente, o objetivo social de não perder algo da sua essência (Hofstadter 2010:113, 187, 198, 333, 356). Tal corte do contínuo, a introdução do descontínuo na fluência real demasiadamente efêmera, significa uma perda de informação inevitável, mas ganha-se a eficiência necessária para agir em um mundo em que a percepção, concepção e reação aos outros seres seja condição absoluta para continuar vivo e se reproduzir.⁹

Laços que agregam (agregados que façam)

Partir aqui da ‘pessoa’, ao invés de um modo de coletividade, para um fim analítico específico, é arbitrário. Do ponto de vista de cada pessoa, justifica-se, talvez, adotar primeiro o da ‘Pessoa’, um pouco pela materialidade da pessoa humana e um pouco pela imaterialidade final, em última instância, dos seus agrupamentos em conceitos afetivo-cognitivos. Cada pessoa, no fim das contas, exhibe uma certa unidade e um senso mental de uni(cidade), e funciona como um todo extremamente intrincado. Aliás, diga-se, uma unidade bem mais complexa do que se pensa normalmente, já que, no fundo, consistimos de um arranjo sistemático de bilhões de células, e incluímos mesmo um quilograma de bactérias dentro do nosso corpo e em cima da pele. O nosso sistema, enquanto unidade, é muito relativo, é claro, porque, no nível das trocas físicas e biológicas, interage permanentemente com o que lhe é exterior. A própria pele é permeável e porosa, em graus diferentes, sendo mais uma espécie de ‘membrana’ do que um limite bem fechado (como, aliás, ocorre com quase todos os limites que distinguimos, inclusive para fins analíticos). Aqui também as fronteiras fisiológicas entre interior e exterior se complicam bem mais do que nossa imagem mental modelar de si, corporal, ‘encorpada’, construída no cérebro, deixa transparecer. No plano da interação social, há quem

relativize as fronteiras do *self*, tal como Hofstadter (2010), quando dedicou um livro inteiro à tentativa de uma demonstração que o ‘eu’ não existe, e não passa de um efeito de *feedback* resultante da capacidade simbolizante da mente humana. Com efeito, num sentido também muito real, sem coletividades cognitivas que se transformam em grupos sociais efetivos, não há pessoas humanas, uma vez que o ‘*self*’ depende dos processos socioculturais coletivos. Simultaneamente, os estudos neurológicos mostram as áreas do cérebro que realizam o sentimento, o mapa corporal mental, e a consciência de ter uma existência individualizada numa unidade corporal distinta que busca sua continuidade existencial. Nesse sentido limitado, há um ser humano individual que busca persistir enquanto um ser complexo com certa unidade. Decerto, sem nenhuma novidade, uma unidade muito relativa, muito mais do que a concepção euro-americana mediana, grosso modo, postula. Por outro lado, o ‘corpo-pessoa’ é um organismo de alta complexidade que se sustenta como um ser vivo com um certo tipo de unidade orgânica e que atinge absoluta unicidade.¹⁰

O corpo, no fundo, é uma imensa organização orgânica em que as células individuais contribuem para uma unidade, também, primordialmente complexa. Porém, essa unidade sistêmica é frágil e precisa de manutenção continuada a cada momento de sua existência. Além disso, uma plêiade de bactérias co-evoluiu com o agregado celular do corpo propriamente dito. O ser humano é, por definição e inelutavelmente, uma organização multi-espécie (para usar um jargão atual). No duto digestivo, por exemplo, descobriu-se uma microbiota permanente essencial para o seu bom funcionamento, ao ponto em que hoje se faz transplantes desse fluido intestinal. Bactérias se encontram em toda parte, em combinações e espécies muito diferenciadas, em microbiotas diversas: p.ex., a flora bacteriana em cima da língua difere daquela embaixo da língua, etc. Como dito, uma contagem recente assevera que nosso corpo carrega um quilograma dessa flora diversificada; imagine, então, a quantidade inacreditável de organismos envolvidos. O ponto aqui se refere ao fato de que os limites do corpo são bem mais

tênuas que se costuma pensar, e que o corpo, com o ar e com todo tipo de contato sensorial, nunca está fechado, mas sempre será um sistema constantemente aberto a uma imensa gama de materiais inorgânicos e seres orgânicos: algo involuntário, constante e com todo tipo de perigo. Estima-se, numa das aberturas corporais mais consentidas, que um beijo íntimo passa cerca de 80 milhões de bactérias. Toda essa vida em nível celular opera constantemente, sem parar, numa série indispensável de processos intracelulares, ao mesmo em tempo que ocorrem multidões de interações intercelulares. Fluxos e processos interativos sobre o que, de certa maneira, ainda se compreende muito pouco, e que atingem números inimagináveis de operações simultâneas. E totalmente fora da nossa consciência, conhecimento ou domínio cotidiano, e que no cotidiano humano nunca levamos em conta para ter uma vida social normal. O mundo externo e interno se desenrola de modo maciço, e quase que exclusivamente, sem nosso conhecimento e por via de modalidades inconscientes das mais variadas operações (um fenômeno de escalas variadas, intracelular, intercelular, complexo celular, totalidade corporal em que cada nível amplia a possibilidade de analisar a informação de si e do ambiente).

Um corpo-complexo-unidade humano se torna umbilicalmente uma pessoa humana. Do ponto do visto de uma 'pessoa', a sua 'perspectiva', uma malha conceitual cobre as outras 'pessoas', entrelaçando-o em uma quantidade de 'contexturas identitárias' igual ao número de conceitos de que se utiliza para classificar e identificar a si e aos outros. Como nexos identitário, factual e virtual, toda identificação gera uma 'contextura identitária particular', uma espécie de conjunto, ainda no sentido neutro matemático, abarcando um conjunto de pessoas da mesma 'classe' (classe aqui implica um sentido mais neutro do que identidade, hoje nem sempre um termo utilizado de modo mais preciso). Também, é quase escusado dizer, algumas categorias permanecem quase que virtuais, outras se realizam em seus vários modos na prática, e estas últimas constituem seus membros e seus não-membros como protagonistas que se constituem dialeticamente. Partindo de

uma pessoa como ‘nexo’ no entrelaçamento, as categorias se cruzam nas diversas direções, e todo e qualquer grupo virtual humano que daí se forma se associa – em algum grau de um contínuo de quase nada até quase totalizante – em uma soma particular de valores, papéis e disposições corporais. Para não usar a noção contestada de ‘estrutura’, ou ‘contexto’, talvez uma alternativa seja *contextura*, um arranjo de ligações que unem as partes em algum todo, no caso, os ‘nexus pessoais’ dos entrelaçamentos que constituem alguma espécie de unidade sociocultural (e, simultaneamente, ‘socionatural’, por assim dizer).

Cada nexo pessoal é uma ‘perspectiva’, cada uma com uma coleção de contexturas classificatórias particulares que se torna representável como um conjunto de diagramas Venn. Ou, é claro, por uma rede de relações, como já se sugeriu há muito tempo, por exemplo, por parte de autores da antropologia inglesa. A depender do objetivo, uma ou outra visualização se adequa melhor à contextura investigada, mas o diagrama Venn leva a vantagem quando se mapeia as classificações potenciais, virtuais e reais, quando não se limita em especial às relações realmente existentes de uma rede (o que também pode ser visualizado pelo Venn, enquanto um diagrama Venn potencialmente consegue visualizar mais de uma classificação ao mesmo tempo). Uma ‘pessoa’ se localiza, dessa forma, numa contextura de ‘perspectiva pessoal’, constituindo um nexo auto-concebido com uma ‘Pessoa’ e que consiste em uma série de conjuntos Venn de classificações em círculos sobrepostos.¹¹ Aliás, notemos que é possível adotar o ponto de vista coletivo a partir de cada recorte de um certo conjunto Venn e as suas características das ‘pessoas’ incluídas (cada uma com a sua ‘configuração conjuntural’ própria, o conjunto de classes a que pertence).

Esse conjunto de diagramas engloba uma quantidade variável de outros nexos pessoais do mesmo gênero: cada nexo é o ponto único de interseção que abarca toda a ‘perspectiva pessoal’ particular de cada um, gerando um diagrama único para cada ‘pessoa’. Cada um,

portanto, na interseção pessoal evidencia a sua ‘contextura conceitual Venn’ particular.¹² Obviamente, esse tipo de diagrama também pode visualizar perspectivas de um coletivo, por exemplo, um grupo étnico. A ideia, em termos gerais, consiste em visualizar a questão para que auxilie a clarificar a análise: entre outras possibilidades, poderia ser feito não somente para todo um coletivo, mas para várias ‘pessoas’ de interesse analítico dentro de uma mesma categoria estratégica.¹³ Dado uma concentração analítica no presente texto a uma ‘perspectiva pessoal’, uma atenção conseqüente se dirige as dimensões dessas classificações. As categorias que constituem os coletivos que aponto para as dimensões podem ter exatamente conhecimentos próprios, modos de agir e pensar como uma dimensão específica que também é contínua – teoricamente de (quase) nada até (quase) total –, e exclusivo: ou seja todas as categorias de identificações detêm algum grau de modo de reconhecimento (auto e alter), conhecimento (cognição), valor (afeto), e prática (realização), desencadeando um desempenho atualizador da realização interativa contextual da categoria em questão, de peso social quase zero até quase totalizador, e, é claro, nunca isoladamente, mas numa mescla categorial.

Entre as variações de peso categorial em questão está, no seu grau máximo, alcançar o nível de um *habitus*, uma *hexis*, no sentido de Bourdieu. Como visto, o processo cerebral cognitivo opera fortemente pelos mecanismos inconscientes da mente, algo que as neurociências demonstraram de modo amplo, variado e convincente. Na antropologia subestimamos, como em parte já visto, imensamente a quantidade de percepções, interações e ações que se regula inconscientemente. Comparado com as neurociências contemporâneas, a proposta de ‘habitus’ de Bourdieu é muito tímida; pois, nessas ciências se postula que o cérebro age profundamente, em todos os atos, e até decide instantes anterior a qualquer consciência decisória (Swaab 2016; ‘hexis’ e ‘habitus’, no fim das contas não devem ser considerados em separado, constituindo uma unidade corpo-mente).¹⁴ E, subsequentemente, algo que mereceria grandes considerações à parte, os posicionamentos

pessoais comandam as redes de troca (*exchange*, reciprocidade), tanto o que se processa entre uma pessoa infra-categoria (a que pertence), quanto extra-categoria (parafraseando, circuitos e sistemas de *endotroca* e de *exotroca*; suscetíveis de matematização).

Os eixos das dimensões classificatórias

O problema posto concerne o fato de que a *constância da inconstância do mundo* se configura como fluências, movimentos, mudanças, continuidades, e contínuos, enquanto para categorizar o universo as categorias precisam de fixações, paradas, estabilidades, cortes e descontinuidades. Por um lado, todos são ‘únicos’, mas, pelo inverso, há similaridade no fato de que todos são diferentes. Por outro, a dissemelhança sociocultural deriva em especial das classificações socioculturais compartilhadas com as quais classificamos a nós mesmos, e, simultaneamente, aos outros. Cada ‘pessoa-perspectiva’, como uma ‘self-pessoa’, se relaciona e interage com outra(s) ‘pessoa(s)-perspectiva’, enquanto o recíproco também é verdadeiro, a ‘outra’ self-pessoa se relaciona com a primeira ‘self-pessoa’. Aliás, juntando as duas postulações, vale lembrar que o *outro* começa a partir de *uma* ‘pessoa-perspectiva’ e se orienta para *todas* as outras pessoas, enquanto, no uso generalizado atualmente em voga, parece que somente se examina o ponto de vista de um determinado ‘nós’ versus os *outros*, o ponto de vista de, digamos, uma ‘pessoas-perspectiva’ (um ‘nós-perspectiva’). E se ganha a impressão de que, em casos mais extremos, só há determinados ‘outros’, somente certos ‘outros’, em especial aqueles socialmente desqualificados e estigmatizados. Por mais compreensível que isto seja, a proposta aqui enfatiza um processo sociocultural geral, em termos mais abstratos, e, se quiser usar uma terminologia mais em voga, de uma ontologia e epistemologia mais fundamental.

Vale a pena almejar esquematizar um esboço de um método nesses termos mais subjacentes, mesmo dentro dos limites deste texto, e sem maiores pretensões a não ser propósitos heurísticos. Trata-se somente de um método que permite formalizar melhor a análise

das relações das pessoas e suas contexturas socioculturais, tanto ao sair do ponto de vista da ‘pessoa-perspectiva’ e das ‘pessoas-perspectiva’, numa possível dialética entre a ‘pessoa’ e as ‘coletivizações’ (uma unidade ‘pessoas-coletivas’).¹⁵ Ou seja, busca-se aqui somente clarificar um pouco a gama complexa das variações do real e a gama das possibilidades analíticas, para evitar simplificações impensadas e alcançar mais clareza sobre o ‘como e o porquê’ da simplificação analítica inevitável.

De modo semelhante, as classes com que a língua particular procede a classificar pessoas também adquirem certas características altamente variáveis e cuja complexidade real costuma ser subestimada.¹⁶ Ao rever a imensa e, na prática, inesgotável literatura sobre essas características, percebe-se as muitas variações das classes afetivo-cognitivas operacionais para todo tipo de ‘coletivizações’ de pessoas. Existem várias teorias sobre o conceito e como esses conceitos se constroem e operam. Por exemplo, há a teoria do ‘protótipo’, em que se resalta que um cerne de elementos definidores seja a base para uma classificação, acompanhado de elementos que podem variar, e que podem estar, ou não estar, presentes. Outras teorias disputam alguns aspectos da primeira e promovem outros pontos de vista. Tais teorias estão fora da discussão aqui, por falta de competência e de espaço. O quadro sinótico abaixo remete, de alguma forma, e contempla algo dessas teorias, mas o quadro visa somente sinalizar e explorar diversas dimensões em que as classes geradas se diferenciam, e não explicita essa relação com as teorias. Como o sistema de classificação concerne ‘classes de coletivização’ que identificam as pessoas nesses coletivos, o quadro chama as classes em foco de *identificação*. A noção de ‘identidade’ na contemporaneidade se ampliou de tal modo na literatura que se esvaziou em seu sentido preciso. Além disso, como tudo, como se sabe, procede de modo processual, será melhor aventar o termo ‘identificação’, para pelo menos sempre ter um indício claro da sua processualidade e recriação permanente. Tirar algumas implicações da sociocriação da realidade, a *realização*, será a inspiração do que segue.

	Polo A	EIXOS	Polo B
1	Aceitação cognitiva total (autoconvencimento x alterconvencimento)	◄.....►	Rejeição total
2	Aceitação afetiva total (autoconvencimento x alterconvencimento)	◄.....►	Rejeição total
3	Totalmente fixada (vetor essência, substância, grau de <i>locus corporeo</i>)	◄.....►	Totalmente alcançável
4	Prescritiva (inevitável para opcional, constrangimento para escolha)	◄.....►	Performativa
5	Dualista (de modos exclusivos para modalidades de inclusão segmentária)	◄.....►	Analógico/hierarquia
6	Um critério de pertencimento (quantidade de critérios, concordância/dissonância auto/alter)	◄.....►	n-critérios-pertencimento
7	Um sinal diacrítico (quantidade sinais, grau visibilidade, concordância/dissonância em relação auto/alter)	◄.....►	n sinais diacríticos
8	Sem (a partir de um) contexto (quantidade de contextos em que é significativa)	◄.....►	Todos os contextos
9	Sem peso de significância (extremos hipotéticos)	◄.....►	Totalmente dominante
10	Sem estratégia (medida de manobra, manipulação instrumentalista)	◄.....►	Totalmente estratégica
11	Permanente (fator tempo, pode ser sucessivo)	◄.....►	Contingência temporária
12	Único humano (inclusão e extensão de <i>humanidade</i> [até <i>perspectivismo</i>], alterização)	◄.....►	Seres humanos amplos
13	Valor positivo total (prestígio versus estigma)	◄.....►	Valor negativo total
14	Ação determinada total (algo como 'grau de agência')	◄.....►	Liberdade de ação total
15	Pessoal (na medida em que os eixos coincidem nos indivíduos)	◄.....►	Coletivo
16	Nenhum conhecimento (quantidade de pessoas conhecidas pessoalmente, escala grupo)	◄.....►	Total conhecimento pessoal
17	Não marcado	◄.....►	Marcado

Quadro 1. Identificação e seus eixos de contínuos: quadro sinóptico.

Com a premissa de que a realidade, como visto já várias vezes, se compõe de contínuos, denominei as dimensões destacadas como ‘eixos de contínuos’. Eixos, como inspirado na matemática, em que o caso particular se radica em certo ponto para uma ‘pessoa perspectiva’ particular. O eixo representa uma escala entre o nada e o todo, por assim dizer, sendo que não será surpresa que haja contínuos que, na prática, nunca podem chegar aos extremos. De uma certa maneira, em alguns casos, duas dimensões, ou três, ainda são passíveis de se representar em um gráfico de eixos x e y , tal qual numa equação matemática. A escolha, no entanto, dessas dimensões se limita aquelas que são aptas para tal figura, enquanto a verdadeira utilidade analítica ainda resta a ser demonstrada.

Eixos classificatórios: dimensões contínuas

Recapitulando: os eixos no quadro permitem apontar, em modo mais sistêmico, como uma análise identitária pode ser estendida em várias direções. Vale reiterar que vários extremos dos eixos não ocorrem na realidade, já que são logicamente impossíveis. Esses polos funcionam somente no esquema para mostrar a noção de *contínuos*, destacando que quase nunca sucede, ou é impossível, que os polos se atualizem na realidade. Estes eixos podem, e, em alguns casos necessariamente, devem ocorrer simultaneamente: unidimensionalidade, ou ‘unicategorialidade’, inexistente em qualquer coletivo étnico humano, tal como nenhum coletivo humano consiste de uma só classe de pessoas. O quadro, evidentemente, não aspira a ser completo, nem implica em que deve ser lido como que configurassem colunas, uma a esquerda e uma a direita, em que se coloca os polos análogas nas mesmas colunas. Trata-se de algumas das dimensões discutidas e apontadas na amplíssima literatura como sendo relevantes, em maior ou menos grau, em combinações variadas, e para que se verifique, portanto, uma grande variabilidade empírica: em eixos/dimensões que ultrapassam o que encontramos nos casos reais etnograficamente isolados. Vejamos uma breve discussão das dimensões para aclarar algo de sua complexidade.

Os eixos 1 e 2 talvez pudessem ser juntadas, ou reformuladas como tais, por serem próximos em sentido. Com efeito, normal e aparentemente, tendem a ser próximas, no entanto, para fins analíticos vale a pena separá-los com o intuito de frisar que a aceitação no nível cognitivo e o sentimento afetivo se correlacionam, porém, não co-variariam automaticamente, mesmo que se impliquem mutuamente. Em especial, a aceitação de uma classificação por outrem varia na aceitação pelo classificado. Por um lado, da parte do classificador, há de ter algum grau de segurança da aplicação sobre outrem (também, como tudo, algo a determinar de fato); por outro, deve haver algum grau de aceitação, ou de recusa, por parte desse alterclassificado. A aceitação afetivo-cognitiva de uma categoria possivelmente difere, então, pela força de convencimento da classe para si mesmo, o *autoconvencimento* gerado por *autovalorização*, enquanto, também, de modo independente ou covariante, varia em convencimento do alter, o *alterconvencimento* da correção de sua auto-identificação.

A questão gira em torno de como a auto-identificação se relaciona com o autoconvencimento de si e, daí, também, como se apresenta ao 'alter' para convencê-lo da justiça e correção da sua própria identificação – o seu grau de alterconvencimento. Em estrita dialética com essa auto-identificação, e da tentativa de convencer o alter oposto, ocorre o recíproco, quando, por sua vez, o 'alter' aplica sua alter-identificação ao primeiro, e o seu alter-convencimento sobre a sua classificação em relação a esse mesmo primeiro: no fundo, do ponto do visto do autoclassificador, o alter aplica uma *contra-identificação* e um *contraconvencimento*. Notemos, portanto, que o *grau de convencimento e adesão afetivo-cognitivo* de cada categoria, em sua oposição recíproca de 'auto versus alter', resta a verificar. Dessa dialética mútua segue que a identificação e o convencimento de um lado versus o outro lado não necessariamente coincidem. Pelo contrário, o mais provável é que, em muitos casos, haverá um espaço de discórdia, em outras palavras, uma 'dissonância classificatória categorial' que gera as *disputas de classificação*. 'Contradições classificatórias' geram 'vetores sociais conflituosos'.

Em suma, existe um contínuo de um polo entre a congruência total entre ‘auto’ e ‘alter’, na classificação do primeiro, e os muitos casos em que haverá algum grau de dissonância, até o polo da discórdia total. A reciprocidade dos dois pontos de vista classificatórios, em contradição mútua, cria os ‘graus de disputa e contradição categorial’. Essas contradições concernem questões fundamentais para quase qualquer pesquisa social.¹⁷ As disputas carregam em potência a possibilidade de se transformarem em verdadeiras *lutas pelo reconhecimento e respeito*, já que autovalorização implica na postulação do reconhecimento respeitoso do alter.

A dimensão do eixo 3 se movimenta entre os polos da categoria totalmente fixada à totalmente alcançável. Num polo a categoria é imposta sem opção ou vontade própria a uma pessoa, por exemplo, quando a pessoa nasce no Brasil e sempre será considerado ‘brasileiro’. Mesmo se adote outra nacionalidade, será sempre um ‘brasileiro’ e ‘naturalizado com a outra nacionalidade’. Uma categoria que a pessoa não tem como escapar, e que geralmente se funda num atributo pessoal inicial concebido como uma essência pessoal ou, muitas vezes, como uma substância corporal. Uma essencialização costuma ser uma característica de identificações como o parentesco e a etnia, sendo ‘raça’ um caso específico porque, na verdade, é a visibilidade externa que se concebe como determinante de predicados internos (reificando uma relação espúria da aparência tomada como essência que, justo por ser tão ‘visível’, tão ‘evidente’, torna difícil de combater o preconceito). Por outro lado, tal qual a distinção já antiga entre ‘status adscrito’ versus ‘status adquirido’, há as categorias sociais que a pessoa adquire por esforço próprio. Exemplos disso abundam na vida social brasileira e parece existir um consenso que, numa formação social de grande escala, essas compõem a maioria das categorias. Paralelamente, a dimensão do eixo 4 opera com o contínuo entre a categoria prescritiva e a performativa, em que a primeira impõe o que seja o comportamento correto posto como inevitável, sem escolha, com um constrangimento social forte para a sua adesão. O outro polo consiste

no 'opcional', uma performance mais livre, em que o desempenho real depende do empenho e criatividade da pessoa.

A dimensão do eixo 5 versa sobre dualismo em relação a uma divisão analógica, uma gradação, a última encerrando a possibilidade da presença de hierarquia entre os níveis. A ideia aqui é que com a delimitação de uma fronteira, teremos no mínimo, no caso mais simples, um esquema dualista em que se esgota o universo de possibilidades (tipo $\{a : b\}$), tal como o dualismo simétrico de Lévi-Strauss). Por outro lado, o modo analógico inclui no termo oposto da categoria 'não-a' uma gradação (em que o b se desdobra em mais de um $[b_1, b_2]$, até um número teoricamente ilimitado). Note-se que numa tal divisão tudo que é 'não-a' inclui tudo que diverge e, nesse sentido, a única característica em comum pode ser somente 'ser não-a', criando um conjunto totalmente disparatado internamente (raramente se reconhece esse tipo, fato que induz ao erro de pensar que todos os elementos tem algo em comum quando, na verdade, é *a posteriori* que a imposição da categoria socialmente pode criar essa suposta unidade e faz com que o classificado a assuma para lutar contra sua discriminação). Observa-se que o conjunto 'não-a' proporciona também modalidades para hierarquizar os elementos que contém, uma das quais sendo a inclusão em níveis segmentários.

A dimensão do eixo 6 se inicia a partir de *um* critério de pertencimento até n critérios de pertencimento. A quantidade de critérios logicamente se formula desse modo, mas na prática haverá um limite de critérios. Quanto mais critérios, quanto maior a potencialidade de confusão, já que aumentam exponencialmente as combinações virtuais de cumprir e não cumprir os critérios (com dois já são quatro combinações embora só 3 importam para se classificar [sim-sim, sim-não, não-sim]; a questão é que o aumento sempre é muito maior do que a quantidade de critérios a combinar, x^n). O número de critérios importa em função da facilidade de sua aplicação, a prioridade ou não dos critérios, e a subsequente complexidade potencial para disputas categoriais.

Quanto mais critérios, mais possibilidades de que haverá uma hierarquia de importância entre os critérios, e se levanta a questão quantos, e quais, critérios satisfazem para o pertencimento. Se houver um só, instaura-se um dualismo, ser ou não ser. Se houver mais de um, surge a pergunta quais combinações valem, quais criam uma zona de indecisão, e quais não satisfazem o número mínimo. Observe-se que especialmente a zona de indecisão – o contrário da clara definição de pertencimento – gera muitas disputas potenciais, não só entre o ‘auto’ e alter’, mas também do lado de dentro, e do lado externo (‘infra-auto’ e ‘infra-alter’). A variação e disputa infra-categoria é algo que às vezes parece um tanto subestimada, mas se trata de uma variabilidade muito comum que adiciona uma área de pesquisa essencial sobre as disputas.

A dimensão do eixo 7, varia de *um* sinal diacrítico até *n* quantidade de sinais. O sinal diacrítico, na nomenclatura de Barth *et al*, consiste em um signo que diferencia entre as classes no olhar do observador (ou se assemelham aos ‘traços distintivos’ de Troubetzkoy). Adicionalmente importa muito o grau de visibilidade de cada um, ou se a sua ocultação é possível quando demandada por uma situação de relação assimétrica, em que visibilizar o signo implica em violência potencial. Situação comum historicamente para muitos ‘espaços interseccionais compartilhados’, tal como no caso interétnico em que se encontram os ‘índios’: algo que sempre ocorreu, que diminuiu com governos mais democráticos, mas recrudescer muito na atual ausência de um ‘estado de direito’ democrático real.

Já toquei na questão da congruência/dissonância em relação auto/alter, e aqui importa mencionar a visibilidade como fator para certificar a concordância ou dissonância entre classificadores opostos. De algum modo, uma classe deve ser materializada, visibilizada, ou de alguma outra maneira ser reconhecida pelos participantes para, assim, valer no cálculo interativo. Há de lembrar que ocorrem classificações que prescindem de um sinal diacrítico visível, situação em que um partícipe nessa interação já deve conhecer o estatuto da pes-

soa ou, naquele momento, ser informado por comunicação oral. Por um lado, há, como no caso indígena, cocares dos mais extravagantes como o traço distintivo preferido em função de sua absoluta legitimação de ‘indianidade’ aos olhos dos não-índios que, justamente por serem dominantes, ditam as opções da melhor visibilidade. Por outro, a possibilidade de ocultar ou não certos critérios abarca um espaço de manobra para a pessoa individual e coletiva para escapar do regime da relação assimétrica.

A dimensão do eixo 8 se refere à quantidade de contextos em que a classe é significativa. Se não apareça em nenhum, torna-se uma classe inócua, portanto, a variação vai de uma só até todas as situações sociais. É de se supor que uma validade numa só situação social seja pouco recorrente, enquanto no outro extremo temos os casos em que uma classe seja sempre de alguma forma, em maior ou menor grau, presente no bojo da interação. Talvez ‘gênero’ possa ser uma identificação que sempre entra no ‘cálculo interativo’. De modo semelhante, e em combinação com a anterior, a dimensão do eixo 9 examina o peso da presença: um contínuo que se estende do ponto sem um peso de significância, até uma significância dominante total, e isso a se ver para cada situação social em exame. Os extremos podem ocorrer em situações sociais determinadas, mas não ter peso em situação nenhuma logicamente relega a categoria ao esquecimento, enquanto uma dominância totalizadora em todas as situações se torna difícil de realizar em sociedades de escala.

A dimensão do eixo 10 se refere a adesão à categoria estar sem qualquer envolvimento de uma estratégia, de intuito estratégico, até ser totalmente estratégica, com uma medida de manobra, uma manipulação instrumentalista. Houve, como se sabe, muitas discussões sobre a ‘manipulação identitária’ e sua funcionalidade calculista, em oposição ao ‘primordialismo’, uma inevitabilidade essencializada. Do já exposto aqui, levando em conta as revisões na literatura, é óbvio que se trata de um *grau de manipulabilidade* que se precisa conferir em relação às outras dimensões (algumas já mencionadas). Tal ocorre, por

exemplo, em relação a dimensão do eixo 11, que varia na classificação ser concebida como permanente, até sua contingência temporária. A dimensão temporal também entra no cálculo das possibilidades de manipulação. Às vezes, é claro, há um ‘ritual de passagem’, na verdade a ‘sociocriação pública de uma classe’ a partir de certa outra anterior. Um rol de sucessões põe esse tipo de ritual como somente uma das realizações de sucessividade de classificações (por exemplo, se há retorno ou não, se há fases sucessivas).

A dimensão do eixo 12 versa sobre só haver um só ego humano único até incluir uma multiplicidade de seres humanos tidos como ‘humanos’. A extensão da inclusão na humanidade implica em humanização de certo número de coletivos até um certo ponto em que se processa a *alterização* dos outros humanos. A identificação de si implica, como visto no início da discussão, necessariamente na ‘alterização’ dos não-membros. A questão é como, o que, e com que valor, cria-se modos exclusivos para, por exemplo, diferenciar o ser humano de uma determinada série de outros seres socialmente concebidos como existentes. A dimensão do eixo 13 se estende do valor positivo total, até um valor negativo total. A avaliação valorativa, mesmo que já tocada, merece uma avaliação à parte, já que inclui noções significativas como ‘prestígio’ e ‘estigma’. Mas, combinada com a anterior, temos o exemplo de uma alterização como ‘deshumanização’, o que gera as condições para violência física, massacres, e até genocídios. Um exemplo muito simples é que no Brasil, historicamente, quem é ‘pagão’ (ou ‘não acredita em Deus’), não é um ser humano (uma espécie de ‘animal’ em forma de humano).

A dimensão do eixo 14 varia da liberdade de ação total até a ação determinada total. Trata-se da ideia de pensar um ‘grau de agência’ semelhantemente ao ‘prescrito’ e ‘performativo’, estes tomados como atributos de um papel. A agência em foco aponta para o desempenho pessoal em pelo menos duas manifestações essenciais. A atuação pessoal dentro da sua categoria, já que há divergências infra-categoriais a respeito das dimensões já mencionadas. A noção de ‘entrepreneur

étnico' assinala como também havendo iniciativas de identificação, convencimento, e valorização dos partícipes para com quem consideram como seus pares. Essa ação pessoal se relaciona intimamente com a reflexividade da pessoa sobre sua identificação, convencimento e valorização própria; ou seja, sua reflexividade categorial recursiva que revisa, reavalia, revaloriza, e, portanto, modifica sua posição e é capaz de se tornar um projeto (em que momento os eixos ajudam a tentar compreender melhor esse processo). Vale observar que se refere a uma dinâmica infra-categorial que é indispensável e onipresente em qualquer classe e um aspecto fundamental. O grau de reflexividade varia em condições sociais diferenciadas, em especial aquelas que comandam tanto um grau de essencialização, quanto um grau de desnaturalização, a última sendo pré-condição que permite a própria condição de possibilidade da reflexividade nativa.

A dimensão do eixo 15, entre o pessoal e o coletivo, visa apontar para a medida em que os eixos coincidem nos indivíduos. Ou seja, se uma pessoa pertence a uma série de classes, todas as outras pessoas exibem seus próprios conjuntos, que, aí, vão variar de totalmente diferente a totalmente coincidente. Evidentemente, se sairmos de uma só pessoa e teoricamente se inclua a humanidade inteira, a complexidade da pergunta se revela como incomensurável. Mesmo se tirarmos as pessoas sem inclusão classificatória, ainda tende a abarcar uma quantidade imensa de pessoas incluídas em alguma classe do ego inicial (é só lembrar quantos 'brasileiros' existem, mesmo que nesse caso a elite não pareça aceitar como plenamente 'brasileiro' grande parte dessa população). Ou seja, mesmo em escala reduzida, a complexidade exige escolhas analíticas; todavia, a consciência da complexidade é pré-condição para melhor pensar tais delimitações. Relacionada a questão anterior, a dimensão do eixo 16 abrange o conhecimento pessoal da total quantidade de pessoas classificadas, até não conhecer ninguém pessoalmente. A última condição se verificará somente em casos extremos, tal como o 'índio do buraco' em Rondônia, cujo povo sofreu um genocídio e agora vive totalmente isolado de qualquer com-

panhia. Trata-se de uma medida das escalas dos coletivos de pertencimento. E, por fim, há a dimensão do eixo 17, a distinção linguística do par ‘marcado versus não – marcado’. Sem explorar esse ponto, o ‘não-marcado’ encerra uma tendência de ser anterior, superior e mais coletivo, enquanto o marcado encerra o posterior, inferior e aplica uma especificação dentro do domínio do não-marcado (constituindo e hierarquizando um subdomínio; para uma discussão particular, veja-se Reesink 2020).

Em suma, os eixos fornecem meios de análise para os graus, os modos e as expressões de pertencimentos pessoais às classificações sociocriadas e contribuem para uma *antropologia das identificações*. Esta se concentra em todos os processos socioculturais que criam as categorias que classificam as pessoas numa sociedade. O quadro sinótico foi concebido para auxiliar no etnografar da complexidade da *realização* social. Talvez seja possível, assim, distinguir algum ‘feixe de dimensões’, aquelas dimensões que jogam um papel na identificação sob exame, e, é óbvio, haverá diferenças possíveis nas diversas classes de identificação. Talvez, ainda, ao examinar esse feixe de relações se possa compor um ‘ideosociograma de uma Pessoa-perspectiva’ (e daí pensar numa ‘sintaxe identitária pessoal’ das articulações dentro do conjunto dessas identificações infrapessoais). Com isso daria também para mapear diferenças internas da categoria, examinando a presença de diferentes posições nos contínuos sob investigação, em um só ou em combinação, tanto quanto possibilite verificar se há disputa sobre dimensões. Além disso, o mapeamento serve para analisar as lutas identitárias. Por exemplo, no caso de uma *doxa identitária* (congruência de auto- e alter-identificação), não segue, é claro, que os termos da equação se equivalem em valor atribuído pelos dois lados. Pelo contrário, sabe-se que, a princípio, uma identificação incontestada envolve uma valorização e uma enunciação de um juízo de valor coletivo. Ou seja, além das *lutas pela identificação*, com as *lutas de convencimento*, resta quase sempre, uma vez resolvida, uma *luta pelo valor da identificação*. O reconhecimento de ser um ser humano e, ainda mais, uma pessoa

digna de ser reconhecida como uma *pessoa* do próprio grupo mais próximo, e por parte de pessoas próximas e distantes. Esse talvez seja o exemplo mais pregnante da luta pelo valor de si e sua(s) categoria(s).

Considerações finais

A sociocriação da realidade sociocultural *realiza* um *mundo socio-cultural* imaginativo interno e social que é determinado por uma dialética entre mente e ambiente (que se co-desenvolveram, numa epigenética em que o cérebro é produto da interação meio social e ambiente, e vice-versa: o mundo social interfere no ambiente numa interação circular causal permanente). Uma das consequências desse fato é que o cérebro que funda a mente humana *realiza* esse mundo em interação permanente com outras mentes para mundos sociais mais ou menos estáveis. Como a espécie humana é uma só, no fundamental todos os cérebros são únicos; todavia, também profundamente iguais no nível mais básico (na sua fisiologia). De modo análogo, os mundos socioculturais *realizados* variam imensamente nas suas configurações; porém, também há profundas semelhanças no nível mais básico nesses mundos socioculturais (e línguas). Isso também quer dizer que esses universos, que, como tudo – em última instância não passíveis de tradução inteiramente correta –, ao mesmo tempo são minimamente descritíveis um no outro. Essa possibilidade limitada permite um certo entendimento intercultural, potencialmente alcançando um nível bom de compreensão entre universos diferentes porque pertencemos à mesma espécie. Por outro lado, a antropologia, como empreendimento intercultural de compreensão de outros mundos socioculturais, ocupa um lugar especial na medida em que adere ao princípio da sociocriação: estará sempre em flagrante contradição com todos os coletivos e participantes nos seus universos socioculturais particulares, porque cada um dessas *realizações* específicas geram um *mundo singular evidente e incontestável*. Nesse sentido, é bom lembrar que partir da premissa da *realização* do mundo implica em relativizar sempre a *realidade* específica investigada e que, também por questões tais, como

política e poder, o resultado de qualquer investigação nunca agradará a todos os participantes ou coletivos, até mesmo a ninguém.¹⁸ Não se costuma gostar de ser relativizado nas suas certezas ontológicas, algumas das quais das mais profundas, o que costuma valer para todos os universos humanos e, portanto, haverá eternamente ‘universos em conflito’ sobre as suas verdades mais caras.

Esse breve ensaio propõe uma pequena contribuição a esse esforço. Para as classificações socioculturais humanas elaborei um esquema mais abstrato e metodológico de identificações e de suas dimensões inerentes e possíveis. A intenção, vale repetir, reside em sistematizar alguns aspectos de um pensamento desenvolvido por muitos autores, alguns há muito tempo, tanto sobre a realidade mais ampla, quanto sobre a *realização* da realidade especificamente sociocultural. Nesse sentido, tratou-se de rememorar a fluência real interminável, de incalculável complexidade, em última instância totalmente inalcançável e incognoscível. A noção da ‘pessoa-perspectiva’ visa somente a ancoragem da extensão coletivizadora para formar ‘pessoas-perspectiva’, as suas dimensões e seus contínuos do quadro sinóptico, ensaiando oferecer uma via metodológica de uma abordagem das classificações socioculturais, que almeja fazer jus à complexidade sociocultural mutável do mundo sociocultural. Ou seja, uma ferramenta aplicável às situações etnográficas específicas e que auxilia a pensar mais sistematicamente a respeito das suas complexidades. Evidentemente, não há espaço aqui para demonstrar em um caso concreto se essa possibilidade de fato ilumina a análise particular.

Por fim, também é claro que a via representa somente *um* modo um pouco mais sistêmico de analisar o real, com certas limitações. Ao sair da ‘pessoa-perspectiva’ discutiu-se principalmente a inclusão de uma ‘pessoa’ numa identificação que define, por necessidade imediata, quem se inclui pela concepção extensiva fundada numa ‘semelhança’ entre as pessoas (‘classes homogêneas’, mesmo que, evidente e automaticamente, define quem exclui, o ‘heterogêneo’). Pouco se discutiu aqui sobre qualquer caráter mais particular da pró-

pria relação, não obstante as dimensões referidas podem contribuir a esse debate.

O que se examinou nesse artigo se limita, de certo modo, a ser comandado por uma ‘sociológica’ semântica. Uma pessoa se relaciona num entrelaçado em que os ‘outros’ o definam como ‘pessoa-perspectiva’, sendo excluído de pertencimentos, e em que se articula certa espécie de relação ao definir a qual ‘alteridentificação’ se pertence, fundada numa concepção de descontinuidade pela ‘dissemelhança’. Talvez seja necessária uma gramática ou sintaxe, regras de articular diferentes classificações, ‘classes heterogêneas’ mutuamente implicadas, ancorando-nos em uma ‘pessoa-sintática’.¹⁹ Em suma, ainda há um campo bem maior de sistematização, bastando para isto aproveitar o imenso acervo de conhecimento e propostas teóricas já existentes.

Notas:

¹ Nietzsche (e com a origem em Leibnitz); proximidade posteriormente claramente reconhecida por Viveiros de Castro. Veja que Descartes buscava uma verdade objetiva pela intersubjetividade e o seu senso comum. Nietzsche o contesta com uma incomensurabilidade desses pontos de vista pessoais. Talvez convenha lembrar, apesar de bem conhecido, que os autores originais do perspectivismo são Tânia Stolze Lima e Eduardo Viveiros de Castro. O último dedicou sua subsequente, fecunda, e intensa carreira a pensar sobre as implicações etnográficas e teóricas dessa noção.

² O exemplo, será claro, foi pensado para conectar o texto com uma das criações de pensamento antropológico, com forte relação com a antropologia brasileira. Que, além de outros pensadores de igual quilate, marca uma das criatividades da nossa antropologia, que, por outro lado, raramente termina sendo mais conhecida no nível internacional por razões de barreira linguística e de geopolítica acadêmica (o que, às vezes, hoje se chama de antropologias periféricas ou não-centrais).

³ Na psicologia se nomeia essa capacidade de ‘se pôr no lugar de outrem’, a *teoria da mente*, também, às vezes, de *tomar a perspectiva*. Parece, aliás, haver uma tendência dessa teoria de ser associado à cognição e à noção de *empatia* com a dimensão emocional (o que chama atenção para a necessidade de examinar em que medida covariam).

⁴ E, por assim dizer, não só ‘da alma selvagem’, para evocar uma fórmula muito conhecida de Viveiros de Castro. Outras formas alternativas são a *inconstância do cosmos*, a *inconstância do universo*, que, talvez, até sejam mais corretas. Creio que, para este artigo, o *mundo* já indica suficientemente a condição primacial e universal da realidade.

⁵ Os estudos do cérebro, por exemplo, mostram, sem sombra de dúvida, que sem interação correta, estímulos nas janelas de oportunidade determinadas para cada sistema cerebral, não há mente humana que se desenvolve (Swaab 2015). Isolamento social pesa negativamente em crianças privadas de um ambiente social acolhedor. Estudos de diferença em ambiente social, entre órfãos institucionalizados e aqueles colocados em casas de família, mostram efeitos negativos no cérebro e no corpo dos primeiros (Lock 2020:36).

⁶ Parafraseando mais ainda, uma *idiogênese* como modalidade específica de sociogênese, que também não deixa de ser uma modalidade de um schismogenesis de um self, em que qualquer novo ser humano embarca (a *esquismogênese* de Bateson é, na forma mais simples, uma ‘relação (interação) que gera diferença’). Hoje, vários ramos de pesquisa estudam essa diferenciação gradual do novo ser humano para adquirir um senso de ‘auto-identificação’ (como uma ‘pessoa corporal’) perante a ‘alter-identificação’ dos outros (todos) seres humanos: cf. a psicologia cognitiva; na verdade, o próprio Freud previu a necessidade de pesquisar as bases fisiológicas do processo da diferenciação (afetivo-cognitivas), e, também, possíveis normalidades ou falhas fisiológicas de comportamentos dos mais variados (Swaab 2015).

⁷ Em última instância concebemos o mundo somente mediado pelos sentidos (Boas), muito limitados, e, por meio de redução, com um modelo reconstituído mentalmente numa representação afetivo-cognitiva interna pessoal.

⁸ No estilo, por exemplo, de Lévi-Strauss no ‘átomo de parentesco’, escolhendo e comparando as relações entre as posições chaves: B-Z, H-W, WB-HZ, M-Ch, F-Ch, MB-ZCh, e que o analista vai reduzir a proposições a partir da comparação entre as relações escolhidas (com ‘traços distintivos’). A questão primeira é saber que tipos de relações há, e, segundo, as ‘correlações entre as relações’. Como se sabe, o cosmos se compõe de uma quantidade incomensurável de relações e devemos escolher tanto o que incluir, quanto onde se define uma fronteira para delimitar uma unidade relativamente significativa.

⁹ Para usar um exemplo exagerado e simplificado: na frente do leão tem de se agir imediatamente, até automaticamente, se for o caso. Pensar que a classe de ‘leão’ seja uma ‘abstração’ (que engloba todos os leões indistintamente e não atende as suas individualidades), ou que seja um ‘símbolo’ (tal como, digamos, um pós-moderno) só atrapalha. Quem não reagiu adequadamente, não deixou descendentes. Os mecanismos cognitivos automáticos funcionam muito bem para o cotidiano, mas a rapidez necessária implica em perda de avaliar toda complexidade real e pode prejudicar acertar a verdade dos fatos (em especial em casos de justiça, um problema bem pouco reconhecido e que leva a condenações injustas; Derksen 2014). Necessita-se de uma avaliação das implicações, para a antropologia, dos avanços nas neurociências e da ‘busca da verdade’ que ultrapassa o senso comum do pensar rápido.

¹⁰ Como pessoa e coletivo se unem numa imbricação total, talvez a maior materialidade do corpo seja a única razão de favorecer, em certas análises, a pessoa: sem corpos não há coletivo nenhum, mas a presença de uma quantidade de corpos permite um sem-número de coletivos socioculturais e mundos socioculturais.

¹¹ Ou seja, a área da interseção consiste só de um elemento P (‘pessoa’ ou ‘pessoa-perspectiva’), foco de um número n de círculos categoriais (que podem se so-

brepor e mostrar características como graus de densidade e intensidade das classificações). Digamos $P \cap n-Q$ (evocando ‘qualidades’ das pessoas, tal como no Brasil colonial). Isso formaliza e amplia e, conforme a intenção aqui, auxilia pensar todo tipo da chamada ‘interseccionalidade’ de forma mais abrangente e complexa (conceito que recentemente chegou a ganhar popularidade, mas que parece preferir a ‘interseccionar’ algumas características mais do que outras).

¹² E quando a quantidade de características do conjunto pessoal aumenta, a complexidade de visualizar todas aumenta. Escolhendo algumas classes estratégicas, tal como, por exemplo, etnia, gênero, classe social, auxilia na clareza da apresentação. Também, em certos casos à perspectiva pessoal poderia ser acrescentada algum diagrama de Euler (do qual o Venn é um caso mais limitado). Esse tipo de formalização é pouco desenvolvido na antropologia, mas um exemplo já mais antigo é o esforço de Hage & Harary (1983) da utilização da teoria de grafos para modelos estruturais (existe um campo pequeno e especializado de antropologia matemática que se concentra no parentesco e na troca).

¹³ Certos conceitos analíticos também se tornam representáveis. Na etnologia tanto o ‘campo intersocietário’ (a área de interseção compartilhada é o espaço da interação dos membros dos dois lados; na verdade, trata-se basicamente de um ‘front-stage interétnico’ à la Goffman), quanto o ‘perspectivismo indígena’ (a partir de uma definição do que sejam os elementos em comum e não em comum, com diagramas diferentes para humanos, animais, seres extra-humanos perspectivistas), se expressam em diagramas. Notem que o perspectivismo indígena é um tipo de coletivização, não discutido aqui, e somente num modo específico será uma ‘pessoa-perspectiva’ (quando alguém encontra uma outra ‘pessoa-perspectiva’ no mato, por exemplo, exemplo clássico na etnologia).

¹⁴ Isso é uma questão fora do meu propósito para a discussão aqui, mas certamente as pesquisas neuropsicológicas comprovaram que o inconsciente e os mecanismos de decisão mentais operam muito mais como um *habitus forte*, do que como uma aparente ‘livre vontade do agente’, postulada pelas culturas euro-estadunidenses, com sua base cartesiana. Relacionado à questão do inconsciente afetivo-cognitivo, duas observações rápidas se impõem. Primeiro, como Dumont já formulou de outro modo nos anos 50 (*On value*), segundo o neurocientista Damasio ‘o erro de Descartes’ foi o de pensar o cognitivo sem ser imediata e inevitavelmente simultaneamente afetivo. Em segundo lugar, outra questão similar é a da autonomia pessoal versus a heteronomia social: questão, ainda infundável, mas todas as investigações comprovam que a autonomia total e a heteronomia absoluta são impossíveis. Trata-se, portanto, de verificar o *grau* no contínuo dos polos ‘autonomia-heteronomia’ para cada caso etnográfico (e o que, sem dúvida, levará a considerar contextos diversificados com graus diferenciados).

¹⁵ Em certo sentido, em última instância, a classe ‘pessoas-coletivos’ precede a pessoa individual, e pode ser a base para pensar a realidade sociocultural. Em outro sentido, em última instância, a ‘pessoa-perspectiva’ precede o coletivo, e pode funcionar para pensar a realidade sociocultural. Nesse sentido ainda, a proposta aqui não se confunde com a chamada ‘metodologia individualista’ da sociologia.

¹⁶ Não será preciso elaborar que a língua nativa contém, por assim dizer, um estoque de classificações com que qualquer ‘pessoa-perspectiva’ terá de operar. Esse

aspecto, é claro, é profundamente social e adiciona outra complexidade: o sentido dos termos é coletivo, mas sujeito a disputas e variações pessoais. Essa complexidade também será ignorada aqui, mas pode fazer parte da análise mais ampla (as disputas, tanto pessoais, como coletivas, obviamente, são primaciais).

¹⁷ Exemplos concretos disso sempre configuram os processos socioculturais. No Nordeste, ‘do caboclo ao índio’ e ‘do civilizado ao posseiro’ ilustra esse processo de lutas renhidas de classificação (e de longa duração; e, de fato, ainda em desacordo permanente).

¹⁸ A antropologia é, portanto, simétrica no sentido de reconhecer todos os mundos realizados, e pelo fato de que, em certo sentido, ninguém conhece o seu mundo tal como o próprio participante. Quem pode e deve falar para alguém é cada participante (coletivo). Mas a posição antropológica da premissa da *realização particularizante de cada um* fatalmente levará a se conflitar com as ‘certezas reais e empíricas’ que cada universo humano sempre gera (e que, portanto, e sempre, conflitam entre si sobre as verdades do mundo). Enquanto uma busca de melhor compreensão de toda a humanidade a antropologia precisa de uma posição externa que resguarda esse posicionamento ‘ontológico’ e ‘epistemológico’. Um universo sociocriado antropológicamente que difere de todos os mundos humanos realizados nas realidades cotidianas que estuda. O que se verifica é a constante busca de perceber – com o intuito de detectar para correção – os nossos vieses, pré-noções, e equívocos na criação do mundo antropológico. E, nesse sentido limitado e sempre disputado, em procura de um universo mais verdadeiro (nunca totalmente alcançável, é óbvio).

¹⁹ Tomando como inspiração: “[...] The syntactical role of ‘self’ in the logic of kinship terminologies seems to be a feature of Western terminologies [...] The ‘self’ term, if I understood it right, distinguishes a speaker from his or her siblings, from the point of view of the external observer, since it is not a kinship term. It is characterized by its syntactical behavior” (Almeida 2018:12). O ‘papel de self sintático’ implica em uma prévia ‘ação alterclassificatória’ que gera uma relação entre diferentes, i.e., classes relacionais heterogêneas, mas mutuamente constitutivas e indicativas de um certo tipo de interação. Notemos que, nesse caso, Almeida analisa terminologias de parentesco, área de maior matematização antropológica, em artigo muito recente. Convém lembrar, porém, que no denominado ‘interacionismo simbólico’ já havia análises muito semelhantes de ‘gramática’ sociocultural. Aliás, diga-se de passagem, a noção de ‘papel’ (*role* em inglês), é antiga e, se hoje submergiu quase totalmente, talvez, mereça ser reexaminada.

Referências:

- ALMEIDA, M. 2018. “Almeida’s comment on D. Read ‘generative Crow-Omaha terminologies’”. *Mathematical Anthropology and Cultural Theory: an international Journal*, 2(7):sem pp.
- DERKSEN, T. 2014. *De ware toedracht*. Leusden: ISVW.

- HAGE, P. & HARARY, F. 1983. *Structural models in anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOFSTADTER, D. 2010. *Ik ben een vreemde lus*. Contact: Amsterdam.
- LAMONT, M. & MOLNAR, V. 2002. "The Study of Boundaries Across the Social Sciences." *Annual Review of Sociology*, 28:167-95.
- LOCK, M. 2020. "Permeable bodies and environmental delineation". In SEEBERG, J., ROEPSTOFF, A. & MEINERT, L. (eds): *Biosocial Worlds*, pp. 15-43. London: UCL Press.
- REESINK, E. 2016. 50 anos de ação indigenista e pesquisa acadêmica: algumas linhas paralelas. Conferência apresentada nas "VII Jornadas do NEPE", Recife-PE.
- _____. *no prelo*. "To live is to be marked. Naming practices among a Valley Nambikwara people". *Revista REIA*.
- SWAAB, D. 2015. *We are our brains. From the womb to alzheimer's*. London/ New York: Penguin Books.
- _____. 2016. *Ons creative brein. Hoe de mens en de wereld elkaar maken*. Amsterdam en Antwerpen: Atlas Contact.

Abstract: This article considers the general need to systematize the enormous amount of available ethnographic materials and theoretical proposals in the social sciences. The 'social construction of reality' is a notion well-known, however, its implications have not been sufficiently incorporated in our anthropological efforts. Hence, I will discuss some aspects of this 'sociocreation of the sociocultural reality', in particular some chosen aspects of the 'inconstancy of the world', in order to discuss, in a general sense, social classification and to offer a synoptic table of 'identification and its axes of continuity'. The table summarizes a large amount of literature, impossible to cited completely, aiming to abstract the complex reality of a fundamental cognitive-affective process and to contribute to the methodology and theory of future analyses. In this sense, this contribution aims at offering a systematization, at a, limited, highly abstract and theoretical level, of the process of human sociocultural classification.

Keywords: Reality, World sociocreation, Classification, Identification axes.

Recebido em outubro de 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

Identidades Negociadas, Autenticidades Redefinidas: Políticas do patrimônio e turismo cultural entre os *Rabelados* de Cabo Verde

Rodrigo Marques Leistner^a

Os *Rabelados* configuram comunidades rurais originárias da resistência ao poder colonial em Cabo Verde, as quais se desenvolveram parcialmente isoladas do Estado desde os anos 1940. Recentemente, no entanto, iniciativas empreendidas por mediadores culturais objetivam a inserção desses coletivos junto à sociedade envolvente, e nesses propósitos, as políticas de patrimonialização e o turismo cultural se apresentam como principais instrumentos. Partindo-se dessas realidades, o artigo aborda as complexidades que envolvem os agenciamentos referidos. Por um lado, busca-se caracterizar as formas pelas quais os agenciamentos em torno da cultura se tornaram centrais na contemporaneidade; por outra via, avalia-se os resultados mais aparentes desses empreendimentos para o caso dos *Rabelados*, com especial atenção em relação às problemáticas das negociações identitárias e da autenticidade.

Políticas de patrimonialização, Turismo cultural, Identidades, Autenticidades.

Ao desembarcar pela primeira vez na ilha de Santiago para ministrar um curso na Universidade de Cabo Verde, meus objetivos como antropólogo visavam aproximar a prática docente de atividades de pesquisa. Afinal de contas, antropólogos quase sempre se encontram

^a Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Professor Adjunto da Área de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: rodrigoless@yahoo.com.br.

numa busca entusiasmada pela delimitação de campos etnográficos propícios para desenvolver a crítica da alteridade; e não raramente, os contatos com a cultura de um País distante reforçam essa perspectiva. Esse quadro de expectativas se ampliava na medida em que as realidades encontradas em cidades como Praia, Ribeira Grande e Mindelo sinalizavam um terreno fértil para análises comparativas em relação a um projeto de pesquisa sobre políticas culturais em fase de desenvolvimento no Brasil¹. A fecundidade mencionada relacionava-se com a larga dimensão que os agenciamentos em torno da concepção de cultura adquirem atualmente em Cabo Verde: processos de patrimonialização, indústrias criativas e ativismo cultural eram tópicos recorrentes no contexto em que eu acabava de aportar. De posse desse horizonte e em contato com outras tantas expressões culturais do arquipélago, detectei junto aos coletivos denominados *Rabelados* um instigante contexto para incursões investigativas, as quais passaram a integrar uma agenda de pesquisa mais ampla sobre os agenciamentos da cultura na sociedade cabo-verdiana contemporânea².

Concebidos como movimento religioso símbolo da resistência ao colonialismo (Ascher 2011), os *Rabelados* constituem coletividades distribuídas de modo disperso pela ilha de Santiago, estruturadas com base num catolicismo popular amplamente disseminado nas zonas rurais. Historicamente, constata-se o desenvolvimento de identidades coletivas definidas em franca oposição às deliberações do catolicismo oficial e do Estado colonial (Monteiro 1974). Destaque-se ainda que as relações tensas travadas com essas estruturas de poder redundaram não apenas em ações repressivas direcionadas ao grupo, mas também numa estratégia de autoisolamento a partir da qual tais coletivos permaneceram relativamente apartados do Estado e da sociedade mais ampla por seis décadas. Recentemente, entretanto, tal separação tem se alterado decisivamente, e os *Rabelados* vivenciam um efetivo processo de 'abertura' em relação aos contextos externos. Essa tendência tem se efetuada a partir da mediação de ativistas culturais que propõem a reconexão do grupo com a sociedade envolvente. Assim, ampliam-se

os projetos que visam o acesso a bens e serviços públicos ligados à saúde e educação, até então distantes daquelas comunidades, e como demonstra Gonçalves (2009), tal processo tem gerado conflitos internos e profundas alterações na identidade *rabelada*.

De fato, considerações relativas à historicidade e às experiências contemporâneas desses grupos sugerem questionamentos investigativos estimulantes. Por um lado, os processos de ação política ancorados na experiência religiosa já foram devidamente avaliados como propícios para se pensar a dinâmica social, observando-se um campo privilegiado de estudos sobre os modos pelos quais diferentes sistemas simbólicos permitem a emergência de linguagens de contestação (Balandier 1976). Por outra via, as complexidades que envolvem a aproximação de comunidades rurais com lógicas externas às suas estruturas de reprodução têm se demonstrado favoráveis para reflexões sobre os diferentes arranjos através dos quais esses coletivos negociam sua aproximação com os signos da modernidade e com o sistema capitalista (Canclini 2013).

No entanto, em minhas aproximações iniciais com os *Rabelados* detectei realidades ainda mais intrigantes, cujos contornos evidenciavam uma terceira possibilidade de reflexão. Ao chegar à aldeia dos *Rabelados* do Espinho Branco³, deparei-me com uma paisagem etnográfica sintomática: turistas, vindos de diferentes países, desfrutavam do contato direto com o cotidiano da aldeia, alternando suas atividades entre o consumo do artesanato local, as fotografias tiradas com os ‘nativos’ e uma contemplação atenciosa das narrativas de uma ativista ligada à comunidade; jornalistas europeus circulavam pelo espaço coletando informações sobre a histórica resistência ao Estado colonial, bem como sobre os atuais projetos educativos e sociais que envolvem a aldeia; por sua vez, antropólogos (eu, inclusive) ouviam atentamente os discursos êmicos, que não apenas recuperavam aspectos básicos da religiosidade dos *Rabelados* como ainda salientavam a importância de considerar sua cultura como um patrimônio da sociedade cabo-verdeana. Em síntese, em minha primeira visita à comunidade do Espinho Branco, tornava-se clara a noção de que a vida da aldeia não apenas

passava por transformações complexas decorrentes da recente abertura em relação à sociedade envolvente, mas, sobretudo, organizava-se prioritariamente em torno de determinados agenciamentos culturais, especialmente aqueles que se relacionam com os empreendimentos de patrimonialização e turismo cultural.

Com base nesses fatores, meus interesses etnográficos se orientaram para os possíveis sentidos daqueles agenciamentos, e é justamente em torno dessa problemática que o texto aqui apresentado se desenvolve. Proponho refletir sobre os significados que concernem à emergência das políticas de patrimonialização e implementação do turismo cultural entre os *Rabelados* de Cabo Verde, tomando como foco da análise as realidades disponíveis atualmente na comunidade do Espinho Branco⁴. Desenvolvo a reflexão a partir de duas frentes: por um lado, caracterizo as formas básicas pelas quais os agenciamentos em torno da cultura se tornaram centrais na contemporaneidade, aqui incluindo-se a relação entre turismo e patrimônio; por outro, reflito sobre os resultados mais aparentes desses processos para o caso dos *Rabelados*, com especial atenção às problemáticas das negociações identitárias e da autenticidade⁵.

Nesse último aspecto, em acordo com algumas análises disponíveis sobre tópicos contíguos (Cf. Comaroff & Comaroff 2009; Azarya 2004; Daniel 1996; Boniface & Fowler 1993; Canclini 1983), considera-se que as temáticas da identidade e autenticidade se apresentam como chaves interpretativas centrais para avaliações sobre os impactos de determinados agenciamentos culturais em comunidades rurais e periféricas, sobretudo aqueles que se estabelecem a partir das tecnologias patrimoniais e da implantação do turismo de baixa escala (cultural, rural, ecológico, etc.). Não significa que tais categorias esgotem as possibilidades de análise sobre os custos implicados naqueles empreendimentos. O que se está propondo é que categorias como identidade e autenticidade demonstram-se com potencial heurístico para o desenvolvimento de sínteses analíticas que abarquem os principais tensionamentos presentes nos agenciamentos colocados sob observação⁶.

As comunidades *rabeladas*: da contestação religiosa à abertura em relação à sociedade global

A estruturação dos grupos *Rabelados* encontra-se ligada à constituição de uma matriz identitária de contornos mais ou menos aparentes, cujos sentidos se ligam a experiências religiosas articuladas num contexto rural e a processos de identificação sedimentados em diversas contendas travadas com as estruturas do poder colonial. Esses tensionamentos são insinuados nas próprias negociações semânticas que envolvem uma denominação genérica: o termo *Rabelados*, contração linguística do crioulo cabo-verdiano para *rebelados*, corresponde tanto à acusação de rebeldia aplicada aos sujeitos que historicamente resistiram às determinações da Igreja e do Estado quanto a uma resignificação semântica acionada por aqueles mesmos sujeitos, vítimas da acusação: na perspectiva do grupo, o termo *Rabelado* faz referência à ideia de ‘revelação’, possibilidade de manifestação e acesso a um cosmos sagrado, numa exegese em que o uso sinonímico de rebeldia e revelação possibilita a conversão simbólica de rebeldes em ‘escolhidos de Jesus Cristo’.

Segundo Monteiro (1974), essas negociações da realidade partem de circunstâncias que remontam à década de 1940, sendo necessário avaliar o contexto do catolicismo praticado em Cabo Verde no início do século XX. Como propõe esse autor, um processo de deterioração das estruturas de reprodução do catolicismo oficial combinou-se com um modelo de ocupação territorial no qual amplos contingentes populacionais ficaram apartados dos núcleos políticos e administrativos fixados em cidades como Praia. Essa condição favoreceu a disseminação de experiências religiosas singulares que se constituíram como principal fonte de identidade para os sujeitos das zonas rurais e de difícil acesso da Ilha de Santiago. Por um lado, o desmantelamento da empresa religiosa oficial decorreu da precária formação de sacerdotes locais e da escassez de recursos destinados aos trabalhos de evangelização; por outro, e com base nesse processo de desagregação, observou-se a emergência de práticas e sistemas de representação distantes de uma ortodoxia

de Igreja, caso dos rituais extáticos, da ausência de mediação sacerdotal ou das exegeses particulares sobre as escrituras sagradas. Trata-se de um contexto em que foram geradas condições favoráveis para o desenvolvimento de formas típicas da religiosidade popular (Martín 2009), cujos aspectos demonstraram-se compatíveis com as demandas religiosas das coletividades rurais espalhadas pela ilha de Santiago.

Se os fatores ligados a esse modelo de organização do catolicismo cabo-verdiano favoreceram a emergência de sistemas religiosos típicos, a configuração de uma identidade propriamente *rabelada* só foi possível devido a determinadas conjunturas políticas do primeiro quartel do século XX. Tal contexto relaciona-se com a emergência de processos de resistência dos países africanos em relação às políticas colonialistas, em circunstâncias que não raramente demandaram dos Estados imperiais uma reaproximação com a Igreja no intuito de assegurar a dominação das colônias. Como demonstra Ascher (2001), foram esses os traços fundamentais que motivaram a reconciliação entre o Estado Novo de Salazar e o catolicismo português, e foi com base nessa perspectiva que, em 1941, aportaram em Cabo Verde os sacerdotes da Congregação do Espírito Santo, que iniciaram processos ativos de reordenamento doutrinário e ritual do catolicismo local.

Diante desses processos, duas tendências se consolidaram: por um lado, a resistência de parte da população que não apenas refutou a autoridade missionária em serviço nas diversas freguesias da Ilha de Santiago, mas ainda conservou práticas religiosas nos moldes do que lhes fora transmitido pelos antigos padres da região – os padres ‘da terra’ ou de ‘batina preta’ (Cf. Monteiro 1974); por outra via, observou-se um acionamento instrumental da administração colonial por parte dos novos representantes da Igreja, os quais visaram subjugar os sujeitos que resistiam àquelas missões. Fora desse modo que, num primeiro momento, os resistentes passaram a ser categorizados como ‘descrentes’ (Cf. Ascher 2011).

Contudo, uma definição mais aparente das fronteiras que articulam a identidade dos *Rabelados* se efetuou apenas em 1961, numa

ocasião em que se combinaram uma missão de estudo e combate a endemias (cujos trabalhos incluíam propósitos de erradicação da malária através da pulverização de residências e vacinação) com um projeto de demarcação de propriedades rústicas determinado pelo Governo local. Como descreve Monteiro (1974), diversos indivíduos de diferentes regiões da ilha de Santiago se recusaram a colaborar com a missão, impedindo a entrada nas residências ou negando a participação nos procedimentos de vacinação. Como refere esse autor, o ponto em comum entre os agentes em resistência consistia no fato de que todos se enquadravam na categoria dos descrentes, ou seja, aqueles que outrora recusaram a autoridade dos novos missionários. Assim, ampliavam-se as percepções coletivas sobre a existência de um movimento religioso de características rebeldes, consolidando-se as representações oficiais sobre os ‘*Rabelados* da Ilha de Santiago’.

As formas pelas quais se desenvolveram essas definições semânticas se demonstram importantes, verificando-se negociações de realidade que não apenas partiram das identificações externas projetadas sobre o grupo, mas ainda da constituição de pertenças coletivas que se reforçaram, em termos endógenos, a partir daquelas próprias definições exteriores. No âmbito das representações e práticas articuladas pelos agentes externos é possível constatar um extenso repertório de atitudes repressivas, em parte sustentadas pelo discurso do catolicismo oficial (baseado em oposições como civilização/ barbárie)⁷, em parte pela ação estatal (vide as prisões e deportações dos rebeldes para outras ilhas do arquipélago). O próprio estudo de Júlio Monteiro configura exemplo assertivo das iniciativas de controle empreendidas pelo Estado cabo-verdiano, tendo sido encomendado na década de 1960 visando afastar a hipótese de que a ‘seita’ dos *Rabelados* comportasse qualquer projeto político anticolonialista⁸.

Ainda assim, como a própria investigação de Monteiro sugeriu, a configuração de uma pertença *Rabelada* esteve muito mais relacionada à constituição de um espaço de ação autônoma segundo as fronteiras que os próprios coletivos criaram em relação à sociedade envolvente.

Aqui se torna possível considerar as formas embrionárias pelas quais a identidade do movimento dos *Rabelados* se constituiu: uma oposição à sociedade envolvente, concebida como espelho da repressão sofrida e foco de uma ação profana. Nesse caso, percebe-se a existência de mecanismos discursivos que operam através da oposição entre espaços profanos (sociedade mais ampla) e sacralizados (as comunidades *Rabeladas*), uma esfera de relações endógenas sendo concebida como único campo de ação possível e distante das determinações do poder instituído.

Como propôs Gonçalves, tal estratégia se constituiu como uma espécie de “alternativa à sociedade dominante” (2009:239), tendo sido empreendida através ações modelares, como a recusa na adoção de documentos de identificação por parte dos *Rabelados*. Embora a ideia de um isolamento efetivo jamais tenha se concretizado (Monteiro 1974), é somente na década de 1990 que uma abertura mais efetiva em relação ao Estado e à sociedade mais ampla se consolida, e nesse sentido, a atuação dos mediadores culturais se apresentou como decisiva.

Esse é o caso dos processos ocorridos na comunidade do Espinho Branco, sobretudo através da chegada à região da artista plástica, poetisa e ativista cultural cabo-verdiana Maria Isabel Alves. Conhecida como Misá, sua trajetória inclui a circulação intensa pelos circuitos artísticos estabelecidos entre o continente africano e europeu, além de contatos assíduos com representantes de agências nacionais e internacionais de fomento à cultura e desenvolvimento. Após anos residindo em países como Suíça e Costa do Marfim, Misá retorna para a terra natal visando desenvolver projetos de intercâmbio cultural entre agentes sociais ligados a contextos rurais e urbanos, através de oficinas artísticas que, segundo sua expectativa, teriam o potencial de gerar processos de reconhecimento e valorização das especificidades culturais de Cabo Verde.

Com base nesses propósitos, Misá concebe junto aos *Rabelados* um contexto relevante para empreender seus projetos. Após ser aceita

pela comunidade mediante uma longa negociação com os chefes do coletivo do Espinho Branco, iniciam-se os agenciamentos e as parcerias com instituições públicas ou privadas visando à obtenção de recursos destinados à saúde e educação, assim sendo viabilizadas as consultas médicas e o acesso de crianças à rede pública de ensino⁹. Em paralelo a essas ações, Misá introduziu as artes plásticas na comunidade, formando um grupo de artistas *Rabelados* que mantém uma produção constante em peças de pintura e artesanato. As obras são comercializadas na própria comunidade ou em noutros pontos turísticos da ilha de Santiago, o que gera parte dos recursos alocados nos projetos sob desenvolvimento na aldeia. Em geral, esses projetos são definidos e empreendidos através da Associação dos *Rabelados* de Santiago (*Rabelarte*), fundada em 1998.

Segundo Gonçalves (2009), logicamente, esses empreendimentos têm acelerado o movimento de abertura da comunidade em relação à sociedade global. Atualmente é possível apreciar um contexto no qual os agentes anteriormente ‘isolados’ estabelecem laços com a modernidade de diferentes modos, seja através do contato com as novas tecnologias (os *Rabelados* possuem celulares e mantêm perfis públicos em redes sociais do tipo *Facebook*), seja através da ampliação das redes de sociabilidade geradas pelos projetos de inserção social (os membros da comunidade viajam à Europa para expor suas peças em galerias de arte). Como propõe essa autora, tal contexto suscita dúvidas sobre os impactos que essas ações geram para os próprios coletivos. Contudo, antes de avaliar os possíveis custos do processo, torna-se relevante observar as principais estratégias através das quais esses empreendimentos têm sido realizados. Conforme já referido, essas modalidades de ação têm sido colocadas em prática a partir de concepções mais ou menos estáveis nas quais a cultura é percebida prioritariamente como um recurso. No caso dos *Rabelados*, tal recursividade é acionada através dos discursos de patrimonialização e das iniciativas de implantação do turismo cultural, fatores que se tornam visíveis no cotidiano da aldeia do Espinho Branco.

Um *tour* pelos *Rabelados*: impressões etnográficas sobre agenciamentos da cultura

Avaliar que os discursos do patrimônio e os empreendimentos de turismo cultural correspondem a elementos centrais nos agenciamentos que envolvem os *Rabelados* não significa propor que os mesmos compreendam empreendimentos de vulto gerenciados por corporações internacionais ou pela ação estatal, como ocorre em determinados projetos atualmente desenvolvidos em Cabo Verde (Santos 2009). No caso dos *Rabelados*, embora o contato com o campo institucional não seja raro, percebe-se uma configuração em que tais iniciativas operam muito mais no âmbito de ações estratégicas elaboradas pela própria comunidade. Dito de outro modo, observam-se agenciamentos que se encontram num nível propositivo e cujas perspectivas têm sido delineadas nas recentes relações estabelecidas com os mediadores culturais. Assim, o contexto aqui focado relaciona-se com algumas modalidades de ação nas quais o patrimônio e o turismo se inserem na agenda de atores rurais/ periféricos, os quais reivindicam o reconhecimento de suas especificidades identitárias e estabelecem táticas de apropriação de recursos baseadas na comercialização de seus artefatos culturais.

A relação entre esses agenciamentos e a ideia de patrimônio pode ser avaliada a partir dos aspectos discursivos que concernem às noções de patrimonialização acionadas nos empreendimentos da aldeia, aqui se considerando os elementos culturais selecionados como objetos de possível salvaguarda e os argumentos de sua justificação. Através de uma articulação meticulosa entre a caracterização dos objetos alvo do patrimônio e a reiteração de suas especificidades, tais discursos enfatizam a noção de que os *Rabelados* representariam a memória viva das formas de organização social tradicionais de Cabo Verde, especialmente em suas características rurais. Além disso, tratar-se-ia de um grupo portador de uma cosmovisão muito particular, cujos aspectos principais correspondem aos sistemas de troca baseados na reciprocidade (a lógica do *djunta mon*), aos arranjos familiares característicos

(que incluem o casamento poligâmico) e aos processos de resolução de conflitos mediados pela religiosidade. É com base na detecção do avanço da modernidade hegemônica e dos perigos que esse movimento representa para a continuidade daquela visão de mundo que se estabelecem as justificativas para as propostas de preservação.

Se os aspectos acima referidos relacionam-se ao conteúdo dos discursos patrimoniais, também é necessário avaliar o modo como esses discursos são empregados, em termos recursivos. Nessa perspectiva, verifica-se que o acionamento da categoria patrimônio constitui o cerne das agendas reivindicativas dos *Rabelados*, seja no caso de demandas políticas (reconhecimento, representatividade e inserção social), seja no agenciamento de expedientes econômicos. Como exemplo pode ser relatada a presença constante dessa categoria nos projetos de captação de recursos elaborados pela Associação Rabelarte e enviados a agências e instituições privadas e governamentais. Nesses documentos, são invariáveis as referências sobre a importância da valorização do patrimônio de comunidades como a do Espinho Branco (seja para a autoestima de seus membros, seja para reorientar as representações negativas de que foram vítimas), além de serem ressaltadas as relações de interdependência entre a preservação do patrimônio cultural e o incremento econômico para os membros da comunidade – nesse último caso sendo considerados os vínculos entre as tecnologias patrimoniais e os projetos de geração de renda ancorados na exploração do turismo cultural.

É justamente nesse ponto que os discursos relativos ao patrimônio se conectam aos empreendimentos turísticos, através de combinações que se tornam eixos capitais dos agenciamentos colocados em prática. Trata-se de um modelo de relação em que as tecnologias patrimoniais instituem atrativos para a mobilização turística na mesma medida em que o turismo gera recursos para a implantação dos projetos de patrimonialização (Dias 2006), numa articulação definida como sustentável. Daí a centralidade desses empreendimentos em contextos de demandas por reconhecimento identitário e geração de recursos

para comunidades rurais ou periféricas, cujas carências poderiam ser atendidas tanto pelos discursos de valorização do patrimônio (reconhecimento) quanto pelas atividades turísticas (geração de recursos), reiterando-se, nesses casos, o potencial de viabilidade dos projetos.

No âmbito dos *Rabelados*, é exemplo dessas perspectivas a própria configuração material e espacial da aldeia do Espinho Branco. Em processo de construção desde a década de 1990, a aldeia abrigou famílias que anteriormente se distribuíam de modo disperso pela região, tendo sido projetada para conter residências edificadas no padrão construtivo tradicional das comunidades *rabeladas* – caso dos funcos (ou ‘presépio’), construções simples de palha e madeira que, segundo a religiosidade, fazem referência à simplicidade da vida de Jesus Cristo. Nesse sentido, o surgimento da aldeia encontra-se ligado não apenas às demandas de moradia enfrentadas por alguns indivíduos, mas aos próprios projetos desenvolvidos em torno dos agenciamentos da cultura. De modo mais específico, a construção dos novos funcos se orientou por uma perspectiva segundo a qual seria possível materializar os aspectos comunitários que municiam os discursos de patrimonialização. Como proposto nos projetos dos *Rabelados*, o objetivo dessas construções consiste em valorizar o patrimônio através do habitat, porque através das estruturas físicas das moradias seria possível ‘conservar a consciência viva’ do que significa o ‘viver numa comunidade *rabelada*’.

Se essas construções traduzem parte da dimensão material da cultura dos *Rabelados*, sendo então compreendidas como elemento tangível do patrimônio cultural do grupo, sua concepção tornou-se fundamental para o desenvolvimento dos projetos turísticos. É a partir da estrutura física baseada nos funcos que se torna possível conceber um espaço a ser visitado, no qual os elementos culturais podem ser ‘consumidos’ não apenas em seus aspectos materiais (a arquitetura tradicional, a materialidade da vida rural, etc.), mas em seus sentidos ‘vividos’, nos termos de um ‘consumo’ de atividades cotidianas próprias de uma coletividade específica.

Atualmente, todas as benfeitorias realizadas na aldeia visam ampliar a possibilidade de recepção de turistas. Em conjunto com os funcos foram edificadas outras construções, sendo elas o atelier dos artistas *Rabelados*, que comporta uma oficina e uma loja onde são expostas e comercializadas as pinturas e cerâmicas, bem como a sede da Associação, que contém estruturas destinadas não apenas aos projetos sociais e oficinas artísticas em desenvolvimento, mas ainda cômodos adaptados à recepção de visitantes, como quartos, cozinhas e banheiros. Dentre os projetos de ampliação dessas estruturas constam propostas de edificação do museu dos *Rabelados*, além de um restaurante que, segundo a expectativa dos membros da Associação, deve atender as demandas turísticas relativas à ‘gastronomia tradicional’.

Em geral, as visitas à aldeia são guiadas pelos mediadores, obedecendo a um roteiro básico que explora diferentes pontos da estrutura física e geográfica disponível, incluindo-se visitas aos funcos, refeições coletivas, apresentações artísticas e passeios pelas áreas montanhosas que contornam a região do Espinho Branco. Nesse roteiro, os funcos habitados pelos indivíduos mais antigos configuram parada obrigatória, mais ainda no caso dos narradores talentosos e sempre disponíveis para recuperar a história de resistência ao colonialismo ou explicar os fundamentos do pensamento religioso dos *Rabelados*. É possível detectar um comprometimento total dos membros da aldeia com a recepção aos visitantes. Desse modo, a entrada nos funcos e a participação direta no cotidiano dos moradores são possibilidades não apenas permitidas, mas incentivadas. É através desse tipo de intercâmbio que se propõe o ‘consumo’ da cultura local, sendo viabilizado ao turista o contato com a lógica recíproca (a alimentação compartilhada nos funcos ou o artesanato ofertado como dádiva), com a culinária típica (o consumo da *cachuça* e do *xerém*) e com a produção artística (a pintura em tela, a confecção da cerâmica e das peças em palha).

O fluxo de turistas é irregular e depende de esforços obstinados por parte dos mediadores. Na maior parte dos casos, aqueles que

chegam à localidade são levados em grupos organizados através dos contatos prévios estabelecidos pelos ativistas. Em outras situações, parcerias com agências de turismo internacional têm promovido um incremento relativo do número de visitantes, caso da agência francesa *Nômade*, que remete ao Espinho Branco grupos de turistas em três ou quatro oportunidades por ano. Os recursos financeiros despendidos dependem do tempo que o visitante permanece na aldeia, sendo quase sempre calculados a partir da quantidade de diárias e refeições servidas na cozinha da Associação. Somados ao expediente advindo da comercialização da produção artística e das parcerias estabelecidas com o campo institucional, os recursos provenientes do turismo são gerenciados pela Associação dos *Rabelados* e reinvestidos nos projetos sob desenvolvimento na comunidade, com centralidade para aqueles que permitirão a ampliação da infraestrutura patrimonial e turística.

Sistematizando as impressões etnográficas: da cultura como recurso aos empreendimentos patrimoniais e turísticos

Considera-se que a compreensão dos agenciamentos que envolvem comunidades como a dos *Rabelados* deva partir de uma observação atenta sobre as formas contemporâneas através das quais a concepção de cultura adquiriu uma conotação recursiva, numa relação em que as articulações entre os discursos do patrimônio e o turismo demonstram-se centrais.

Autores como George Yúdice (2006) têm chamado a atenção para os diferentes processos através dos quais a categoria cultura tem sido percebida como um recurso para investimentos ou contestações, atuando como ‘ferramenta’ para uma variedade de propósitos sócio-políticos e econômicos. Trata-se de uma realidade em que o gerenciamento, conservação, distribuição e investimento em cultura tornaram-se prioridades na agenda de instituições públicas e privadas. Destacam-se aqui as múltiplas flutuações do conceito nessas agendas, cujos exemplos podem ser percebidos nas diferentes modalidades de seu acionamento por instituições como a UNESCO,

que das concepções restritas e adotadas no surgimento da instituição (a versão romântica na qual cultura relaciona-se com o acúmulo de saberes compartilhados por um povo ou nação) passou a acolher as definições politizadas e desenvolvimentistas recentemente conferidas ao termo (Pitombo 2007).

Nessas definições, por um lado, observa-se a ideia de que a diversidade cultural é relevante para propósitos de ampliação da cidadania, especialmente no que se refere às demandas por reconhecimento. Decerto, trata-se aqui de concepções tributárias aos processos de fragmentação da sociedade civil, ocorridos em meio ao deslocamento do eixo do trabalho como principal fonte de organização das reivindicações coletivas, realidade na qual a possibilidade de ‘se fazer representar culturalmente’ tornou-se uma das principais características da democracia contemporânea (Kymlicka 1996; Melucci 2001). Por outra via, solidifica-se a noção de que a diversidade cultural apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento social e econômico (Bayardo 2007). Como propõe Burity (2007), a aproximação entre a ideia de desenvolvimento e a noção de cultura se consolidou junto ao avanço das tendências neoliberais posteriores à década de 1990, que somadas ao crescimento das indústrias criativas fomentaram percepções sobre o potencial de rentabilidade contido nas manifestações dos grupos periféricos, com especial atenção para as propostas de comercialização de seus artefatos culturais. Dito de outro modo, emergiram concepções através das quais a cultura deixou de representar obstáculo ao crescimento econômico, sendo então encarada como atrativo a ser ‘negociado’ em proveito das políticas de desenvolvimento e integração social¹⁰.

Essas expectativas se ampliaram no âmbito das políticas direcionadas ao empoderamento dos grupos marginalizados, para os quais a cultura e os valores transformaram-se não apenas em objetos que organizam a luta pelo reconhecimento (Honneth 2003), mas num rentável capital a ser administrado. Como demonstram algumas análises, essa última perspectiva sinaliza um contexto em que as lógicas de ação dos

grupos subalternos podem por vezes se deslocar das arenas políticas para os domínios do mercado empresarial. Trata-se de um movimento em que as construções identitárias articularam-se ao capital financeiro, desvelando-se uma tendência de incorporação à modernidade que demanda a gestão dos ativos simbólicos de que cada grupo dispõe. Segundo Jean e John Comaroff (2009), tal tendência desenvolve-se através da conciliação de diversos fatores, tais como a emergência das políticas de identidade na atualidade global, a disseminação de uma cultura do empreendedorismo típica dos contextos neoliberais, ou ainda a ampliação da judicialização das relações sociais e das políticas de propriedade intelectual. Nesse viés, os processos de comodificação da cultura dos grupos marginalizados têm substituído a venda de sua mão-de-obra através de relações em que os artefatos culturais podem ser geridos, transformados em propriedade e comercializados nos mercados locais, nacionais e transnacionais. Trata-se do advento do *cultural branding*: o fenômeno das ‘etnomercadorias’ e da ‘identidade constituída como pessoa jurídica’ (Comaroff & Comaroff 2009).

Ocorre que essas iniciativas têm sido realizadas prioritariamente através dos discursos do patrimônio (Bayardo 2007) e das negociações em torno do turismo cultural (Talavera 2003). De modo reiterado, a centralidade desses projetos, no âmbito dos agenciamentos da cultura, relaciona-se com uma ideia de complementaridade segundo a qual o patrimônio se apresenta como atrativo turístico na mesma razão em que o turismo permite a conservação patrimonial, cada esfera de ação sendo compreendida como propícia para o atendimento das demandas de reconhecimento identitário e empoderamento econômico. É em decorrência dessas expectativas que as agendas políticas internacionais passaram a comportar não apenas um acionamento recursivo da categoria cultura, mas também aqueles instrumentos básicos que supostamente possuem a capacidade de gerar os resultados esperados: as políticas do patrimônio e os empreendimentos turísticos.

Conforme Yúdice (2006), essas estratégias se difundem por diferentes contextos em decorrência de uma divisão internacional do

trabalho cultural na atualidade global, o que gerou a proliferação de redes de organismos estabelecidos em níveis nacionais e internacionais com os quais os atores sociais necessitam negociar. Seja em razão das negociações estabelecidas em rede com essas corporações (Yúdice 2006), seja através do protagonismo dos mediadores culturais inseridos nessas redes (Agier 2001), os agenciamentos em torno do patrimônio e do turismo tornaram-se estratégias básicas para o empoderamento de atores periféricos em diversas regiões do globo.

A recuperação desse panorama permite uma compreensão parcial sobre o modo como certos agenciamentos se desenvolvem atualmente em comunidades africanas rurais como a do Espinho Branco. Empenhados em negociações com agências públicas e privadas estabelecidas nos níveis nacionais e transnacionais, e em contato com ativistas de ampla circulação por essas instituições, os *Rabelados* se inserem numa configuração política através da qual a negociação de sua cultura se tornou estratégia imprescindível na mediação de suas aproximações com a modernidade e com o universo urbano, seja no que se relaciona com suas expectativas de reconhecimento, seja no que concerne às suas demandas de empoderamento econômico.

Problematizando a *comodificação* das culturas: negociações da identidade e da autenticidade

De acordo com Tomassi (2013), se é correto afirmar que os agenciamentos culturais contemporâneos propiciam um espaço mais amplo na configuração dos canais de acesso a recursos e processos de reconhecimento para os grupos socialmente marginalizados, tal realidade também desperta dúvidas sobre possíveis cooptações políticas implicadas na aproximação de coletividades periféricas com as lógicas economicistas do mercado (Burity 2007). Cabe ressaltar que a disponibilização desses recursos ou dos espaços para novas políticas de representação demanda, na maior parte dos casos, um enquadramento a modelos técnicos e mercadológicos que podem desvalorizar os agentes envolvidos e suas culturas. Entretanto, considerando que os possíveis custos dessas ações

se demonstram contingenciais (Comaroff & Comaroff 2009), uma avaliação específica do caso dos *Rabelados* revela-se apropriada para a compreensão das modalidades contemporâneas de agenciamento cultural. Conforme antecipado mais acima, no universo empírico aqui enfocado as complexidades que se destacaram no contexto dos empreendimentos patrimoniais e turísticos puderam ser refletidas a partir das tematizações relativas às negociações identitárias e à autenticidade.

A problemática das negociações de identidade não é novidade nas reflexões sobre a comodificação das culturas, mais ainda no que se refere ao turismo cultural. Foram diversas as análises que chamaram a atenção para os efeitos perniciosos que a atividade turística pode representar para os processos de identificação nas comunidades envolvidas, ressaltando-se aqui os condicionamentos que decorrem das demandas de mercado: a simplificação dos códigos culturais, a exotização da diferença, o enquadramento das representações e práticas em estereótipos. Essas problemáticas têm sido detectadas em profusão na expansão do turismo cultural, em relações nas quais o próprio continente africano tem revelado exemplos dramáticos. A esse respeito, são sintomáticas as análises de John Akama (2002) sobre os impactos do turismo entre os Maasai no Kenya, constatando-se representações que reforçam visões etnocêntricas sobre o ‘caráter’ supostamente ‘selvagem’ das culturas africanas. Alguns exemplos relatados por Jean e John Comaroff (2009) corroboram com essas análises, fazendo referência às simplificações identitárias em aldeias de turismo cultural na África do Sul, nas quais se detectam abstrações que desconsideram conflitos, diferenças e divisões internas de grupos tão distintos como Zulus, Tsuanas e San. É desnecessário ampliar os exemplos para supor que muitas dessas situações reforçam preconceitos e estigmas, enfraquecendo as relações que envolvem a subjetividade cultural.

Contudo, no caso dos *Rabelados*, as realidades que emergiram na prática etnográfica permitem avaliar relações que se apresentam como positivas para o âmbito das negociações da identidade. Decerto, deve-se considerar aqui o fato de estarmos tratando de agenciamentos

ainda restritos às estratégias de grupos periféricos, observando-se que a ausência de uma efetiva lógica de mercado concorre para um quadro em que a adaptação a esquemas de percepção simplificados encontre-se distante. Ao contrário, o que se constata nas realidades disponíveis no Espinho Branco corresponde à emergência de um espaço narrativo no qual performances identitárias endereçadas aos visitantes possibilitam um reforço das singularidades e da subjetividade cultural. Assim se observam as longas narrativas de um senhor *Rabelado* com mais de 80 anos que descreve de modo pormenorizado os elementos de sua religiosidade diante de visitantes atenciosos, num cenário em que as ‘ameaças’ da modernidade secular, advindas do inevitável contato com a realidade exterior à aldeia, podem ser compensadas numa performance que mantém viva a memória coletiva e religiosa do grupo, ainda que em articulações repletas de ressignificações. O mesmo vale para as narrativas de um artesão de peças em palha que recebe cotidianamente em seu Funco visitantes interessados nos relatos sobre a resistência de seus antepassados em relação às políticas colonialistas. Conforme me propôs esse agente, trata-se de uma oportunidade especial, até então distante dos *Rabelados*, que permite não apenas recuperar a trajetória do grupo, mas descrevê-la conforme a percepção dos próprios indivíduos da aldeia. Em outras palavras, constatam-se espaços propícios para um exercício narrativo que oportuniza mais que o reforço da memória coletiva *rabelada*, mas ainda um ambiente de produção discursiva configurado na fala dos próprios *Rabelados*. Assim, subverte-se a relação de poder que outrora se encerrava em discursos articulados pelos representantes oficiais do Estado cabo-verdiano, até bem pouco tempo os únicos produtores de sentido sobre as realidades que envolvem a historicidade daqueles coletivos.

É provavelmente a partir dessas perspectivas que se torna compreensível a recorrente ideia entre os *Rabelados* de que os projetos desenvolvidos na aldeia se demonstram exitosos, numa avaliação compartilhada pela quase totalidade do grupo. Como se diz comumente entre os moradores do Espinho Branco, se os expedientes oriundos

da produção artística e do turismo ainda não resolveram os problemas decorrentes da escassez de recursos e da inexistência de uma política pública reparadora e direcionada aos *Rabelados*, a emergência daquelas ações estratégicas tem promovido uma mudança decisiva na forma pela qual esses coletivos são vistos pela sociedade cabo-verdiana. Como me refere um pintor da associação *Rabelarte*, a partir daqueles empreendimentos, o grupo passou a ser valorizado e respeitado por ‘gente da terra’ e ‘gente de fora’, sendo reconhecido até mesmo no ‘além mar’ – numa referência direta à presença da arte dos *Rabelados* em *vernissages* organizadas no continente europeu. O que parece importante é que essa percepção acerca do reconhecimento não se demonstra gratuita ou alienada numa visão descontextualizada, estando diretamente ligada a uma lógica de reforço das singularidades, a qual se baseia em performances narrativas que tanto recuperam a memória coletiva do grupo quanto propiciam novos meios para uma constante recriação da subjetividade cultural.

O que se está propondo aqui é que as atividades turísticas realizadas em baixa escala podem, por vezes, propiciar uma espécie de ‘palco’ para que determinados agentes lacem mão de performances e dramatizações rituais que os permitem falar, atuar, recriar ou refletir sobre a própria existência, assim reafirmando suas pertencas e singularidades através de espaços narrativos que até então se encontravam restritos aos regimes de representação oficiais. Nesses processos, é justamente a presença de visitantes que possibilita o surgimento de um exterior constitutivo através do qual a identidade se configura e se reforça (Hall 2000). É válido retomar aqui a consideração de Fredrik Barth (1988) de que a constituição dos grupos, como unidade significativa, só se mantém com base na interação dos elementos diacríticos que emergem da confrontação entre alteridades diversas. Assim, pode-se avaliar que estamos diante de um aspecto de potencial criativo dos processos de comodificação, observando-se novos modos de auto-constituição individual e coletiva que apesar da comercialização da identidade acabam reafirmando as consciências coletivas (Comaroff

& Comaroff 2009). Desse modo, se a identidade e a cultura *rabelada* transformam-se em ‘bens’ a serem ‘negociados’ e ‘consumidos’, trata-se antes de bens que operam como suportes rituais de diferenciação e marcação social (Douglas & Isherwood 2006).

A referência a esses processos de recriação, ressignificação e atualização da memória coletiva através de performances destinadas aos turistas leva-nos à outra dimensão relevante da problemática da comodificação. Presente desde os debates da Escola de Frankfurt, a questão da autenticidade encontra-se no cerne das agendas de pesquisa destinadas a avaliar os agenciamentos que operam com base na mercantilização dos artefatos culturais, cujos efeitos foram por muito tempo interpretados nos termos da capacidade que a produção mercadológica da cultura possui para retirar desses objetos sua condição fundamental de existência, seu valor curativo e aurático (Adorno 1975). Assim, se o autêntico se define pelo vínculo inexorável com a experiência concreta dos indivíduos (Sapir 1924), a inautenticidade se liga a imposições externas, artificialmente concebidas e desconexas da realidade cultural.

Seriam esses os fatores que, em princípio, se realizam nos agenciamentos sintonizados com mercado ou com o campo político, que para satisfazer as demandas oriundas dessas esferas recriam manifestações específicas segundo padrões e esquemas simplificados. Nessa perspectiva, tanto os empreendimentos de turismo cultural quanto os processos de patrimonialização seriam eficazes nesses esquematismos, não raramente promovendo-se uma redução semântica nas manifestações das coletividades envolvidas (Trajano 2012). O problema dessas operações para os membros de comunidades marginalizadas relaciona-se não apenas com a desvalorização de suas formas de vida características, mas, sobretudo, com a imposição de sistemas sociais exteriores a suas estruturas de reprodução, os quais são impostos justamente em razão das reduções semânticas operacionalizadas em favor da expansão da lógica de mercado capitalista e hegemônica (Canclini 1983).

Entretanto, assim como no caso das negociações de identidade, as realidades disponíveis na aldeia do Espinho Branco nos permitem uma visão mais relativa desses processos, concebendo-se fatores positivos no que se refere às questões da autenticidade e da redução semântica dos objetos da cultura. Aqui é possível recorrer novamente à ideia de geração de um espaço narrativo e performático benéfico para os agentes envolvidos. Um exemplo das negociações que envolvem a religiosidade dos *Rabelados* demonstra-se exemplar a esse respeito. De fato, as narrativas sobre a religião expostas aos turistas estão muito distantes dos antigos ciclos rituais existentes na aldeia, caso das leituras bíblicas coletivas que até bem pouco tempo eram freqüentes na liturgia dos *Rabelados*. Como se diz comumente no Espinho Branco, hoje não há mais necessidade dessas práticas porque a maioria dos indivíduos tem acesso às escrituras sagradas, condição que decorre tanto dos processos de alfabetização quanto da interferência dos valores seculares. Contudo, o que se observa na figura dessas narrações é a possibilidade de um trabalho de mediação entre um presente de mudanças inevitáveis e um passado no qual a ritualização do sagrado ainda era decisiva, o que é favorecido pelo surgimento das novas performances rituais (profanas) que geram condições de reflexão sobre as próprias transformações em curso. Assim, a cada narrativa enunciada aos visitantes da aldeia, percebe-se que os *Rabelados* refletem sobre ‘como se era’, ‘como se vivia’ ou ‘como se faziam as coisas’ e o ‘como se passou a ser, viver e fazer’ (em termos religiosos, políticos ou familiares).

O acionamento dos discursos do patrimônio também configura exemplo pertinente a esse respeito. Como me informa uma artista da aldeia, o que se pretende com o museu ou com as pinturas consiste na retratação daquilo que ‘não pode ser esquecido’, sem que se obstruam os olhares para ‘o que vem de fora’, ou seja, ‘as novidades’. Observa-se aqui de uma visão que traduz com perspicácia a noção do patrimônio como categoria de pensamento (Gonçalves 2005), cujas funções simbólicas atuam na mediação entre espaços, estados e temporalidades

diversas, relacionando perspectivas distintas como passado e presente, rural e urbano, tradição e modernidade. Em que pese o fato dos agenciamentos turísticos e patrimoniais operarem uma efetiva redução semântica nas manifestações culturais dos *Rabelados*, parece factível avaliar que esses mesmos agenciamentos, considerados nos termos de performances narrativas, engendram meios de reflexão sobre as realidades e mudanças experimentadas na aldeia do Espinho Branco em sua situação contemporânea. Dito de outro modo, os discursos do patrimônio e os empreendimentos turísticos favoreceram o surgimento de determinados mecanismos de mediação, os quais geram reflexividade e proporcionam aos *Rabelados* novas formas para compreender as experiências sociais das quais fazem parte.

Poderíamos aqui recorrer a Walter Benjamin (1985) e suas análises sobre a reprodutibilidade da obra de arte para se pensar na emergência de meios técnicos que, mais do que promover a destruição aurática de expressões culturais específicas através das lógicas de reprodução (e comodificação), geram formas renovadas de percepção coletiva sobre os objetos da cultura. No caso dos *Rabelados*, esses meios sugerem modos alternativos pelos quais o grupo percebe sua cultura em interface com alteridades diversas, ainda fomentando reflexões sobre as contradições que envolvem a própria existência *rabelada*.

Conclusões

O contato com as formas contemporâneas de agenciamento da cultura não se limita à geração de questionamentos antropológicos instigantes. Mais do que isso, a observação de paisagens etnográficas como aquelas analisadas neste texto podem nos apresentar situações complexas que demandam reflexão epistemológica. Por um lado, é difícil estabelecer contato com agentes otimistas em relação às expectativas de empoderamento econômico e reconhecimento identitário através da mercantilização de sua cultura e não ser tentado a considerar tais estratégias como soluções plenamente viáveis em contextos de marginalidade social. Por outra via, a aproximação com realidades

que abarcam processos de comodificação cultural através do turismo ou do patrimônio e todos os tensionamentos que daí decorrem podem nos incentivar a adotar uma visão pessimista e ao mesmo tempo romântica, assim incorrendo-se nos equívocos das análises baseadas na ideia da descontinuidade cultural. As alternativas a essas inquietações parecem não ultrapassar algumas considerações breves presentes na teoria cultural contemporânea. Por um lado, não é possível conceber os artefatos da cultura como objetos inalienáveis e apartados das relações de mercado. Por outro, a avaliação dos possíveis impactos dessas formas de agenciamento na experiência concreta dos atores sociais não deve desconsiderar o caráter contingente desses processos.

Ressaltando essa dimensão contingente e situacional, nesse artigo argumentei que os agenciamentos observados numa comunidade dos *Rabelados* de Cabo Verde podem ser considerados como positivos, sobretudo no que se refere às negociações da identidade e à problemática da autenticidade cultural. De modo independente a seus propósitos originais, relacionados às estratégias de reconhecimento identitário e empoderamento econômico, é possível avaliar que, de um lado, a implementação do turismo cultural em baixa escala pode favorecer a emergência de um espaço performático e narrativo através do qual se realiza o reforço da subjetividade cultural. Noutro enfoque, é também através desse espaço performático ritualizado no cotidiano da aldeia, bem como do acionamento de categorias como patrimônio, que emergem possibilidades de reflexão sobre as relações entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade, avaliando-se que os agenciamentos culturais observados nesses contextos atuam numa espécie de mediação das contradições que se estabelecem na aproximação desses coletivos com a modernidade urbana e capitalista. Assim, se é possível afirmar que aquelas modalidades de política cultural têm acelerado a abertura desses grupos em relação à sociedade envolvente, é também necessário referir que não se trata apenas de antecipar àquela aproximação, mas de processos que permitem a mediação simbólica de conexões que há muito se demonstram inevitáveis.

Minhas ponderações abordam tópicos restritos do fenômeno *Rabelados*. A observação dos possíveis impactos dos agenciamentos culturais referidos na experiência do grupo demanda a inclusão de novas categorias de análise, o que pode ampliar as reflexões aqui expostas. Assim, torna-se necessário relacionar as complexidades que envolvem as negociações estabelecidas com as agências que eventualmente abalizam parcerias institucionais com as comunidades, desse modo investigando-se as condições para o protagonismo dos agentes envolvidos nesses processos. Por outra via, com base na constatação de que as ações existentes entre os *Rabelados* ainda se encontram numa dimensão propositiva e distante de grandes investimentos do capital privado ou da gestão estatal, seria interessante um olhar comparativo com outros empreendimentos turísticos e patrimoniais em comunidades similares e com níveis de interação mercadológica e política distintos. Assim poderiam ser viabilizadas reflexões sobre os limites que o enquadramento a modelos de mercado ou os condicionamentos políticos impõem sobre os agenciamentos investigados. Tais questionamentos parecem compor uma interessante agenda de pesquisa, cuja delimitação empírica pode ir além das comunidades rurais e periféricas, avaliando-se múltiplas formas de negociação cultural entre coletividades distintas e seus diferentes níveis de envolvimento com os campos político e econômico.

Importa ainda referir que o enfoque pelo qual me aproximo dos *Rabelados* não ignora outras dimensões de sua historicidade, como a religiosidade ou as tensões endógenas do grupo relacionadas à aproximação com a sociedade envolvente, com o capitalismo e com a modernidade urbana. Ao considerar a centralidade dos empreendimentos patrimoniais e turísticos na experiência contemporânea desses coletivos estou apenas propondo que aquelas outras dimensões já não podem ser compreendidas sem uma análise dos agenciamentos que se estabelecem em torno da concepção de cultura.

Notas:

¹ Trata-se das atividades de pesquisa realizadas no âmbito do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil – LAPCAB, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/ RS.

² Além dos *Rabelados*, essas investigações se referem aos agenciamentos e políticas da cultura na sociedade cabo-verdiana, tendo como contextos empíricos os processos de patrimonialização da Cidade Velha (Ribeira Grande) e a realização da *Atlantic Music Expo* – AME (Praia), ambas na ilha de Santiago, bem como as atividades do grupo carnavalesco Mandingas (Mindelo), na ilha de São Vicente.

³ Espinho Branco corresponde a uma região, ou ‘zona’, localizada ao norte da Ilha de Santiago.

⁴ Trata-se da região que comporta o maior número de indivíduos auto identificados como *Rabelados*. A aldeia do Espinho Branco também concentra a maior parte dos projetos que atualmente visam à integração social das comunidades *Rabeladas*.

⁵ Os dados que municiam a reflexão são oriundos de observações etnográficas realizadas na aldeia do Espinho Branco, bem como de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos membros da comunidade e aos ativistas culturais envolvidos com os agenciamentos observados. Tais inserções se deram no primeiro semestre de 2015. Também foram analisados documentos relativos a projetos de captação de recursos destinados aos empreendimentos patrimoniais e turísticos disponíveis. Contatos informais e a distância com atores deste contexto, bem como o acompanhamento dos agenciamentos da aldeia do Espinho Branco perduraram até o final de 2018.

⁶ No âmbito das questões identitárias são favorecidas inferências sobre os custos simbólicos do processo, avaliando-se a lógica discursiva dos regimes de representação em negociação (Hall 2010). Aqui se torna possível a visualização das tensões representacionais em jogo no campo dos agenciamentos da cultura. Por sua vez, a autenticidade apresenta-se como categoria que permite avaliar as *reduções semânticas* dos artefatos da cultura em contextos de patrimonialização e turismo. Uma vez que essas reduções podem atuar na subjugação das culturas rurais/periféricas em relação à lógica hegemônica capitalista (Canclini 1983), trata-se de um viés que permite avaliar possíveis cooptações políticas e mercadológicas presentes naqueles agenciamentos (emergência de novas relações de dependência, etc.).

⁷ Essas categorias estão presentes em inúmeras correspondências de agentes do Estado colonial português do período, conforme os anexos apresentados na obra de Monteiro (1974).

⁸ Caso dos movimentos profético-messiânicos encontrados em outros países do continente africano, como aqueles estudados por Balandier (1970).

⁹ Essas parcerias incluem instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça de Cabo Verde, ou ainda a empresa privada de telefonia CV Telecom.

¹⁰ Segundo Burity (2007), a vinculação entre cultura e desenvolvimento tem sido formatada desde as políticas desenvolvimentistas do pós-guerra. Se nesse primeiro

momento tais perspectivas ainda se encontravam apartadas devido à percepção de que as culturas locais poderiam representar impedimentos para um desenvolvimento integrado em termos globais, os fracassos dos projetos desenvolvimentistas nos países periféricos na década de 1980 tornaram claro que aquelas políticas demandavam uma articulação concreta entre os projetos econômicos e as representações culturais específicas.

Referências:

- ADORNO, T. 1975. "A Indústria Cultural". In COHN, G. (ed.): *Comunicação e Indústria Cultural*, pp. 287-295. São Paulo: Cia. Editorial Nacional.
- AGIER, M. 2001. "Distúrbios identitários em templos de globalização". *Mana*, 7(2):7-33.
- AKAMA, J. 2002. "The creation of the Maasai image and tourism development in Kenya". In AKAMA, J. & STERRY, P. (eds.): *Cultural Tourism in Africa: strategies for the new millennium*, pp. 43-54. Arnhem: Association for Tourism and Leisure Education.
- ASCHER, F. 2011. *Os Rabelados de Cabo Verde: história de uma revolta*. Paris: L'Harmattan.
- AZARYA, V. 2001. "Globalization and international tourism in developing countries: marginality as a commercial commodity". *Current Sociology*, 6(52):994-967.
- BALANDIER, G. 1976. *Antropológicas*. São Paulo: Editora Cultrix.
- _____. 1970. *The sociology of Black África: social dynamics in central África*. Londres: Andre Deutsch Limited.
- BARTH, F. 1998. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In POUTIGNAT, P. & STRAIFF-FENART, J. (eds.). *Teorias da etnicidade*, pp. 187-227. São Paulo: Editora da UNESP.
- BAYARDO, R. 2007. "Cultura y desarrollo: nuevos rumbos y más de lo mismo?" In NUSSBAUMER, G. (ed.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*, pp. 67-94. Salvador: EDUFBA.
- BENJAMIN, W. 1985. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In BENJAMIN, W. (ed.): *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, pp. 165-196. São Paulo: Brasiliense.
- BONIFACE, P. & FOWLER, P. 1993. *Heritage and tourism in 'The Global Village'*. Londres: Routledge.
- BURITY, J. 2007. "Cultura e desenvolvimento". In NUSSBAUMER, G. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*, pp. 51-66. Salvador: EDUFBA.

- CANCLINI, N. 2013. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____. 1983. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- COMAROFF, J. & COMAROFF, J. 2009. *Etnicidad* S.A. Madrid: Katz.
- DANIEL, Y. 1996. "Tourism dance performances: authenticity and creativity". *Annals of Tourism Research*, 23(4):780-797.
- DIAS, R. 2006. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva.
- DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. 2006. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- GONÇALVES, M. L. 2009. "Rabelados no Bacio e no Espinho Branco: pontes e portas na (re)formulação identitária do grupo". In LUCAS, M. E. & SILVA, S. (eds.): *Ensaio etnográfico na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*, pp. 229-262. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GONÇALVES, J. 2005. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, 11(23):15-36.
- HALL, S. 2010. "Identidad y representación". In HALL, S. (ed.): *Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales*, pp. 337-482. Popayán/Colômbia: Envió Editores.
- _____. 2000. "Quem precisa de identidade?". In SILVA, T. (ed.): *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, pp. 103-133. Petrópolis: Vozes.
- HONNETH, A. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed 34.
- KYMLICKA, W. 1996. *Ciudadanía Multicultural: una teoría liberal de los derechos de las minorías*. Barcelona: Paidós.
- MARTÍN, E. 2009. "From Popular Religion to Practices of Sacralization: approaches for a conceptual discussion". *Social Compass*, 56(2):273-285.
- MELUCCI, A. 2001. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- MONTEIRO, J. 1974. *Os Rabelados da Ilha de Santiago, de Cabo Verde: história de uma revolta*. Praia: Centro de Estudos de Cabo Verde, Sociedade Industrial Gráfica.
- PITOMBO, M. 2007. "Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO". In NUSSBAUMER, G. (ed.): *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*, pp. 115-138. Salvador: EDUFBA.
- SANTOS, F. L. 2009. "Construção Patrimonial da Cidade Velha: usos políticos, turísticos e identitários". In LUCAS, M. E. & SILVA, S. (eds.): *Ensaio etnográfico na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*, pp. 25-73. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SAPIR, E. 1924. "Culture: genuine and spurious". *American Journal of Sociology*, 29(4):401-429.

- TALAVERA, A. 2003. "Turismo cultural, culturas turísticas". *Horizontes Antropológicos*, 9(20):31-57.
- TOMASSI, L. 2013. "Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político". *Política e Sociedade*, 12(23):11-34.
- TRAJANO, W. 2012. "Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos". In SANSONE, L. (ed.): *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*, pp. 11-40. Salvador: EDUFBA.
- YÚDICE, G. 2006. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Abstract: The *Rabelados* consist of rural communities originating in the resistance to colonial power in Cape Verde, which have developed partially isolated from the state since the 1940s. Recently, however, initiatives undertaken by cultural mediators aim at the inclusion of these collectives into the surrounding society and, in these purposes, patrimonialization policies and cultural tourism are presented as main instruments. Coming from these realities, this article discusses the complexities surrounding these agencies. On the one hand, it seeks to characterize the ways in which the agencies around culture have become central in the contemporary world; on the other hand, it evaluates the most apparent results of these initiatives in the case of *Rabelados*, with special attention to the issues of identity negotiations and authenticity.

Keywords: Patrimonialization policies, Cultural tourism, Identities, Authenticities.

Recebido em junho de 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.

RIVERA ANDÍA, Juan Javier (ed). 2018.

Cañaris. Etnografías y documentos
de la sierra norte del Perú

Buenos Aires: Ethnographica, 384 p.

Adriana Paola Paredes Peñafiel^a

Este livro é uma compilação do antropólogo Juan Javier Rivera Andía, autor conhecido por suas pesquisas no vale alto de Chancay, vertente ocidental dos Andes centrais do Peru. A obra versa sobre o grupo quéchuafalante da região andina Lambayeque, norte do Peru. Nesta obra estão reunidos documentos escritos por aqueles que foram protagonistas dos processos de formalização da propriedade coletiva da terra e da revalorização das suas manifestações culturais. Na apresentação dessas “narrações outras” (p. 18), Rivera Andía assume uma posição crítica ao horizontalizar essas vozes com os trabalhos etnográficos de acadêmicos que, por sua vez, optaram por pesquisar fora da predileta região sul andina. Essas insurgências, como bem explicitado na Introdução, permitem compreender “o mundo indígena dos Andes contemporâneos” (p. 20).

O livro está dividido em duas partes. Dentro desta primeira parte, inicia-se com o manuscrito de José Natividad Huamán Bernilla.

^a Professora da Universidade Federal do Rio Grande. Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Email: adrianapenafiel@furg.br.

No seu caderno é concedida especial atenção às particularidades dos ritos das festas religiosas, de *Reyes* a Natal, dando destaque ao chefe de família, responsável por organizar a festa: o *mayordomo*. Na sequência, aparecem os escritos do caderno de Pedro Carlos Manayay. É notável a ênfase dada, dentro da conjuntura política prévia à Reforma Agrária, ao papel escrito, como as certidões de nascimento para concretizar o direito à propriedade. Posteriormente, contase com o caderno de cantos religiosos em espanhol e quéchuá de autoria de Florentino Gaspar. É interessante revisar a oração “*Santiguación para todo*” (p. 127), pelo qual se expõe o pedido de proteção para os humanos, a terra e os animais contra as doenças provocadas pela potência das montanhas, das pedras e das lagoas.

Entre as publicações de circulação local, a primeira corresponde a um número publicado pela revista trimestral Pachay (Minha Terra), do Instituto Andino de Estudos Culturais (IAEC). O destaque é o histórico sobre o festival folclórico Inkawasi Takin, com as suas danças e bailes, do qual participam alunos das escolas, docentes e pessoas das comunidades, que expressam a sua arte diante de um júri experiente e muito criterioso.

A edição da revista Voz Comunal, da comunidade camponesa San Pablo Incahuasi, nasce a partir de uma reflexão sobre a importância da valorização das danças como manifestações culturais que se alimentam das influências pré-hispânica e hispânica, sem chegar a um sincretismo cultural, como tem ocorrido em outros aspectos da vida da comunidade como o social, o político e o econômico.

A próxima publicação é de Joaquín Huamán Riza, quem expõe uma preocupação sobre a arte do povoado de San Juan Bautista de Cañarís afirmando que suas festas de padroeiros estão se tornando uma “cópia do urbano-litoral moderno” (p. 48), o que prejudica os bons costumes dos membros da comunidade cañareense. Finalmente, culmina-se esta primeira parte da coletânea com os escritos de Hipólito Cajo Leonardo e de Víctor Manayay Bernilla. O primeiro explora a linguística do quéchuá de Incahuasi, com a apresentação de um vo-

cabulário revisado de palavras em espanhol traduzidas ao quéchua. O segundo escrito compreende uma publicação onde constam os nomes dos chefes de família responsáveis por cada festa religiosa.

Na segunda parte da coletânea constam as etnografias sobre Cañaris e Incahuasi escritas por pesquisadores de vários lugares do litoral peruano, do hemisfério norte e da serra de Lambayeque. Inicia-se esta seção com a pesquisa de Julio César Fernández Alvarado. Neste documento, o autor chama a atenção para a relação entre as pedras, os homens Cañaris e as montanhas que ajuda a compreender a cosmovisão do mundo Cañaris. As pedras aparecem como separações entre o mundo dos *gentiles* (espíritos ancestrais), que estão sepultados debaixo da terra, e as pessoas dos tempos de hoje. No caso da Festa de San Juan Bautista de la Agüita, o autor lembra que o protagonista é abençoado em uma lagoa artificial, destacando que as lagoas, assim como as cavernas, são consideradas como portas que conectam ao submundo e que o Santo deve reconhecer o seu poder.

A seguir, apresenta-se o estudo de Alfredo Leandro Carrasco Lucero, que, entre suas descrições, chama a atenção para a versão do Achkay, associada ao tempo de antes. Esta versão focaliza em uma anciã antropófaga e como algumas das suas vítimas são auxiliadas por animais para não serem engolidos por ela. Os relatos provocam reflexões sobre as diferenças entre a humanidade contemporânea e a humanidade passada, aquela que comia carne crua, e levantam questões sobre o significado do coração salvo de uma menina vítima de Achkay.

Na publicação seguinte, de María Bernilla Pereyra, Aurora Santiago Bernilla e Juan Javier Andía, são apresentadas alterações ao mito de Achkay, onde aparecem novos personagens, como os *tullidos* (mancos, aleijados e cegos), aliados da *gentila* Achkay, e a personagem Pachakamaq, que constrói uma armadilha para os comedores de pessoas e os enterra após a provocação de um *huayco* (deslizamento de terra).

Após, temos a etnografia de Gherson Eduardo Linares Peña, na qual, além do mito de Achkay com certas variantes em relação as

anteriormente apresentadas, aparece o relato do Viúvo e o Lalucho. Neste relato, uma pessoa casou-se com uma mulher-estrela que posteriormente termina fugindo para o seu mundo. O viúvo, ao entrar no mundo das estrelas em busca de sua esposa, rompe com certos protocolos alimentares, abusando dos alimentos, e ao ser expulso torna-se uma árvore cuja lenha torna muito difícil fazer fogo para a cocção de alimentos.

Na seqüência, em inglês, Mariëka Sax descreve o rito de enforcamento do diabo na Semana Santa no povoado de Cañaris. Enforcar a entidade consiste em um rito para proteger toda a comunidade da malevolência e do infortúnio, principalmente na semana quando o diabo, diante da ausência de Cristo, perambula livremente.

Tatiana Gossuin nos relata sobre o ‘susto’ da água na serra de Lambayeque. Este documento está escrito em francês e descreve o ‘susto’ da água como um estado de choque após um encontro com uma entidade que reside na fonte de água, onde a sombra da vítima, sua alma, é roubada pelos maus espíritos, demônios ou pelos antigos *gentiles*.

Novamente conta-se com um estudo de Alfredo Leandro Carrasco Lucero que classifica os instrumentos de Incahuasi por origem. Entre os bailes e as danças, o autor destaca, como outros autores, a Danza ao expor uma descrição muito detalhada sobre os seus movimentos e elementos.

A seguir, Julio César Sevilla Exebio apresenta narrações míticas que relacionam certas linhagens de Incahuasi com os animais. E, finalmente, conta-se com o último estudo de Alfredo Leandro Carrasco Lucero, que se refere aos esforços realizados ano a ano, para resgatar, revalorizar e recriar a cultura autóctona de Incahuasi. Nesse contexto, emerge o Festival Folclórico Incahuasi Takin, sendo *Takin* uma dança típica de Incahuasi, na qual se dança e se canta.

A coletânea de Juan Javier Rivera Andía contribui para os estudos antropológicos sobre o norte andino do Peru ao tornar visíveis reflexões dos próprios líderes comunais e professores bilíngues, que

refletem e escrevem a partir de sua experiência com a comunidade para reinventar um projeto cultural que não vem de agentes externos, mas daquilo que eles querem venerar, sentir, lembrar, respeitar e até omitir. Dessa forma resistem ao efeito despolitizante provocado por entidades externas que propõe uma única história, em contraposição a uma forma de conhecimento local no qual o mundo é desenhado por eles mesmos.

Instruções aos Colaboradores

A revista **ANTHROPOLÓGICAS** aceita trabalhos originais em língua portuguesa, espanhola ou inglesa; e trabalhos ainda não publicados na língua portuguesa:

- Artigos (até 10.000 palavras - incluindo bibliografia e notas)
- Resenhas (até 1.200 palavras; de preferência de publicações dos últimos dois anos). Resenhas não devem receber título, mas devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando também o número de páginas.
- Ensaio bibliográfico (até 4.000 palavras, incluindo bibliografia e notas).
- Entrevistas (até 2.500 palavras).

Os textos (salvo Resenhas e Ensaio) devem ser acompanhados por:

- Resumos em português e em inglês (até 150 palavras, cada).
- 4 a 5 palavras-chave em português e em inglês (colocadas após o resumo).
- Título em inglês.
- Informações sobre o autor (função ou cargo atual, vínculo institucional, endereço institucional e e-mail), sendo estas colocadas em nota de rodapé.

Os seguintes aspectos devem ser observados na realização dos textos:

- Espaço duplo. Fonte: Times New Roman 12.
- Aspas duplas para citações. Aspas simples para palavras com emprego não convencional.
- Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações.
- Notas de fim numeradas em ordem crescente.
- As referências bibliográficas no corpo do texto devem aparecer com o seguinte formato: (sobrenome do autor/espaço/ano de publicação:página), p. ex.: (Sahlins 1998:203). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra depois da data (p. ex.: Kuper 1999b:68).
- Referências bibliográficas simples (sem comentários) devem ser inseridas no corpo principal do texto e não nas notas de rodapé, sendo estas reservadas a comentários ou explicações.

Gráficos, quadros e mapas devem ser encaminhados no fim do texto, corretamente numeradas e tituladas, com devida referência (se reproduzidos de outra fonte) e com indicação do local de sua inserção no texto.

A bibliografia, no final do trabalho e em ordem alfabética, deve respeitar os seguintes formatos representados por exemplos (pede-se atenção especial à pontuação, espaços, uso de itálico e de maiúsculas)

Livro:

KUPER, Adam. 2008. *A Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito*. Recife: Editora Universitária UFPE

Coletânea:

HOBART, Mark (ed.). 1993. *An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance*. (EIDOS) London, New York: Routledge.

Artigo em periódico:

VIDAL, Lux Boelitz. 1999. "O modelo e a marca, ou o estilo dos 'misturados': cosmologia, história e estética entre os povos indígenas do Uaçá." *Revista de Antropologia*, 42(1-2):29-45.

Artigo em coletânea:

CHIBNIK, Michael. 2002. "The Evolution of Market Niches among Oaxacan Wood-Carvers." In COHEN, Jeffrey H. & DANNHAEUSER, Norbert (eds.): *Economic Development: An Anthropological Approach*, pp. 23-50. Walnut Creek: AltaMira Press.

Tese acadêmica:

GOMES, Mércio Pereira. 1977. *The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão, Brazil*. Ph.D. Dissertation. Gainesville: University of Florida.

Trabalho apresentado em evento:

BURITY, Joanildo. 2004. Religião e república: desafios do pluralismo democrático. Trabalho apresentado no Seminário Temático "Republicanism, religião e estado no Brasil contemporâneo", *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu — MG*.

Publicações Online:

BONHOMME, Julien. 2007. Anthropologues embarqués. (www.laviedesidees.fr/Antropologues-embarques.html; acesso em 11/12/07).

Submissões de artigos e maiores informações em:
<http://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>

Information for Authors

The revista **ANTHROPOLÓGICAS** accepts original papers in English, Portuguese and Spanish, and materials not yet published in Portuguese:

- Articles (no more than 10.000 words - including references and notes).
- Reviews (no more than 1.200 words; preferably of publications from the last two years). Reviews should not have titles, but present complete references of the publications analyzed, also indicating its number of pages.
- Bibliographical essays (no more than 4.000 words - including references and notes).
- Interviews (no more than 2.500 words).

The texts (save Reviews and Essays) should be accompanied by:

- Abstracts in Portuguese and English (no more than 150 words each one).
- 4 to 5 key words (to be placed after the abstract).
- Title in English.
- Information about the author (current occupation or function, institution, institutional address and e-mail), to be placed in footnote.

The following aspects should be considered for materials submitted:

- Double spacing.
- Font Times New Roman 12 pt.
- Normal quotation marks("...") for quotations. Inverted commas ('...') for uncommon use of words.

- Italics for expressions in foreign languages, neologisms and titles of works and publications.
- Footnotes always in numerical order.
- References to publications included in the text should have the following format: (name of the author/space/ year of publication:page), for example: (Sahlins 1998:203). Various titles of the same author published in the same year should be identified by a character after the date (for example: Kuper 1999b:68).
- Simple references to publications (without any comment) should be included in the text, not in the footnotes. These should only be used for textual comments and explications.

All illustrative material (drawings, charts, maps, diagrams, and photographs) should be sent at the end of the text and in a form suitable for publication without redrawing, with correct numbers and titles, due references (if reproduced from another source) and exact indication of the places where they have to be inserted in the text.

All bibliographical titles should appear in alphabetical order at the end of the article and should be presented according to the following model, (please pay special attention to punctuation, spaces, italics, and capital letters):

Monographs:

KUPER, Adam. 2008. *A Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito*. Recife: Editora Universitária UFPE

Edited books:

HOBART, Mark (ed.). 1993. *An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance*. (EIDOS) London, New York: Routledge.

Articles in journals:

VIDAL, Lux Boelitz. 1999. "O modelo e a marca, ou o estilo dos 'misturados': cosmologia, história e estética entre os povos indígenas do Uaçá." *Revista de Antropologia*, 42(1-2):29-45.

Articles in edited books:

CHIBNIK, Michael. 2002. "The Evolution of Market Niches among Oaxacan Wood-Carvers." In COHEN, Jeffrey H. & DANNHAEUSER, Norbert (eds.): *Economic Development: An Anthropological Approach*, pp. 23-50. Walnut Creek: AltaMira Press.

Theses:

GOMES, Mércio Pereira. 1977. *The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão, Brazil*. Ph.D. Dissertation. Gainesville: University of Florida.

Papers presented at congresses or other events:

THEIJE, Marjo de. 1996 Brazilian Base Communities and the Genderedness of Ideology and Practice. Lecture at the *Spring Conference of NGG/NOSTER*, Heeze, May 14-15, 1999.

Online publications:

BONHOMME, Julien. 2007. Anthropologues embarqués. (www.laviedesidees.fr/Antropologues-embarques.html; acesso em 11/12/07)

For submissions and for more information, see:
<http://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas>

Para adquirir números atuais e anteriores da Revista, entre em contato com a secretaria da Revista através dos seguintes números de telefone e/ou e-mail:

Tel.: (081) 2126-8286 / Fax: (081) 2126-8282

E-mail: anthropologicas@ufpe.br

Tiragem: 200 exemplares

Solicita-se permuta.
Se aceptan canjes.
Exchange desired.
Échange souhaité.
Austausch erwünscht.

[informações técnicas da editora]